

Historia de Portugal: Tomo I

J. P. Oliveira Martins

The background of the lower half of the image is a vibrant pink. Overlaid on this is a complex, abstract pattern of thick blue lines and shapes. These elements include straight lines of varying lengths, right-angled turns, and semi-circular arcs. Some of these shapes form larger, irregular polygons, while others are simple line segments or curves. The overall effect is a modern, geometric design that contrasts sharply with the traditional title and author text.

Project Gutenberg

The Project Gutenberg eBook of Historia de Portugal: Tomo I

This ebook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this ebook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

Title: Historia de Portugal: Tomo I

Author: J. P. Oliveira Martins

Release date: November 21, 2010 [eBook #34387]
Most recently updated: January 7, 2021

Language: Portuguese

Credits: Produced by Pedro Saborano

*** START OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK HISTORIA
DE PORTUGAL: TOMO I ***

Notas de transcrição:

O texto aqui transcrito, é uma cópia integral do livro impresso em 1908.

Foi mantida a grafia usada na edição original de 1908, tendo sido corrigidos apenas pequenos erros tipográficos que não alteram a leitura do texto, e que por isso não foram assinalados.

HISTORIA DE PORTUGAL

TOMO I

J. P. OLIVEIRA MARTINS

OBRAS COMPLETAS

I. Historia nacional:

HISTORIA DA CIVILISAÇÃO IBERICA, 4.^a ed. (1897), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.

HISTORIA DE PORTUGAL, 7.^a ed. (1908), 2 vol., br. 1\$400 rs. Enc. 1\$800.

O BRAZIL E AS COLONIAS PORTUGUEZAS, 4.^a ed. (1888). 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.

PORTUGAL CONTEMPORANEO, 4.^a ed. (1907). 2 vol., br. 2\$000 rs. Enc. 2\$400.

PORTUGAL NOS MARES, (1889), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.

CAMÕES, OS LUSIADAS E A RENASCENÇA EM PORTUGAL, (1891). 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.

NAVEGACIONES Y DESCUBRIMIENTOS DE LOS PORTUGUESES, (*ed. do Ateneo de Madrid*, 1892). 1 vol. (não entrou no commercio.)

A VIDA DE NUN'ALVARES, 2.^a ed. (1894). 1 vol., br. 2\$000 rs. Cart. 2\$400. Enc. (folhas doiradas) 3\$200.

OS FILHOS DE D. JOÃO I, 2.^a ed., 2 vol., br. 1\$400 rs. Enc. 1\$800.

O PRINCIPE PERFEITO, (1895), 1 vol., br. 2\$000 rs. Encad., folhas doiradas, 3\$200.

II. Historia geral:

ELEMENTOS DE ANTHROPOLOGIA, 4.^a ed. (1885), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.

AS RAÇAS HUMANAS E A CIVILISAÇÃO PRIMITIVA, 2 vol., br. 1\$400 rs. Enc. 1\$800.

SYSTEMA DOS MYTHOS RELIGIOSOS, 3.^a ed. (1895), 1 vol., br. 800 rs. Enc. 1\$000.

QUADRO DAS INSTITUIÇÕES PRIMITIVAS, 2.^a ed. (1893), 1 vol., br. 800 rs. Enc. 1\$000.

O REGIME DAS RIQUEZAS, 2.^a ed. (1894), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.

HISTORIA DA REPUBLICA ROMANA, 2.^a ed., 1897, 2 vol., br. 2\$000 rs. Enc. 2\$400.

O HELLENISMO E A CIVILISAÇÃO CRISTÃ, 2.^a ed., 1 vol., br. 800 rs. Enc. 1\$000.

TABOAS DE CHRONOLOGIA E GEOGRAPHIA HISTORICA, (1884), 1 vol., br. 1\$000 rs. Encadernado 1\$200.

III. Varia:

A CIRCULAÇÃO FIDUCIARIA, 2.^a ed., 1 vol., br. 800 rs. Enc. 1\$000.

A REORGANISAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL, opusculo, (1877), br. 150 rs.

O ARTIGO «BANCO», no *Diccionario Universal Portuguez*, (1877), 1 vol., br. 500.

POLITICA E ECONOMIA NACIONAL, (1885), 1 vol., br. 700 rs.

PROJECTO DE LEI DE FOMENTO RURAL, *apresentado á camara dos deputados na sessão de 1887*, 1 vol., br. 300 rs.

ELOGIO HISTORICO DE ANSELMO J. BRAAMCAMP, *ed. part.* (1886), 1 vol. (esgotado).

THEOPHILO BRAGA E O CANCIONEIRO, *opusculo*, (1869) (esgotado).

O SOCIALISMO, (1872-3), 2 vol., br. 1\$200. (Esgotado)

AS ELEIÇÕES, *opusculo*, (1878), br. 200 rs.

CARTEIRA DE UM JORNALISTA: I. *Portugal em Africa*, (1891), 1 vol., br. 400 rs.

A INGLATERRA DE HOJE, CARTAS DE UM VIAJANTE, 2.^a ed., 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.

CARTAS PENINSULARES, (1895), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.{pg. III}

HISTORIA DE PORTUGAL

POR

J. P. Oliveira Martins

Setima edição

TOMO PRIMEIRO

1908
PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA
LIVRARIA EDITORA
Rua Augusta—44 a 54
LISBOA{pg. IV}

Composto e impresso na typographia
DA
Parceria ANTONIO MARIA PEREIRA
Rua Augusta, 44 a 54
LISBOA{pg. V}

À
MEMORIA
DE
ALEXANDRE HERCULANO
mestre e amigo{pg. VI}
{pg. VII}

ADVERTENCIA

«Antigamente foi costume fazerem memoria das cousas que se fazião, assi erradas, como dos valentes & nobres feytos. Dos erros porque se delles soubessem guardar: & dos valentes & nobres feytos aos bõos fizessem cobiça auer pera as semelhantes cousas faseram.»

Coronica do Condestabre.

A historia é sobre tudo uma lição moral: eis a conclusão que, a nosso vêr, sáe de todos os eminentes progressos ultimamente realizados no fôro das sciencias sociaes. A realidade é a melhor mestra dos costumes, a critica a melhor bussola da intelligencia: por isso a historia exige sobretudo observação directa das fontes primordiaes, pintura verdadeira dos sentimentos, descripção fiel dos acontecimentos, e, ao lado d'isto, a frieza impassivel do critico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objectivo, o systema dos sentimentos geradores e dos actos positivos.

O desenvolvimento do criterio racional e o predominio crescente dos processos proprios das sciencias, baniram os modelos antigos e fizeram da historia um genero novo. Nem os discursos moraes ou litterarios *sobre* a historia, á maneira do xvii{pg. VIII} seculo, nem o doutrinarismo secco do xviii que sobre factos e instituições mal conhecidos construia systemas geraes chimericos, nem a opinião, muito seguida em nossos dias, de considerar a historia unicamente

nos seus phenomenos exteriores, averiguando eruditamente as epochas e as condições dos successos, merecem, a nosso vêr, imitação.

Todos estes systemas, porém, ensaios successivos para determinar o genero de um modo definitivo, teem um lado de verdade aproveitavel. Os modelos classicos fizeram sentir o caracter moral da historia; os modelos abstractos, a necessidade de comprehender os phenomenos n'um systema de leis geraes; os modelos eruditos, finalmente, a condição imprescriptivel de um conhecimento real e positivo da chronologia e dos elementos que compõem o *meio* externo ou phisico das sociedades.^[1]

Nada d'isto, porém, é ainda realmente a historia, embora todas essas condições sejam indispensaveis para a sua comprehensão. O intimo e essencial consiste no systema das instituições e no systema das idéas collectivas, que são para a sociedade como os órgãos e os sentimentos são para o individuo, consistindo, por outro lado, no desenho real dos costumes e dos caracteres, na pintura animada dos logares e accessorios que formam o scenario do theatro historico.

Estes dois aspectos são igualmente essenciaes; porque a coexistencia independente dos motivos collectivos e naturaes, e dos actos individuaes, é um facto incontestavel na vida das sociedades.

Na *Historia da civilização iberica* tratámos de estudar o systema de instituições e de idéas da sociedade peninsular, para expôr a sua vida collectiva,{pg. IX} organica e moral. Tomámos ahi a sociedade como um individuo, e procurámos retratal-o phisica e moralmente. Agora o nosso proposito é diverso. Tratando da historia particular portugueza, somos levados a encarar principalmente o segundo dos aspectos essenciaes da historia geral. A sociedade portugueza, como molecula que é do organismo social iberico, peninsular, ou hespanhol—estas tres expressões teem aqui um alcance equivalente—obedeceu, nos seus movimentos collectivos, ao systema de causas e condições proprias da historia geral da

peninsula hispanica. Por isso procurámos sempre, na obra referida, indicar o modo pelo qual as leis geraes se realisavam simultaneamente nas duas nações hespanholas: duas, porque a historia assim constituiu politicamente a Peninsula.

Metade da historia portugueza está, portanto, escripta na *Historia da civilisação iberica*: a metade que trata da vida da sociedade, como um ser organico. Compreender-se-ha, pois, que nos abstenhamos agora de repetir o que está dito, e que nos limitemos a enviar o leitor para esse livro; indicando, quando fôr necessario, o logar onde poderá encontrar a explicação das causas geraes a que no texto se tem de alludir.

Resta fazer a segunda metade: resta caracterizar o que ha de particular na historia portugueza; resta fazer viver os seus homens, e representar de um modo real a scena em que se agitam: tal é o programma d'este livro, cujas difficuldades de execução excedem em muito as do anterior. N'esse, bastavam o conhecimento e o pensamento: um para nos dizer como foram as cousas, outro para nos indicar o principio e o systema da civilisação. Agora carece-se do faro especial da intuição historica, e d'um estylo que traduza a animação propria{pg. X} das cousas vivas. Toda a longanimidade do leitor será pois necessaria para desculpar as imperfeições da obra.

É mistér indicar ainda outro assumpto e prevenir uma impressão, natural em quem ler successivamente as duas obras. A *Historia de Portugal* consiste n'uma serie de quadros, em que, na maxima parte das vezes, os caracteres dos homens, os seus actos, os motivos immediatos que os determinam e as condições e modo porque se realisam, merecem antes a nossa reprovação do que o nosso applauso. Crimes brutaes, paixões vis, abjecções e miserias, compõem, por via de regra, a existencia humana; e por isso mais de um moralista tem condemnado o estudo da historia como pernicioso para a educação.—Por outro lado, a *Historia da civilisação iberica* respira um enthusiasmo optimista que, ao primeiro exame, pareceria contradictorio com o pessimo e mesquinho character que as acções dos homens apresentam. Um exemplo bastará para demonstrar

este antagonismo: além considerámos as conquistas americanas e asiáticas uma obra heroica, e agora veremos que montanha de ignominias foi o imperio portuguez no Oriente.

Esta contradicção, real para o criterio abstracto, não existe, porém, para o criterio historico. Toda a boa philosophia nos diz que o homem real é a imagem rude de um homem ideal, que essa imagem vive no mundo inconscientemente, e que todas as acções dos homens, maculadas de defeitos e vicios, obedecem a um systema de leis, idealmente sublimes. É esta verdade que o povo consagrou quando formulou o adagio: Deus escreve direito por linhas tortas.

Pesada esta consideração, que não podemos agora desenvolver de um modo cabal, vê-se-ha como na{pg. XI} historia de uma civilisação os caracteres particulares das acções dos homens, fundindo-se no systema geral de principios e leis que os determinam, perdem individualidade, e não valem senão como elementos componentes de um todo superior: que sejam humanamente bons ou maus, importa nada, porque só nos cumpre attender ao destino que os determina, e a moral é um criterio incompetente para a esphera ou categoria collectiva de que se trata.

Na esphera dos movimentos de instituições e idéas, na categoria da vida social, as acções dos homens são sempre absolutamente excellentes; porque a supremacia da sociedade sobre o individuo consiste no facto da existencia de uma consciencia superior da Idéa, no organismo que se diz sociedade. Os poetas épicos, seres privilegiados cuja voz não é propria, senão collectiva, são os órgãos vivos da consciencia de uma civilisação: assim Camões sente e exprime a grandeza historica do imperio das Indias, que na propria opinião particular do poeta são uma Babylonia, um poço de ignominias.

Esclarecido este lado do problema, embora de um modo incompleto e rapido, resta-nos dizer que na segunda metade da historia, na que trata dos individuos e dos episodios, na que pinta os costumes e os pensamentos, o criterio é outro: por isso affirmámos

que a historia é uma lição moral. Nos vícios e nas virtudes, nos erros e nos acertos, na perversidade e na nobreza dos individuos que foram, ha um exemplo excellente. Na sabedoria ou na loucura dos actos politicos e administrativos passados ha um meio de prevenir e encaminhar a direcção dos actos futuros. A historia é, n'esse sentido, a grande mestra da vida.{pg. XII}

Se os vícios, os erros, o crime e a loucura predominam sobre as virtudes, os acertos, a nobreza e a sabedoria dos homens, como sem duvida predominam, iremos por isso condemnar a historia por perniciosa? Não, decerto. Apresentar crua e realmente a verdade é o melhor modo de educar, se reconhecemos no homem uma fibra intima de aspirações ideaes e justas, sempre viva, embora mais ou menos obliterada. Conhecer-se a si proprio foi, desde a mais remota Antiguidade, a principal condição da virtude.{pg. 1}

[1] V. *Th. da hist. universal*, nas *Taboas de chronol.*, pp. VI-XXII.

HISTORIA DE PORTUGAL

LIVRO PRIMEIRO

Descrição de Portugal

«Onde a terra se acaba e o mar começa.»
CAMÕES, *Lusiadas*, III, 20

I

Os lusitanos

«O povo desde o qual os historiadores têm tecido a genealogia portuguesa está achado: é o dos lusitanos. Na opinião d'esses escriptores, atravez de todas as phases politicas e sociaes da Hespanha, durante mais de tres mil annos, aquella raça de celtas soube sempre, como Anteu, erguer-se viva e forte: reproduzir-se, immortal na sua essencia; e nós os portuguezes do seculo XIX temos a honra de ser os seus legitimos herdeiros e representantes.»

Com esta ironia encoberta mas grave, fustigava Alexandre Herculano^[2] os seus predecessores, historiographos nacionaes, e, segurando com valor a {pg. 2} férula magistral, castigava o povo culpado de acreditar n'uma tradição que tem para o erudito, além de outros defeitos, o de ser recente. Só desde o fim do XV seculo o nome de *lusitani* começa a substituir o do *portugalenses*, nos livros; mas essa innovação, perpetuando-se entre os eruditos, torna-se por fim uma crença nacional e quasi popular.

Que valor merece a inovação? Nenhum; e por varios motivos. «Tudo falta: a conveniencia de limites territoriaes, a identidade da raça, a filiação da lingua, para estabelecermos uma transição natural entre os povos barbaros e nós.» Ora estes argumentos, decisivos para o sabio historiador, não nos parece a nós—perdoe-se-nos o atrevimento—que o sejam. Outro tanto succede com todas as nações, ou quasi todas, desde que procuramos estabelecer a arvore genealogica, indo aos arcanos de um passado ignoto reconhecer a phisionomia dos mortos de muitos seculos e determinar d'entre elles os primeiros avós de uma nação. Seria absurdo exigir conveniencia de limites territoriaes, ou por outra, identidade de fronteiras, entre a localização de uma tribu primitiva, e a de uma nação moderna: nem aos povos que hoje mais indiscutivelmente representam, pura, uma raça, poderia fazer-se tal exigencia. Se ha ou não identidade de raça, é exactamente o problema que deveria agitar-se; e, sem isso, negal-o é proceder dogmatica e não scientificamente.

Allega-se que são indecisas as noções de Strabão com respeito ás fronteiras dos lusitanos; diz-se mais que não coincidem com as que Augusto deu á provincia da Lusitania.^[3] O geographo antigo, {pg. 3} ora parece incluir os callaicos nos lusitanos, entendendo as fronteiras d'estes ultimos até á costa do norte da Peninsula; ora os separa, dando-lhes o Douro como divisorio. A demarcação de Augusto adoptou esta segunda versão. As fronteiras orientaes extendiam-se, quer para o geographo, quer, depois, para a administração romana, muito além da raia portugueza, incluindo Salamanca, e subindo quasi até proximo de Toledo. D'alli para o sul, e depois para o nascente, seguindo o curso angular do Guadiana, os lusitanos de Strabão e a Lusitania de Augusto tinham como limite este rio, quasi desde as suas fontes, e até á sua foz, na costa do nosso Algarve.

Se ligassemos, pois, um valor positivo ás resenhas dos antigos geographos, e um alcance social-historico á identidade das fronteiras primitivas e actuaes, parece-nos que poucas nações poderiam com melhores motivos achar na etimologia dos antigos o

fundamento da sua vida moderna. Alargue-se a fronteira do norte ao Minho (conquista da Lusitania sobre a Gallecia) retráia-se a fronteira de leste ao Douro (conquista da Tarraconense sobre a Lusitania) e teremos feito coincidir os antigos com as actuaes limites. Qual é, dos primitivos, o povo que no decurso da sua vida historica deixou de conquistar e de ser conquistado? qual é o que não ganhou ou não perdeu, de um lado ou d'outro, sobre ou para os visinhos?

Se a maneira porque, a partir do seculo xv ou xvi, os historiographos nacionaes filiam o Portugal moderno na antiga Lusitania justifica as fundadas ironias do nosso grande historiador, não nos parece que o processo por elle seguido para negar a doutrina, seja conveniente, nem até verdadeira a opinião de que entre portugueses e lusitanos nada{pg. 4} haja de commum. Quando hoje vimos renascer de um modo erudito, e d'alli affirmar-se no espirito popular, a tradição nacional germanica, a italiana e até a romania: que valor tem o facto da tradição lusitana ter estado obliterada por seculos, para só resurgir n'uma epocha relativamente proxima e de um modo erudito? Se os portuguezes da Edade-media não sabiam de seus avós lusitanos, acaso saberiam de seus avós, italos, romanos ou teutonicos, os piemonteses, os vallacos, ou os prussianos até ao xviii seculo? Acaso, tambem, ser-lhes-ha mais possivel do que a nós estabelecer uma transição natural e uma historia ininterrupta desde as primeiras edades até ás modernas? Não, decerto. Se a erudição podesse demonstrar a unidade da raça iberica, então os lusitanos baixariam á condição de uma variedade sem autonomia; facto é, porém, que pouco ou nada sabemos, nem de iberos em geral, nem de lusitanos em particular, e por isso as fabulas dos velhos antiquarios não merecem a attenção moderna. Não haverá, porém, acaso outro caminho para atacar este problema? Á falta de monumentos escriptos, nada poderá valer-nos? Entre a fabula ingenua dos antiquarios e as exigencias seccas e formaes dos eruditos modernos, não estará outra via? Affigura-se-nos que sim.^[4]

Todos reconhecem hoje a indestructivel tenacidade das populações primitivas. Raizes profundas que nenhuma charrua

destroe apesar de revolta a leiva pelo ferro das conquistas, depois de esmagadas as folhas e troncos pelo tropear dos cavallos de guerra, depois de queimados e reduzidos a cinzas pelos incendios das invasões: embora{pg. 5} se lancem novas sementes á terra e nasçam vegetações novas, essas raizes profundas tornam a reverdecer, crescem, dominam um chão que é seu, e afinal convertem ou esmagam, transformam ou exterminam, de um modo obscuro, lento, mas invencivel as plantas intrusas.

A permanencia dos caracteres primitivos dos povos, facto hoje indiscutivel, permite fazer—consinta-se-nos a expressão—a historia ao inverso: julgar de hoje para hontem, inferir do actual para o passado. A questão da raça lusitana apresenta-se-nos pois n'estes termos: ha uma originalidade collectiva no povo portuguez, em frente dos demais povos da Peninsula? Crêmos que a ha circumscripta porém a traços secundarios. Crêmos que as diversas populações da Hespanha, individualisadas sim, formam, comtudo, no seu conjuncto, um corpo ethnologico dotado de caracteres geraes communs a todas. A unidade da historia peninsular, apesar do dualismo politico dos tempos modernos, é a prova mais patente d'esta opinião.^[5]

Esse dualismo, porém, leva-nos tambem a crêr que entre as diversas tribus ibericas, a lusitana era, senão a mais, uma das mais individualmente caracterisadas. Não esquecemos, decerto, a influencia posterior dos successos da historia particular portugueza: mas elles, por si só, não bastam para explicar o feitio diverso com que cousas identicas se representam ao nosso espirito nacional. Ha no genio portuguez o que quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante affirmativa do castelhano; ha no heroismo lusitano uma nobreza que differe da furia dos nossos visinhos; ha nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota{pg. 6} profunda ou sentimental, ironica ou meiga, que em vão se buscaria na historia da civilisação castelhana, violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invectivas mas alheia a toda a ironia, amante sem meiguice, magnanima sem caridade, mais que humana muitas vezes, outras abaixo da craveira

do homem, a entestar com as feras. Tragica e ardente sempre, a historia hespanhola differe da portugueza que é mais propriamente epica; e as differenças da historia traduzem as dessimilhanças do character.

Poderemos regressar agora ao passado, e perguntar-lhe a causa primaria d'este phenomeno? Decerto não. Ou sombras impenetraveis o encobrem, ou a escassez do nosso saber nos não deixou ainda desvendal-o. Como hypothese—e do nosso atrevimento será escusa a nossa modestia—somos levados a crêr que a individualidade do character dos lusitanos (quer n'elles incluamos os callaicos, quer não) provém de uma dose maior de sangue celtico ou celta (questionou-se outr'ora sobre isto) que gira em nossas veias, de mistura com o nosso sangue iberico. Os nomes proprios de logares, os nomes de pessoas e divindades, tirados das inscrições latinas da Lusitania e da Tarraconense, que constituem o nosso Portugal, provam a preponderancia de um elemento celtico. As vagas indicações dos antigos falam-nos dos celtas das margens do Guadiana, e dão-nol-os na costa Occidental da Peninsula. Vale porém mais do que isso a analogia evidente entre as manifestações particulares dos lusitanos e dos gallegos, e aquella phisionomia que os estudos eruditos sobre os celtas da França e da Irlanda teem determinado a estes ultimos.^[6] Tentámos{pg. 7} ha pouco esboçar a nossa phisionomia differencial: escusado é tornar agora ao assumpto. Se a idéa de uma filiação dos lusitanos foi expressa de um modo ridiculo pelos antiquarios classicos, a idéa de uma filiação celtica ou celta teve já a mesma sorte quando, quasi em nossos dias, houve quem pretendesse filiar directamente o portuguez na lingua dos bardos. Paz do esquecimento a todas as chimeras!{pg. 8}

[2] V. o seu retrato no *Portugal Contemporaneo* (2.^a ed.) II, pp. 283 a 327.

[3] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. 11-15 e *Taboas de chronol.*, pp. 256-7.

[4] V. ácerca dos lusitanos. *As raças humanas*, I, pp. 198-201, e 209-11, nota.

[5] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. XXXIV-XLIV.

[6] V. *As raças humanas*, liv. II, p. 4.

II

Fundamentos da nacionalidade

Que valor tem o problema da nacionalidade perante a questão da independencia politica?

Causas complexas, de ordem a mais diversa, e de merecimento mais distante, circunstancias que não vêm agora ao caso desenvolver, fizeram com que no nosso tempo se substituisse, ao principio do equilibrio internacional, o principio das nacionalidades, na organização dos corpos politicos independentes da Europa.^[7]

Invasora como todas as doutrinas, e além d'isso habilmente explorada pelos estadistas, a das nacionalidades tentou—se não tenta ainda—predominar absoluta no triplo conjuncto de causas naturaes que de facto determinaram sempre, e sempre determinarão, a existencia das nações: a geographia, a raça, e as necessidades de ponderação: uma vez que a Europa é de facto uma amphictyonia. Sobre estes tres elementos naturaes, ou antes coarctado por elles, o egoismo das nações e a ambição dos imperantes talharam no mappa a delimitação das fronteiras. Por escasso que seja o conhecimento da historia, ninguém ignora que de todos tres o que mais impunemente tem sido e é atacado pela vontade dos homens, é o primeiro. A rebeldia dos{pg. 9} dois segundos traduz-se de um modo mais immediato e efficaz nas guerras de equilibrio e nas guerras commerciaes ou estrategicas. Guerras, propria e exclusivamente de raça, são raras, se é que alguma houve; e os povos opprimidos por extranhos, quando teem o sentimento como que religioso da comunidade de origem, extinguem-se, ou em revoltas estereis, ou emigrando. O equilibrio, o

commercio, a estrategia, porém, muitas vezes aproveitam o sentimento da raça, fomentando-o, para dar com elle ás guerras a sanção que n'outros tempos se achava, de um modo analogo, nas crenças propriamente religiosas.

Até hoje todas as successivas tentativas para descobrir a nossa *raça* teem falhado. Latinos, celtas, lusitanos e afinal mosarabes, teem passado: ficam os portuguezes, cuja *raça*, se tal nome convém empregar, foi formada por sete seculos de historia. D'essa historia nasceu a idéa de uma patria, idéa culminante que exprime a cohesão acabada de um corpo social^[8] e que, mais ou menos consciente, constitue como que a alma das nações, independentemente da maior ou menor homogeneidade das suas origens ethnicas. O patriotismo tanto póde, com effeito, provir das tradições de uma descendencia commum, como das consequencias da vida historica. Não ha duvida, porém, que, se assenta sobre a affinidade ethnogenica, resiste mais ao imperio extranho do que quando provém apenas de uma comunidade de historia. No dia em que a independencia politica se perde, obliteram-se mais rapidamente os caracteres autonomicos, embora durante a lucta valham menos os elementos de força provenientes da homogeneidade{pg. 10} ethnogenica. Assim tantas nações perderam na Europa moderna a sua autonomia, sem que restem vestigios vivos da sua antiga independencia; ao passo que as individualidades ethnicas apparecem ainda hoje distinctas no seio de nações politicamente unificadas desde largos seculos: taes são o paiz basco, a Galliza e o Aragão, na Hespanha: a Irlanda e a Escocia, de raça celtica, na Inglaterra; a Provença, ou a Bretanha, em França: e, na Russia, a Finlandia que é scandinava, ou as provincias balticas que são germanicas.^[9]

O patriotismo portuguez não é pois argumento a favor nem contra o problema da unidade de sangue das populações com que Portugal se formou. O jornalismo e a politica podem explorar rhetoricamente todas as cousas, confundindo-as; mas á sciencia impassivel e soberana fica mal deixar-se arrastar por motivos inferiores. O patriotismo é excellente, no seu lugar. Negar que

durante os tres seculos da dynastia de Aviz a nação portugueza viveu de um modo forte e positivo, animada por um sentimento arraigado da sua cohesão, seria um absurdo. Essa cohesão que fôra ganha nas luctas e campanhas da primeira dynastia, perde-se no XVI seculo, por causa das consequencias do imperio oriental e da educação dos jesuitas. Portugal acaba; os *Lusiadas* são um epitaphio.

Deixemos pois celtas e lusitanos em paz, e aproximemo-nos dos tempos que precederam a formação da monarchia portugueza. N'essa epocha, o Mondego divide em duas metades o territorio nacional e as differenças typicas da população deviam{pg. 11} ser então ainda mais acentuadas do que o são hoje. Na metade do sul o typo vae confundir-se com os limitrophes de além da fronteira do reino: e na metade do norte, diz um nosso illustre escriptor^[10], «a Galliza, que tem comnosco de commum a lingua, que é uma continuação natural da zona geographica portugueza, podia muito melhor formar com Portugal uma nação, do que Portugal com Castella». A Galliza, cuja lingua se tornou litteraria sob o nome de portuguez^[11], vem com effeito até ao Mondego: o mosteiro de Lorvão dá-se em antigos documentos como situado *in finibus Galleciæ*.

O fallecido Soromenho (*Or. da ling. port.*) dizia que «entre a lingua usada na provincia de Entre-Douro-e-Minho e a que mais tarde apparece nas terras do Cima-Côa e na Estremadura ha uma differença bastante sensivel. Póde sem receio dizer-se que, á similhança do que succedia além dos Pyreneus, em Portugal havia tambem uma *langue d'oc* e uma *langue d'oil*, a lingua do Norte e a lingua do Sul... O Mondego é a lingua divisoria... ainda um seculo depois de D. Diniz ter abandonado o latim como lingua official». Esta differença coincide singularmente com as differenças, evidentes para todos, no clima, na vegetação, no character das populações do Norte e do Sul do nosso paiz. E a uniformidade posterior da lingua explica-se natural e comeseinhamente pelo facto de sete seculos de unidade nacional. «A importancia que o portuguez adquiriu repentinamente, diz o sr. Ad. Coelho (*A lingua portugueza*), *resultou da*

introducção da cultura poetica na côrte portugueza». É conhecido o papel{pg. 12} da politica no sentido do unificar as linguas do uma nação; abundam os exemplos de linguas substituidas, e nem sempre a lingua denuncia a stirpe^[12]. Os normandos perderam em França o seu idioma scandinavo, os burgundios o os lombardos, na França e na Italia, os seus idiomas germanicos; á maneira dos oseos e umbrios^[13] que tinham trocado pelo latim as suas linguas.

Não se pretenda por fórmula alguma dizer, comtudo, que ao sul do Mondego houvesse uma lingua diversa: diga-se, porém, que o argumento da *unidade actual* da lingua, depois de sete seculos de vida nacional, não tem valor. Todos vêem ainda hoje como é rara a população no sul, menos densos portanto os laços collectivos: e todos sabem como essas regiões, sujeitas por seculos a guerras exterminadoras habitadas por mosarabes, invadidas por berberes, taladas pelo fanatismo almoravide^[14] passaram para sob o imperio da monarchia nascida na Galliza portugueza. Como não receberiam a lingua do vencedor? Não podia haver lucta entre duas linguas romanicas, porque a arabisação do sul fôra completa: podel-a-hia haver entre o arabe e o portuguez, quando a população captiva passava á condição de escrava? quando as novas terras conquistadas eram povoadas por colonias frankas, ou pelos cavalleiros hyerosalemitanos?

Por taes motivos parece evidente a ausencia de uma causa ethnogenica no facto da formação da monarchia portugueza, cujas razões de existir são comesinhas, praticamente comprehensíveis, sem theorias subtis. A lingua vale decerto muito, como argumento: mas não valerá nada o homem que a{pg. 13} fala? Não se acham por esse mundo homens de uma mesma raça falando idiomas diversos, e populações de um mesmo idioma, pertencendo a raças diferentes?^[15] Ora quem trilhou Portugal e a Hespanha visinha observou decerto—ou não tem olhos para vêr—uma afinidade incontestavel do aspecto e do character, um parentesco evidente, entre as populações dos dois lados do Minho, dos dois lados do Guadiana, dos dois lados da raia secca de leste. Se esses homens não falassem, ninguém distinguiria duas nações. E por outro lado,

confundi já alguém um algarvio, ou um alemtejano puro, com um puro minhoto? A historia commum funde, não scinde; e quando vêmos, depois de sete seculos, diferenças tão marcadas, a observação dos homens leva-nos a crêr que com effeito em Portugal faltou uma unidade de raça, sobrando pelo contrario uma vontade energica e uma capacidade notavel nos seus principes e barões. Com um retalho da Galliza, outro retalho de Leão, outro da Hespanha meridional sarracena, esses principes compozeram para si um Estado.^[16]

A raça é de facto o mais tenue dos laços proprios para garantir a cohesão independente de um povo. E além d'isso a doutrina—se admittissemos a identidade d'ella e do facto—exigiria que á expressão de raça se ligassem sempre certos caracteres correspondentes á vastidão necessaria, á eminencia sempre crescente das funcções organicas, e{pg. 14} á originalidade activa, das nações modernas. Mal de nós, pois, se ao facto de termos ou não termos sido os lusitanos, ou outros quaesquer, formos pedir argumentos para defender a nossa independencia nacional; porque esse facto não augmentará, nem a nossa força, nem as nossas razões: porque esse facto nem sequer chega para motivar a nossa separação da monarchia leoneza.

Não nos levantámos contra ella como lusitanos opprimidos: nós nem tinhamos a menor idéa de que fossemos lusitanos, ou qualquer outra cousa. A população do condado portucalense, ibera, cruzada de celtas, romanisada, submettida ao governo dos godos, depois aos arabes, e finalmente ao monarcha leonez, não podia ter decerto um sentimento de cohesão collectiva ou nacional, incompativel com o estado da sua cultura, com a tradição, e com a situação social e politica: é isso o que todos os documentos historicos nos revelam. «Portugal, diz o snr. Herculano, nascido no XII seculo em um angulo da Galliza, dilatando-se pelo territorio do Al-Gharb sarraceno, e buscando até augmentar a sua população com as colonias trazidas de além dos Pyreneus, é uma nação inteiramente moderna.» É decerto; sem isso, porém, impedir que tenha raizes antigas. Não

confundamos esta questão com a da independencia, e teremos, cremos nós, pisado o verdadeiro e solido terreno da historia.

A causa da separação de Portugal do corpo da monarchia leoneza não é obscura, nem carece de largas divagações para definir-se: é a ambição de independencia do governador do condado, que o tinha do rei suzerano: é o afastamento d'esta nova região roubada aos sarracenos; é a necessidade de pulverisação da soberania, que a alliança d'esta idéa com a de propriedade, e a ignorancia de{pg. 15} meios administrativos capazes de manter a ordem em terrenos dilatados, tornam inevitavel na Edade-media.^[17] Portugal separava-se, da mesma fórma que o reino da Navarra se dividira em tres, e pelos mesmos motivos. Portugal defende a separação: o monarcha suzerano impugna-a. Debate-se mais de uma vez a questão com as armas: não porque se chocassem os sentimentos nacionaes, mas porque os principes defendiam o que era, ou julgavam ser, propriedade sua. Estas primeiras guerras portuguezas não depõem decerto de um modo particular em favor da independencia, porque eram a lei de toda a Hespanha, a lei de toda a Europa—podemos dizer assim. É um preconceito fazer do conde D. Henrique o fundador consciente da independencia de uma nação, quando o conde apenas cuidava da independencia pessoal e propria. O sentimento de independencia nacional, a idéa de que os reis são os chefes e representantes de uma nação, e não os donos de uma propriedade que defendem e tratam de alargar, bem se póde dizer que só data da dynastia de Aviz, depois do dia memoravel de Aljubarrota.^[18]

No XII e XIII seculos Portugal é um certo territorio, propriedade de um certo principe: d'onde vem? quem é? pouco importa. O conde D. Henrique era francez. Assim, a epocha da primeira dynastia desmente por todos os lados, e de todas as fórmas, a idéa de uma raça, possuindo, de um modo mais ou menos definido, a consciencia da sua existencia collectiva.

É essa consciencia que dá porém o caracter{pg. 16} eminente á segunda dynastia, ou de Aviz, em cujas mãos Portugal desempenha

um papel bem semelhante ao dos phenicios da Antiguidade.^[19] Como aos phenicios succedeu aos portugueses: no momento em que a razão de ser da sua acção na civilisação da Europa desapareceu, a nação definhou, sumiu-se, perdendo tudo até perder a independencia.

É verdade que a nossa independencia restaura-se em 1640. Mas como, de que modo? Atrever-se-ha alguém a dizer que é uma resurreição? Não será a historia da Restauração a nova historia de um paiz, que, destruida a obra do imperio ultramarino, surge, no xvi seculo, como no nosso appareceu a Belgica, filho das necessidades do equilibrio europeu? Não vivemos desde 1641 sob o protectorado da Inglaterra? Não chegámos a ser positivamente uma feitoria britannica? E ainda no decurso d'esta historia o Brazil veio, enchendo-nos de oiro, prestar-nos um ponto do apoio extra-europeu, e como que restaurar o antigo character do Portugal manuelino, capital europêa de um imperio ultramarino, á maneira da Hollanda. E que melhor prova póde haver da nossa desorganização do que a duração ephemera da obra do marquez de Pombal—o estadista que concebeu a verdadeira restauração de Portugal, chegando por um momento a fazer d'elle outra vez uma nação independente? que melhor prova do que a reacção victoriosa de D. Maria I?

A perda do Brazil, reduzindo o reino á miseria, veio mostrar a fragilidade do nosso edificio politico. Os inglezes tiveram de nos tutelar para manter, como lhes convinha, a dynastia de Bragança; e passada, vencida a crise, appareceu com o liberalismo{pg. 17} a impotencia manifesta de restaurar a vida historica de uma nação imperial ou colonial.^[20]

Não confundamos, pois, pelo amor de tudo o que ha sensato, o patriotismo com as questões e problemas scientificos das origens naturaes ethnicas. Tambem a Suissa, alleman, italiana, franceza, odiou o austriaco, á maneira por que nós *odiamos Castella*. Basta a historia, basta o interesse, para dar homogeneidade social e politica a um povo; e basta essa homogeneidade para crear um patriotismo.

Ora o patriotismo das raças assim formadas exprime-se na acção, e não em miragens enganadoras de um passado que a historia acaba. Na sua lingua, nas suas tradições, no seu character, o celta da Irlanda encontra sempre um ponto de apoio vivo e positivo. Quereis uma prova da differença? Os pontos de apoio que nós buscamos são mortos ou negativos: morto o imperio maritimo e colonial, a India, e toda a historia que terminou com os *Lusiadas* em 1580: negativo, o *odio a Castella*, que nem nos opprime, nem nos odeia.

Se a unidade da raça primitiva se não vê, menos ainda Portugal obedece na sua formação ás ordens da geographia: os barões audazes, ávidos e turbulentos são ao mesmo tempo ignorantes de theorias e systemas. Vão até onde vae a ponta da sua espada: tudo lhes convém, tudo lhes serve, com tanto que alarguem o seu dominio.

Por isso as fronteiras de Portugal oscillam durante{pg. 18} os primeiros dois seculos á mercê dos azares das guerras, com Leão e Castella de um lado, com os sarracenos do outro; e Portugal vem a ser formado com dois fragmentos: do reino leonez, um, dos émirados sarracenos, outro.

Quando Fernando-Magno de Castella, descendo do oriente, conquistou a moderna Beira aos musulmanos,^[21] a Galliza encontrou em Coimbra e na linha de defeza do Mondego uma fronteira que a punha ao abrigo de futuras correrias, até ou além do valle do Douro. Pelo meiado do xi seculo a expressão geographica de Galliza ia, pois, até ao Mondego; porém, as novas conquistas tinham sido constituídas pelo rei n'um governo, ou condado, cujos limites eram, pelo norte, o Douro; e a leste, uma linha passada por Lamego, Vizeu e Cêa, e que, descendo de novo á costa, acompanhava os pendores setentrionaes da serra da Estrella. Condado de Galliza ao norte, de Coimbra ao sul do Douro, sarracenos ao sul do Mondego: eis ahi a condição do territorio do moderno Portugal na segunda metade do xi seculo.

Já, porém, n'esta epocha, uma expressão a que não correspondia valor politico, militar ou administrativo, apparece a designar o territorio de entre o Douro e o Minho e a moderna provincia de Traz-os-Montes: a essa parte do condado da Galliza chama-se já Portucale.

Nos ultimos annos do XI seculo correrias felizes deram ao celebre Affonso VI a posse de Santarem, Lisboa e Cintra, alargando as fronteiras christans até á linha do Tejo. Os nossos territorios de entre Mondego e Tejo foram creados em condado ou governo, e confiados á guarda de Gonçalo Mendes da{pg. 19} Maia, o nomeado *lidador*: e os tres governos que tinham por limites successivos o Douro, o Mondego e o Tejo, constituiram em favor do genro de Affonso VI, Raymundo de Borgonha, uma especie de vice-reino. Breve foi, porém, a duração d'este periodo; porque logo em 1097, depois do desbarato do conde borguinhão e da perda da fronteira do Tejo, Affonso VI effectua uma nova divisão do territorio, dando autonomia politica á expressão geographica de Portucale ou Portugal, e annexando-lhe o antigo condado de Coimbra. O condado portugalense, por tal fórma engrandecido, foi dado a um primo do conde da Galliza, e os seus dominios recuavam assim de golpe desde o Tejo até ao Minho. Esse primo era o conde D. Henrique, tambem genro do poderoso Affonso VI.

Na primeira metade do XII seculo, o conde e a viuva sua herdeira levam as fronteiras do seu Estado, para leste, até Zamora, e para norte, por entre Minho e Bivey, até Tuy e Orense. As guerras civis dos Estados da Peninsula davam e tiravam assim, constantemente, territorios e povoações. A fronteira norte-leste breve regressa, porém, aos seus actuaes limites de além-Douro; mas o governo de Affonso Henriques, o primeiro que ousou quebrar de todo os laços tenues da vassallagem a Leão, viu alargar-se do lado opposto a raia até á linha do Sado, desde que, no meiado do XII seculo, Lisboa, Santarem, Cintra, Almada e Palmella caíram definitivamente em seu poder, accrescentando novas terras ás do primitivo condado portugalense.

As fronteiras do norte e leste, no além-Douro, eram já, ao tempo da accessão de Sancho I ao throno, as mesmas de hoje: margem esquerda do Minho, por Melgaço a Lindoso, d'ahi a Bragança por Miranda, entestar com o Douro no ponto em{pg. 20} que agora se extremam Portugal e a Hespanha. A fronteira de leste, entre Douro e Tejo, só no tempo de D. Diniz se demarcou por onde hoje passa: no fim do XII seculo a raia seguia desde a foz do Coa, rio acima, até á confluencia do Pinhel, e, acompanhando-o, passava entre Sabugal e Sortelha, em demanda das fontes do Elga. D'ahi ao Tejo, então e agora, a fronteira é a mesma.

Ao sul do Tejo é difficil, senão impossivel, determinar chronologicamente as fronteiras portuguesas. A nacionalidade do dominio nas cidades do Alemtejo permittiria traçar geographicamente a linha da fronteira com uma aproximação conveniente, tanto mais que os territorios de entre as cidades, devastados e ermos, eram posse de quem no momento os pisava armado. Mas as successivas correrias de lado a lado, a tomada, logo a queda; depois a reconquista de uma mesma cidade, ás vezes n'um periodo de mezes, tornam impossivel demarcar a fronteira antes da epocha em que definitivamente uma certa região passa para o dominio portuguez, para d'elle não mais saír. Assim, a tomada de Evora em 1166 dá á linha do Sado, pouco antes conquistada, um ponto de apoio a leste contra as fortalezas sarracenas de Jerumenha, Elvas e Badajoz. Por ahi a raia portugueza iria até Marvão, acaso até Arronches.

Tal é a linha das primeiras fronteiras do moderno Portugal.

No primeiro quartel do XIII seculo, Alcacer do Sal, base estrategica da linha sarracena ao sul, e Elvas, padrao avançado da linha de leste, cáem em poder dos portuguezes; e á determinação final da nossa raia alemtejana vem juntar-se, até ao meiado do seculo, a conquista do Algarve, completando, entre o Guadiana e o mar, o moderno Portugal.{pg. 21}

No ferir das guerras da conquista não são os musulmanos que põem um freio á ambição pessoal dos principes, porque a sorte do

imperio do Islam estava lançada, e para a consummar concorriam todos os Estados christãos da Peninsula. Será porventura a raça que delimita as fronteiras da nova nação? Ocioso é já responder. Será a geographia? Não parece; desde que vêmos a raia cortar de lado a lado as planicies do Alemtejo, as bacias do Tejo e do Douro, e cair perpendicularmente sobre as cumiadas das montanhas em vez de lhes seguir a orientação. Qual dos tres elementos nos resta? O equilibrio. O equilibrio é com effeito o elemento ponderador: á ambição dos principes de Portugal oppõe-se a resistencia dos reis de Leão; as armas, invocadas, demonstram que, se um dos antagonistas não tem força bastante para submeter o adversario, o outro tem de usar com prudencia de um poder limitado. Quando tenta passar além do Minho, ou adquirir para si Badajoz, a reacção mostra-lhe até onde póde ir a acção dos meios de que dispõe. Do equilibrio ou ponderação das duas forças antagonicas nasce a determinação geographica do Portugal moderno, para o qual só no extremo norte e no extremo sul, sobre o Minho e sobre o Guadiana, se assentou em admittir uma fronteira natural.

Estas já longas explicações bastarão, parece-nos, a expôr claramente o nosso pensamento. Ha ou não ha uma nacionalidade portugueza? Questão absurda, assim formulada. Evidentemente ha, se nacionalidade quer dizer nação. Se por nacionalidade se entende, porém, um corpo de população ethnogenicamente homogeneo, localizado n'uma região naturalmente delimitada, insistimos em dizer que tal cousa se não dá comnosco. Se por nacionalidade{pg. 22} se entende, finalmente, essa unidade social que a historia imprime em povos submettidos ao regime de um governo, de uma lingua, de uma religião irmans, como nós o temos sido durante sete seculos, evidentemente a resposta só póde ser uma.{pg. 23}

[7] V. *Th. da hist. universal*, nas *Taboas de chron.*, pp., XXII e segg.

[8] V. *As raças humanas*, introd., pp. LXVII e segg.

[9] V. *Instit. primitivas*, pp. 290-306.

- [10] O sr. F. Ad. Coelho.
- [11] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.), pp. 122-5.
- [12] V. *As raças humanas*, I, pp. 20-5.
- [13] V. *Hist. da repub. romana*, I, pp. 117-45.
- [14] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. 81-111.
- [15] V. *As raças humanas*, I, pp 20-5.
- [16] V. *Th. da hist. universal*, nas *Taboas de chronol.*, pp. XXX-I.
- [17] V. *Th. da hist. universal*, nas *Taboas de chronol.*, pp. XXVI-VII e *Instit. primit.*, pp. 222 e segg.
- [18] V. *Instit. primitivas*, pp. 233-43.
- [19] V. *Raças humanas*, I, IV, 2, 3.
- [20] V. *Portugal contemporaneo*, II, pp. 119-37.
- [21] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. 116-7.
-

III

Geographia portugueza

Quando se observa o retalho da Peninsula, de que a historia fez Portugal, separado do corpo geographico a que pertence, desde logo se vê como a vontade dos homens pôde sobrepujar as tendencias da natureza. Os rios e as serranias descem, perpendiculares sobre a costa occidental, proseguindo uma derrota e provindo de uma origem que se dilatam para muito além das fronteiras, até ao coração do corpo peninsular. As cumiadas das

montanhas e os valles extensos mudam de nacionalidade n'aquelle ponto convencional que aos homens aprouve fixar.

Não falta, porém, quem pretenda encontrar, no nosso proprio territorio, motivos determinantes da constituição primordial da nação: tanto póde a obcecação doutrinaria! Diz um que essa separação dos litoraes é uma regra,^[22] nega outro o character arbitrario da linha das fronteiras de leste, affirmando que essa linha coincide com os limites extremos até onde os nossos rios são navegaveis. Decerto nunca os viu quem tal affirma. No Guadiana apenas se navega até Serpa, e entretanto o rio é portuguez nas duas margens até Monsarás, formando a raia d'ahi até Elvas. O Douro para cima da Regoa é tão navegavel até Zamora como até á Barca-d'Alva. No Tejo, passando Abrantes, tanto se vae{pg. 24} até Alcantara, como até Aranjuez. Onde está pois a concordancia da fronteira com a parte navegavel dos rios? A allegada *base geographica* da nacionalidade desaparece pois, se é que uma tal expressão não quer apenas denunciar o destino maritimo, como que phenicio, da nação.

As duas cousas não devem, porém, confundir-se, pois n'um caso encontramos a causa determinante da aggregação social, enquanto no outro se observa a consequencia do facto da existencia anterior d'essa aggregação, fortuitamente constituida n'um litoral. É evidente que o character maritimo e colonial da nação portugueza, na segunda dynastia, não podia ter influido no facto já secular da independencia. É sabido que D. Affonso Henriques, o author d'ella, não tinha navios, servindo-se dos dos Cruzados para tomar Lisboa e Alcacer. A marinha foi uma creação da monarchia e um producto da nação, depois de constituida: o character maritimo é historico, não é primitivo em um povo rural, como era o portuguez dos primeiros tempos, e ainda hoje o é o gallego. O movimento de deslocação da capital do reino para o sul, as medidas de D. Diniz, as de D. Fernando, depois a empreza do Infante D. Henrique, são momentos successivos de uma historia que é o nervo intimo da vida portugueza. Desde a reunião das esquadras cruzadas no Tejo para a conquista de Lisboa, desde a introducção dos genovezes, que vieram ensinar-nos

a navegar, vê-se começar a formar-se essa nação cosmopolita, destinada á vida commercial, marítima e colonisadora.^[23]

É essa a nação que a historia fórma: e por isso mesmo que a vida portugueza foi marítima, e o{pg. 25} destino da sua historia o mar: por isso mesmo avultam os elementos que diariamente tornam cosmopolitas as cidades marítimas de um paiz cuja capital é um dos melhores portos do mundo. Portugal foi Lisboa, e sem Lisboa não teria resistido á força absorvente do movimento de unificação do corpo peninsular.

Erguido em frente do mar como um amphitheatro cujos primeiros degraus as ondas constantemente aspergem, o territorio portuguez, independente, adquiriu d'esta localisação um caracter seu: ao mesmo tempo que nos habitantes de Portugal acaso uma diversa combinação de sangue favorecia uma tendencia particular. Assim como, porém, as cristas das montanhas, e, pelo coração dos valles, o curso dos nossos rios, são as veias e os tendões que nos ligam ao corpo peninsular; assim tambem no nosso sangue os elementos primitivos accusam o facto de uma origem e de uma raça irman.

E se temos uma phisionomia moral, distincta sem ser diversa, tambem as condições do nosso territorio nos dão um genero de destino differente, mas encaminhado a um mesmo fim. As navegações e descobertas são a nossa gloria e a nossa maior façanha. Mareando a interrogar as mudas ondas, construímos; conquistando, derrocámos. Navegadores e não conquistadores, desvendámos todos os segredos dos Oceanos; mas o nosso imperio no Oriente foi um desastre, para o Oriente e para nós. A bordo fomos tudo; em terra apenas podémos demonstrar o heroismo do nosso caracter e a incapacidade do nosso dominio. Façanhas de homens que dirigem instinctos devotos e pensamentos de cubiça, eis ahi o que nós veremos ser o nosso imperio oriental. Epopêa do espirito indagador, audaz e paciente, as nossas navegações, as nossas explorações colonisadoras,{pg. 26} tornam-nos os genios d'esse elemento mysterioso, para o qual, porventura, a nossa alma celtica nos attrahia. Quando á Europa humilhada o

castelhano impõe a lei com a espada e o mosquete, nós, amarrados ao banco dos remeiros, segurando o leme, ferrando as velas, alargamos mar em fóra a nau, com o olhar perscrutador fixado nos astros que nos guiam. Vamos de manso, ao longo das costas... Ninguém nos vê: só as ondas ouvem as melopêas monotonas dos marinheiros, cujo rithmo obedece ao rithmo do quebrar da vaga contra o costado.—Elles vão, emplumados e vestidos de aço, arrogantes e cheios de imperio, com o seu grito stridente e tragico, ensurdecer e estontear o mundo! Ninguém diria dois povos irmãos; e são-no, porque ambos obedecem a um motivo identico, a um pensamento igual, que está no fundo da sua alma inconsciente, como a chamma que arde no cerne da Terra, dando origem a rochas tão diversas no aspecto, na côr, na rigeza, na structura, no merito.

Portugal é um amphitheatro levantado em frente do Atlantico que é uma arena. A vastidão do circo desafia e provoca tentações nos espectadores, arrastando-os afinal á laboriosa empreza das navegações, que era para elles um destino desde que a politica os destacára do corpo da Peninsula.

Quando se percorre de norte a sul a estreita facha da nação occidental da Hespanha, encontram-se os successivos prolongamentos das cordilheiras peninsulares, galgando uns até ao mar, terminando outros mais distante da costa. Entre elles abrem-se as bacias ou estuarios de rios parallellos que podem{pg. 27} dividir-se em dois systemas: o do norte e o do sul, delimitados pela cordilheira da Estrella-Aire-Montejunto-Cintra.

No systema do norte, o Douro é a arteria central d'uma região montuosa, coroada nos limites setentrionaes e austraes pelas duas cordilheiras culminantes da Galliza e da Beira. De uma e de outra, como socalcos ou degraus successivos d'essa platêa de montanhas que se fecha áquem da fronteira portugueza, descem outras serras, entre cujas depressões se precipitam os rios nacionaes do norte: o Minho, que delimita a Galliza, o Lima, o Cávado e o Ave, ao norte do Douro, e ao sul o Vouga e o Mondego. As serras de entre Minho e

Lima são as do Suajo; as de entre Lima e Douro, as do Gerez e do Marão, separadas pelo Tamega, confluyente d'este ultimo; as d'entre Douro e Vouga, Montemuro; as d'entre Vouga e Mondego, Caramullo.

No sul, as bahias do Tejo e Sado, divididas pela península da Arrabida, constituem o centro de um systema de caudaes irradiantes que cortam a zona mais plana, limitada de um lado pela serra da Estrella, do opposto pela do Algarve. Ao norte, na raiz austral da primeira, corre o Tejo, desinternando-se de Castella; destacando-se d'este, para sueste, o Sorraia, em plena planicie; e, mais pronunciadamente para o sul, o Sado, que vae nascer no pendor norte das montanhas algarvias.

Se a metade norte de Portugal é fechada a leste por um systema de contrafortes avançados dos Pyreneus cantabricos, a metade sul, theatro das guerras castello-portuguezas, contradiz de um modo incontestavel a opinião dos que vêem na orographia a base necessaria da delimitação das fronteiras nacionaes.

A começar do sul, o Guadiana fende a cordilheira{pg. 28} andaluza penetrando no interior da Peninsula. Curvando a sua orientação em Badajoz, o Guadiana, depois de ter regado os nossos terrenos raianos, toma uma direcção leste atravez das largas campinas da Estremadura hespanhola que os tratados apenas dividiram do nosso Alemtejo. N'esta metade austral da nossa fronteira de leste, as planicies e as aguas do rio que as rega mudam de nação sem mudarem de natureza; e outro tanto succede aos contrafortes avançados que reúnem n'um mesmo promontorio as serras de Guadalupe e a Morena, e onde em Portugal assentam Portalegre ao norte, Evora ao sul. No troço de fronteira ao norte d'esta como que garra lançada pela ossatura da Hespanha no Portugal alemtejano, corre, primeiro, o amplo valle em cujo centro deslisa o Tejo, prolongando-se com elle, Estremadura em fóra, até Toledo; e seguem, depois, as cumiadas da Guardunha que dividem o Tejo do Zezere, apertando este rio contra a serra da Estrella.

O pendor austral das serras do Algarve e a facha ou tapete de jardins sobre que pousa a sua base o throno d'esses montes, formam uma ultima e como que excepcional provincia geographica, vedeta sobre o continente fronteiro, cujo clima e producções partilha.

Geognosticamente, o territorio portuguez póde dividir-se em tres regiões principaes: a das rochas igneas e paleozoicas, a dos terrenos secundarios, e a dos terrenos terciarios.

Tracemos uma linha que, partindo de Aveiro para norte, ao longo da costa, se dobre para nascente acompanhando a fronteira marginal do Minho. D'ahi estende-se por toda a raia de leste até{pg. 29} ás serras do Algarve, baixando-a em direcção poente, para a prolongar com a costa até Sines. Depois, interne-se a contornar a bacia do Sado, por Grandola, Cercal, Panoias, Aljustrel, Ferreira, Torrão até Vendas-Novas; em seguida a do Sorraia, por Lavre, Mora, Ponte-de-Sôr, caíndo sobre o Tejo em Abrantes, e caminhando para norte por Thomar, Alvaiazere, Anadia—e ter-se-ha encerrado em Aveiro um perimetro que abrange cerca de tres quartas partes da superficie total da nação. É a região dos terrenos primitivos.

A dos terrenos secundarios compõe-se de dois retalhos isolados. O primeiro estende-se ao longo da margem direita do Tejo, desde Lisboa até á Barquinha; entestando d'ahi até Aveiro com a linha anteriormente traçada, e vindo ao longo da costa, a descer para o sul, circumscrever a serra de Cintra, chegando outra vez a Lisboa. O segundo é constituido pelo litoral do Algarve, no pendor sul das serras, até ao mar.

A terceira região, finalmente, a dos terrenos terciarios, desce pela costa, desde a ponta do Bogio, ao sul do Tejo, até Sines, alargando-se pelas duas zonas divergentes dos valles do Sado e do Sorraia, contornados pela linha determinada antes ao delimitar a raia da primeira região.

Esta ultima é, como se viu, a mais extensa e importante. Abrange as duas provincias ao norte do Douro, a quasi totalidade das duas Beiras e do Alemtejo, e boa metade do Algarve. A Estremadura quasi por si só compõe as duas segundas regiões—uma ao norte, outra ao sul do Tejo^[24].{pg. 30}

Na do norte predominam os terrenos cretaceos e jurassicos, formando tambem estes ultimos a quasi totalidade do retalho algarvio da segunda região. Uma pequena mancha de granitos em Cintra, os basaltos dos arredores de Lisboa, e as dunas da costa, desde a Marinha-grande até Aveiro, são os phenomenos esporadicos da geognosia d'esta parte de Portugal.

Na região do sul do Tejo apenas a Arrabida e S. Thiago de Cacem apresentam breves nodoas de terrenos jurassicos; e estes, os terrenos modernos formados pelas alluviões do Tejo e Sado e que lhes bordam as margens, e os areaes da costa entre o Bogio e o cabo de Espichel, são as unicas excepções do vasto lençol da região dos terrenos terciarios.

Na primeira e mais extensa das zonas geognosticas de Portugal tambem o Tejo póde dar lugar a uma divisão em duas sub-regiões differentemente caracterisadas. Tomadas ambas como um todo, os terrenos, schistosos quanto á structura, e primarios ou paleozoicos quanto á idade, predominam em massa, envolvendo as rochas eruptivas ou igneas. Porém ao norte do Tejo o volume d'estas rochas, exclusivamente graniticas, é proximamente igual á dos schistos; ao passo que ao sul, além d'estes ultimos predominarem, apparecem não só granitos mas porphyros e diorites.

Entre Castello-de-Vide, Portalegre, Niza e o Crato, inscreve-se acaso o maior e mais compacto affloraemento de granitos ao sul do Tejo. Depois d'este vem o de Evora, bracejando de um modo irregular, para norte até Vimeiro, para nordeste até Lavre, e no lado opposto até Vianna, Aguiar e S. Manços. Afinal, as pequenas nodoas de Galveas, de Santa Eulalia, de Freia, de Reguengos, da Vidigueira, e de{pg. 31} Valle-Vargo a nascente de Serpa,

completam o systema de affloramentos graniticos da sub-região do sul do Tejo. Os porphyros e diorites constituem um longo dorso que vem de sueste a nordeste, desde Serpa, por Beja, Alvito, Torrão, Alcaçovas, terminar junto de Cabrella, quasi na raia da região terciaria. Além d'esta formação principal, encontram-se destacadas as manchas sporadicas de Alter, de Bonnavilla, de Monforte, e as duas mais consideraveis de Campo-maior e de Elvas, proximo da fronteira.

Ao norte do Tejo as condições variam. A massa de rochas eruptivas predomina sobre a dos schistos. Depois do macisso schistoso da Guardunha, entre Castello-Branco e o Fundão, transposto o valle do Zezere, encontra-se a base alastrada da serra da Estrella, e afinal os alicerces de Monte-muro. Os granitos vêm desde a fronteira, entre Alfaiates e a Barcad'Alva, pela Covilhan e Taboa ao sul, por Vizeu a poente, entestar no Douro, cuja margem esquerda sobe até á raia de Leão. Pequenas são as nodoas schistosas na área circumscripta: S. João-da-Pesqueira e Villanova-da-Foscoa, na margem do Douro: Villa-da-Egreja ás origens do Vouga; Pinhel e Valhelhas no pendor sul da serra da Estrella.

Porém as abas occidentaes das serras da Guardunha, da Estrella e do Montemuro, ladeadas ao sul pelo Tejo, formam duas vastas zonas de terrenos paleozoicos, uma cortada pelo Zezere, outra pelo Mondego e pelo Vouga: são estas zonas que vêm raiar com a região dos terrenos secundarios até Aveiro, e com o mar desde Aveiro até á foz do Douro, tendo de permeio a facha de dunas da costa.

Ao norte do Douro os schistos predominam para{pg. 32} cima da linha Regoa-Chaves, os granitos para baixo. Ao longo da costa, desde o Porto até á Povia, encontra-se, destacado, um affloramento de rochas eruptivas; e, para leste, um outro nas serras do Gerez e do Suajo, a poente do Tamega, lançando junto a Braga um ramo que vae, por Barcellos, a Vianna e até Caminha.

A leste da linha Chaves-Regoa são irregulares e dispersos os affloramentos eruptivos: acompanham a margem portugueza do

Douro desde Bemposta até Miranda; apparecem em dois pontos da extrema fronteira do norte; vêem de Montalegre, por Chaves até Valpassos e Torre-de-D. Chama; e pela serra do Marão, desde Mondim e Ribeira-de-Pena, por Villa-Pouca e Villa-Real, morrer junto ao Douro em Villarinho. Todo o resto, o Marão, da Campean a Santa Martha, as alturas á esquerda do Corgo, a maxima parte do valle do Tua, e todo o valle do Sabor, são formados pelos terrenos paleozoicos.{pg. 33}

[22] V. *As raças humanas*, introd., pp. XXXI-II.

[23] V. *O Brasil e as colonias portuguezas* (2.^a ed.) pp. 1-29.

[24] V. para a geologia terciaria do Tejo, os *Elem. de Anthropologia* (3.^a ed.), pp. 212-17, podendo cotejar-se o estudo da região portugueza com o da Peninsula no seu todo na *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. VII-XXI.

IV

A terra e o homem

Conhecida a orographia e a geognosia do territorio, brevemente indicaremos o systema de caracteres agricolas e climatologicos, ambos subordinados aos anteriores, e todos solidariamente ligados para formar a phisionomia natural das diversas regiões do territorio portuguez.

A sua antiga divisão em provincias obedecia mais a estas condições naturaes do que a moderna divisão em districtos: as causas determinantes de uma e de outra são o motivo d'esta differença. As provincias formaram-se historicamente em obediencia ás condições naturaes; os districtos actuaes foram creados administrativamente de um modo até certo ponto artificial. Umas provinham dos caracteres proprios das regiões, e a administração limitára-se a reconhecer factos naturaes: outros, determinados por

motivos abstractos, nasceram de principios administrativos e estatísticos (área, quantidade de população, etc.), fazendo-os discordar o menos possível dos limites naturais, geográficos e climatológicos. Por estes motivos nós agora estudaremos por provincias, e não por districtos, o territorio portuguez; deixando para o lugar competente o estudo das condições modernas da nação.^[25]
{pg. 34}

A divisão das provincias apoiava-se em factos phisicos de um valor eminente. Começando pelo norte, o territorio de além-Douro inscreve duas zonas separadas pelo Tamega: a leste, Traz-os-Montes, a oeste, Entre-Douro-e-Minho. Além de obedecer, como se vê, á geographia, buscando nos rios fronteiras naturais, a divisão das duas provincias consagrava diferenças essenciaes: as geognosticas já por nós observadas (rochas eruptivas dominando a oeste, schistos a leste do Tamega), e além d'ellas as climatericas. Portugal, segundo já se disse n'outro lugar, é em geral um amphitheatro de montanhas, levantado em frente do Oceano. Esta circumstancia caracteriza para logo as regiões de um modo também geral, dividindo-as em duas categorias: as maritimas e as interiores; as cis e as transmontanas; as que estão directamente expostas á acção das brisas maritimas, e os declives orientaes, os valles interiores, e os degraus ou socacos das serras encobertas aos bafejos do mar por cumiadas occidentaes sobranceiras.

Esta circumstancia dá caracteres inteiramente diversos ás duas provincias do Douro-Minho e de Traz-os-Montes, divididas pelas serranias do Gerez e do Marão, que roubam a ultima á acção das brisas maritimas. Quem alguma vez transpoz o Tamega, decerto observou a profunda diferença da paizagem e do character e aspecto dos habitantes de áquem e de além d'esse rio. O transmontano, vivo, ágil, robusto, destaca-se para logo do minhoto, obtuso mas paciente e laborioso, tenaz, persistente e ingenuo. Além do Tamega o clima é secco (40 a 60% de humidade relativa) poucas as chuvas (500 a 1:000 millim. e no estio 70 a 80 apenas), grande o calor no fundo dos valles apertados, mas temperado nas alturas; intensos os frios hibernaes, que coroadas de neve as{pg. 35} montanhas e gelam a

agua pelas baixas (12 a 15° temp. média). Áquem, as brisas do mar, estacadas na sua passagem pelas serras, condensam-se e produzem as chuvas copiosas: por isso no Minho o pendor occidental das serras de oriente é sarjado pelos numerosos e successivos rios paralelos, cujos valles, reunindo-se junto á costa, formam ao longo d'ella a primeira das planicies litoraes de Portugal. Habita essa região pingue uma população abundante, activa, mas sem distincção de character, nem elevação de espirito: consecuencia necessaria da humidade e da fertilidade. Falta essa especie de tonificação propria do ar secco e dos largos horizontes recortados n'um céu luminoso e puro. O Minho é uma Flandres, não uma Attica. As chuvas precipitam-se abundantes (1:200 a 2:000 mill. annuaes, e no estio 80 a 200) sobre um chão lavrado de caudaes; a humidade (70 a 100%) torna flaccidos os temperamentos e entorpece a vivacidade intellectual, que nem um frio demasiado irrita, nem um calor excessivo faz fermentar, á maneira do que succede nas zonas genesiacas dos tropicos. Temperado o clima (12 a 15°), sem excessivos afastamentos hibernaes, a população satisfeita, feliz, e bem nutrida de vegetaes e de ar humido, offerece a imagem de um exercito de laboriosas formigas sem cousa alguma de aládo e brilhante de um enxame dourado de abelhas.

O clima determina a paizagem. Além Tamega as louras messes do trigo, os pampanos rasteiros, o carvalho nobre e o castanheiro gigante vestem os pendores de elevadas serras, cujas cristas dentadas de rochas, no inverno coroadas de neves, se recortam no fundo azul do firmamento, dando fixidez e nobreza ao quadro, e infundindo o quer que é de elevado no espirito. A natureza vive na{pg. 36} luz, e a alma sente que os elementos teem dentro em si forças que os animam.

Áquem Tamega o scenario muda: a humidade cria em toda a parte vegetações abundantes; não ha um palmo de terra d'onde não brote um enxame de plantas: mas como o solo é breve, como a rocha afflora por toda a parte, e os campos nascem do terreno vegetal formado nas anfractuosidades do granito pelas folhas e ramos decompostos, e nos estuarios dos rios pelos sedimentos das

cheias, a vegetação é rasteira e humilde, o pinho marítimo de uma constituição debil, o carvalho um pigmeu enleado pelas varas das vides suspensas. A densidade da população completa a obra da natureza n'uma região onde o vinho não amadurece: o acido picante dá-lhe uma similhaça das bebidas fermentadas do norte, cidra ou cerveja, e com ella, ao genio do povo, caracteres tambem semelhantes aos de bretões e flamengos. A vegetação, de si mesquinha, é amesquinhada ainda pela mão dos homens: as necessidades implacaveis da população abundante produzem uma cultura que é mais horticola do que agricola: pequeninos campos, circumdados por pequeninos valles, orlados de carvalhos pigmeus, decotados, onde se penduram os cachos das uvas verdes. No meio d'isto formiga a familia: o pae, a mãe, os filhos, immundos, atraz d'uns boiseinhos anões que lavram uma amostra de campo, ou puxam a miniatura de um carro. Sob um céu ennuveado quasi sempre, pisando um chão quasi sempre alagado, encerrado n'um valle abafado em milhos, dominado em torno por florestas de pinheiros sombrios, sem ar vivificante, nem abundante luz, nem largos horizontes, o formigueiro dos minhotos, não podendo despegar-se da terra, como que se confunde com ella; e, com{pg. 37} os seus bois, os seus arados e enxadas, fórma um todo d'onde se não ergue uma voz de independencia moral, embora amiude se levante o grito de resistencia utilitaria.^[26] A paizagem é rural, não é agricola; a poesia dos campos é naturalista, não é idealmente pantheista. Quem uma vez subiu a qualquer das montanhas do Minho e dominou d'ahi as lombadas espessas de arvoredos, sem contornos definidos, e os valles quadriculados de muros e renques de carvalhos recortados, sentiu decerto a ausencia de um largo folego de ideal, e de uma viva inspiração de luz. Apenas aqui e acolá, engastado na monotonia da côr dos milhos, um canto do verde alegre do linho vem lembrar que tambem no coração do minhoto ha um lugar para o idyllio infantil do amor.

Descendo para o sul do Douro, entre a Beira montanhosa e a Beira litoral, dão-se differenças analogas ás que distinguem o Minho e Traz-os-Montes: analogas, dizemos, e não identicas, porque

n'esta nova região começam a sentir-se as influencias de causas geraes, como são as da latitude. A zona anterior estanceia entre os paralelos de 41° e 42°; as Beiras descem até 39° 30'. Portugal, inscripto entre 37° e 42°, e lançado como uma estreita facha norte-sul, tem na latitude das regiões uma causa geral a concorrer sempre com as causas particulares, quaes são a altitude, a exposição e a constituição geognostica das montanhas, no sentido de determinar os caracteres das suas differentes provincias.{pg. 38}

N'esta de que agora nos occupamos, levanta-se ao centro a serra da Estrella, a cujo pendor maritimo se chamou Beira-alta, dando-se aos declives transmontanos oppostos, reunidos á Guardunha, o nome de Beira-baixa. Tres zonas compõem a região das duas provincias: o litoral formado pelos estuarios do Vouga e do Mondego, as serranias occidentaes ou maritimas, e as orientaes ou transmontanas.

A serra da Estrella é a mais elevada das cordilheiras portuguesas; é o prolongamento da espinha dorsal da Península; é a divisória das duas metades de Portugal, tão diversas de fisionomia e temperamento; é finalmente como que o coração do país—e acaso nas suas quebradas e declives, pelos seus vales e encostas, demora ainda o genuíno representante do lusitano antigo. Se há um tipo propriamente português: se através dos acasos da história permaneceu puro algum exemplar de uma raça antehistórica onde possamos filiar-nos, é aí que o devemos procurar, e não entre os gallegos ao norte do Douro, nem entre os turdetanos da costa do sul, nem entre as populações do litoral cruzadas com o sangue de muitas raças e com os sentimentos e costumes das mais variadas nações.

O pastor quasi-barbárico dessas cumiadas da serra a topetar com as nuvens (1:800 a 2:000m. de altit.), abordado ao seu cajado, vestido de peles, seguindo o rebanho de ovelhas louras, é talvez o descendente dos companheiros de Viriato. Por essas eminências, tapetadas de relva no estio e de neves no inverno, nem as villas, nem as arvores se atrevem a subir: só o pastor nómada as habita. Do alto do seu throno de rochas vê gradualmente ir nascendo a vida pelas encostas: primeiro o zimbro,{pg. 39} rasteiro e roído pelo gado, circunda os altos nús; logo apparecem os piornos, as urzes brancas, os carvalhos; depois, já a meia altura da encosta, os castanheiros, as lavouras, e os enxames de aldeias; afinal, na extrema baixa, o lençol de lagunas, tapete de esmeraldas engastadas em fios de brilhantes, que o sol faceta ao espalhar-se no labyrintho dos canaes.

A serra da Estrella, reforçada ao norte pelo contraforte de Montemuro, fecha, com o Marão e o Gerez, uma muralha natural, onde os ventos do mar estacam. Apenas cortada pelos vales do Douro e do Tua—duas fendas—essa barreira, cujos picos sobem até 2:000m., encerra e protege o Portugal do norte, sendo a principal causa das chuvas abundantes e do clima creador do litoral de além-Mondego.

O beirão, habitante da encosta occidental onde o ar é mais humido do que em Traz-os-Montes (65 a 100%), as chuvas mais abundantes (700 a 1:200 millim.) e a temperatura identica: onde o castanheiro colossal, o cedro, o carvalho e o pinheiro bravo põem na paizagem todos os tons e essa grandeza propria de arvores que vivem seculos: o beirão é menos vivo, mas mais robusto. Quem divagou por essas terras admirou decerto a structura herculea dos seus homens, cuja face, não luzindo com os brilhantes reflexos de vida interior, accusa todavia um pleno desenvolvimento da vida animal. Berço dos audazes bandidos, anachronicos representantes de uma independencia de outras edades,^[27] a Beira é o viveiro de musculosos trabalhadores, que vão todos os annos, pelo estio, lavrar as glebas do sul do Tejo, levemente vestidos com as bragas curtas de{pg. 40} linho, descalços, com a camisola de lan agasalhando o tronco, o barrete phrigio na cabeça, a manta e a enxada ao hombro.

Descendo ao litoral, o beirão é amphibio: pescador e lavrador. A lavoura nasce do mar: os carros são barcos, adubos o *molisso* de algas e mariscos. Ao lado de um talhão de milho está uma marinha de sal. O mar insinua-se pelos canaes retalhando a planicie, em cujo centro, como uma arteria, corre placidamente o Vouga. A tres leguas da costa vê-se fundeado um barco: as mulheres cozem as redes, ao lado, sobre a terra humida e negra, que os bois lavram, ou o cavador abre á enxada. O calor (15 a 16), a humidade permanente (65 a 80%), fazem germinar breve as sementes, multiplicam as colheitas, e as febres. Essa paizagem deliciosa e original, indecisa entre o mar e a terra, e que nos enche de vivo prazer, quando a dominamos desde os altos de Angeja á raiz das montanhas, attrahe-nos como a sombra da manzanilha, cheia de frescura e veneno. Os elementos, confundidos, vingam-se da temeridade dos homens.

A exposição oriental ou transmontana das abas da serra da Estrella e dos cerros subalternos da Guardunha dá á provincia da Beira-baixa um outro aspecto: ha maior secura no ar, e as chuvas são menos abundantes: os olivae medram melhor, e os hahitantes juntam á vida agricola a industrial, tecendo as lans dos rebanhos da

serra com a força das torrentes que se despenham nas quebradas do valle do Zezere.

Já semelhante por muitos lados ao alto Alemtejo, a Beira-baixa é a transição da metade norte para a metade sul do paiz.{pg. 41}

Caminhemos de oriente para occidente. O Alto-Alemtejo tem o clima de Traz-os-Montes; a temperatura média é mais elevada (16 a 17.), porque a menor altura das montanhas dá frios menos intensos no inverno; as chuvas estivaes são menores também (30 a 50 mill.). Fronteira aberta da Hespanha, a raia apenas convencionalmente o divide da Estremadura castelhana. As mesmas planícies onduladas, as mesmas culturas cerealíferas, as mesmas florestas de sobros e azinhos, as mesmas vinhas, os mesmos costumes, os mesmos homens, estão de um lado e do outro da fronteira. Torrada pelo sol a face barbeada, de olhar vivo, gesto livre, porte nobre e seguro, bizarro, folgasão, hospitaleiro e communicativo, o alemtejano exprime no seu todo a grandeza um tanto austera do chão sobre que vive. Não é decerto um grego de Athenas, mas é um grego da Beocia. Os seus campos são um granel, os seus montados um viveiro. Quando nas longas e alinhadas estradas, entre lençoes de mattas de azinho escuro, sob o calor de um sol dardejante, divisamos ao longe uma pequena nuvem de poeira, que a luz illumina, e ouvimos o tilintar alegre das campainhas e guizos nas colleiras dos machos—é o cazeiro, que a trote largo, com a cara redonda e alegre, o ventre apertado nos seus calções de briche preto, vae á feira de Villa-Viçosa em maio, ou á de Evora em junho, tratar dos negocios da lavoura. A distancia, vem o arreeiro no seu carro toldado, guiando a récua de machos carregados de odres de vinho: logo o pastor com o guarda-mato de pelle de cabra, o cajado ao hombro, conduzindo as ovelhas, a vara de porcos, gordos como texugos, ou a boiada loura de longas hastes. O sol ardente dá tom a todas as côres, vida a todos os movimentos: suffoca-se, a poeira cega, e as bagas{pg. 42} de suor camarinham na testa. O alemtejano diz pouco, e raro canta; não é misanthropia, é indifferença. O idyllio não póde seduzir a quem vive em ampla communhão com o campo largo, o céu sempre azul, o sol sempre

em fogo. Apenas, de verão, baila ao som da guitarra nas noites calmosas, fazendo a vigília aos seus santos favoritos, não para esquecer um trabalho que lhe não dóe, mas para dar largas aos seus amores de um momento.

Os que uma vez embarcaram abaixo de Serpa, onde as cataratas põem ponto á navegação, Guadiana em fóra até ao Algarve, terão sentido ao chegar á foz a impressão de quem entra, de um sertão, em um jardim: de quem deixa uma gruta escura por uma planície luminosa. Breve é a extensão do Algarve, desde Villa-Real até Lagos, abrigado pela ponta do cabo de S. Vicente; mas esse trajecto sombrio do Guadiana divide duas regiões caracteristicamente accentuadas. O algarvio é um andaluz. Ao contrario do alemtejano, tudo o interessa, de tudo fala, agita-se em permanencia, com uma vivacidade quasi infantil. No Algarve não ha o silencio e a impassibilidade: ha o movimento constante, o falar, o cantar de uma população como a dos gregos das ilhas, ora embarcados nos seus navios costeiros, ora occupados nos seus campos, que são jardins. Se a planície e os longos horizontes das montanhas dão ao espirito a placidez solemne, tambem o arrulhar constante da onda, sobre a qual, debruçado como um eirado, está o Algarve, põe no pensamento uma agitação permanente, meio-tonta, mas encantadora. Ao calor de um sol já africano, durante o estio, e no seio de uma constante primavera, durante o inverno, o algarvio desconhece a aspereza da vida: nem os frios{pg. 43} o obrigam á industria para se vestir, nem a fome ao duro trabalho da enxada para comer. Enquanto voga sobre o mar, mercadejando, pescando, contrabandeando, crescem-lhe no campo a figueira, a amendoeira, a laranjeira, cuja seiva o sol se encarrega de transformar todos os annos em fructos. A alfarrobeira nas encostas da sua serra, a palma pelos vallados, pedem apenas que lhes colham os fructos e os ramos; e o mercador, no seu barco, ao longo da costa, espera as cargas, para as trocar por dinheiro.

No decurso da nossa viagem deixámos em claro as mortíferas baixas do Guadiana: nem vale a pena demorarmo-nos n'essa região

desolada; porque agora, regressando pela costa acima, o litoral do Alemtejo e a parte occidental da Estremadura transtagana partilham com ella os caracteres tristonhos e doentios. Entramos na região dos terrenos terciarios: as aguas estagnam e apodrecem nas baixas; as populações definham. Ou torradas pelo arido suão, que os areaes ardentes não podem suavisar, e sem montanhas que obriguem os vapores do mar a condensarem-se; ou envenenadas pelos miasmas dos paúes que o sol de fogo põe n'uma fermentação permanente, as populações amarellecidas e magras definham, curvadas pelo trabalho mortifero das marinhas de sal, ou da cultura pantanosa do arroz. São o contraste das baixas do norte do paiz, estas baixas do sul. Além, copiosas chuvas e uma humidade creadora; aqui o ar secco (500 a 700 mil. annuaes, 30 a 50 no estio; humidade, 30 a 80%) duro e carregado de emanções mephiticas. Além, uma temperatura branda; aqui um calor (med. 17°) excessivo. Além, uma população exuberante: aqui, as solidões e os{pg. 44} areaes nús, matizados pela traiçoeira cevadilha, e pelo áloes orgulhoso, levantando com imperio o seu penacho côr de fogo. Além, homens laboriosos e familias; aqui tribus esfarrapadas em choupanas, tiritando com o frio das sezões n'uma atmospha de lume: mulheres esqualidas, creanças verde-negras, homens na indifferença de desolação, ou na vertigem do crime.

Entre estas duas regiões litoraes extremas está porém a central, a vingar-nos da miseria de uma e da opulencia da outra. Quem desce, de Canha e Alcacer-do-Sal até Setubal na peninsula de entre Tejo e Sado, e domina, desde o promontorio da Arrabida, a paizagem circumdante, respira afinal a longos traços uma plena vida e uma doce alegria. Acaso não ha no reino panorama nem mais bello, nem maior, nem mais nobre, nem mais variado. A nossos pés descem as anfractuosidades da serra vestidas de espessas matas: as giestas douradas, as bagas carmineas dos medronhos, o rosmaninho, a alfazema, misturando todos os seus aromas inebriantes. Sobranceiros a Palmella, vemos-lhe os muros ameiados: Setubal desenha-se no valle encastoadada n'um jardim de laranjaes; no fundo quebram-se as ondas contra as rochas do Cabo;

e para o lado opposto as collinas da fidalga Azeitão ondulam por sobre o espesso tapete de pinhaes extendido até ao Tejo. Erguendo a vista, divisamos além do mar a ponta de S. Vicente e o sul; para leste, Evora de um lado, as campinas do Riba-Tejo do outro; para norte, Lisboa em amphitheatro sobre a sua bahia; além d'ella, Cintra e os montes da Estremadura cistagana, a qual, até ao Mondego, fórma a primeira{pg. 45} zona extremenha, por onde vamos entrar no exame da ultima das regiões do nosso territorio.

O litoral do centro, entre o Mondego e o Tejo, é a parte mais benigna do paiz. Ahi o ar temperado pelas brisas maritimas mantém um grau de humidade, (60 a 85%), e as chuvas, regulares sem serem copiosas (700 a 800 mil. annuaes, e 20 a 30 no estio), uma rega, que fertilisam os terrenos sem os tornar gordos, como os do norte. Nem o calor (15 a 16°) tigna de verão as vegetações, nem o frio do inverno as atrophia. Por tudo isto, a população abunda, sem exorbitar, como no Minho; e o habitante reune á laboriosidade de uma vida agricola a liberdade de uma existencia mais ampla. Por tudo isto, além dos caracteres geognosticos da região, a flora é variada, reunindo o pinheiro bravo e o manso, a vinha, a oliveira e o carvalho, o trigo, o milho e o centeio. Desde os campos que o Mondego todos os annos fertiliza, por Leiria e Alcobaça vestidas de florestas, pelas veigas do Nabão, chegamos ao Tejo; e, transpondo-o, entramos no seu valle, que é para nós como o Nilo é para o Egypto. N'elle com effeito o campino nos traz á idéa o typo d'essas raças da Africa setentrional, lybios ou mouros, cujo sangue anda misturado em nossas veias. A cavallo, de pampilho ao hombro, grossos sapatos ferrados, gorro vermelho na cabeça, o ribatejano, pastoreando os rebanhos de touros nas campinas humidas e vicejantes, é como um beduino do Nilo. A vasta planicie matizada de povoações e bosques de choupos, de salgueiros e de álamos, contornada ao longe pelas cumiadas das serras, tem o character das paizagens do Egypto, ou de Tunis, dominadas pelo esqueleto giganteo do Atlas^[28].{pg. 46}

Como o beirão, tambem o ribatejano reune á vida agricola a maritima ou fluvial: é elle quem vem nos seus barcos de *agua-acima*, até Lisboa, trazer o seu tributo de cereaes e fructas. Pelo

Tejo, o Portugal marítimo abraça o Portugal agrícola fundindo n'uma as duas phisionomias typicas da nação. Rio acima, o Alemtejo de um lado, a Beira do outro, por esta fórma se communicam com a população marítima do litoral. Lisboa, com Sines ao sul, Aveiro ao norte, eis os pontos cardeaes d'essa costa Occidental, d'onde tantas grandes aventuras, tão dilatadas viagens se emprehenderam. Capital geographica, Lisboa é também a nossa capital marítima; e se as viagens e descobertas são o coração da nossa historia particular nacional, Lisboa é também a nossa capital historica. As toadas plangentes que ao som da guitarra se ouvem por toda a costa do occidente; essas cantigas, monotonas como o ruido do mar, tristes como a vida dos nautas, desferidas á noute sobre o Vouga, sobre o Mondego, sobre o Tejo e sobre o Sado, traduzirão lembranças inconscientes de alguma antiga raça, que, demorando-se na nossa costa, povesse em nós as vagas esperanças de um futuro mundo a descobrir, de perdidas terras a conquistar ao mar?

Os sonhos cheios de encanto e melancolia, por tão longos tempos embalados pelo incessante murmúrio do mar bretão e pelo ciciar das florestas druidicas; o carinho da natureza pelo homem, traduzido n'essas lendas piedosas em que os animaes falam, os passaros veem fazer ninhos na mão dos santos, e a voz das fadas se mistura com o ramalhar das arvores e o murmurar das aguas: esse vaporoso e encantador botão da alma celtica, porventura desabrochava no espirito nacional portuguez,{pg. 47} quando a conclusão das guerras da independencia assim o ordenou.

D. João de Castro, o marinheiro, tem, como um druida, o amor ingenuo da natureza: «Ó vergonha e grande cubiça dos homens, que por haver as desventuras dos metaes cavam tanto a terra que lhe tiram fóra as tripas, derribam grandes outeiros, abaixam asperas e altissimas serras no andar e olivel dos campos, e não contentes de *estragarem tanto a terra*, rompem e furam pelo mar por haverem uma perla—e para esculdrinhar uma obra maravilhosa da natureza são timidos e preguiçosos!»{pg. 48}

[25] V. *Portugal contemporaneo*, pass.

[26] V. *Portugal contemporaneo* (2.^a ed.), II, pp. 183-91.

[27] V. *Portugal contemporaneo*, (2.^a ed.) II, pp. 51-3.

[28] V. *Elem. de Anthropologia* (3.^a ed.) p. 232.

V

A historia nacional

D'esta viagem, breve, pallida, e incorrectamente esboçada, ficaria—ousamos crê-lo—no espirito do leitor uma impressão por isso mesmo verdadeira. Pallida e como que indeterminada, sem fortes côres nem linhas pronunciadas, é a phisionomia da nação, quer na paizagem, quer nos homens. Nenhum traço profundo distingue a nossa geographia; benigno, médio ou temperado é o nosso clima, e tambem o nosso character.

Se alguma cousa de facto nos individualisa, é a falta de affirmação do nosso genio. Aquellas a que poderemos chamar qualidades peculiares nossas, consistem na facilidade com que recebemos e assimilamos as de extranhos. Navegadores—e só por si este character não imprime em nós um cunho distincto dos demais povos maritimos—a maneira por que nos aventurámos ao mar, retrata ainda a nossa phisionomia collectiva: fomos prudente e pacientemente ao longo das costas africanas, ou de ilha em ilha, no oceano, caminhando passo a passo, avançando sempre, tenazes, mas jámais temerarios^[29].

Essa individualidade passiva do nosso genio traduz-se na nossa historia. Ninguém busque n'ella{pg. 49} movimentos originaes e profundamente caracterisados por uma idéa nacional: esperal-o-hia o castigo reservado a todas as chimeras. Ninguém busque tampouco o systema de um desenvolvimento proprio e organico, obedecendo a leis particulares, e constituindo, no seu todo, aquillo a que se chama uma civilisação: por esse lado apparecemos

indestructivelmente ligados ao corpo peninsular; e apesar de politicamente separados, obedecemos ás leis geraes que lhe determinam a vida historica. O conjuncto dos nossos pensamentos moraes, o character dos movimentos que compõem o systema do desenvolvimento das instituições, o das condições das classes, e até as linhas geraes da nossa vida politica, são apenas um aspecto do systema da historia da peninsula iberica. Por isso nós, que, em outro livro,^[30] tratamos d'este assumpto, não voltaremos agora a occupar-nos d'elle, para não fatigarmos o leitor com repetições inuteis. Procuraremos n'esta obra determinar o modo particular, proprio ou nacional, com que realisámos um programma historico geral, definindo a nossa individualidade collectiva; procuraremos tambem indicar os movimentos politicos, em que resolutamente defendemos a nossa autonomia; e finalmente mostrar que, sendo a ausencia de character nacional affirmativo, e a malleabilidade com que recebemos e assimilamos as influencias extranhas, o que mais pronunciadamente nos individualisa como povo, a independencia da nação não proveiu de factos naturaes, porém sim dos actos de vontade dos seus homens. Causas de outra ordem houve de certo que vieram dar-lhes um apoio energico, e, não falando agora nas maritimas e coloniaes, referimo-nos ás{pg. 50} influencias extranhas á Hespanha, que por momentos nos pozeram, a nós, seus filhos, n'um estado de antagonismo transitorio com o desenvolvimento da historia peninsular. É sabido que a nossa primeira dynastia procedia de Borgonha; nos primeiros tempos são numerosos os fidalgos e soldados estrangeiros entre nós: e as conquistas de Lisboa, de Alcacer, do Algarve, effectuam-se com o auxilio de exercitos e armadas forasteiros. Mais tarde veem combater ao lado de D. João I os inglezes, com quem já ao tempo de D. Diniz celebráramos tratados de commercio, e que, nossos alliados no tempo do D. Fernando, nos impressionavam com os seus costumes e lettras. D'então data a generalisação dos nomes inglezes como Tristão, Jorge, Duarte, que se começam a encontrar ao lado dos antigos nomes romanos e gothicos. As allianças inglezas repetem-se nos primeiros tempos da dynastia de Aviz, até que o desenvolvimento do nosso imperio colonial nos torna soberanos. Annexados á Hespanha depois, voltamos a depender da Inglaterra ou da França, quando

readquirimos a independencia. Generaes francezes commandam as campanhas da Restauração, patrocínada pela França; generaes inglezes, as guerras do principio do seculo subsidiadas pela Inglaterra. E duas vezes, quando se tentou chamar a nação á vida eminente da sciencia; duas vezes, quando D. João III e o marquez de Pombal reformaram a Universidade; duas vezes se importaram mestres estrangeiros.

De tudo o que deixamos escripto o leitor decerto comprehendeu já o systema de preceitos a que vae obedecer o nosso estudo; e affigura-se-nos ser este o caminho verdadeiramente scientifico de encarar a historia nacional, despindo-a de illusões patrioticas, e de phantasias chimericas. Mal de nós,{pg. 51} se, amando do coração a nossa independencia, imaginarmos que ella póde manter-se firme sobre um alicerce de fabulas, contra a recta e indestructivel verdade da sciencia! A independencia dos povos assenta sobre tudo na vontade collectiva: tal foi a base da nossa, tal continuam a ser, se com a vontade tivermos o juizo correspondente. Sem elle, o querer é apenas um capricho.

Obedecendo pois ao enunciado, dividimos a historia patria em quatro periodos successivos. No primeiro, o da dynastia de Borgonha, não nos destacamos ainda bem do systema dos Estados peninsulares: somos um d'elles, e a independencia provém exclusivamente do espirito separatista da Edade-média personalisado no ciume absolutista dos reis e barões portuguezes. —Depois de Aljubarrota, porém, o sentimento de independencia nacional torna-se popular, desde que a revolução do Mestre d'Aviz o faz coincidir com o interesse particular da região portugueza. Entretanto a vida maritima fôra-se desenvolvendo: e a nova dynastia obedece conquistando o litoral da Africa aos marroquinos, á corrente historica peninsular: e inicia, com as navegações e descobertas, um movimento particularmente nacional. Póde então dizer-se que por um momento Portugal esteve á testa da historia da Hespanha.

A terceira epocha abrange, a nosso vêr, a infeliz empreza do Imperio oriental, onde o movimento maritime nos levou. Os elementos de vida propria, formados na epocha anterior, produziram uma colonisação á antiga e uma litteratura néo-latina: n'estas duas circumstancias provavamos faltar-nos uma fibra de intima originalidade nacional. A perversão dos costumes, a vastidão das emprezas, o limitado dos nossos meios, os erros politicos, finalmente,{pg. 52} condemnam-nos á perda da independencia.—Se na quarta e final das epochas da nossa historia voltamos a reganhal-a, a nossa vida apparece, comtudo, outra. Ao imperio oriental perdido, vem a exploração e colonisação do Brazil substituir-se, dando um ponto de apoio externo ao pequeno corpo europeu; e mais tarde, perdido a seu turno o Brazil, voltamo-nos agora, a vêr se a Africa póde dar-nos os meios de custearmos as despesas de um paiz pequeno e mediocrementemente abastado, sobre o qual pesam os encargos cada vez maiores do machinismo nacional. Hollanda do extremo occidente, radicada no corpo da Hespanha, como ella o está no corpo germanico, só n'um ponto de apoio externo podemos fundar o alicerce de uma independencia excepcional; só á custa de recursos coloniaes poderemos talvez satisfazer as multiplas e dispendiosas exigencias da organisação economica, scientifica e moral, hoje inseparaveis e indispensaveis á existencia de uma nação.^[31]{pg. 53}

^[29] V. *O Brazil e as colonias portuguezas* (3.^a ed.) pp. 2-6.

^[30] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.).

^[31] V. *O Brazil e as colon. port.* liv. IV-V, e *Portugal contemporaneo* (2.^a ed.) liv. VI, 1, 3.

LIVRO SEGUNDO

HISTORIA DA INDEPENDENCIA

(DYNASTIA DE BORGONHA: 1109-1385)

«He nossa entençon curtamente fallar, nom come buscador de novas razões, per propria invençom achadas, mas come aiuntador em huum breve moolho, dos ditos dalguns que nos prouguerom.»

F. LOPES, *Chr. de D. Pedro I.*

I

A separação de Portugal

O condado portugalense, creado nos ultimos annos do XI seculo a favor do conde borguinhão D. Henrique, genro de Affonso VI, pouco tempo existiu sob o regime de uma vassallagem indiscutidamente reconhecida. Era essa a epocha em que a Hespanha tendia a constituir-se n'um systema de Estados independentes, á medida que successivas regiões iam saíndo de sob o dominio musulmano para o dos descendentes dos godos asturianos, ou dos seus actuaes aliados;^[32] e o condado portugalense obedecia a esta tendencia geral, no empenho que o seu conde não mais encobriu desde a morte do sogro.

É com effeito da data do obito de Affonso VI{pg. 54} que deve contar-se a éra da independencia de Portugal; embora por largos annos ella seja mais uma ambição do que um facto: embora essa ambição traduza um pensamento que os acontecimentos posteriores da historia impediram se realisasse. Qualquer que fosse o valor dado no xi seculo á expressão geographica de *Portucale*, é facto provado por todas as memorias e documentos d'esses tempos, que para ninguem deixava de considerar-se o territorio de entre Minho e Mondego como parte da Galliza. O facto da constituição do condado de nada vale contra esta opinião; porque demasiado se sabe que a formação dos Estados medievaes, na Peninsula e fóra d'ella, jámais obedecia ás prescripções geographicas ou etimologicas. Não se attribua pois a causas d'esta ordem, nem á consciencia de uma solidariedade nacional, o facto da desmembração da Galliza dos fins do xi seculo. A scisão que o Minho demarcou obedeceu apenas a motivos de ordem politica.

Isto mesmo, porém, deu causa a uma ambição, na qual devemos reconhecer o principio da vitalidade da nação portugueza, durante estas primeiras e ainda indecisas epochas da sua existencia. A solidariedade nacional espontanea existia de facto para os gallegos; e desde que a Galliza fôra dividida pela politica em duas, áquem e além Minho, restava saber qual d'essas metades tomaria sobre si o papel de representar um sentimento de independencia, commum a todos os membros ainda então disconnexos do corpo peninsular.

Varias causas concorriam para attribuir este papel á metade portugueza da Galliza; e porventura acima de todas o facto do merecimento pessoal do conde portuguez. Circumstancias d'esta ordem eram decisivas n'uma epocha em que a anarchia{pg. 55} systematica da constituição da sociedade fazia principalmente depender os destinos immediatos d'ella da perspicacia ou da bravura dos seus chefes. Nada ha de commum entre a vida d'estes tempos e a dos posteriores: e n'um certo sentido póde até dizer-se que os factos de ordem politica são independentes dos de ordem social, porque a sociedade é como um elemento passivo que por este lado (mas por elle apenas) obedece ás consequencias do

desordenado capricho dos actos e caracteres dos chefes militares que a governam, sem propriamente a representarem.

Nos primeiros tres seculos, isto é, na primeira epocha da historia portugueza, a independencia é um facto originado no merecimento pessoal dos chefes militares dos barões de áquem Minho. Nacionalidade propriamente dita, não a ha; ou pelo menos não nol-a revelam os monumentos historicos, unanimes, tambem, em revelar uma ambição collectiva ou social que se estende a toda a Galliza. Ao merecimento pessoal reune-se, nos primeiros monarchas portuguezes, a circumstancia de serem os interpretes d'este sentimento. Por isso a tendencia permanente e o principio claramente definido da politica portugueza, nos primeiros seculos, é unificar a Galliza, constituindo a noroeste da Peninsula um Estado tão homoganeo, como o Aragão ou a Navarra a nordeste.

N'este proposito se filiam todas as guerras civis—se este nome convém ainda aos conflictos entre Portugal e Leão—e as repetidas allianças dos barões gallegos das duas zonas divididas pelo Minho. A facilidade com que os reis portuguezes transpõem armados as aguas d'esse rio, o se apossam por varias vezes dos territorios da Galliza leoneza, são provas evidentes da opinião exposta.{pg. 56}

Não quiz a sorte que chegasse a realizar-se este primeiro pensamento politico, a que chamaremos hegemonia de Portugal na Galliza, para usarmos de expressões modernas; antes ordenou que os limites convencionaes do condado portugalense apenas inscrevessem o ponto de partida da formação de uma nação, cujo character, ulteriormente definida, proveiu principalmente da phisionomia geographica da região; de uma nação, repetimos, que veiu a perder a tradição d'essa primitiva origem, desde que o genio das populações de entre Mondego e Tejo sobrepujou o das do norte, na direcção e impulso dados á vida collectiva portugueza.

Se n'esta primeira epocha da nossa historia o pensamento occulto que dirige com maior ou menor consciencia a politica, é incontestavelmente o da hegemonia de Portugal na Galliza, seria absurdo suppôr que, ao lado d'este principio, decadente desde certa

epoca, se não fossem também manifestando de um modo correlativo, e cada vez mais pronunciado, os symptomas da deslocação do centro vital da nação.

A circumstancia que mais decisivamente determina este caracter da nossa historia primitiva é a conquista dos territorios sarracenos de áquem Mondego, levada a cabo pelos barões portugueses, sem os auxilios do suzerano de Leão. É este movimento que, principiando por quebrar os laços de solidariedade entre os gallegos leonezes e os portugueses, vae gradualmente addicionando a estes ultimos os *Lusitanos* (seja-nos licito dizer assim, para mais claramente definir o nosso pensamento) até ao ponto de os ultimos predominarem na phisionomia posterior da nação, transferindo de Guimarães e de Coimbra, para Lisboa, a capital do reino: fazendo substituir á vida rural, primeiro quasi exclusiva,{pg. 57} a vida commercial e maritima depois predominante e quasi absoluta.

A primeira epocha da historia portugueza offerece pois á observação do critico dois movimentos^[33], oppostos n'um sentido, concordes em outro, que é o da affirmação positiva da independencia. Mas, se essa affirmação, terminante nas guerras leonezas, e também nas sarracenas, exprime de um lado a politica da hegemonia na Galliza, do outro exprime, de um modo todavia inteiramente inconsciente e espontaneo, uma tendencia contraria. É a da formação de uma nação *lusitana*, de que a Galliza portugueza desce á condição de provincia ao norte, como o Algarve, mais propriamente turdetano, vem a sel-o ao sul. O entre Douro e Guadiana, isto é, a espinha dorsal da Estrella, ladeada pelas Beiras ao norte, polo Alemtejo a sul, pela Estremadura a poente: eis ahi o que, logo desde o xiv seculo, começa a representar o corpo homogeneo da nação portugueza.

No Portugal primitivo, a politica da hegemonia na Galliza não se fundava, porém, sómente em uma indeterminada ambição collectiva. Era um pensamento decisivo e fixo dos monarchas, e

trazia origens tão antigas como a própria constituição do condado portugalense.

Creado por uma desmembração da Galliza, o condado cedido ao borguinhão não é natural que satisfizesse os desejos ambiciosos do príncipe. Como{pg. 58} as almas que, desorientadas pelas extravagâncias do bárbaro cristianismo medieval, viviam n'um estado de aspirações nebulosamente infinitas: assim a ausência de um critério fixo, intelectual ou moral, e a lei da pura força em que existiam, lançavam os barões n'uma vida de aventuras, cujo critério único era a sua ambição, cujo único limite era o limite imposto por uma força adversa. O poder do rei leonês era, para o conde borguinhão, o limite forçado das suas temeridades.

Logo porém que Affonso VI morreu, deixando um vasto espólio a dividir, D. Henrique exigiu para si um largo quinhão. Quebrada pela morte a cadeia da vassallagem a um rei poderoso, e acaso desobrigado já da gratidão para com um sogro que tanto favorecera o conde, é d'esta era que, a nosso vêr, data a independência de Portugal: e não da era, de resto indecisa e impossível de determinar, em que Affonso Henriques tomou para si o título de rei. É dar uma demasiada importância ao facto exterior e secundário do título, o fazer d'elle o symbolo da independência da nação. Apesar de rei, D. Affonso Henriques prestou vassallagem: e a sua monarchia não é, de facto, mais nem menos independente, como monarchia, do que o condado de D. Henrique, ou o infantado de D. Thereza. A força e não a definição de um domínio, só effectivo quando se estriba nas armas, eis ahí o que exclusivamente caracteriza os movimentos dos séculos XI e XII.

Ora essa força era já para D. Henrique um facto, desde que lhe morrera o sogro. A unidade que o seu valente braço dava ao domínio sobre os territorios herdados ou conquistados, levava-a Affonso VI consigo para o tumulo; e entre os dois herdeiros rivais, D. Urraca e o rei de Aragão, o conde portugalense tinha um lugar bem preparado para{pg. 59} exercer a sua astuciosa influencia, e

para impôr condições e preço a uma aliança que ambos igualmente ambicionavam.

Passemos longe d'essas chronicas de perfidias, de violencias, de adulterios e barbaridades que constituem a historia da herança de Affonso VI. Como os generaes de Alexandre, os principes da Peninsula retalham o manto do imperador: e a Edade-média, tão phantasiosamente pintada com traços de nobreza e galhardia, não é de facto menos corrupta e asquerosa do que a edade dos satrapas do Oriente. A ferocidade é mais violenta, a luxuria menos requintada, a perfidia mais ingenua, porque os homens são verdadeiramente barbaros, e não gregos barbarisados^[34].

Do pacto de aliança de D. Henrique e D. Urraca resultou o engrandecimento do condado, para o norte na Galliza e para leste ao longo da bacia do Douro, abrangendo Tuy, Vigo, Santiago, por um lado, Zamora, Salamanca, Toro e até Valladolid pelo outro. A divisão e demarcação do novo Estado chegou a fazer-se com a possivel solemnidade, e com a concorrência de barões leonezes e castelhanos. Era a definição de um Portugal que a historia não consentiu se mantivesse.

N'este convenio ou tratado vieram posteriormente fundando-se todas as pretensões dos soberanos portuguezes á posse da Galliza, e d'aquella parte da Castella-velha geographically denominada Terra-de-Campos: territorios que o conde D. Henrique soubera ganhar para si na disputa da herança de Affonso VI. Tres annos apenas gosou o conde a posse d'esses seus dilatados dominios. Morrendo, a mesma historia de ignominias, adulterios e barbaridades{pg. 60} ia assignalar o governo de sua viuva herdeira, como tinha assinalado o da viuva do conde Raymundo. Eram irmãs tambem, no caracter e nos appetites sensuaes, as duas filhas do D. Affonso VI.

Morrendo, o velho conde portuguez, ao sitiar Astorga, chamou para junto de si o filho, em cujo peito borbulhavam ambições: «Filho, toma esforço no meu coração! Toda a terra que eu deixo, que é

d'Astorga até Leão e até Coimbra, não percas d'ella cousa nenhuma, que eu a tomei com muito trabalho. Filho, toma esforço no meu coração! e sê semelhante a mim, e sê companheiro dos fidalgos e dá-lhes todos os seus direitos, aos concelhos. Filho, toma esforço no meu coração!»

Tal era o testamento do conde; já deixava ao filho uma nação constituída nas suas duas faces parallelas e correlativas: a nobreza, os concelhos. «E depois que houve castigado o filho d'estas cousas e outras muitas que aqui não dizemos, morreu.»

A viuva de D. Henrique, publicamente amancebada com o conde gallego Fernando Peres, deu com os seus escandalos pretexto para uma revolta, que poz em risco a conservação dos vastos dominios herdados de seu marido. Assim tambem succedera a D. Urraca, perdida de amores pelo conde de Trava.

Dissemos pretexto e não motivo, porque nos costumes ingenuamente dissolutos da Edade-média a mancebia não era caso que offendesse o pudor particular nem publico: os amantes das princezas offendiam, porém, o ciume dos seus collegas em fidalguia;{pg. 61} e o poder effectivo de que um d'elles dispunha, á sombra do amor que o preferira, enchia de inveja e odio os companheiros.

As memorias do tempo retratam-nos D. Thereza como uma mulher sagaz, viva e bella. A astucia combinava-se no seu espirito com um amor que a levava a *comprometer-se*, como diriamos na nossa linguagem moderna. Uma vez, na cathedral de Vizeu, apresentou-se com o amante, no meio da egreja apinhada de povo, e em frente do prelado que prégava. A authoridade dos bispos corria então parelhas com a rudeza das suas liberdades; e o de Vizeu não duvidou dizer á rainha, em voz alta, do pulpito ou dos degraus do altar, que abandonasse o amante ou se casasse: era um escandalo aquella união, uma vergonha proceder de tal modo. A condessa, vermelha de colera e confusão, fugiu rapidamente da egreja seguida pelo amante.

Porque não succederia ao escandalo a vingança, para não quebrar a constante alliança da impudicicia e da crueldade, dominantes na Edade-média? Porque naturalmente as invectivas do bispo traduziam a força do partido dos invejosos e rebeldes, que já faziam do moço filho de D. Henrique um pendão de revolta contra a viuva apaixonada. Nem por tão pouco se affligiria a consciencia do bispo, pois o clero demasiado ouvia tambem os conselhos da carne, e os amores sacrilegos eram tão frequentes como os amores livres ou adulterinos.

A princeza não era menos sagaz do que voluptuosa, e adiava para mais tarde a vingança. Beijos lascivos, perfidias indignas e barbaridades ferinas, eis os elementos que constituíam a mulher da Meia-Edade. Os dotes femininos eram naturalmente pervertidos por um ambiente de brutalidade{pg. 62} anarchica nos sentimentos e nas acções; e, quando a mulher dispunha da auctoridade e da força, ou como a Fredegonda dos Merowigues cevava em sangue a sua féra natureza, ou satisfazia n'uma impudicicia desesperada as necessidades sensuaes do seu temperamento. Nem a crueldade, nem a sensualidade eram menores nos homens: mas a natureza que n'elles dá o predominio aos pensamentos, como o dá aos sentimentos nas mulheres, fazia com que a rudeza dos primeiros andasse subalternisada á ambição e aos calculos politicos, ou á bravura e ás façanhas guerreiras.

Não se imagine, porém, a mulher da Edade-média um ser apenas formado de crueldade e amor; menos se supponha D. Thereza uma semelhante creatura. A condessa, infanta ou rainha de Portugal—porque de todos estes titulos usou—era tambem sagaz e astuta, qualidades que o filho veio a herdar com o sangue. Não tinha o animo varonil de uma amazona, mas tinha a perspicacia e o juizo proprios dos principes d'esses tempos. Sabia moderar a colera e engulir affrontas como a de Vizeu, quando não podia vingar-se d'ellas. O amor traduzia apenas uma exigencia dos sentidos, deixando livre e independente a acção da intelligencia. No meio das agitadas circumstancias do seu breve governo, não deixou

abandonadas as conveniências próprias, como dona e senhora do Estado portuguez.

Muitas vezes se lêem descripções de uma vida sentimental e heroica, em que as mulheres andam loucas de paixões poeticas, e os homens, typos de nobreza e audacia, são victimas dos conflictos do amor e da honra. Não ha nada mais differente da verdadeira, do que essa Edade-média{pg. 63} das operas. A carnalidade desenfreada, o cynismo e a perfidia, uma frieza sempre calculadora, uma ambição feroz, uma avareza sordida, uma corrupção de todas as fontes da vida moral: eis ahi o que de facto constitue a vida aristocratica da Edade-média. Onde está a causa de tamanhas desordens? Está na coexistencia e no conjuncto de condições barbaras e de tradições cultas. D'onde provém a illusão com que muitos suppozeram bellezas espontaneas nos caracteres, e nobres dedicações nos actos, creando com a phantasia um falso quadro de encantos? Da ingenuidade dos typos barbaros.

Ha, com effeito, na natureza espontanea o quer que é de seductoramente bello, que nos chama para uma região de deleites inconscientes: assim todas as descripções das sociedades primitivas produzem em nós uma impressão vivificante, e desde logo somos levados a engrandecer e nobilitar os homens ainda não corrompidos pelas aberrações da civilisação. É mistér porém observar que taes homens primitivos não são os do XI seculo; que na Edade-média existem e vivem, principalmente por via da Igreja, todas as tradições da cultura antiga; e que a conjuncção da barbarie e do requinte lança nos caracteres uma semente de perversão, prompta a rebentar em actos monstruosos, tão corrompidos no principio, como barbaros na fórma. É popular o sentimento de tédio e nojo para com o imperio de Byzancio; pois as causas originarias d'essa repugnancia são tambem communs ás sociedades néo-latinas, ou néo-godas da Hespanha.^[35] Só variam as proporções: os elementos combinados são os mesmos. No Oriente{pg. 64} a cultura é maior, os costumes mais requintados: aqui é maior a rudeza, e a feição barbara predomina. Por isso os vicios procuravam, além,

esconder-se sob o manto das convenções; e aqui se expandem ingenua e francamente, á luz de uma ignorancia quasi primitiva.

Assim que D. Urraca morreu. Affonso VII, depois de reconquistadas ao visinho aragonez as cidades de Castella, olhou para oeste, afim de reconstituir de novo a monarchia leoneza, fazendo regressar ao seu dominio os territorios de Campos e da Galliza. A invasão e a guerra duraram apenas uma campanha; e a amorosa Thereza curvou-se ao imperio das condições, reconheceu o facto da conquista, e confessou com humildade a vassallagem ao sobrinho leonez.

Portugal retrahia-se aos primeiros limites—do Minho ao Mondego—do condado creado por Affonso VI; e os calculos do conde borguinhão frustravam-se, depois de menos de vinte annos de indeciso dominio.

Esse infortunio da *regina* de Portugal acabou de decidir os invejosos do conde gallego, seu amante. As tendencias de sublevação, até ahi sopitadas ou mal definidas, tomaram corpo e unidade; e a revolta declarada dos barões achou nos desastres de 1127 motivo sufficiente para se erguer em campo aberto.

Capitaneava a revolta o infante portuguez. Não é esta a unica occasião em que vemos erguerem-se em armas os filhos contra os paes, os irmãos contra os irmãos, como prova de que, se os sentimentos andavam pervertidos pelos instinctos{pg. 65} brutaes, ou vinculos de familia eram apenas laços tenues que se rompiam ao impulso de qualquer exigencia da colera ou da ambição. Nem sentimentos, nem instituições fixas: uma anarchia total no individuo e na sociedade, uma desordem acabada na moral e no direito, eis ahi as bases historicas da Edade-média, cujo deus é a força.

D. Affonso Henriques, o primeiro rei portuguez, ou capitaneava ou era o pendão apenas—hypothese que a sua curta idade justifica—da revolta que tinha por chefes o arcebispo de Braga D. Paio, Sueiro Mendes o *grosso*, Ermigio Moniz, Sancho Nunes, genro da

regina Thereza, e Garcia Soares. Aos pactos de Braga succedeu o encontro de Guimarães. A rainha, abraçada ao seu amante, vinha seguida por barões fieis de áquem, e pelos barões de além-Minho, que se tinham submettido a Affonso VII^[36]. A batalha decidiu-se pelo filho, e a rainha fugiu a esconder no condado do amante o desespero da derrota. De protectora, os acasos da guerra faziam-na agora protegida; e a historia deve ainda ao conde gallego a justiça de mencionar que a não abandonou, quando a viu despojada do poder e do titulo. Os prazeres da paixão acaso suavisariam á formosa filha do grande Affonso a infelicidade das armas, e porventura tambem o desespero maternal, se é que os vinculos de sangue tinham para a mãe um merecimento superior ao que tinham para o filho.

No seio da barberie corrupta em que se revolia, a Edade-média tinha, porém, não só o instincto dos deveres, innato nos homens, como o medo dos castigos divinos prégados por uma religião que até para o proprio clero baixára ás condições de{pg. 66} um quasi fetichismo. As lendas contam que, vencedor, o filho encarcerára a mãe, e põem na bocca de D. Thereza este anathema terrivel: «Affonso Henriques, meu filho, prendeste-me e metteste-me em ferros e exherdaste-me da minha terra que me deixou meu padre, e quitaste-me de meu marido: rogo a Deus sejas assi como eu sou, e porque metteste ferros nos meus pés, quebradas sejam as tuas pernas com ferros. Mande Deus que isto assim seja!» E o anathema cumpriu-se em Badajoz, annos depois, porque Deus vingador não perdoava os crimes frequentes dos filhos contra os paes. Assim pensavam esses homens simples.

Á batalha de Guimarães ligava-se, porém, um alcance maior do que o de uma simples questão de familia: era a ruptura de solidariedade entre as duas metades da Galliza, e a victoria da portugueza sobre a leoneza. Era o primeiro symptoma de uma direcção nova, que se ia imprimindo na vida historica nacional. Essa ruptura da solidariedade, e a força da monarchia leoneza sob Affonso VII, serão dois motivos concorrentes para impedir que as

tentativas do primeiro rei portuguez tenham sobre o norte resultados efficazes.

Logo depois de Guimarães, Affonso Henriques, preferindo o papel de invasor ao de atacado, procura reivindicar as fronteiras perdidas em 1127 por D. Thereza. Duas vezes invade a Galliza transminhota: duas vezes é forçado a recuar, em 1130 e em 1132; mas depois de Guimarães, depois da lide de Val-de-Vez em que os portuguezes venceram, já a independencia de facto estava conquistada. Sellados os preliminares de paz, Affonso Henriques occupou-se em *acalmar* as terras do seu senhorio afim que nunca «lhe acontecesse outro tal desavisamento,» e conquistou «todallas fortalezas{pg. 67} de portugal assy como se fossem de mouros.»

Quem era Affonso Henriques? Já amestrado no officio de reinar, á maneira porque então se entendia um tal officio, o moço principe reunia as condições necessarias para consolidar uma independencia até ahi precaria. Era audaz, temerario até, pessoalmente bravo, qualidade nem tão commum no tempo, como a muitos acaso pareça. Fraco general, ao que se vê, porque as batalhas feridas com as tropas leonezas perdeu-as sempre, era feliz guerrilheiro. Capitaneando um troço de soldados, caía de improviso sobre um lugar, e a furia irresistivel do ataque deu-lhe a maior parte das suas victorias. Nem a grandeza das emprezas o assustava, nem as distancias o impediam de acudir a um tempo, do extremo norte, quasi ao extremo sul no paiz. A estes dotes militares reunia outros não menos valiosos, na precaria situação em que se apossára do reino. Era secco, astuto, friamente ambicioso, sem chimeras, nem illusões. Era um espirito agudo e pratico, e isso fazia boa parte da sua força. Mal dos politicos ao mesmo tempo apostolos! Como a tenra haste que verga á mais leve brisa do cannavial, assim Affonso Henriques, sem reбуços obedecia, logo que a sorte lhe era adversa. Passada a tormenta erguia-se; e á facilidade astuta com que se humilhava, respondia logo a teima perfida com que se rebellava. Isto fazia-o indomavel. Tinha o quer que é de fugitivo, na sua politica e no modo porque fazia a guerra. Ubiquo militarmente, era nos negocios um proteu. Os seus amigos,

leonezes, sarracenos, não achavam por onde prendel-o. Submisso e humilde quando se achava vencido, subscrevia a todas as condições, acceitava todas as durezas; para logo mentir{pg. 68} a todas as promessas, rasgar todos os tratados, com uma franqueza ingenua, uma simplicidade natural, que chegavam a espantar a propria Edade-média. Nem brios cavalleirosos, nem sentimentos de familia, nem odios pessoaes, nem vinganças estupendas: nenhuma chimera, nenhuma grande ambição, nenhum sentimento poetico, enchiam a sua cabeça, estreita, e inteiramente occupada pela idéa fixa de consolidar a sua independencia. O predomínio absoluto de uma idéa pratica, servida por uma intelligencia lucida, por um character sem grandeza, e por uma valentia provada, tornavam-no invencivel, ainda mesmo quando era batido. A sua teima fazia-o semelhante a uma lamina de aço, um instante vergada por um esforço momentaneo, logo estendida quando livre, e impossivel de manter curvada desde que se acha solta. O seu pensamento tinha a tenacidade da mola, e não a rigeza do bronze nem o peso do chumbo. Vivia dentro do seu Portugal como um javardo no seu refoio: assaltado, investia, despedaçando tudo com as fortes prezas. Perseguido, fugia. Não tinha a nobreza do leão, nem a astucia ferina do tigre: possuia apenas a tenacidade brava e bronca do javali. Um fraco apenas lhe notam, embora os actos da sua vida não denunciem que esse defeito o prejudicasse muito: gostava de ser adulado.

Affonso Henriques foi quem verdadeiramente consummou a separação de Portugal, não pelos meritos proprios apenas, mas porque a direcção politica do reino começou no seu tempo a ser encaminhada pelos factos no sentido de definir de um modo positivo a independencia da nação.

Uma parte dos barões da Galliza leoneza, sublevados contra o suzerano, acolheu-se em 1137 sob a protecção de Affonso Henriques, prestando-lhe{pg. 69} vassallagem, e, assim, de novo se levantou a questão das fronteiras do norte de Portugal. Affonso VII não pudera, nos annos anteriores, descer a rebater as invasões do turbulento visinho, occupado como estava a debellar o navarro;

agora, porém, tinha já os movimentos livres, e apressou-se a submeter a Galliza. Por seu lado Affonso Henriques era solicitado a defender a fronteira austral, onde os sarracenos tinham vindo n'uma álgara feliz derrocar o castello de Leiria. É por estes annos que o destino de Portugal se debate entre a Lusitania e a Galliza, quando a actividade do guerreiro é solicitada, ora do norte contra os leonezes, ora do sul contra os sarracenos. Oscillante ainda e indeciso, breve assistiremos ao definitivo pender da balança no sentido do alargamento das fronteiras austraes.

A simultaneidade do ataque leonez e sarraceno em 1137 obriga Affonso Henriques a curvar a cabeça, assignando as pazes de Tuy, nas quaes desiste das suas pretensões de além-Minho, confessando, ao mesmo tempo, vassallagem ao suzerano de Leão. *Ut arundo fragilis ferebatur*: vergava como o cannavial o principe, a este sopro da fortuna adversa! Desistia de tudo, da ambição e até da independencia. Quem se fia, porém, na palavra do pertinaz batalhador? Defendido o seu senhorio por norte, não se demora a persistir n'uma guerra leal mas perigosa. Espera melhor occasião para a desforra; porque lhe não custa subscrever a um tratado, a que não pensa decerto submeter-se, senão emquanto a força das cousas a isso o violentar. Não assim os fronteiros de nordeste que, apesar das pazes de Tuy, continuam a guerra por conta propria: tão frageis eram ainda os laços, que reuniam os vassallos ao conde soberano de Portugal!{pg. 70} De Tuy, o leonez, subindo pelo valle do Lima atravez da Galliza portugueza que assolára, vae encontrar as mesnadas dos ricos-homens sublevados nos Arcos-de-Val-de-Vez. Resam as tradições de um torneio ou *bufurdio*^[37] em que os cavalleiros inimigos batalharam por seus exercitos, vencendo os portuguezes na estacada, onde numerosos combatentes ficaram mortos, segundo as regras da cavallaria. Apesar de victoriosos, porém, os portuguezes não podiam resistir a Affonso VII, tanto mais que D. Affonso Henriques desistira de continuar uma guerra improficua.

Que fazia entretanto o principe? Tratava da desforra de Leiria; e em 1139 levava a cabo o temerario fossado de Ourique, pagando

uma estocada com outra; e preludiando esse duello de morte, entre Portugal e o Al-Gharb sarraceno, com um golpe que foi, com a rapidez penetrante do raio, ferir o corpo musulmano quasi junto a Chelb ou Silves, o coração da Hespanha austral. A esta aventura temeraria, mas feliz, ia succeder em curtos annos a empreza mais seria e importante da conquista da linha strategica do Tejo: facto de um alcance capital, n'esse periodo em que o futuro destino da nação fluctuava ainda indeciso entre a Galliza e a Lusitania.

Desde que o antigo condado portucalense, batido na sua tendencia de absorver a Galliza, conquistava a região de entre Mondego e Tejo, chegando a avançar padraços ameaçadores para o sul,{pg. 71} era evidente que um novo Estado se formava; e esse Estado nascia dos actos proprios do conde portuguez, não de concessões ou beneficios do suzerano. Esse Estado era pois um reino, uma vez que a esta palavra andava ligada, de um modo mais ou menos definido, a idéa da independencia, segundo o direito politico dos godos. Foi, portanto, quando o plano de se apossar do sul do reino começou a occupar o espirito do guerreiro, orgulhoso pela victoria de Ourique, isto é, em 1139 ou 1140 (a erudição não conseguiu determinar a éra) que Affonso Henriques tomou para si o titulo de rei. O caso não era novo, porque por vezes a mãe usára chamar-se rainha de Portugal; dava-se, porém, agora a circumstancia de que esse titulo, embora juridicamente usurpado, o era com tamanho fundamento, que nunca mais deixou de ser o dos soberanos portuguezes.

A razão politica da independencia, evidente hoje para a critica, não o estava de certo para o rei, a quem as conquistas apenas satisfaziam a ambição, e o titulo a vaidade. Via-se mais poderoso e grande; mas não tinha de certo a consciencia de que isso importasse o primeiro passo no caminho da formação de uma nova nação peninsular. Ferido, tirára do sarraceno uma desforra completa; mas faltava ainda apagar a nodoa de Tuy, rasgar esses tratados que ligavam, como vassalla, á corôa soberana de Leão, a sua corôa ainda mal assente, o seu reino precario ainda. Uma volta

da fortuna podia outra vez precipital-o, das eminencias onde as suas ambições o erguiam, na humilde condição de conde de Portugal.

Em Val-de-Vez Affonso VII assignára os preliminares de uma paz que os acontecimentos dos annos posteriores não tinham consentido se traduzisse{pg. 72} n'um tratado definitivo; e agora não era já licito ao leonez exigir, nem ao portuguez acceitar as duras condições de uma perfeita vassallagem.

O papado exercia então na Europa uma especie de suzerania espiritual sobre os principes christãos; porque no meio d'esses guerreiros, bravios e timidos como selvagens, o sacerdote tinha verdadeiramente o poder de condemnar em nome de Deus.^[38] Uma excommunhão valia muitas vezes mais do que um exercito. Assim, o cardeal Guido, legado do papa, é quem em 1143 dicta em Zamora, onde Affonso Henriques foi vêr-se com o imperador (d'esse titulo usava Affonso VII) as condições do tratado de paz. O portuguez desiste ahi das suas pretensões ás fronteiras cedidas por D. Urraca, e Affonso VII por seu turno reconhece a independencia do novo reino e o titulo do seu soberano. Esta soberania e independencia não eram, porém, absolutas. Na jerarchia feudal havia graus diversos de suzerania e vassallagem correspondente; e os tratados de Zamora alteravam a natureza, mas não quebravam de todo os laços que prendiam Portugal ao corpo da grande monarchia peninsular. Affonso Henriques ficava sendo um rei, mas o seu reino nem por isso deixava de fazer parte do imperio da Hespanha; nem elle proprio, por tal fórmula, deixava de ficar n'uma situação subalterna perante o imperador. Era uma vassallagem politica, substituindo a pura vassallagem pessoal do regime anterior. O direito feudal não se obliterára, porém, ainda ao ponto de prescindir de uma obrigação pessoal; e por isso o soberano portuguez continuava a ser vassallo do visinho, não{pg. 73} como soberano, mas como senhor de Astorga, para esse effeito doada a Affonso Henriques.^[39]

Estas subtilezas propriamente byzantinas, inspiradas pela politica ecclesiastica que imprimia o seu cunho ao feudalismo,

formavam um systema de enganos reciprocos, de mentiras mais ou menos sinceras, com que se revestiam os actos brutaes da força, e os actos perfidos da astucia.

Affonso Henriques, *regendi imperii jam bene sciolus*, mestre acabado na arte de enganar e na arte de combater, tinha já formado o seu plano, e por isso subscrevia sem reserva a todas as exigencias do tratado. A independencia e a soberania que elle lhe dava eram apenas pessoas e vitalicias, e nas idéas aristocraticas a hereditariedade era inseparavel do dominio. O seu reino era pois um falso reino, desde que, não havendo no direito politico dos godos outra base para a successão, além da electiva, ou Portugal seria por sua morte absorvido no imperio hespanhol, em via de cristalisação, ou o filho de Affonso Henriques teria de recommençar a debater com as armas a questão vital da independencia. Os termos do tratado decerto o não illudiam, garantindo-lhe apenas pessoalmente a independencia e a soberania; e se da parte do leonez houvera o intento perfido de o enganar, elle preparava uma lição ao mestre, e tão eloquente como fôra cruel a lição que dera ao sarraceno.

Entre os dous litigantes o italiano perspicaz foi provavelmente o conselheiro de ambos. Guido, como o insecto artificioso e cheio de habilidades, teceu a trama. Ao leonez mostraria o modo de illudir o adversario: conceder-lhe tudo, deixando esse tenue cordão umbilical de Astorga, para no{pg. 74} momento opportuno fazer reverter os territorios portuguezes ao corpo da monarchia soberana. Voltando-se depois, com um sorriso, diria baixo ao portuguez, que o tratado não valia nada de principio a fim, se elle quizesse seguir-lhe os conselhos. Todas as habilidades do imperador provariam inuteis: tinha um meio seguro!—Affonso Henriques devia ouvir com attenção tenaz as confidencias do cardeal. Havia um direito superior ao direito feodal: era o canonico. Havia um soberano, rei dos reis: o papa. Porque não seria Affonso Henriques vassallo do papa? Collocasse os seus reinos sob a suzerania papal, e nenhum imperador das Hespanhas ousaria tocar-lhes. Só assim a sua corôa ficaria segura na cabeça, d'elle e de seus descendentes. A suzerania do papa era de resto infinitamente menos incommoda.

Reduzia-se a uma pequena somma de dinheiro. Um nada! Quatro onças de ouro por anno, nem mereciam a pena contar-se deante da independencia de facto. Se o rei acceitasse, elle proprio em pessoa redigiria a carta, elle que redigira o tratado; elle proprio seria portador da missiva ao papa. Se viera a Hespanha fazer a paz, iria de Hespanha com o coração contente, por ter conquistado mais um vassallo para a Egreja.—E mais um censo annual para o thesouro romano, accrescentaria mentalmente!

Affonso Henriques desde logo acceitou. Pouco lhe importava o censo, porque não tinha sequer a certeza de ser fiel ao pagamento. O cardeal illudia-se, se suppunha que o rei tremia das excommunhões: um rei que não havia de hesitar em rasgar as bullas pontificias, e pôr e depôr bispos, como bem lhe approuvesse!

O cardeal partiu levando a carta do rei; e enquanto este ia formando a tenção de supprimir o{pg. 75} pagamento do censo, logo que lhe conviesse fazel-o, o cardeal foi pela viagem ruminando o modo de colher as onças de ouro, sem se inimisar com o leonez. Só annos depois Affonso VII veio a saber como o visinho e já quasi émulo illudira as disposições do tratado de Zamora. Insistindo com o papa para que recusasse a vassallagem, não o consegue; mas tampouco Affonso Henriques consegue aquillo por que pagára o preço de quatro onças de ouro annuaes; pois nas piedosas cartas que lhe escreve, como suzerano a vassallo, o papa cuidadosamente evita chamar-lhe *rei*, e *reino* a Portugal.

Em vão Affonso Henriques insta e exige. Por fim, já nos derradeiros annos do seu reinado, e á custa de um presente de mil morabitinos e do augmento do censo annual, Alexandre III decide-se, e sanciona-lhe o titulo, garantindo-lhe a hereditariedade, sob condição de preito e confirmação outorgada aos seus successores.

Portugal, que já a esse tempo tinha uma razão de ser territorial independente da Galliza, achava agora um fundamento juridico de independencia de Leão. A suzerania do papa collocava o novo reino ao abrigo das pretenções da monarchia leoneza; e se Affonso

Henriques não saía da condição subalterna de vassallo, porque apenas mudára de protector ou suzerano, o facto é que na mudança ganhava uma liberdade real, esperando o que de facto veio a conseguir: que a vassallagem se tornasse nominal apenas.

Ainda no tempo do primeiro rei portuguez de{pg. 76} novo se ateia a guerra com Leão; mas basta um exame superficial dos monumentos historicos para vêr que o character e as condições d'essa nova campanha são já totalmente outros. Não é um vassallo rebelde pugnando pela independencia: é o choque de duas monarchias que reciprocamente se reconhecem como taes. A serie de guerras entre os diversos estados da Peninsula—caminho por onde ella chegou a determinar as condições definitivas das suas constituições politicas—tem na campanha de 1160 um episodio. Affonso Henriques, já rei de facto e de direito, já senhor da linha estrategica de Santarem, e possuindo além d'isso, como vedetas avançadas para o sul, varias praças do Alemtejo, dispunha de forças sufficientes para pesar com a sua espada no debate das questões politicas dos Estados peninsulares. Desde que se decidisse a fazel-o, é natural que a velha ambição das fronteiras dilatadas de norte e nordeste fosse a causa efficiente dos seus actos.

Fernando II de Leão casára com uma filha do rei portuguez, mas nem ao genro nem á filha Affonso Henriques cedia os seus ambiciosos propositos. Raras vezes a politica tomou em consideração os vinculos de familia. O rei de Leão usurpára a corôa de Castella, e contava que a esposa lhe trouxesse a alliança do portuguez; porventura teria havido intelligencias positivas entre os dois monarchas. Quando com uma livre audacia se rompiam as pazes mais solemnes, que admira que se mentisse a convenios ou ajustes privados? Affonso Henriques era, como se sabe, mestre na arte de reinar. O facto é que, logo um anno depois do casamento da infanta, aproveita o momento em que o rei Fernando se achava a braços com a insurreição dos castelhanos, para mandar seu filho{pg. 77} e herdeiro, Sancho, á batalha de Arganal, onde foi batido (1165). Invadindo em pessoa a Galliza, o rei apossára-se

facilmente de Tuy e do districto de Toronho até ao Lerez, seguindo d'ahi para leste (1166). Essa nova occupação portugueza da Galliza dura até ao desastre de Badajoz (1169).

Correndo então ao sul, Affonso Henriques decide-se a consolidar as suas possessões do Alemtejo, conquistando Badajoz aos sarracenos. Este acto, porém, era simultaneamente um episodio da guerra com Leão, porque o wali de Badajoz se collocára sob a suzerania de Fernando II, e porque a praça ficava para fóra dos limites de leste, marcados em Zamora ás futuras conquistas do rei de Portugal sobre os musulmanos.

A cidade caiu sobre o ataque do portuguez. Colhidos por surpresa, os defensores encerraram-se na alcaçova, resistindo. Poz-se o cerco, mas entretanto o rei de Leão, avisado, correu a defender o que era seu; e Affonso Henriques foi colhido entre dois inimigos. De sitiante viu-se cercado.

Afinal o temerario capitão caía em poder do adversario, afinal o caçador colhia-o fóra do refoio. Debate-se, estrebuxa e, ainda vencido, luta desesperado; mas está pesado, velho e gasto. Faltam-lhe as forças para arremetter como d'antes, com a cabeça baixa e as presas activas, contra a matilha dos lebreus. Tropeça e cáe. É colhido. Cumpria-se o anathema: Deus castigava o filho que prendera sua mãe! Prisoneiro, curva-se submisso, recolhendo a colera e os dentes açulados, perante o seu nobre vencedor. Tal nome convem de facto a Fernando II, cuja magnanimidade perdoou as perfidias e ataques do visinho e sogro. «Restitua o que roubou, guarde o que é seu, e vá em paz!» Cabisbaixo, com o joelho ferido, a coxear, Affonso Henriques{pg. 78} parte d'alli a Santarem, concluir o que lhe resta de vida. Não tem coleras, nem fundas magoas pela afronta que soffreu: só lamenta a virente Galliza, perdida para todo o sempre.

Como o avarento, em cuja alma a paixão exclusiva absorveu todos os sentimentos e paixões humanas, assim na alma de Affonso Henriques a monomania da conquista, doença vulgar nos principes da Edade-média, atrophiára o desenvolvimento de tudo o mais.

Mas, se entre os consocios de uma patria irman, se entre os herdeiros de uma historia commum, ha o amor por essa patria e a veneração pelos antepassados, nenhum merece na alma dos portuguezes respeito maior, do que o primeiro de todos aquelles a cujo braço esforçado se deve a obra da constituição politica da nação. N'este sentido as manias chegam a ser sublimes. Um salteador é, não raro, um verdadeiro heroe; a perfidia é uma virtude, a crueldade é um titulo de gloria, porque o espirito colectivo substitue o criterio moral e abstracto pelo criterio historico, o qual tem como base a consagração dos factos consummados.

A separação de Portugal foi um facto consummado, graças ao valente mediocre, tenaz, brutal e perfido character de Affonso Henriques.{pg. 79}

[32] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.), liv. III, 1.

[33] Resumimos á politica o campo das nossas observações, por termos deixado na *Hist. da civil. iberica* desenhados os traços geraes dos movimentos propriamente sociaes. V. Livro III; pass.

[34] V. *Hist. da repub. romana*, I, pp. 309-48.

[35] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. 113 e segg.

[36] V. *Instit. primitiv.*, p. 215.

[37] V. *Instit. primitivas*, p. 165.

[38] *Th. da hist. universal*, nas *Taboas de chronol.*, XXXII-III.

[39] V. *Quadro das instit. primit.*, pp. 267-75.

II

A conquista do Al-Gharb

Nas suas empresas contra Leão, Affonso Henriques, batido sempre como guerreiro, conseguira desferrar-se dos desbaratos com a astucia. Das duas faces que apresenta a historia da fundação da monarchia, vimos a primeira: resta-nos vêr a segunda. Assistimos aos actos do politico; vamos assistir agora ás fecundas empresas do conquistador.

O principe trazia para a guerra as manhas da côrte, sem prejudicar a firmeza necessaria, a bravura, o sangue-frio e a audacia. Com este conjuncto de elementos dava um caracter original á guerra (*novo genere pugnandi*). Ia de noute, ás escondidas (*furtim*), como um chefe de bandidos em assalto a algum villar, fortificado, no pendor de uma serra distante (*quasi per latrocinium*). Assim investiu e tomou Santarem. «Assim conquistou a maior parte dos castellos das provincias de Belatha e Al-Kassr, este inimigo de Deus!» diz o chronista arabe. O ponto de ataque era de antemão escolhido. Por uma noute escura e tempestuosa punha-se a caminho com um troço de homens resolutos: dir-se-hia uma quadrilha de salteadores. Galgavam rapidamente as distancias, e chegados ao destino, apeiavam-se, approximando-se caladamente dos muros. Affonso Henriques encostado á escada, era o primeiro a subir com o{pg. 80} punhal preso entre os dentes. Parava, escutava, com o olhar agudo, a respiração suspensa: afinal pousava ancioso o pé entre as ameias, e apertando o punhal nas mãos, cozia-se com os muros. Na sombra não o distinguiam. Caía como um falcão sobre a sentinella, e apunhalava-a antes que ella podesse tugar um grito. Entretanto os companheiros iam subindo. O bando reunia-se na esplanada, armado e resolutos, e ao grito de «Santiago!» caía sobre a guarnição adormecida e trucidava-a. «Tal foi o modo por que este inimigo de Deus tomou a maior parte dos castellos das provincias de Belatha e Al-Kassr!»

Havia porém ainda outra maneira de guerrear, cuja invenção não pertence a Affonso Henriques: era o systema de álgaras, fossados ou correrias, atravez dos extensos territorios fronteiros. De um lado e de outro, n'uma zona mais ou menos larga, conforme o ordenavam a constituição geographica e a estrategia, desdobravam-se as charnecas periodicamente assoladas. Aqui e além, apertadas em cintos de muralhas, ficavam as povoações, em cuja volta, como oasis, appareciam malhas de terrenos agricultados. Confiar ao nervo e á velocidade dos cavallos o transpôr as passagens perigosas d'esses desertos onde as sortidas dos castellos podiam cortar a retirada, e cair impetuosamente sobre as searas, incendiando-as, sobre os rebanhos, roubando-os, sobre os tardivagos, matando-os; talando os campos, cortando as arvores, incendiando as casas, e voltando rapidamente com as prezas feitas: tal era o processo igualmente seguido por christãos e sarracenos; reduzido já a um systema de invasões annuaes na epocha das colheitas, e contado como principal recurso financeiro da rude economia do tempo.{pg. 81}

Se a tomada de Santarem (1147) é um typo da primeira especie, a batalha de Ourique, ou Orik (1139), é o typo da segunda. A fortuna accendia a audacia de Affonso Henriques, que levou o fossado por entre as fortes posições de Santarem e Alcacer, deixando Palmella, Cintra e Lisboa na retaguarda; atravessando o Tejo, para ir talar os campos de Chelb ou Silves, emporio sarraceno da Hespanha lusitana. Poucas vezes, porém, um fossado era apenas uma correria e um saque. As guarnições dos castellos passavam signal, combinavam sortidas; e o episodio de uma batalha acompanhava quasi sempre a obra de depredação. A batalha de Ourique, qualquer que tivesse sido a importancia numerica dos combatentes, deu a Affonso Henriques uma victoria que o encheu de animo para entrar em campanhas mais regulares e fecundas.

Os primeiros nove annos do governo do principe tinham sido absorvidos pelas questões leonezas, quando em 1137 uma invasão sarracena veio destruir Leiria, que elle erguera para defender Coimbra das subitas investidas dos inimigos. Ourique desforrou-o

do desastre, que o rei por outro lado remediava reconstruindo o castello, então fronteiro do extremo sul dos seus Estados. Mas logo o musulmano responde, voltando como uma onda que, alastrando o territorio christão, vae rolando até aos altos de Trancoso, deixando pela segunda vez derrubadas as muralhas de Leiria. Affonso Henriques consegue dominar a invasão, que retrocede ao abrigo da linha do Tejo; e retribue logo a visita com uma tentativa frustrada sobre Lisboa. Depois, alliado ao wali de Mertola contra o de Santarem, vae assolar os districtos de Merida e Beja. Nos intervallos d'estas correrias, o rei ferira{pg. 82} as batalhas do tratado de Zamora, e ganhára a victoria que lhe preparou o cardeal Guido.

O periodo de dez annos que está entre 1137 e 1147 offerece n'estas guerras o aspecto de um movimento que oscilla, como um pendulo suspenso de um ponto que é Lisboa: invasões sarracenas para o norte, portuguesas para o sul do Tejo, instabilidade de resultado de ambas. O eixo d'este movimento era evidentemente Lisboa e o systema das suas linhas de defeza—Cintra-Almada-Palmella-Santarem. A conquista da linha do Tejo tornava-se a condição indeclinavel, não já do alargamento, mas até da conservação da monarchia de Affonso Henriques.

Demasiado, porém, sabia elle que os recursos militares de que dispunha, se chegavam para os fossados annuaes, se bastavam para conquistar *quasi per latrocinium* os castellos isolados, eram demasiado escassos para tentar empreza tão vasta como a da conquista do systema de fortalezas que formavam o nucleo defensivo do centro do que foi depois o reino portuguez. Na tentativa frustrada que fizera sobre Lisboa em 1140 fôra ajudado por uma esquadra de Cruzados. As suas esperanças estribavam-se n'um auxilio d'essa ordem: até porque, sem forças navaes para entrar no Tejo—ainda então não havia marinha militar—seria absurdo tentar a empreza.

Entretanto, sete annos iam passados depois d'essa primeira apparição dos Cruzados, sem que outros viessem proporcionar-lhe occasião para realizar os seus designios. Impaciente, orgulhoso

ainda com o resultado da correria de Beja (1145), seguro do lado de Leão pelas pazes de Zamora, forte pela confirmação do seu título, confiado na protecção papal—o sangue pula-lhe nas veias, e decide tomar{pg. 83} Santarem, (1147) *á sua moda*, isto é, por surpresa. Pela calada da noute appareceu á raiz das muralhas da villa. Pozeram-se escadas. Subiu um furtivamente e abafou uma *vela* (sentinella); depois subiu outro, depois terceiro, «e depois que todos tres foram em cima do muro, a vela que estava em cima do caramancham, quando sentiu Mem Moniz que se ia alongando, disse-lhe: «Manahu!» e elle respondeu-lhe em aravia e fel-o descer, e logo que foi em baixo cortou-lhe a cabeça e deitou-o aos de fóra. E então elles poseram outra escada e subiram por ambas o mais toste que poderam, e foram tantos que se apoderaram do muro e britaram as portas por onde entraram elrey e os que com elle foram. E d'esta guisa foi furtada a villa de Santarem aos mouros.» O resultado correspondeu pois ao plano, e quem sabe se a temeridade teria arrastado o rei a proseguir do mesmo modo contra Lisboa? Não foi, porém, necessario. Esse anno vieram os Cruzados^[40] por quem suspirava, e com elles metteu hombros á empreza.

A guerra toma desde então um character regular de cercos e campanhas. Os meios correspondem aos propositos, e estes á idéa da nação que começava a definir-se.

A tomada de Lisboa lavra a acta do nascimento da nação portugueza, até ahi envolvida nos limbos da geração. O cerco affigura-se-nos como o concilio internacional, uma especie de congresso guerreiro, em que a Europa baptisa o recém-vindo á luz da historia. Creado pelos actos geradores da vontade{pg. 84} de um homem, abrigado pela égide da Egreja, Portugal tem a existencia confirmada pela sancção dos exercitos cruzados da Europa. O character cosmopolita da sua vida futura, da sua ulterior phisionomia politica, parece ter-lhe sido desde logo imposto, como um baptismo, quando, em frente d'essa piscina do Tejo, onde fundeiam duzentas naus coroadas pelos pavilhões de tantas nações da Europa, se

estende o cordão do exercito de flamengos, lotharingios, allemães e inglezes.

As columnas dos cavalleiros cruzados combatem ao lado das mesnadas dos barões portuguezes, estendendo-se em meia lua, a investir o morro de Lisboa; e com as pontas apoiadas contra o rio, formam metade do cinto que a armada, fundeada no Tejo, encerra. Com os frankos e inglezes, colossaes de estatura, rubros de sangue, herculeos de musculos, vêem italianos sagazes, mestres consummados na arte das minas ou sapas. Sobre os navios e do lado da terra a arte acorre em auxilio da força. Os inglezes montavam as suas manganellas ou catapultas, os frankos as suas torres; e Affonso Henriques pasmava d'esses maravilhosos instrumentos deante dos quaes a escada e o punhal do salteador nocturno pareciam miseraveis. Acaso a comparação offendia a sua opinião, bem fundada, de atrevido; acaso achava mais rapido e simples confiar o resultado aos seus expedientes favoritos de condôr: o facto é que decidiu começar por um assalto. Foi no dia 3 de agosto que pela primeira vez rebombou a trovoadas dos golpes do moganons, o stridente sibilar das settas despedidas do alto das torres, e das pedras soltas das fundas,^[41] o clamor apocalyptico{pg. 85} dos combatentes, erguendo um côro de imprecações ferozes, proferidas nas mais desvairadas linguas. Á tormenta dos sons respondiam os relampagos do pez, do azeite, da estopa incendiada, que os muros de Lisboa vomitavam sobre os assaltantes, ajudando o sol que, illuminando a scena, congestionava as cabeças dos filhos da algida Germania, da Britannia ou da Frankonia. Ás ondas de lume, ao lume do sol, veio juntar-se um novo clarão de chammas e de grossas voltas de fumo negro que subia cravejado de scentelhas a perder-se no ar: as torres ardiam! O assalto era repellido; a tentativa falhára.

Começou o cerco. Em poucos dias a voracidade feroz dos homens louros do norte destruiu quanto havia em torno de Lisboa: hortas e pomares, villas, cazaes e granjas. Dentro da cidade escasseiavam os mantimentos, e bandos de soldados fugiam com fome: do alto dos muros, os que ficavam perseguiram-nos com

surriadas de pedras. Os gastadores minavam, atulhando a sapa com lenha cortada nos arredores: no dia decisivo, o fogo, consumindo esses transitorios esteios, roubaria a base ás muralhas. Os italianos construíam uma grande torre, que ficou terminada em meiado de outubro, quando a resistencia de Lisboa tocava o extremo. Queimaram-se os robles da sapa, assestaram-se os tiros, prepararam-se as columnas de soldados, e deu-se o assalto, logo que se ouviu o estrondo de um panno inteiro das muralhas que se derrocava do lado do oriente.

Lisboa capitulou. Os Cruzados cevaram o amor do ouro, da prata, e das mulheres formosas, (*auri et argenti et pulcherrimarum fæminarum voluptas*) que os levava á Syria; e Affonso Henriques tomou posse da cidade. As fortalezas satellites de{pg. 86} Lisboa não podiam resistir: Cintra, Palmella, e Almada Cairam em curto espaço nas mãos dos vencedores.

A base geographico-maritima de Portugal estava ganha para não mais se perder; e se o rei fôra o author do facto da separação, era o rei quem todos os dias ia adiantando a obra de uma independencia positiva e formal. Lisboa não valia menos, para tal fim, do que a protecção de Roma.

Esses dias de Zamora e de Lisboa (1143 e 47) marcaram o apogeu do reinado do primeiro monarcha portuguez. Batido em Badajoz pelo genro leonez (1169), foi-o tambem nas suas novas conquistas, pelo sarraceno (1161-71). Affonso Henriques não era já o mesmo homem: a idade quebrára-lhe o vigor de outros annos; e o perdão de Badajoz e as armadas dos Cruzados deviam ter quebrado tambem a cega confiança que punha nos seus recursos e habilidades. Via que no coração dos homens podia haver mais do que ambição e manha; e na arte da guerra processos mais valiosos do que a escada e o punhal, a *razzia* e o assalto nocturno. Taes observações, acompanhadas pela ferida do joelho que o conservava tolhido roíam o velho capitão no seu antro de Santarem (1171).

O entusiasmo da tomada de Lisboa tinha-o impellido a proseguir, aproveitando a commoção triste dos vencidos e o apparecimento de novas frotas que agora, christan Lisboa, demandavam o Tejo, para refrescar, nas suas viagens para a Palestina.

Al-Kassr, ou Alcacer-do-Sal, era, para além de Lisboa, o centro strategico da linha de defeza do Alem-Tejo, que guardava Chelb ou Silves. Logo{pg. 87} depois de rendida Palmella, Affonso Henriques, confiando demasiado nas proprias forças, investira, só e ao modo antigo, o castello de Alcacer, mas fôra cruelmente vencido (1151). Annos depois, vale-se do auxilio de uma frota ingleza, sem conseguir render a desejada praça (1157), que afinal cæe perante o ataque combinado das forças portuguezas e alliadas da Cruzada de 1158. Evora e Beja cedem tambem por essa occasião; e dir-se-hia que Silves, desguarnecida da sua linha de fortalezas fronteiras, ia cair rapidamente nas mãos do afortunado principe.

Não era, porém, assim. Essas successivas conquistas das praças do Alemtejo não tinham a importancia decisiva que tivera a de Lisboa. Levantadas como pontas de rocha isoladas, no meio dos vastos campos desolados, as praças do Alemtejo offereciam aos guerreiros abundantes prezas; e por isto os Cruzados de tão boa vontade paravam aqui, a preludiar na Hespanha o programma feito para a Syria. Saqueadas, incendiadas, porém, ou arrazadas, o seu valor para o reino era por certo lado pequeno ou nullo. O rei não dispunha de forças bastantes para guarnecer tão numerosos castellos e tão dilatadas fronteiras. Já para conseguir manter a linha do Tejo, tivera de doar ás ordens monastico-militares estrangeiras (Hospital, Templo, Santiago) as praças rayanas de Thomar, de Palmella, de Leiria. Os territorios despovoados e nús não vinham augmentar-lhe o numero de soldados, nem a riqueza. Para que isso succedesse era mister que a paz e o tempo fomentassem o desenvolvimento natural das forças economicas. Assim, desde que as armadas dos Cruzados, abarrotadas de prezas, largavam a bahia do Tejo, Affonso Henriques, tornando a achar-se a sós com{pg. 88} os seus recursos militares, era forçado a abandonar as conquistas

avançadas do Alemtejo. Annos havia, tomára e deixára Beja: e agora (1158), das praças conquistadas, apenas guarnecia e conservava Alcacer.

Estas campanhas do Alemtejo estão perante Silves como, antes, as da Estremadura perante Lisboa: enquanto o sarraceno pisar o Algarve, serão precarias todas as conquistas n'este largo trato de terreno devastado que não poderá nutrir-se e prosperar, enquanto não estiver ao abrigo das invasões. Porque não foi Affonso Henriques cair directamente sobre Silves, aproveitando-se de alguma esquadra de Cruzados, em vez de consumir as suas forças na empresa esteril das correrias, conquistas e saques das praças do Alemtejo? Porque evidentemente lhe faltava a larga vista das aguias dominadoras, tendo só o que é commum a todas as aves de rapina: o ataque fulminante, e a garra cheia de força e tenacidade.

Depois de saquearem Alcacer, os Cruzados tinham partido; e a noticia dos successivos desastres dos ultimos onze annos decidira os almuhades^[42] a tratar seriamente de pôr cobro aos progressos de Affonso Henriques. Invadem o Alemtejo; e junto de Alcacer, seis mil portuguezes mortos, o exercito desbaratado, decidem a perda de todo o Alemtejo (1161) pondo em perigo Lisboa. Os sarracenos chegaram a tomar Palmella e Almada, mas julgaram prudente abandonar esses pontos destacados na peninsula de entre o Tejo e Sado. Desde que outras empresas obrigaram a retirar o exercito almuhade depois de fortificar Alcacer, já Affonso Henriques, e os seus discipulos em aventuras podiam{pg. 89} á vontade recommençar as correrias e assaltos. Effectivamente, em 1162, um troço de burguezes toma Beja por surpresa; e em 1166 um bando de salteadores, com Giraldo á frente, de escada ao hombro, punhal nos dentes, entra uma noute em Evora, que saqueia e atulha de cadaveres. Eram portuguezes? eram sarracenos? eram de uns e d'outros; eram uma das muitas companhias de bandidos que batalhavam por conta propria, sem noção de patria a que pertencessem, nem de religião que seguissem. Tinham por culto apenas a ladroagem, e adoravam o deus do estupro, do saque, da matança. Eram de todas as nações; e falavam uma algaravia,

mosarabe nos christãos, *mos* latina nos musulmanos—uma lingua franca.

Affonso Henriques não podia socegar vendo essas façanhas. Eil-o outra vez a cavallo, Alemtejo em fóra, a correr charnecas e arremetter cidades: Moura, Serpa, Alconchel, e, internando-se pela Estremadura hespanhola, Caceres o Tordjala, ou Trujillo (1166). Essa era a sua paixão, o seu furor. Que importa, se, apenas voltava costas, logo se erguia de novo a bandeira musulmana nas muralhas que escalára á traição? Elle tambem voltaria, no verão seguinte, a repetir a sua façanha. E assim, por falta do genio militar do conquistador, as scenas repetiam-se, os castellos passavam successivamente de mão em mão, e portuguezes e sarracenos apenas podiam chamar seu ao terreno que actualmente pisavam. Se as forças proprias do portuguez lhe não consentiam outra cousa: se, sem o auxilio dos Cruzados, não podia abalançar-se á empreza de Silves, melhor fôra sacrificar a paixão ao interesse proprio, consolidando o dominio, do que pôr em perigo o Portugal cistagano, por consumir de um modo esteril as forças militares do novo reino nas{pg. 90} correrias transtaganas. O rudo capitão não tinha porém intelligencia para tanto: a correria arrastava-o, a presa seduzia-o, e a guerra governava-o a elle, em vez de ser elle quem governava a guerra. Sem plano fixo, á toa, á aventura, internára-se até Trujillo e queria tomar Badajoz, invadindo territorios que, apesar de sarracenos, eram vassallos do visinho monarcha de Leão. A sua loucura teve a sorte de todas as loucuras; e já o vimos coxeando e duplamente ferido, no joelho e nos brios, caminhar a esconder a sua vergonha em Santarem (1169).

O desastre de Badajoz devia ter soado por todo o Al-gharb, onde as correrias e façanhas do bando de Affonso Henriques espalhavam a angustia e o terror; e o musulmano, inimigo por patria e religião, não devia ao bulhento principe a generosidade magnanima do genro leonez. Um novo e poderoso exercito transpõe o Tejo, e vem cercar o ferido em Santarem (1171). Acode-lhe Fernando II que, como verdadeiro rei, sabia calar os resentimentos pessoaes, deante de um perigo commum para todos os principes christãos da Peninsula.

Duas vezes salvo pelo genro que o vencera; humilhado, abatido, ferido e velho, Affonso Henriques já não é o irrequieto soldado de outros tempos. Santarem que ganhára por esforço proprio, escalando os muros, era o seu tumulto. Ahi n'um leito gemia dores de muitas especies: todo o Alemtejo estava perdido; e agora (1184) Jussuf, o grande émir de Marrocos, vinha em pessoa, dirigindo o exercito, cercal-o outra vez. Acudiria o genro outra vez a salvar-o? Cinco annos havia que o exercito musulmano passeiava triumphante pelos seus reinos. Não pudera entrar em Abrantes, mas tinha destruido Coruche, que era para a defeza de Lisboa e da linha{pg. 91} do Tejo, como fôra Leiria para Coimbra e para a linha do Mondego. Evora apenas resistiria ás invasões, que tinham levado Alcacer e Serpa, Beja, Moura, Jerumenha e todo o Alemtejo (1179-82). Como o javali, encerrado no covil e perdido, o guerreiro contava as horas, e antecipadamente sentia o penetrar das lanças nas suas carnes abatidas pela idade, e o quebrar dos seus ossos tão rijos ainda, mas mal governados pelos tendões flacidos. Chorava; talvez se arrependesse dos seus erros. Feliz porém mais uma vez, os acasos imprevistos concorriam para o salvar. Á magnanimidade do genro devera o não ter ido acabar n'alguna masmorra escondida nas montanhas das Asturias; e a esta circumstancia, verdadeiramente excepcional, de um principe generoso, devera tambem o salvar-se do primeiro cerco. Em vez de Fernando, que não acudiu agora, veio em seu auxilio a sorte que matou o émir de Marrocos, e espalhou uma peste no meio do exercito almuhade.

Levantou-se o cerco, Affonso Henriques pôde respirar ainda livre os ultimos annos da sua já acabada vida.

O pensamento que elle não soubera ou não pudera realizar, coube ao filho e herdeiro pôr em pratica. O modo serio de conquistar o Alemtejo era ir com os Cruzados, por mar, investir Silves. Logo que Sancho I herdou o reino, e desde que appareceu no Tejo a primeira armada, decidiu-se levar a cabo a empreza. Já então havia uma frota portugueza; e se á constituição geographica do corpo da

nação faltava a metade meridional, o coração, Lisboa, pulsava já independente e vivo; os navios{pg. 92} da primeira expedição do Algarve são d'isso a prova. Abria-se agora uma segunda epocha; e, ou filha do genio do monarcha, ou proveniente da expansão natural das forças nacionaes, ou resultado das duas causas combinadas, o facto é que, entrados n'uma segunda idade, respiramos um ar diverso, observamos um typo differente e uma nova phisionomia da nação.

Consolidam-se as conquistas, povoam-se e fortificam-se as villas, começa a esboçar-se a administração, abandona-se a guerra de escada e punhal. Ha um pensamento na politica e uma idéa nas campanhas. Sancho I é já um rei: Affonso Henriques fôra como um bandido, á imitação de Pelayo.

O districto de Chenchir ou Al-faghar—assim os arabes denominavam o nosso moderno Algarve,—era o que é hoje ainda: um jardim estendido sobre a costa, e apoiado contra um muro de serras que o defendem dos ventos do norte. A guerra não conseguira mirral-o, como succedeu á costa da Berberia, fronteira. Retalho da Africa, scindido pelo mar do Calpe, no Algarve tinham os arabes achado um pedaço da sua patria. O clima, a flóra, não eram bem europeus; e quem, nos fins do XII seculo, visitasse Silves, ou Chelb, dir-se-hia transportado a uma cidade oriental. D'entre as varias raças que tinham vindo á Peninsula, foram os arabes do Yemen que principalmente a povoaram. Chelb ao sul, Hayrun (Faro) mais ao norte, eram as duas cidades principaes do Al-faghar; mas a primeira excedia em muito a segunda. Contava cerca de trinta mil habitantes, era opulenta em thesouros e formosa em construcções. Davam-lhe a primazia entre as cidades da Hespanha arabe. Vestida de palacios coroados pelos terraços de marmore, cortada de ruas{pg. 93} com bazares recheiados de preciosidades orientaes, cercada de pomares viçosos e jardins, Chelb era a perola de Chenchir, onde os prodigos da Mauritania vinham gosar com as mulheres formosas, de puro sangue arabe, os seus ocios luxuosos. Era ao mesmo tempo uma praça temivelmente fortificada.

Quando pela primeira vez as armadas combinadas, dos portugueses e dos Cruzados, appareceram na costa de Al-faghar, Chelb intimidou os guerreiros frisios e dinamarquezes, a ponto de lhes dominar a avidez com que namoravam uma preza de tamanho quilate. Não se atreveram a atacar, limitando-se a tomar Albur (Alvôr), e retirando com um saque abundante.

Para os Cruzados, homens louros do norte que, sob a ingenuidade azul dos olhos, escondem uma crueldade fria e pratica e um desvairado appetite dos gosos vedados aos climas setentrionaes, a empreza de Chelb tinha o valor da riqueza a roubar, das bellas mulheres, d'esse Oriente mysterioso e seductor, a gozar sobre os leitos de sedas da India ou nos fôfos tapetes da Persia. Eram voluptuosidades que antegostavam; calculando ao mesmo tempo os thesouros de pedrarias, os marfins, os estofos preciosos, a myrrha, o incenso, os metaes reluzentes, com que voltariam ás suas agrestes serras, ás suas costas algidas, deslumbrar as noutes veladas á luz baça da candeia, de azeite de phoca. Positivos e praticos ao mesmo tempo, mediam bem o impossivel da aventura, e por isso preferiram á temeridade de atacar Chelb, a modestia de saquear Albur. Bastava-lhes o que levavam.

Não succedia outro tanto a Sancho I. A conquista do Al-faghar tinha para elle um alcance{pg. 94} maior. E os portugueses mais familiarisados com as seducções dos costumes arabes, menos sensiveis ás tentações da carne, mais abertos aos arrebatamentos da paixão, como todos os homens do sul, tinham um proposito mais firme e intenções diversas.

Logo depois da primeira tentativa frustrada no proposito essencial, appareceu no Tejo uma segunda e mais poderosa armada de guerreiros do norte. Decidiu-se então a conquista de Silves. Sancho e as tropas portuguezas iriam por terra, atravez do Alemtejo, investir a cidade pelo norte, cortando os soccorros de Alcacer e das demais praças transtaganas: enquanto as armadas combinadas iriam por mar e, subindo a ria de Silves, poriam o cerco pelo sul, apoiando-se nos navios.

Silves, collocada n'uma eminencia e defendida por fortes muralhas, em cujo recinto, no coração da cidade, se erguia a almedina ou alkassba, estava ligada a uma torre albarran por uma couraça. A torre defendia uma vasta cisterna que dava agua á cidade: conquistal-a seria, portanto, o preludio do cerco. Desembarcados, os Cruzados começaram por assolar os arrabaldes, destruindo quintas e casaes, trucidando os tardivagos, incendiando e roubando, segundo a regra invariavelmente seguida n'estas emprezas. Quando em torno dos muros não havia mais do que destroços, ruínas e cinzas, atacaram a torre albarran. Foi em 21 de julho de 1189, esta primeira tentativa frustrada. Em 29 chegou por terra el-rei Sancho, cerrou-se o cerco, e prepararam-se os meios do ataque decisivo. Os sitiados, no desespero, açulavam o furor e a cubiça dos inimigos com insultos e crueldades. Nas ameias da torre albarran penduravam pelos pés os prisioneiros christãos; e alli, em frente do exercito,{pg. 95} como exemplo e ameaça, matavam-nos ás lançadas. Era ardente o furor, incansavel o trabalho. Estavam preparadas e promptas as machinas de guerra: começaram os assaltos. Os allemães tinham montado um vae-vem coberto, cujas pontas de ferro trabalhavam impunemente na derrocada dos muros: era a *origa* dos gregos, a *testudo* de Vitruvio, o *ericius* das guerras dos romanos, em portuguez *ouriço*—uma catapulta couraçada contra as massas de estopa a arder em azeite que sobre ella os defensores vasavam. Muitas torres, numerosos trons batiam os muros e levantavam os sitiadores á altura das ameias. A albarran caíu por fim, entulhou-se a cisterna. As fontes dos pateos ajardinados de Chelb deixaram de correr, e a sede veio auxiliar as machinas e as armas dos christãos. Os musulmanos, fortificados na almedina, resistiam, comtudo.

O cerco entrava desde esse momento n'uma phase nova. Os assaltos repetiam-se, infructiferos, e a alkassba parecia intomavel. Soccorreram-se ás artes dos mineiros de Italia; mas os arabes eram igualmente mestres na engenharia. As galerias subterraneas cruzavam-se, encontravam-se, rompiam-se. Fatigados de pelejar em vão, á luz de um sol abrazador, transferiram os combates para o coração da terra. Os gastadores eram soldados, e rijas batalhas

ecchoaram n'essas galerias. A lenha accumulada ardia presa do fogo; e á luz das chammas, buscavam-se, um a um, os inimigos, ferozes como tigres, punhal ou alfange em punho, e estrangulavam-se, despedaçavam-se, como feras. O crepitar do fogo acompanhava as imprecações roucas, e nos olhos havia mais chammas do que nos montes de troncos e ramos incendiados. O sangue corria dando á lama das galerias subterraneas{pg. 96} a côr do barro com que em tempos mais felizes os arabes ladrilhavam os seus eirados alegres e os seus pateos ajardinados.

A furia dos combates era excitada pelos calores da sêde. Os sitiados ardiam em febres. Viam-se nús estendidos sobre as lages das ruas, sobre os ladrilhos das casas, para refrescar a pelle. Comiam o barro do chão. Estorciam-se, desesperados, e morriam pelas esquinas. As ruas deixavam apodrecer os cadaveres, e as mães engeitavam os filhos, quebrando-lhes os craneos tenros contra as umbreiras das portas.

Nos sitiantes a furia era outra. Durava já um mez o cerco, o não fôra para tão demorada campanha que os Cruzados tinham vindo. A alkassba não caía! os perros musulmanos não se rendiam! Entretanto elles, Cruzados, iam morrendo de feridas, de insolações; e o despojo promettido não chegava. Não podiam perder assim o seu tempo. Isto diziam uns; outros não queriam abandonar o trabalho gasto, e despedir-se de uma presa meio conquistada. Sancho I, desanimado, pensou em retirar. Então rebentaram as iras; porque a segunda opinião vencera no animo dos Cruzados. Quasi chegaram ás mãos, os portuguezes e os homens louros do norte. Finalmente a alkassba rendeu-se nos primeiros dias de setembro; mas isso deu logar a novas rixas. O rei queria uma cidade, e não um despojo. Os Cruzados queriam o contrario. Sancho offereceu pagar-lhes o valor da presa; os Cruzados recusaram. Havia uma cousa que o rei não podia pagar com ouro: era o delirio do saque, a orgia das matanças e dos estupros. Esses ferozes caçadores de mouros queriam retoçar-se pelo interior das alcovas mysteriosas, e enterrar os braços nas arcas dos thesouros, ensopar em sangue as{pg. 97}

almofadas macias sobre que iam abraçar as morenas filhas do Yemen.

Cevados, partiram logo. Sancho pedia-lhes que acabassem a empreza, tomando Hayrun. Recusaram; não queriam arriscar os lucros, e estavam turgidos de goso. Só ambicionavam tornar á patria, para contar os seus feitos, e depôr aos pés das louras e ingenuas donzellas do norte, de suas noivas e de suas filhas, os collares, os brincos, as manilhas de ouro arrendado, que tinham roubado nos leitos, com a honra e a vida, ás filhas de Mafoma.

Sancho I, não podendo seduzil-os, nem convencil-os, desistiu da empreza; e deixando Silves guarnecida, e occupado o oeste do Algarve, retirou para o norte. Afim de consolidar a conquista, tomou Beja. Mas, enquanto o velho Faro se conservava em poder do sarraceno, não devia o rei portuguez considerar seu o Al-faghar.

Effectivamente durou pouco o primeiro dominio portuguez no extremo sul do reino. Quando o filho de Jussuf, Jacob, chegou a soccorrer Chelb, já a cidade estava perdida; e elle não soube ou não pôde retomal-a. Vingou-se irrompendo pelo reino; e, galgando o Tejo, assolou a Estremadura toda, pondo cerco a Thomar. Tampouco soube ou pôde vencer, e retirou-se; mas para voltar no anno seguinte. Então Silves caíu de novo em poder do sarraceno (1191) que, victorioso, tomou Beja, e na sua *gaswat* fulminante, veio ameaçar Lisboa, desde os muros de Almada, conquistada.

Portugal recuava outra vez aos limites do Tejo; porém Silves, embora perdida, indicava o futuro{pg. 98} inevitavel d'este longo e mortifero duello. O rei occupava-se em consolidar os seus Estados, povoando, e organisando a administração. Na impossibilidade de levar a cabo a conquista do Al-faghar, enfraquecido militarmente o reino pelas correrias, desilludido sobre a efficacia do auxilio dos Cruzados, abandonou com razão o systema das álgaras e surpresas, com que, sem conseguir manter-se um dominio estavel, se extenuavam as forças vivas da nação. O seu governo sabio preparou as decisivas emprezas posteriores.

A primeira d'essas foi a tomada de Alcacer em 1217. No tempo de Affonso II já os portuguezes se tinham achado na batalha das Navas de Tolosa (1212), em que os principes christãos da Peninsula, tomando uma cruel desforra do desastre de Alarcos, deram o ultimo golpe no dominio sarraceno. Affonso II não tinha amor pela guerra. O lado organisador e administrativo do governo de seu pae imprimira-lhe paixões pacificas. Instigava-o ainda mais a sua avareza natural, e a condição dura em que a fraqueza dos ultimos annos de Sancho I o collocara, por ter doado o reino inteiro, thesouros e castellos, aos nobres e ao clero. Affonso II não quiz tomar parte da empreza de Alcacer, porque andava occupado a reivindicar para si o reino.

Kassr-al-Fetah, Castello-da-porta ou da entrada, se dizia essa chave do Alemtejo; e sem a posse de um tal ponto estrategico, eram vans as tentativas de consolidação do dominio portuguez ao sul do Tejo. Castello sobre todos nocivo, chamam-lhe as memorias coevas, (*Castrum super omnia castra nocivum*, GUSUINI CARMEN) porque d'ahi iam annualmente para Marrocos cem prisioneiros christãos, arrebatados aos territorios fronteiros até Lisboa, nas álgaras de todos os annos. {pg. 99}

Com o auxilio de uma forte esquadra de Cruzados, Alcacer ficou definitivamente em poder dos christãos no meiado de 1217. Nove annos depois, Sancho II, em quem renascia o espirito guerreiro dos avós, recommçou a conquista do Algarve, caminhando ao longo da fronteira de leste, valle do Guadiana abaixo, e tomando successivamente Elvas, Serpa, Moura, Mertola, Ayamonte, Tavira e Cacella, que os arabes denominavam Hisn-Kastala (1226). As deploraveis pendencias que lhe roubaram a corôa não deixaram a Sancho II consummar a conquista do Algarve, que no meiado do XIII seculo cae por fim (1249), obscuramente, em poder do usurpador da corôa fraterna, Affonso III.

Consolidada a separação, constituido geographicamente o paiz, resta-nos agora observar os movimentos internos da nação; para vêmos como dentro d'ella se affirma a independencia, só plena e

cabalmente definida, porém, na crise que poz termo á dynastia de Borgonha.{pg. 100}

[40] V. nas *Taboas de chronologia*, a das Cruzadas, a p. 219.

[41] V. na *Hist. da repub. romana*, I, pp. 251-5, a descripção das machinas de guerra dos antigos, que eram as da Edade-média.

[42] *Taboas de chronologia*, pp. 43 e 271.

III

A monarchia e a justiça

«D. Diniz foi um aváro. Affonso IV um homem de juizo, Pedro I um doido com intervallos lucidos de justiça e economia.» Assim A. Herculano caracteriza os tres monarchas, a quem já fôra concedido reinar sobre Portugal integralmente constituido, dentro dos limites das suas fronteiras actuaes. Mas que eram então um rei e um reino?

Errada idéa formará d'essas epochas aquelle que não puder desprender-se das impressões resultantes de periodos mais proximos de nós. Foi só desde o xv seculo que o desenvolvimento das nações peninsulares permittiu aos reis começarem a ter consciencia do caracter juridico-social do seu cargo^[43]. Até ao xiv seculo, os Estados peninsulares, ou—limitando-nos agora ao campo exclusivo das nossas observações—Portugal, não merece propriamente o nome de nação, se a este vocabulo dermos o valor moderno. As comparações illustram superiormente a historia: e em nossos dias temos exemplos de similhaça quasi absoluta. Esses principados slavos, onde a occupação da Turquia jámais deixou de encontrar resistencias, são como foram a Hespanha. O Montenegro reproduz as tradições das Asturias, ninho dos bandidos de Pelayo; {pg. 101} a Servia ou a Herzegovina, em cujas campinas, avassalladas pelo turco, as quadrilhas dos indomitos montanhese

veem periodicamente fazer as suas razzias, são como foi Portugal. A historia repete-se ainda na independencia final, ganha pela irradiação do fóco de resistencia invencivel.

Regiões fadadas a tal existencia não podem ser propriamente nações: não attingiram esse momento de existencia collectiva, não saíram dos periodos preparatorios da organização. O processo tem, n'este caso, dois graus caracteristicos. Primeiro apparece o bando, depois a familia. O rei é o chefe dos bandidos, antes de ser o protector, o pae, dos seus subditos. Se a guerra é antes um systema de rapinas do que uma successão de campanhas, a justiça é tambem mais a expressão arbitraria de um instincto, do que a applicação regular de um principio. A sociedade que se desenvolve de um modo espontaneo, á lei da natureza, vae successivamente definindo as idéas collectivas, á maneira que progride na serie das fórmulas evolutivas do seu organismo^[44].

A substituição do principio da justiça—no qual incluimos as relações entre individuos, e entre classes e instituições—principio militar, marca o momento da primeira transformação que é a passagem do organismo do bando para a fórmula social primitiva: a familia nacional, cujo pae ou patriarcha é o rei.

A loucura de D. Pedro I vale, portanto, a nosso vêr, tanto como o bandidismo de Affonso Henriques. Os dois reis são os dois typos—da guerra e da justiça. Assim como a primeira era selvagem e feroz, assim a segunda é irregular, cheia de caprichos{pg. 102} e arbitraria. Mas se Affonso Henriques foi o chefe do bando, D. Pedro I é decerto o *pae* da familia portugueza.

O seu furor justiceiro não é mais louco, do que o furor guerreiro do primeiro rei. Tentámos esboçar a phisionomia d'essa epocha primitiva: buscaremos agora, indo beber á fonte limpa das chronicas mais proximas, accentuar as feições do segundo periodo. Na guerra não havia regra, nem planos: era uma correria solta. Na justiça não ha processos, nem garantias: é o dominio livre do capricho. Mas se, n'um caso, a bravura engrandecia e a victoria exaltava os actos do

bandido, no outro, a rectidão dava força, e a protecção paternal coroava as decisões do *kadi*. O rei é o grande Juiz da familia portugueza: a sua vontade é lei, as suas sentenças são oráculos^[45].

A justiça de Pedro I caracteriza-se, pois, para nós, com o merecimento de um typo, da mesma forma que a guerra de Affonso Henriques. São também os dois individuos symbolicos, por isso mesmo que são como que doidos. As phisionomias dos outros reis esbatem-se mais no fundo do quadro, confundem-se de um modo mais ou menos completo na massa dos sentimentos do povo; e os seus actos acompanham o desenvolvimento das forças e instinctos collectivos, sem os dominarem de uma forma superior e typica. O leitor perspicaz não esquece que estas apreciações excluem a do merecimento individual das pessoas. Sancho I tem uma bella vida tristemente rematada n'um torpor de fraqueza. Affonso II tem uma phisionomia commum e antipathica, sem nobreza, mas forte e penetrante. Sancho II possui muito do seu predecessor{pg. 103} em nome. Affonso III destaca-se pela educação franceza, que lhe ensinara a dissimulação, a perfidia, de mãos dadas com o bom-senso governativo. Diniz é um aváro; Affonso IV é um homem de juizo, no dizer de Herculano. Todos reunidos, porém, n'um grupo, formam um corpo de phisionomias indecisas ou communs: são mais ou menos guerreiros, são pessoalmente melhores ou piores, o que á historia importa pouco; são bons ou maus administradores da republica, seu patrimonio, cuja riqueza fomentam, acompanhando o desenvolvimento natural da sociedade.

No principio e no fim d'esta serie estão, porém, os dois individuos typos, os dois loucos—um, phrenetico, brandindo o punhal mortifero; outro, carrancudo e fero, empunhando o latego do algoz e a vara de juiz, ou risonho e folgasão, dançando e cantando nas ruas no meio da sua familia, como um pae.

Pedro I tinha a paixão da justiça; era n'elle uma mania, como em seu avô o fôra a guerra. Não prescindia de julgar todos os delictos. Os criminosos vinham á côrte, desde os remotos confins do reino. Quando algum chegava, manietado, e o rei comia, levantava-se

pressuroso da meza, e trocava a vianda pela tortura. Prazia-se em ajudar e dirigir os algozes; indicava os expedientes e processos para obter a confissão dos réos. Nunca abandonava o açoute: enrolado á cinta em viagem, tomava d'elle, e por suas mãos castigava o facinora que no caminho lhe traziam. Os adulteros mereciam-lhe um odio especial: jámais lhes perdoava. D. Pedro tinha um escudeiro, Affonso Madeira, *luitador e trovador de grandes ligeirices*, a quem embora amasse *mais que se deve aqui dizer*, o rei mandou castrar, porque peccou com Catarina Tosse.—O rapaz engrossou e morreu depois da{pg. 104} *sua natural door*. Certa mulher era infiel ao marido, que nem por isso se offendia: offendeu-se o rei, e mandando-a queimar, respondeu ao esposo desolado que lhe devia alviçaras pelo ter vingado. Havia um homem casado, com filhos, mas que antes da boda forçara a mulher. Roussou? morra. Enforcou-o, entre os choros e supplicas da esposa e dos filhos. O seu odio aos peccados da carne perseguia com furor as alcouvetas; e as feiticeiras não lhe mereciam menos cuidados.

Quando o tomavam os ataques da furia justiceira, a gaguez fazia ainda mais terrivel a expressão da sua phisionomia. A fala não lhe deixava traduzir bem as cóleras; e rubro, grosso, agitando o latego, n'um delirio, mettia espanto. Os gagos, porém, teem isto de particular: tanto o defeito accrescenta ao horror na furia, como põe nas horas mansas o quer que é de bonhomia quasi ironica. Era assim D. Pedro. Caçador tenaz, descansava do officio de juiz nas corridas do monte, seguido pelos moços com os nebris e falcões, e pelas matilhas de caens. Então o seu rosto aplacava-se, e era benigno, bemfazejo, liberal, folgasão. *Foi grande criador de fidalgos*. Glotão, passava horas esquecidas á meza, onde a vianda era em grande abastança.

Punir os maus, enfrear os fortes, «querendo fazer graça e mercê ao nosso poboo» era o seu constante desvelo paternal. Nas côrtes que reuniu em Elvas (maio de 1361) vê-se pelas respostas aos capitulos dos povos como o seu governo era protector. Queixavam-se os conselhos de que as casas dos mestres das ordens, dos bispos e priores, dentro das villas, caíam em ruinas; e o rei decide

de um modo simples: *filhem* as nossas justiças aos proprietarios o que for necessario para as obras.{pg. 105} Filhem mais, para as pôr em grangeio, as herdades e vinhas ermas. Os ricos-homens veem ao concelho e pousam em casa de mulheres honestas, perdendo-lhes a reputação; pousam nas adegas e nos celleiros de trigo, e fazem d'elles cavallariças, allega o povo—e o rei ameaça o fidalgo que assim fizer. O clero, isento como estava dos serviços militares da hoste ou do appellido, recusa-se a acudir na hora de um perigo imminente? Que os clerigos acudam com os leigos, diz o rei, quando haja fogo ou inimigos.

Mas o «nosso poboo» ás vezes exige de mais, como uma creança que se sente adorada. Modere-se: o rei é um pae, mas o pae é um juiz, sempre benigno e amoravel porém. Quando recusa, não se vê arrogancia, apenas uma reserva prudente: «mostrem e declarem aquello em que lhis vam contra seus foros, graças e mercees que ham e que, nos lhas faremos guardar.» Exigir que as meretrizes e barregans andem estremadas pelo trajo, é querer muito n'essa Edade-média prostituta e adúltera, faminta e leprosa, que vive de carnalidades, violencias e feiticarias: «Tragam suas vestiduras como as poderem aver, porque perderiam muito em os pannos que teem feitos e nos adubos que em elles tragem.» Mas quando o povo se queixa do que soffre com os serviços militares, obrigado o villão a ter cavallo e armas desde que possui uma certa *quantia* de bens, o rei attende e ordena que não sejam quantiados a nenhum os pannos de seu vestir e de sua mulher até dois pares, nem as roupas de suas camas.

Sobre a cabeça do povo humilde pesam duas ameaças constantes: o nobre com a sua violencia, o judeu com a sua manha. O fidalgo e o onzeneiro são a desgraça da gente, a perdição das filhas{pg. 106} e a ruina das searas. Quem nos protegerá senão o rei? Se o judeu onzenar, responde este, «nós o mandaremos matar e lhe tomar quanto houver.» Mas ninguem se atreva com elle, a não ser a justiça, que anda sobranceira a todos, a tudo. De uma vez D. Pedro mandou matar dois escudeiros por terem roubado a um judeu; e se tambem cortou a cabeça a outro, dos bons, de Entre-

Douro-e-Minho, por ter partido os arcos de uma cuba de vinho a um pobre lavrador, foi elle o proprio que mandou degolar o sobrinho do alcaide de Lisboa por depennar as barbas a um porteiro.

A justiça havia de ser tremenda quando os costumes eram barbaros, corruptos e ingenuos ao mesmo tempo; quando o incesto, o adulterio, o assassinato, o estupro, o roubo, e essa offensa extravagante da merdinbuca (*stercum in ore*), tão frequente nos foraes, acompanham as linhagens das familias e enchem as paginas das cartas dos concelhos.^[46] O juiz não será um algoz, mas é mistér que seja um tyranno; e o symbolo da justiça não está na balança com o seu fiel sensível, mas antes na espada e no latego, na furia e no amor, no capricho benevolente e na sanha vingadora de um rei temido como foi D. Pedro.

Assim como a sua justiça era, pois, destituida de magestade, assim o eram as suas folganças. Dir-se-hia um rustico feito rei; e acaso por isso o povo o amava tanto. Não tinha distincções, nem delicadezas, no sentimento, nem no trato. Em tudo era brutal. Se confundia em si o juiz e o algoz, as suas festas eram *kermesses* extravagantes e plebeias.{pg. 107} Os instinctos aristocraticos e as fórmas da cortezia nobre, os torneios, as lanças, não tinham n'elle um amator. Era um democrata, um *tyranno* á moda antiga, em cujo espirito encarnara toda a brutalidade popular: por isso mesmo era adorado! Os seus castigos terriveis, passando de bocca em bocca, faziam-lhe um pedestal de força; e as suas continuas folganças populares cimentavam essa força com o amor intimo que nos merece quem tem connosco a irmandade de gostos. O povo via-se rei na pessoa de D. Pedro.

Quando voltava em bateis de Almada para Lisboa, a plebe lisboeta saía a recebê-lo com danças e trebelhos. Desembarcava, e ia á frente da turba, dançando ao som das *longas* (trombetas) como um rei David. Estas folias apaixonavam-no quasi tanto, como o seu cargo de juiz. Por ellas chegava a fazer loucuras. Certas noites, no paço, a insomnia perseguia-o: levantava-se, chamava os trombeteiros, mandava accender tochas; e eil-o pelas ruas,

dançando e atroando tudo com os berros das longas. As gentes, que dormiam, saíam com espanto ás janellas, a vêr o que era. Era o rei. Ainda bem! ainda bem! que prazer vel-o assim tão ledo!— Vestiam-se todos á pressa, desciam ainda tontos de somno; e as ruas, um momento antes silenciosas e negras, brilhavam com as luzes, e tinham o clamor da multidão em vivas e o movimento das danças universaes.

Era uma loucura? Seria. A Edade-média é uma vertigem. O povo, afflicto pelas miserias do mundo e pelos terrores do céu, vivia n'um sonho feito de dôres positivas e de medos transcendentales: rodopiava n'um *sabbath*. Deus abençoe o rei que nos defende por sua mão! que vem connosco bailar ás noites por essas ruas lugubres! que persegue{pg. 108} os incantadores e feiticeiras! É o nosso justo juiz, o nosso bom pae, o nosso amigo e irmão: adoremol-o!

Não eram só justiça e festas que o rei lhes dava: era pão. Sabio administrador, juntava grandes thesouros; e esta noticia augmentava, ao medo e ao amor, o respeito por um rei tão bom. A brutalidade e o egoismo dos costumes medievaes traduzia-se a miude n'um flagello terrivel—a fome, de que o pobre povo soffria sempre mais ou menos. A fome e as guerras geravam pestes. A primeira metade do seculo xiv fôra uma cadeia de desgraças. «No anno do Senhor, de 1330, diz o livro de Ceiça, foi a pestilencia grande e morreram então em dois mezes cento e cincoenta religiosos. Os lazarus eram tantos e tão antigos que D. Diniz deixara-lhes em testamento duas mil libras. Em 1333 houve fome, e os mortos já não cabiam nos adros das egrejas, enterrados aos seis em cada cova. No dia de S. Bartholomeu do anno de 1346, tremera a terra a ponto de os sinos tocarem nas torres, pavorosamente, um dobre de finados, annunciando o acabar do mundo. Depois veio a peste de 48; e em 55, dois annos antes da morte de Affonso IV, foi a secça, havendo outra fome medonha. Da gafaria para a cova, ameaçado por todos, na terra e no céu, o povo infeliz e faminto congregava-se em volta do throno protector, adorando o rei justiceiro e providente, inimigo das pestes, das guerras, das fomes,

e sentia-se rico dos thesouros guardados nas torres do castello. Além d'isso, D. Pedro fartava-o. As suas folias não eram só danças e musicas. Quando Affonso Tello foi armado cavalleiro houve uma kermesse monumental. Durante a vigilia d'armas, cinco mil tochas illuminavam as ruas, desde S. Domingos até ao{pg. 109} paço; e o rei, entre as alas de lumes, radioso e bom, na sua gaguez, dançou com o povo a noite inteira. Ao outro dia o Rocio estava coalhado de tendas e montanhas de pão e grandes tinhas cheias de vinho. Nas fogueiras, em espetos collossaes, assavam-se vaccas inteiras. Havia de comer para toda Lisboa. O povo exultava, n'esses ágapes da monarchia.

A velha tragedia dos seus amores e da sua rebellião augmentava-lhe ainda as sympathias. O tyranno apparecia, justiceiro e bondoso, sobre o fundo de um azul de amores infelizes que encantavam a alma popular. Ignez de Castro, a sombra de um anjo, coroava-o de além do tumulo. Mas esta piedosa recordação era, na alma do rei, um espinho que o mordida sem cessar. O seu genio cruel pedia vinganças. Entendeu-se com o visinho de Castella, e pôde haver ás mãos dois dos assassinos. O povo não approvou o escambo; e o rei muito perdeu de sua fama, diz o chronista. O castigo dos assassinos foi duro: D. Pedro estava fóra de si, as palavras atropellavam-se-lhe na garganta, e não podendo satisfazer-o as muitas injurias, deshonestas e feias, vingou-se a chicotear os infelizes na cara. A sua colera attingia a ironia soez. Queria cebola e vinagre, para comer o Coelho em molho-de-villão. Por fim mandou que lhes arrancassem, vivos, os corações, a um pelo peito, a outro pelas costas. Gozou-lhes a morte, e acabou vingado.

Pedro I é a viva imagem da Edade-média, politica e domestica. Todos os vicios e todas as virtudes, a fereza e a ingenuidade, os odios terriveis e as amidades espontaneas, sommadas n'um character primitivo onde acaso alguma lepra dos vicios civilizados antigos punha nodoas novas, formavam{pg. 110} o character d'esse rei que é verdadeiramente um symbolo. Por isso o povo, vendo-se n'elle retratado, o adorou.

A politica da independencia puzera no seio da familia portugueza um membro, cujas arrogancias e pretenções ameaçavam desnortear o fiel da justiça social. O clero aspirava a usurpar a authoridade á monarchia. Além da força que as tradições juridicas lhe davam; além da authoridade espiritual e do espectro das bullas de excommunhão, pavor das almas ingenuamente crentes; além do poderio fundado n'uma riqueza excessiva e na machina absorvente da mão-morta, poço onde caíam as heranças e legados dos rudes batalhadores arrependidos; além de todas as causas geraes, o clero invocava em Portugal um argumento particular: o rei era vassallo, o papa suzerano. Por tal preço obtivera Affonso Henriques um simulacro de sancção juridica para a sua rebelião.

A situação do clero catholico no seio da primitiva sociedade portugueza—e das coevas em geral—resulta de um tal concurso de elementos heterogeneos, que nenhuma das faces do systema dos costumes retrata, melhor do que esta, a confusão cahotica d'esse novo mundo que se formava sobre as ruinas e destroços do antigo. Politicamente, o facto de um poder, superior por ter um fundamento transcendente, estranho ao poder civil, é a primeira causa de conflictos.^[47] Perante a Egreja, todos são igualmente subditos, desde o rei até ao infimo dos *villiores*. A base religiosa d'esse poder{pg. 111} consolida-se com a força que dá a riqueza. Os barões, crendo de facto na verdade da revelação, e n'uma outra vida onde hão de ser julgados, teem uma religião feita de medo; e como no fundo são barbaros, vivem na terra á lei da força, remindo com esmolas e legados, á hora da morte, os longos rosarios de crimes. Julgando-se proximos a apparecer perante o supremo juiz, reconhecendo á hora da morte a inutilidade da força e da perfidia perante quem tudo póde e tudo vê, compram o perdão com o fructo das rapinas e dos crimes; e assim formam o alicerce de um poder real, verdadeiro e mundano. Salvos os mortos, os que ficam teem de entender-se com o clero herdeiro; teem de debater por todos os meios a influencia e o poder, para outra vez, á hora da morte, repetirem os actos causadores das luctas que lhes encheram a vida. Por tal fórma se encerra um circulo vicioso que a politica não póde

romper, porque a religião o não consente. Desde que as raças germanicas, avassallando o imperio antigo, não tinham podido desenvolver a sua independencia religiosa e acceitaram o christianismo, força era que assim fosse, enquanto os dogmas christãos governassem as consciencias.

N'este sentido é perfeitamente legitima a influencia do clero; e não o é menos por virtude da authoridade que lhe dá o saber, com effeito já pervertido, mas ainda preponderante sobre reis e principes analphabetos. Legitima a sua influencia, historicamente legitima a sua força, o clero, porém, recebia por seu turno a acção reflexa do meio ambiente em que vivia. Era tão aváro, tão feroz, tão barbaro, tão vicioso, como os seculares; e a sua cultura accrescentava ainda, aos defeitos da brutalidade, os da civilisação. As perversidades requintadas,{pg. 112} as perfidias subtís tinham n'elle os melhores mestres; e por sua via entravam no corpo de uma sociedade barbara. Os sacerdotes eram os educadores politicos dos principes, quando não eram os seus declarados adversarios. Ensinavam as manhas, a quem apenas sabia commetter os actos brutaes. Aos vicios do instincto sabiam juntar as perversidades da intelligencia.

Se os principes da Egreja influíam de tal modo, a plebe ecclesiastica acompanhava as massas no rodopio lugubre e sanguinario da dança infernal da Edade-média. Os homens da Egreja commettiam todos os crimes. Sacerdotes, habitando os templos e os mosteiros, os seus erros eram outros tantos sacrilegios, pela qualidade dos delinquentes e pela condição do lugar. Roubavam, feriam, matavam, mentiam. Os casados andavam bigamos; os solteiros, publicamente amancebados. Davam o braço ás prostitutas, viviam com ellas, e desfloravam donzellas. Engeitavam os filhos, repudiavam as esposas. Além de criminosos, eram indignos. Faziam-se carneiros em praça publica, matando e degollando as rezes, vendendo carnes. Eram jograes, tafues, bufões. Escondiam a corôa, deixavam crescer o cabello, e abandonavam o trajo ecclesiastico, para mais á solta poderem abandonar-se aos seus desvarios.

E, obrando taes crimes, desvirtuando por tal modo os legitimos privilegios do sacerdocio e da illustração, não deixavam de reclamar o fôro de uma justiça especial. D'ahi resultava que o rei podia enforcar um réo, por ser secular, e o cumplice ecclesiastico ficava impune. Testemunhas seculares não valiam contra elles, e ecclesiasticas não appareciam, porque o vedava a solidariedade da classe. O desvario era tamanho, que havia quem{pg. 113} chegasse a ordenar-se, unicamente para commetter crimes impunemente.

Juntem-se estes costumes aos costumes bravios da epocha; junte-se mais a serie de conflictos politicos e economicos, levantados pela condição particular da Igreja; addicione-se a situação especial de vassallo em que Affonso Henriques collocára o throno portuguez—e desde logo se comprehenderão os motivos dos longos e pittorescos conflictos da primeira época da historia nacional.

A erudição lançou para o campo das lendas os episodios tradicionaes do tempo de Affonso Henriques; mas a historia não póde desprezar esses traços pittorescos com que o povo retrata, infiel mas typicamente, as tendencias e os costumes. Sabe-se a historia do bispo negro de S. Cruz de Coimbra; e os monumentos remotos contam o que Affonso Henriques, se não fez, poderia ter feito ao legado que veio de Roma excommungal-o por se ter levantado contra a mãe, pela ter mettido a ferros e não a querer soltar—segundo resa a chronica. Era homem «muy bravo de grande coração» o principe a quem a rebeldia do clero irritava. Foi esperar o legado ao Vimieiro, chegou-se a elle, travou-lhe do cabeçaço, sacou da espada e quizera cortar-lhe a cabeça. Os cavalleiros do rei acudiram: «Dirão em Roma que sois herege!» O cardeal tremia de medo, o rei de colera, mas baixou a espada e voltou: «Pois quero que Portugal não seja excommungado em todos os meus dias e que não leveis d'aqui ouro, nem prata, nem bestas, senão tres!» E proseguia exigindo uma carta de Roma garantindo a posse «d'isto (Portugal) ca eu o ganhei com esta minha espada.» O sobrinho do cardeal ficaria em refens: teria a cabeça cortada se a carta não viesse em quatro mezes. O cardeal,{pg. 114} diz-se, prometeu,

annuindo a tudo; e o leitor sabe, pelo modo como lhe contámos os pactos de Zamora, qual é a verdade que esta scena pittoresca exprime. O rei que «em sua mancebia foi muito bravo e esquivo,» prosegue a lenda, feitas as pazes, disse ao cardeal: «Agora vede como sou herege!» E despindo-se, mostrou-lhe as feridas de todo o corpo, contando-lhe as batalhas em que as tinha havido. Resolvida a contenda, satisfeita a cubiça, aplacada a colera, apparecia depois do guerreiro violento o homem timido e crente, com a visão do inferno e o terror da excommunhão.

Por isso os prelados de Braga, Coimbra e Porto eram como tres reis no reino, cujos limites já para um unico provavam escassos. Se as guerras da separação, primeiro, depois a conquista do sul do reino e a deslocação do seu centro para Lisboa, marcam os momentos geographicos decisivos da historia da independencia, a resolução dos conflictos ecclesiasticos e a consolidação do poder monarchico marcam, decerto, o movimento tambem decisivo d'essa historia, sob o aspecto mais intimo e organico da justiça social.

Dos tres reis mitrados, o do Porto foi o que mais trabalhos deu aos monarchas portuguezes. O reinado de D. Sancho I, tão brilhantemente iniciado pela conquista de Silves, e com tanta sabedoria dirigido para a consolidação do centro assolado do paiz, é dos mais notaveis na historia dos conflictos com o clero. O rei era tão irascivel como credulo: acompanhava-o sempre uma feiticeira, diariamente consultada. Não tinha o furor bellico do pae, nem a energia justiceira do neto: parece ter sido um homem commum, mas serio.

Na primeira decada do XIII seculo governava o{pg. 115} bispado do Porto Martinho Rodrigues, homem atrevido, ambicioso, cheio de força e vicios. A authoridade da corôa limitava-se por esses tempos ao velho Porto, hoje o suburbio de Gaya, e o bispo imperava na cidade. Exacções e tyrannias, communs a todos os senhorios feudaes, levaram os burguezes do Porto a rebellar-se contra o bispo, invocando o auxilio que o rei lhes não recusou. Acclamado pelo povo, Sancho I entra na cidade; arrombam-se as portas das

egrejas, a turba invade e assola os templos, conspurca os altares; e o bispo fica cinco mezes preso no palacio episcopal, até que finge submeter-se ás exigencias, com o proposito, que realisa, de ir a Roma pedir desforra ao papa. Entretanto o de Coimbra encerrava os templos e negava os serviços religiosos aos fieis: era esse um dos meios ordinarios de combate. Sancho I vae a Coimbra, faz de bispo, obriga os padres, á força, a celebrarem os officios divinos, mandando arrancar os olhos aos recalcitrantes.

Voltou a final (1210) Martinho Rodrigues, de Roma, com bullas de Innocencio III. O nuncio ou legado do papa devia em pessoa lê-las ao rei; porque o chanceller Julião, valendo-se da ignorancia do soberano, usava alterar o que lia. Sancho I ouviu com humildade a monitoria papal. Estava doente, já fatigado da vida, e na perspectiva da proximidade da viagem para o outro-mundo, memorava tudo o que tinha feito, os desacatos e sacrilegios. Os remorsos enchiam de terror o seu animo duro, obtuso e bravio. Curvou-se e penitenciou-se. Este era sempre o momento infallivel da victoria da Igreja: a superstição entregava-lhe, manietados e submissos, os seus terriveis inimigos, na hora da morte imminente. Sancho I {pg. 116} pedia aos monges de Alcobaça que rezassem por sua alma esses lugubres psalmos, que pareciam aos infelizes como um ecco das terriveis symphonias da eternidade. Reclinado no leito da morte, o rei, apavorado, via a face medonha do supremo Juiz; e sentia-se já precipitado nos abysmos ardentes, no seio das chammass crepitantes, roído, macerado pelos monstros diabolicos, a gritar em dôres infernaes.

Desistiu de tudo; abandonou á sua miseranda sorte os burguezes fieis, deu rendas, legados, terras, senhorios. Deu mais até do que possuia! Conseguiria por tal preço obter o perdão? Os padres diziam-lhe que sim, e abençoavam-no promettendo-lhe a salvação.

Fóra da camara, onde o rei agonisava (1211), o herdeiro, Affonso II, vulgar e obeso, avarento e incapaz de perceber a situação cruel do pae, ruminava porém, com o chanceller Gonçalo Mendes,

discipulo de Julião, o plano da desforra. Começou por confirmar tudo o que o fallecido doára ao clero, porque primeiro tinha que liquidar contas com os irmãos e com o seu partido. Sancho I deixára-lhes metade do reino. Affonso queria-o inteiro para si: e era muito bastante para vêr que não podia bater-se ao mesmo tempo com todos os adversarios. Faltava no character do filho a nobreza do character do pae. Nas côrtes de 1211 confirma ainda a isenção dos cargos publicos, mas prohiu ao mesmo tempo ao clero a compra de bens de raiz. O de Braga protesta, e Affonso II manda-lhe arrazar os campos, destruir as granjas e confiscar as rendas. Estava outra vez declarada a guerra entre a monarchia e o clero. O rei morre, impenitente, apesar das ameaças das bullas de Honório III.

O segundo Sancho tinha muito do character do{pg. 117} primeiro: era sinceramente devoto, e na Edade-média a sinceridade implicava certeza de derrota. É verdade que já a este tempo o terror das excommunhões diminuíra: tão excessivo uso o clero dellas tinha feito. Os interdictos e a denegação de sepultura em sagrado eram acompanhamento constante de todas as pretensões ecclesiasticas. Se, porém, a força das armas canonicas minguára, não tinha diminuido o poderio positivo do clero, que era a classe mais opulenta do reino. O que os bispos exigiam de Sancho era demasiado; e como lhes foi negado, depozeram o bom e valente rei (1245). Em França, o usurpador subscreveu a tudo; sentado no throno, o terceiro Affonso, soube defender-se como se defendera o segundo. Trazia de fóra a muita experiencia, a manha, e a pertinacia consummadas, que aprendera nas côrtes mais polidas da Europa central.

Evidentemente o clero baixa n'esta longa e interessante batalha. O fundamento juridico das suas pretensões vae gradualmente fugindo, á medida que as tradições romanistas e o espirito secular inspiram as acções dos monarchas, primando sobre as maximas do direito canonico. Esta substituição traduz o aclaramento gradual que se dá nas consciencias, á maneira que as superstições infantis d'essas primeiras e obscuras alvoradas, se vão abrindo no dia claro do renascimento da cultura intellectual.

D. Diniz (1279-325) já não é analphabeto, e mede bem o valor da sciencia: prova-o a fundação das Escolas. Por outro lado, vê que a principal causa da força do clero está no ultramontanismo, palavra então desconhecida ainda para exprimir a influencia e authoridade soberanas dos papas sobre as Igrejas nacionaes. Libertar-se d'essa perigosa{pg. 118} intervenção era o meio de diminuir a gravidade dos conflictos. Acaso a tradição dos concilios da Hespanha visigothica influiu para a criação das assembléas de prelados, cujas *concordatas*, registrando os fóros da Igreja, a subtrahiam á influencia estrangeira, por tornarem nacional o clero e internas as suas questões. O rei, que assim fomentava a educação e nacionalisava a Igreja, cimentando por outro lado o desenvolvimento economico do paiz, tinha uma intuição dos caracteres modernos das nações. Portugal caminhava de facto, rapidamente, na estrada da sua independencia, isto é, da sua constituição organica. O povo costumou-se a dizer: «El-rei D. Diniz fez tudo o que quiz.»

Pedro, o justiceiro, com a sua typica individualidade conclue de um modo terminante e brusco a velha questão da influencia de Roma, quando estabelece o *placito regito*: «Nenhumas bullas, nem letras pontificias serão publicadas em Portugal sem consentimento meu.»

Procedia summariamente: e a sua politica, toda pessoal, acclamada com entusiasmo por um povo que o adorava, era a voz indomavel da nação que falava por sua bocca. A sua loucura era a synthese do pensamento colectivo. Quando o bispo do Porto reagiu, o rei foi lá em pessoa, diz a chronica, fechou-se com elle n'uma sala, despiu o gibão para ficar mais á vontade: trazia por baixo uma saia de escarlata. O bispo, transido de susto, esperava, sem ousar pedir soccorro. D. Pedro chegou-se e, placidamente, tirou-lhe a capa; desenrolou o latego, e correu-o a açoites, dizendo-lhe a rir, gaguejando: vae! anda! toma!

Não podia conceber leis, a cuja sombra os criminosos ficassem impunes; e por isso dava-se-lhe pouco de enforcar os padres.—E as

regalias da{pg. 119} Igreja?—«Vam-no enforcando, respondia com bom humor e pausa, porque não podia falar depressa. Vam-no enforcando: por esse caminho lá vae para Jesus Christo, seu vigario, que no outro-mundo o julgará!»

E ficava-se a rir, vendo o tonsurado espernear na forca.

Tudo mudára. Os tempos eram diversos; as excommunhões, papeis rabiscados; as regalias da Igreja, uma tradição apenas. O rei parado, com os olhos na forca, ria!

«E diziam as gentes que taes dez annos nunca ouve em Portugal como estes que reinara el-rei dom Pedro.(Fernão Lopes.)

A fidalguia não tem uma historia tão grave como a do clero. As condições peculiares da constituição do reino portuguez augmentavam ainda os embaraços que em toda a Hespanha houve para a formação acabada de um feudalismo.^[48] Todos os conflictos da nobreza com a Corôa proveem, não de uma questão de ambição politica, não de um pensamento definido de emancipação revolucionaria, como a do clero; mas da avareza, da cubiça, da brutalidade pessoal dos homens, nos quaes é mistér incluir tambem os reis.

A não serem, por outro lado, as revoltas do Porto, e as guerras entre Bragança e outros concelhos transmontanos, por causa do senhorio de Lamas, nada se encontra em Portugal que dê idéa de uma descentralisação de dominio politico, semelhante{pg. 120} á que lavra para além das nossas fronteiras^[49].

Poucos são os conflictos entre o rei e os barões que não tenham por origem a *pilhagem* dos realengos. Distante, e por isso mais fraca a acção da Corôa, o fidalgo do logar não receava chamar seu e apossar-se violentamente do terreno visinho, pertencente ao rei. Além d'isto, os nobres forjavam titulos, inventavam doações, para *honrarem* territorios sujeitos á acção das justiças reaes. D'estas causas provinham confusões inextricaveis, que a força apenas

decidia. Quando o mordomo do rei, ou o seu aguazil, appareciam a cobrar um tributo ou reclamar um preso, o fidalgo usurpador, ou, do terreno, ou do privilegio apenas, saía com os seus homens: «Ca por aqui é *honra!*» E enforcava-os. Enforcava-os, ou matava-os mais barbaramente ainda. Um porteiro, que ia fazer uma penhora, teve as mãos cortadas, e foi depois assassinado. Outro, atado á cauda de um cavallo, foi de rastos, levado a galope em volta de toda a *honra*. Um foi *pendurado pelos braços*. Outra vez o fidalgo *prendidit eos per gargantas*: os processos eram tão barbaros como o latim.

Entretanto, embora destituídas de um alcance ou significação politico-feudal, não faltam nas primeiras epochas portuguezas revoltas e desordens oriundas das necessidades bulhentas da fidalguia. Batalhar era o unico meio de passar o tempo, ganhando fama e dinheiro ou terras. Mais pacifico o reino occidental da Peninsula, «em aquell tempo os fidallgos portuguezes hiam a Castella muitas vezes por se provarem pellos corpos quando em Portugall mesteres nom avia.» Mesteres eram desordens,{pg. 121} como a que assolou o paiz no tempo de Sancho II e levou á deposição do rei. Eis aqui um episodio do livro das *Linhagens*: «E este Raymão Viegas de Portocarrero, sendo vassallo d'elrey D. Sancho de Portugal, veio uma noute a Coimbra com a companhia de Martim Gil Soverosa, onde el-rey jazia dormindo na sua cama; e roubaram-lhe a rainha D. Mecia sua mulher de apar d'elle e levaram-na para Ourem. O rei lançou-se apoz d'elles e só os pôde alcançar em Ourem que era então muy forte. Disse-lhes que abrissem as portas, pois era elrey D. Sancho, e levava seu preponto vestido de seus signaes e seu escudo e seu pendão ante si, e deram-lhe muy grandes sétadas e muy grandes pedradas no seu escudo e no seu pendão e assim se houve ende (d'alli) a tornar.» Mesteres eram estas guerras civis frequentes; mesteres, porém, menos nobres, eram as vinganças crueis exercidas sobre o povo inerme, como a de um tal Martim Esteves, que matou os doze melhores homens de Alter-do-Chão «por deshonra que lhe ahi fizeram.»

Mesteres ainda, são os desaggravos do thalamo tão a miude violado. Houve um Dom Rodrigo Gonsalves casado com Dona Ignez Sanchez; ella, estando no Castello de Lanhoso, fez maldade com um frade de Boiro, e o marido, certo d'isto, chegou ahi, cercou as portas do castello, e queimou-a a ella e ao frade e homens e mulheres e bestas e caens e gatos e gallinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e pannos de vestir e cama, e não deixou cousa movel.

Nos mesteres amorosos tambem essa gente barbara se «provava pellos corpos» mas sem necessidade de ir a Castella. Quando em tão pouco se tinha a vida alheia, como se teria em muito a honra?{pg. 122} De Affonso Henriques, o rei «muito bravo e esquivo em mancebo», conta a historia que foi um dia hospedar-se em Unhão, a casa de um homem-bom que havia nome Gonçalo de Sousa, e enquanto elle ia adubando o comer, foi elrey vêr-lhe a mulher que tinha por nome Dona Sancha Alvares e começou-lh'a... E Dom Gonçalo de Sousa entrou pela porta e viu assim ser e pesou-lhe d'ahi muito e disse-lhe: Senhor, levanta-e-vos, ca adubado o tendes. E o rei foi sentar-se, e comeu e partiu; e o marido pegou da esposa, montou-a n'um jumento com a cara para a cauda, e mandou-a assim á côrte entregar ao rei.

Estes escrupulos do fidalgo não eram, porém, geraes, e fazem-lhe honra. A promiscuidade repugnante, o incesto, o sacrilegio são casos communs. Um fez um filho em Tereja Mendes, abbadessa de Lorvão e levou-o para a côrte, onde D. Diniz lhe deu muito bem e muita mercê. Outro «ouve um filho, Ruy, que foi privado d'elrey D. Diniz e ouvidor de sua caza.» Os reis, os nobres teem barregans publicas e legiões de bastardos. Quando D. Maria Paes, amazia de Sancho I, vinha do enterro do rei em Coimbra, encontrou em Avelans Gomes Lourenço, que lhe saíu ao caminho e a *filhou* por força, roussando-a. Elvira Annes roussou-a Ruy Gomes de Briteiros. E D. Fernão Mendes, o bravo, «foi o que matou sua madre na pelle da ussa e pose-lhe os caens, porque lhe baralhara com a barregan.» A bestialidade nem respeita o sangue, nem um incesto impede o casamento das nobres damas. «Dona Thereza Gil foi de

mau preço e ouve filhos de seu primo co-irmão»; Dom Pedro Garcia *jouve* com sua irman e «fez em ella semel.» Dona Mor Garcia não foi casada, mas roussou a seu irmão Pedro e «fez em ella Martim{pg. 123} Tavaya.» Outrotanto succedeu a uma Maria Mendes, que depois casou com Lourenço Soares de Valladares. É longa a lista das torpezas das *Linhagens* da fidalguia. Taes são os poeticos amores da Edade-média, cujo brio é perfidia, cuja bravura é crueldade, cuja nobreza é astucia. A carne, o sangue e o ouro, a orgia bestial, a carniceria e o roubo são os elementos d'essas historias, em que a rudeza barbara apparece manchada de podridões asquerosas.

O roubo e o assassinato compõem essa epopêa aristocratica, cujos amores são *roussos*, estupros, adulterios, cujo espirito é a avareza e a perfidia.^[50] *Filhar* as terras do rei, é a primeira das empresas da *cavallaria* em Portugal. E o rei não vale mais do que os cavalleiros. Quantas vezes, com effeito, não seria usurpadora a sua intervenção? quantas vezes a ira brutal do fidalgo não teria um fundamento justo? Affonso II leva metade do seu reinado a espoliar da herança os irmãos, e todo elle a *inquirir* o fundamento legal da posse dos dominios aristocraticos: faz-se idéa da regularidade do segundo processo, depois de observada a primeira façanha. A confusão é tão grande, que D. Diniz (1309) decide abolir todas as *honras* posteriores a 1290.

É também no seu tempo que um outro acto de grande alcance vem diminuir o poder da nobreza, de um modo analogo ao que succedera ao clero. Assim como, fóra da nação, o clero tinha em Roma o seu chefe supremo; assim também as Ordens militares, estabelecidas em Portugal, tinham fóra do reino os seus mestrados. Nacionalisar as Ordens militares (1310) equivalia ao que se conseguira{pg. 124} com as assembléas do clero. O *Templo*, poderosa machina destruida por Clemente V, legava os seus bens ao *Hospital*, mas os tres reis de Castella, Aragão e Portugal, *como todos tres fuessemos uno a catar nuestro drecho*, conseguem nacionalisar os bens dos templarios. É com elles que D. Diniz funda a ordem portugueza de Christo.

Os monges militares^[51] tinham representado um papel importante no movimento da reconstituição economica dos territorios portuguezes. Desde os primeiros tempos que ás Ordens jerosalemitanas fôra confiada a guarda de numerosas povoações. O Templo, o Hospital e o Sepulcro fruiam de abundantes doações; e Affonso Henriques concedera á primeira a terça parte de todas as conquistas ao sul do Tejo. Á inopia de forças para levar a cabo as grandes empresas de Lisboa, Alcacer e Silves, pontos decisivos da conquista do sul do reino, remediavam os Cruzados; mas as esquadras partiam com o saque, e sósinhos os portuguezes não podiam conservar o adquirido. N'este motivo se fundára a concessão permanente de terras ás Ordens militares. Como vimos, Sancho II estendeu as fronteiras do reino pelo alto-Alemtejo; e sem recursos para conservar as conquistas, chamou para o reino os cavalleiros de Santiago e Calatrava, cujo mestrado era castelhano.

Tal era o unico meio de guarnecer os castellos dispersos pelas vastas campinas assoladas do sul do reino. A instabilidade do dominio e a escassez da população—ainda hoje sentimos as consequencias{pg. 125} d'essas prolongadas guerras—não permittiam que a cultura se estendesse; e á falta de productos da terra, christãos e sarracenos tinham de socorrer-se ao systema de

correrias e algaras permanentes. Como em nossos tempos na Servia, o lavrador trabalhava armado, na limitada área aproveitada em torno dos lugares fortificados. Além da ocupação constante de *alancear mouros*, havia os grandes fossados annuaes, no tempo em que as searas estavam maduras; e isto fazia precaria e transitoria a agricultura. Todas estas causas reunidas produziam em resultado a devastação universal, já consummada na idade de que nos occupamos. Nos foraes dos primeiros seculos da monarchia, o alfoz dos concelhos é demarcado por uma certa penedia no alto da serra, pelo carvalho insulado, pela *velha* estrada mourisca, por certa pedra de côr diversa; jámais por casas, villares ou granjas.

O norte do reino, abrigado das invasões, defendido pelas linhas estrategicas do Tejo e do Mondego, não era, desde seculos, theatro da guerra santa. As depredações, menos geraes e menos frequentes, provinham ahi apenas das rixas dos senhores e das guerras civis. Affonso II mandou arrasar as propriedades do arcebispo de Braga. As guerras entre os filhos de Sancho I, as commoções que acompanharam a queda de Sancho II, a rebelião armada de Affonso (depois IV) contra seu pae, a do viuvo de Ignez de Castro, entre outras, trouxeram decerto ruinas e desastres, mas não para comparar com as assolações do sul, nem sequer com os males dos primeiros tempos, quando a ambição de conquistar a Galliza fazia do Minho o theatro das luctas quasi constantes com Leão.

As guerras castelhanas do tempo de D. Fernando{pg. 126} teem um novo theatro, porque o antigo condado portugalense descera já á condição de provincia portuguesa. O coração do reino está em Lisboa, a terra querida d'elrey Diniz, *ca hy nascera, hy fora criado y bautizado, e hy fora rey*. Nem o norte do Mondego, rico e populoso, nem o sul do Sado, demasiado bravio e inhospito, chamam a attenção administrativa dos governos. Toda ella se applica para o centro do reino, a renovar e agricultar, e para o desenvolvimento da navegação e do commercio pelo magnifico porto onde todos os navios, em viagem dos mares do norte para o Mediterraneo, vinham refrescar, desde que Lisboa era christan. D. Diniz lavrou o primeiro

tratado mercantil com a Inglaterra (1308). Os armadores da Normandia, da Flandres e da Inglaterra, já no fim do XIII seculo demandavam o Tejo, para mercadejar; e os cuidados dos reis não se limitavam apenas a favorecer esse commercio, porque as plantações de vastos pinhaes nas costas teem como motivo proporcionar madeiras ás construcções navaes, e ao mesmo tempo defender as terras da invasão das dunas, no litoral de entre o Tejo e Mondego.

O ultimo d'esta serie de phenomenos que demonstram a formação crescente de um organismo nacional, é o apparecimento de Lisboa, a cidade querida, como um centro de actividade maritima e commercial. Definitivamente separado de Leão, obliteradas as ambições da absorpção da Galliza, geographically completo até ao mar do Algarve, rota a dependencia feudal de Roma, nacionalisado o clero e as Ordens militares, fortalecido o poder dos reis, iniciada a organização da justiça, da administração, do ensino —o corpo da nação portugueza, até ahi acephalo, achava em Lisboa a{pg. 127} capital. A cidade do Tejo dava mais do que um centro de vida organica, dava um destino definido—o maritimo—a uma nação que na terra da Hespanha não tinha individualidade, nem por uma indole homogenea e particular dos habitantes, nem por uma conformação especial e autónoma do territorio.

Corintho ou Veneza do occidente, Lisboa *grande cidade de muytas e desvairadas gentes* era mais do que a capital do reino: era a razão de ser da sua independencia.{pg. 128}

[43] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) liv. III, 4.

[44] V. *Instit. primit.*, pp. 233 e segg.

[45] V. *Instit. primitivas*, pp. 137-47.

[46] V. para os usos judiciaes, etc., na Edade-média portugueza, o *Quadro das Instit. primit.*, pp. 17-18, 154, 163-4, 170-1, 175-8 e 181-205; e *Regime das Riquezas*, pp. 172-4.

[47] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. 158 e segg.

[48] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. 127-32 e 143-9.

[49] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. 135-43

[50] V. *Instit. primit.*, pp. 98 e 157.

[51] V. *Instit. primit.*, p. 263.

IV A crise

Quando Portugal se encaminhava, por fim, no sentido de uma rapida e definitiva constituição, quiz o acaso que o throno coubesse por herança a um principe de fracas, mas sympathicas qualidades.

Do justo e duro Pedro nasce o brando
(Vede da natureza o desconcerto!)
Remisso e sem cuidado algum Fernando.

O filho de Pedro I era uma infeliz creatura, mal equilibrada nas suas qualidades e defeitos. Não era, decerto, aquelle homem de que a nação carecia para consolidar de um modo seguro a sua independencia; e n'um sentido póde dizer-se que as condições em que se achou foram a causa dos males de que muito soffreu. Faltava-lhe a firmeza necessaria para realisar os planos concebidos por uma intelligencia perspicaz. Era inventivo, mas era chimerico. Media o alcance dos actos e pensamentos, mas não sabia pesar o valor dos meios. O corpo de leis que promulgou para fomentar a navegação e o commercio, honrarão eternamente a sua intelligencia e a fina percepção com que via no desenvolvimento maritimo o futuro da patria. A obra consideravel das fortificações da capital (1377) concorre tambem a mostrar que reconhecia{pg. 129} a verdade—cruamente por elle aprendida—de que Portugal era já, e

seria sempre Lisboa. Accusam-no modernos sabios de ter defraudado a moeda: mas que outro remedio havia então contra a penuria do thesouro? que outros exemplos davam os demais principes? que outro exemplo damos nós ainda hoje, quando, para não cercear o peso ou diminuir o toque do ouro, cunhamos papel?— Accusam-no porque *hordenou almotaçaria em todallas cousas* (1375): e que outro remedio havia, na curta sciencia do tempo, contra os monopolios e agiotagens, mais funestos na paz do que as batalhas dos tempos de guerra? Tarifar os generos e os salarios foi medida applaudida quasi até nossos dias; obrigar os detentores á venda dos cereaes, determinar a partilha dos grãos, foram actos de salvação publica repetidos ainda depois de D. Fernando, e sempre que uma crise obriga a suspender as garantias, ou justiça civil. Mas o rei que cerceava as moedas e ordenava a almotaçaria em todas as cousas, era o que fundava a marinha mercante nacional: era o que, olhando para o mar, não se esquecia da terra, obrigando os proprietarios dos maninhos alemtejanos a cultivar-os, ou a aforal-os. A administração de D. Fernando é um cesarismo. O desenvolvimento politico e economico da nação chegava a um momento de crise organica traduzida por uma crise militar e dynastica. A população e a riqueza tinham crescido de um modo notavel desde que, havia mais de um seculo, terminára a reconquista do territorio aos musulmanos. O censo que annos depois se fez (1417) dá ao reino 4:800 besteiros de conto, ao Porto 8:500 habitantes, e a Lisboa 63:750. Pullulavam enxames de aldeias e casaes pelos campos agricultados, e muitas villas que depois definharam eram ainda importantes:{pg. 130} Sines, Cezimbra e Mertola. Algumas cidades eram muito maiores do que são hoje: Evora e Beja, Santarem, Thomar, Leiria. D. Fernando herdou o reino robusto e forte.

Mas o pobre rei, tão bom e tão sagaz, tinha porém um fraco, que estragava tudo: era doido por mulheres. Singular na idade-média, a pessoa de D. Fernando parece estar no fim de uma epocha historica, como um indicio e um typo mal esboçado de futuros personagens. Superior na intelligencia, acaso por isso mesmo era desmandado no modo de proceder. Talvez lhe conviesse o nome de

sceptico, especie moral que o desenvolvimento da intelligencia, sem o desenvolvimento paralelo da vontade, ou do character, faz tão commum em nossos dias. Para Cesar, D. Fernando era, porém, bondoso de mais: tinha um fundo de sinceridade que o perdia, porque á indifferença não reunia o cynismo. Era, no fundo, um pobre homem de talento. Este genero de individuos é sempre sympathico; e por isso o povo, embora chegasse a mofar, nunca o odiou. As suas fraquezas, prazeres e amores sempre foram criticados com benevolencia. O povo sabia que no fundo o character do rei não era perverso. Não o podia respeitar nem temer, mas sorria-se amigavelmente das suas extravagancias. Era o filho prodigo da nação.

As suas qualidades e vicios sympathicos reunia o ser formoso, agil, cavalleiro como os bons, caridoso, affavel, «gran criador de fidalgos e muito companheiro com elles, cavalgante, torneador, grande justador e lançador atavolado»—o jogo era uma das basofias do fidalgo medieval—dadivoso para com todos, e grande agasalhador de estrangeiros. A toda a gente queria bem, mas de um modo familiar e singelo, que não infundia respeito.{pg. 131} Os reis de fóra, sabendo-o tão singularmente bom e simples, riam-se d'elle.

Era um infeliz, no sentido que a expressão tem popularmente em castelhano. Dava tudo pela caça: uma paixão desenfreada. Só falcoeiros de besta contava quarenta e cinco, e não estava satisfeito: queria povoar com elles uma rua inteira em Santarem. Quando mandava por aves, nunca lhe trouxessem para menos de cincoenta, entre açores e falcões, gerifaltes e negris, todas *primas*. Tinha um regimento de mouros para apresarem as garças e outras aves, que iam buscar a caça nas lagôas. Não perdoava sequer os innocentes pombos. Eram ás legiões as matilhas de cães para coelhos, rapozas e lebres. Correr lebres ou atirar aos pombos era o seu *grande sabor e desenfadamento*. O do seu avô Henriques fôra correr mouros e atirar ás ameias dos castellos: os tempos, os temperamentos, eram já inteiramente diversos.

Ainda assim, não era a caça que perdia o rei. Namorado sempre e mulherengo, «amador de mulheres o achegador a ellas,» diz F. Lopes, tinha um feitio terno, *amavioso*. A carnalidade arrastava-o aos maiores excessos, e é provavel que tivesse vícios ingenuos. Sua irman solteira, a infanta D. Beatriz, fôra cinco vezes offerecida, outras tantas recusada, a diversos principes, nas varias combinações politicas que a sua fertil imaginação creava, e que a sua indolencia invencivel punha logo de parte. A côrte d'essa irman era um viveiro de donas, onde o rei permanentemente satisfazia os seus gostos mulherengos. Foi n'essa côrte que viu e se perdeu de amores por Leonor Telles. Parece, comtudo, que antes d'isso não amava; porque é proprio dos temperamentos, como era o do rei, não ter paixões. A sua delicia era o gozar indolente{pg. 132} dos carinhos e meiguices das mulheres, não era amar. Não é provavel, pois, «a suspeita deshonestá que alguns tinham da virgindade da infanta ser por elle minguada.» Bastavam ao rei «os jogos e fallas tão a meude misturadas com beijos e abraços e outros desenfados de similhante preço.» Só aos fortes corações é dado amar e enlouquecer. D. Fernando não tinha essa virilidade de character. Distincto, perspicaz, engenhoso de espirito, bom, affavel de genio, faltavam-lhe o valor que faz os homens, e a vontade que faz os reis. Era uma indolencia formada de espirito e sensualidade; uma creatura romantica e sympathica; uma mulher, fraca e intelligente, sentada no throno. Leonor Telles conquistou-o, porque tinha o genio de um Homem; e o segredo d'essa alliança tenaz não está n'uma paixão do rei, está na inversão das pessoas e dos sexos. Ella fez-se rei; elle tornou-se a amante, passiva, indolente, sensual.

O tempo de D. Fernando foi uma serie de guerras com o visinho reino de Castella. As muitas desgraças d'essas emprezas loucas tiveram de bom o affirmar de um modo terminante a independencia formal e positiva da nação, como sáe da batalha de Aljubarrota. Á maneira de certas enfermidades agudas, quando atacam o homem de temperamento indeciso e constituição debil, na idade em que attinge a virilidade, e determinam uma revolução organica, fixando e consolidando a saude—assim as guerras castelhanas de D.

Fernando. são, para Portugal, uma crise. O seu destino vacillante, os seus órgãos esboçados apenas, soffrem a prova de uma commoção violenta. Acordam outra{pg. 133} vez as tentações antigas, já anachronicas, da conquista da Galliza; o reino é mais de uma vez invadido; a miseria, a ruina, as devastações e a penuria affligem, como uma febre ardente, o corpo da nação. Falta decerto um rei que a dirija, um homem forte que a represente e guie; mas isso mesmo concorre para caracterisar a crise, demonstrando que a vitalidade collectiva existia já, e não provinha apenas da imposição forte de um braço guerreiro. Em dois seculos Portugal tornara-se de um amalgama de populações ruraes, cuja unidade estava apenas no genio dos seus barões, em um organismo, cuja consciencia de uma vida collectiva era real e definida. Tal é, a nosso vêr, o merecimento d'essa revolução nacional, cujo supposto chefe, o Mestre de Aviz, é mais o instrumento do que o heroe.

Não precipitemos, porém, a narrativa.

D. Fernando julgára convir-lhe apoiar a usurpação do throno de Castella por Henrique de Trastamara, quando o poder do rei D. Pedro ainda chegava para bater o rival em Najera. Depois que o usurpador, voltando de França com o auxilio de Duguesclin, consegue desthronar o rei perdido, D. Fernando julga conveniente alliar-se ao do Aragão e ao mouro de Granada, contra o Trastamara victorioso. Formára o chimerico plano de bater o vencedor com o partido vencido que o invocava; esperando sentar-se no bello throno de Castella, de que promettia um retalho ao aragonez, outro ao granadino. A empreza não destoava dos antecedentes historicos; porque o regime politico da Hespanha, retalhada em varias monarchias, era um systema de conquistas successivas de reinos. Era, porém, chimerica por dous motivos, um ignorado então, outro evidente: a incapacidade do rei, e o{pg. 134} destino que marcava á Hespanha a solução unitária. Se Portugal pôde escapar aos preceitos d'esse fado, deveu-o ao movimento que, por lhe dar Lisboa, fazia d'elle uma nação cosmopolita, commercial e maritima, e não propriamente hespanhola: outra Hollanda, no corpo de outra Allemanha^[52].

A politica de D. Fernando era, pois, historicamente insensata, falta que seria absurdo irrogar ao rei; mas era tambem pessoalmente absurda, porque os seus planos eram chimeras, tão breve nascidas como abandonadas. Haveria no espirito do rei o pensamento, mais ou menos definido, de se substituir ao castelhano na obra da unificação politica dos Estados peninsulares? Nada authorisa a suppol-o; e até porque tal pensamento não estava ainda cabalmente definido para os monarchas de Castella.

O facto é que D. Fernando declarou a guerra e abriu a campanha, invadindo a Galliza (1369); «mas sua ida foi de tal guisa que mais sua honra fora não ir alla dessa vegada.» Muitos barões gallegos correram a recebê-lo, a acclamá-lo. Tradições de outras eras? Ambições, ainda vivas, de uma independencia, que mais de uma vez tinham considerado solidaria com a soberania de Portugal? É provavel; mas é tambem certo que a rapina era o motivo immediato da adhesão, porque «muytos vinham-se a ele e pediam-lhe os bees dos que se iam para D. Henrique, o que era dado ledamente.» O inimigo, de Castella, fazia outro tanto. O conde Andeiro foi o mais caloroso dos partidarios gallegos de D. Fernando. Saíu ao encontro do rei, alvoroçado, a gritar: «Hu vem aqui meu senhor Elrey D. Fernando?» E o rei, esporeando{pg. 135} o cavallo, radioso e feliz por uma tão facil conquista, vendo-se já sentado no throno de Castella, avançou, respondendo: «Eu som! eu som!» A invasão tornava-se um passeio até á Corunha; mas pouco adivinhavam ambos, o conde e o rei, quanto haviam de pagar caro os prazeres desses dias breves.

O castelhano corre sobre a Galliza, e D. Fernando foge a esconder-se em Coimbra. A resaca assoladora vem até Braga e Guimarães, atravez de todo o Minho. A provincia inteira gritava por soccorro: Aqui d'el-rei, contra o castelhano!—O rei, indeciso, indolente, esperava a realisacão da sua chimera:—não é mister batalhar; Castella inteira vem entregar-se, como se entregára, de braços abertos, a Galliza!—Passeava-se, entretanto, com o exercito, entre Santarem e Lisboa. Ia, vinha, avançava e retrocedia, tão tonto

que já o povo da capital ria d'esses passeios: *exvollo vae, exvollo vem!*^[53]

Afinal em Coimbra—cidade funesta aos dois Fernandos^[54]—decidiu-se a acudir ao Minho, quando o rei de Castella, depois de assolar tudo, tinha já partido para além da fronteira. Pela raia, porém, o batalhar continuava, e também na costa{pg. 136} andaluza o bloqueio marítimo: já Portugal tinha armadas. Mas a guerra dilatava-se; e Castella, decididamente, não o chamava para seu rei. Começou a *assentar-se del a covardice*, abandonou os aliados; e aborrecido e desilludido por esta vez, assignou as pazes de Alcoutim.

A sua chimera só, porém, o deixou quieto por tres annos.

D. Pedro tinha morrido em Montiel, assassinado ás mãos de Trastamara (1369); a filha mais velha do defunto era casada com o duque João de Lencastre, da casa de Inglaterra: d'ahi vinham as pretensões d'este á corôa castelhana e o bravo duello que a Inglaterra e a França debateram na Hespanha por muitos annos. A influencia franceza era dominante em Castella; e para logo, nas successivas e ulteriores convulsões, a alliança ingleza venceu em Portugal. D. Fernando, ou movido pelo desejo de desforra, ou pensando ainda nas suas velhas ambições, e esperando ludibriar o alliado, assigna em Braga (1372) o tratado de alliança com o inglez, contra o castelhano. Henrique de Trastamara, em cuja côrte andavam diversos fidalgos portuguezes, como os gallegos da invasão anterior andavam com D. Fernando, manda Pacheco (o terceiro assassino de D. Ignez de Castro) vêr se effectivamente o rei se dispunha á guerra. Era tão volúvel o seu character, que o castellão não acreditava ainda. Voltou Pacheco: sem duvida o rei estava disposto a entrar em campanha. Então D. Henrique, com bondade, lhe pede que abandone essa chimera, e insta pela paz. Elle, excitado pelas *hespanholadas* de Affonso Tello, suppõe que a fraqueza era o motivo da insistencia. Inuteis as observações, o rei de Castella prefere invadir a ser invadido; e rapidamente entra pela

Beira (1372),{pg. 137} cáe sobre Lisboa, cujo cêrco uma esquadra, ao mesmo tempo partida de Sevilha, encerra por mar (1373).

Que fazia D. Fernando? Do alto dos muros de Santarem, onde se fechára, via passar o exercito inimigo, sem ousar mover-se. Dois motivos lh'o impediam. Esperava a toda a hora o soccorro do inglez; e se o fructo d'essa guerra lhe era destinado a elle, bom seria que em pessoa o disputasse. Deixar, porém, invadir assim o reino, pôr cêrco á capital, abandonar o povo, abandonar Lisboa, era vergonhoso, decerto. Mas se n'esses dias Leonor Telles, enferma, estava de cama, com as dôres do parto? Como havia de o pobre rei acudir aos dois deveres? A quem obedecer primeiro: ao tyranno politico, a corôa, ou ao domestico, a rainha? Como todos os fracos, decidiu-se pelo mais proximo; tapou os ouvidos aos clamores da nação, para attender só aos ais da enferma. Não era por paixão que o fazia, era por indolencia: sempre esperava que Lisboa afinal havia de resistir, e saberia defender-se!

Com effeito, não se enganava. A cidade valia muito mais do que o rei. Quando viu approximar-se o castelhano, chegou a ser temeraria; porque pretendeu defender com barricadas os arrabaldes, fóra dos muros. Lisboa tinha a homogeneidade na resistencia; e em vão D. Diniz (o infante que por condemnar o casamento de Leonor Telles fugira para Castella), em vão Pacheco e os mais portuguezes de D. Henrique buscavam convencer os lisbonenses da vantagem da rendição. Não estamos agora no norte, meio gallego, onde a idéa de nacionalidade vogava indecisa nos dois lados do Minho: estamos no coração do paiz, e n'uma terra sem tradições leonezas, que não foi *separada*, que{pg. 138} nunca obedeceu a outro rei mais do que ao portuguez, a quem deve o que é. Inuteis as tentativas de D. Diniz, de Pacheco, e dos mais, o exercito approximou-se. Viu-se então a temeridade de defender os arrabaldes; e á pressa, recolheram-se todos para dentro dos muros. O enxame acudia ás portas, correndo curvado com o peso das trouxas, das arcas, onde salvára o que tinha mais precioso. Vinham as familias em grupos, as mães, carpindo, arrastando os cordões de creanças, espantadas de tudo aquillo. Já os castelhanos entravam

pelos casaes e quintas dos arredores: o lume ardia ainda na lareira, a porta estava aberta, os quartos vãos. Arrazaram e queimaram tudo, desde as hervas até aos telhados.

No rei assentára outra vez a covardice: e, como o inglez não acudia, acceitou a paz, e foi de Santarem a Vallada assignal-a (1373). «Quanto eu *haarricado* venho!» dizia a rir, na volta. Effectivamente não queria mal algum a D. Henrique; e, se a empresa falhára, o melhor era fazer cara alegre, e acabar por uma vez com o muito que, do cêrco, padecia Lisboa. Além d'isso, agradára-lhe o trato do inimigo: agradára-lhe tanto, que lhe concedeu a irman, D. Beatriz, para casar com o irmão do castelhano, Sancho. Triste destino o d'esta princeza, que era, nas mãos do rei, como os brinquedos que as crianças dão, tiram, voltam a dar, ao sabor do seu capricho infantil!

Este mesmo modo de que usava com a irman, estava reservado á filha: a outra Beatriz nascida em Santarem durante a invasão precedente. Henrique de Trastamara tinha morrido; e o herdeiro, João I, na idéa de reunir as duas corôas de Castella e Portugal, pedira a D. Fernando (que não tinha outro filho) a mão da pequena D. Beatriz;{pg. 139} ao que este annuira, celebrando-se tratados, porque para casamento era cedo ainda: a pequena teria oito annos, se tanto.

Mas o rei, diz o chronista, trazia sempre sua fala com os inglezes, o mais encobertamente que podia. Que falas eram essas? Era a alliança de Lencaster, na qual D. Fernando via talvez ainda luzir a possibilidade de realisar a sua chimera. O conde Andeiro, que na primeira guerra abrira a Galliza ao portuguez, fôra desterrado para Inglaterra, na occasião de Alcoutim, por exigencia do castelhano. Era Andeiro o confidente do rei, e o seu agente para com Lencaster. Veiu de Inglaterra, escondido, a Extremoz, onde o rei, ao tempo, assistia: trazia novos tratos e combinações, com a promessa de uma esquadra. O rei acceitou com facilidade, e afiançou ao duque inglez a mão da filha promettida ao de Castella.

D'esta vez decidiu-se a proceder com energia. O castelhano, porém, já conhecedor de tudo, mandára começar as escaramuças pelas fronteiras de entre Tejo e Guadiana, teatro das façanhas de Nunalvares (o futuro condestavel, que agora começa a sua epopêia) em quanto dispunha o grosso das forças para a campanha de Lisboa. A energia do portuguez consistiu em enviar a esquadra a Sevilha destruir a inimiga. Com effeito, em quanto mandasse no Tejo, Lisboa não podia ser efficazmente cercada. Mas a *sandia presumpção* de Affonso Tello perdeu a esquadra em Saltes (1381). A armada castelhana, victoriosa, entrou no Tejo, trazendo a bordo o infante D. João, irmão do rei, filho de D. Pedro o crú, que se homisiára de cá por ter assassinado a mulher, Maria Telles, irman de Leonor. Tambem lhe tinham acenado com a mão da pequena D. Beatriz, e a ambição perdera-o! D. João{pg. 140} repete as palavras de D. Diniz na campanha precedente; mas é recebido a tiro, o infeliz. As surriadas de trons e virotões exprimiram a eloquencia independente de Lisboa; e o infante, humilhado, levou para Castella o desmentido formal a todas as sedições que annunciára e promettera.

Chegou, afinal, por mar o Lencaster com os seus, trazendo novo alimento á guerra, já accesa por todo o Alemtejo. Castella declarára-se pelo papa de Avinhão, Clemente VII: os inglezes e o rei D. Fernando pronunciavam-se pelo papa de Roma. Urbano VI. A religião vinha azedar ainda mais os odios dos combatentes. E os inglezes do duque, mercenarios o barbaros do Norte duro, lançaram-se a este pedaço do Meio-dia, como lebreus famintos a um regabofe. Estas gentes dos inglezes, refere o chronista, não vinham como a defender a terra, mas para a destruir e buscar todo o mal, matando, roubando e forçando mulheres. Nem se limitavam a tão pouco. De uma guerra que lhes era indifferente, nas causas e motivos, entre povos inimigos que não distinguiam, inimigos eram para elles todos, e cevar-se o seu constante proposito. Guerreavam por conta propria, para saquearem. Tomam aos portuguezes Monsarás, o Redondo e Evora; e as populações, por fim desesperadas, acodem-se ao processo classicamente peninsular das surpresas e assassinatos. «As gentes começaram a matar muitos d'elles

escusamente», a ponto de que mais de um terço ficou enterrado pelos campos e aldeias do Alemtejo. Na extraordinaria confusão em que a indolencia e as chimeras do rei punham o paiz, já cada um combatia por si proprio, com o proposito unico da defeza nacional.

Se os inglezes deixaram em volta do Tejo alguma cousa a roubar, ou algum campo a queimar, os{pg. 141} castelhanos da esquadra, desembarcando, quando o exercito anglo-luso tinha subido para Evora a encontrar o inimigo, acabaram a obra destruidora n'uma razzia monumental, a que não escapou eira nem beira, nem arvore, nem cousa viva. Em volta das muralhas de Lisboa ficou tudo um deserto morno e secco.

Pela terceira vez assentou no rei a covardice; e sem combater, voltando as costas ao inglez logrado, assignou as pazes de Badajoz com o castelhano (1381). De novo a pequena infanta D. Beatriz torna a ser promettida a outro noivo: Fernando, de Castella, que não vem ainda, comtudo, a ser seu marido; porque, ao voltar para casa, o rei João, enviuvando, teima no antigo plano da fusão dos reinos. O casamento da filha com o valetudinario monarcha visinho, é o ultimo e o mais insensato dos actos de D. Fernando. Extinguia-se com elle a dynastia; e por herança legava, do leito da morte, a independencia em perigo ao povo que, apesar de tão dorido, ainda e sempre lhe queria.

Fôra no viveiro feminino da côrte da irman que o rei Fernando vira Leonor Telles. Era a terceira Leonor que escolhia para companheira, e foi, desastradamente, a unica que veio a ter. A primeira, de Aragão, recusou-lh'a o perspicaz pae, por vêr quanto era defeituoso e fraco o character do promettido genro. A segunda, de Castella, repudiou-a, desde que viu e se namorou da terceira.

Maria Telles, irman de Leonor, era aia da infanta D. Beatriz. Leonor, casada, vivia no seu solar da Beira. Estava em Lisboa, de passagem, a visitar{pg. 142} a irman, quando o rei a viu. Como começaram esses amores? Os antecedentes do rei e o character da futura rainha deixam vêr bem que não deveu ter havido uma d'estas

paixões fulminantes, comuns nos homens d'armas, mas de que D. Fernando era incapaz, e Leonor Telles também.

A fria ambição calculadora era comum às duas irmãs. A aia da infanta, por quem o infeliz e louco D. João se namorara com paixão, preparara-lhe cuidadosamente uma entrevista, á noite, no seu quarto. Quando o infante chega, soffregos de amor, vê um altar e um padre diante do leito. Casemo-nos primeiro, amaremos depois. O infante, coacto pela paixão, casou-se para amar; mas a aia pagou mais tarde, com a vida, o erro de brincar com um leão, como se fôra um rafeiro.

Leonor Telles tinha em si o saber sufficiente para ensinar: não carecia das lições da irman. Percebeu que o rei, nas suas ligeirices, a preferia á propria infanta; mas o papel de amante não lhe convinha: queria o de rainha. Foi-se deixando ficar, e acirrava com tentações a inclinação do monarcha sensual e passivo. «Era louçan, aposta, e de bom corpo». D. Fernando costumou-se ás denguiças da sereia: nos fracos, o costume gera necessidades imperiosas, a que tudo sacrificam. Com o tempo, a idéa de que Leonor era casada, naturalmente a insistencia com que ella, séria e affectando decóro, falava na necessidade de voltar para casa, para o marido, fizeram sentir ao rei a impossibilidade de quebrar o habito dos seus amores innocentes e molles. A indolencia é muito mais teimosa nas suas exigencias do que a força; um habito sensual tem maior tenacidade do que uma paixão. Leonor Telles devia saber isto perfeitamente. O momento decisivo approximava-se: não podia continuar{pg. 143} por mais tempo em Lisboa, o marido chamava-a, as más linguas podiam falar...

O rei lembrou-se então de que para alguma coisa lhe podia servir sel-o: desmancharia esse casamento, porque uma dama tão senhoril e casta não podia ser sua amante. D. Fernando não tinha, o ingenuo, nem ponta de cynismo. Falou seriamente, em particular, á irman. Mulheril como era, este caso tinha maior gravidade do que uma guerra com Castella, pelo repudio da princeza que lhe estava promettida nos tratados de Alcoutim. «Melhor fizera elrey, dizia o

povo, tel-a por tempo e depois casar com outra mulher.» Bons conselhos! para quem vivia todo na atmospha feminina e molle da cõrte de D. Beatriz, onde Maria Telles reinava. Como se Maria, Leonor, não fossem excellentes senhoras, recatadas, mas seductoras na sua terna dignidade!

Maria poz por condição o casamento; Leonor Telles concordou em que muito queria ao rei, mas ainda mais ao seu nome. Combinaram tudo em segredo, e foram, ás escondidas, ao norte, casar-se (1371) a Leça do Bailio, junto ao Porto. Tinham, com effeito, medo de Lisboa. Quando regressaram á cõrte e os rumores se confirmaram, as opiniões moveram-se na capital. O commum das gentes accusava o rei com odios apaixonados; mas não faltavam os experientes a observar placidamente, «que não era maravilha; já a outros acontecera cousa semelhante; todo o homem namorado tinha uma especie de sandice; o amor era como dôr que doe e não doe ao mesmo tempo». Muita gente se ria do marido infeliz que sensatamente fugira para Castella, e para prevenir os motejos mandára pôr no barrete dois cornos de ouro em fórmula de plumas; muitos notavam a facilidade com que o papa fazia{pg. 144} e desfazia casamentos; e esta cumplicidade da religião e do amor não augmentava em nada o respeito pela Egreja. Em summa, desde que o riso entrava na questão, o odio do povo não era muito; e Lisboa esperava para ver o resultado d'essa comedia, e tomar o pulso ao character da rainha. Ninguém sabia ainda de quantas manhas elle era formado.

Mas nem em todos a longanimidade era tão grande; e uma parte da plebe decidiu-se a pedir contas, a reclamar garantias, e até a protestar. Esses adivinhavam a perversidade da rainha. No rei assentou a covardice, e Leonor Telles não podia ainda contar com partido proprio. Fugiram, pois, ás escondidas, para Santarem: e o povo, burlado, ficou em vão esperando o rei no atrio de S. Domingos, para onde o comicio fôra aprazado. Pelo caminho, na fuga, o rei carinhoso observava: «Olha aquelles villões traidores, como se juntavam: prendiam-me certamente, se lá vou.» E não podia esconder o susto, conchegando-se ao collo da rainha, no seio

d'uma inclinação protectora. Leonor Telles sorria, calada. Era rainha, mas apupada: o plano da vingança acordava-lhe no animo, e tambem o desdem por esse pobre rei, perdido e fraco.

Este primeiro acto da nova rainha foi decerto o seu primeiro erro. Desde logo, até os mais indulgentes viram que não havia remedio; e o partido dos seus inimigos cresceu em numero e ganhou forças e atrevimento. Ella prejudicára os seus planos por um acto precipitado; e todos os esforços que empenhava em ganhar sympathias eram vãos. «Era mui grada e liberal a quaesquer que lhe pediam, mas quanto fazia tudo damnava; e a sua caridade e as suas manhas não podiam encobrir os seus deshonestos feitos.»{pg. 145}

Com effeito, a rainha nem melhorava a fraqueza do rei, nem o afastava das suas loucuras e emprezas perdidas; e por sobre isto era reconhecidamente má. Accusavam-na de ter preparado o assassinato da irman pelo infante seu marido; e era publico que, no meio da agitação da terceira guerra castelhana, tentára matar o Mestre de Aviz, forjando para tanto um falso alvará. O povo já a descrevia como uma féra sangrenta; e o povo sabia quantos odios comprimidos ella guardava contra essa Lisboa miseravel que a insultava e a apupava. Toda a gente se sentia offendida, humilhada, com a humilhação do pobre rei. Contava-se como era com elle ousada e faladora; e como el-rei, submisso e indolente, curvava a cabeça e se calava. Era uma desgraça que entrára no palacio. Depois, além de cruel, sanguinaria, e descomposta no modo, era de uma deshonestidade publica. Todos sabiam que nas barbas do marido tinha o amante no paço. E o pobre rei não desconfiava, na sua cegueira. Quando o Andeiro viera de Inglaterra, escondido, com os tratos de Lencaster, el-rei recolheu-o na torre do seu paço de Extremoz. A sala da sesta era o quarto do conde; e o rei ia-se, e a rainha vinha passar horas esquecidas a sós com o amante. O rei, como homem de são coração, não via o que scandalisava a todos. Pouco se lhe dava d'isso a ella, chegando a fazer gala dos seus desvarios. O adulterio e a crueldade, o prazer e o sangue, alliavam-se bem n'esse genio perverso, mas intelligente e altivo, tão

desdenhoso como impudico. Queria firmar sobre o odio uma força que não pudera conquistar pelo amor. Repellida, accusada, escarnecida por um povo, para quem talvez quiz ser boa, decidiu impôr-se-lhe pelo desabrido do odio e pelo desplante do comportamento.{pg. 146} Vingava-se á maneira antiga, como uma Cleópatra.

No outomno de 1383 falleceu D. Fernando; e logo que a tampa caiu sobre o caixão do defunto, rebentou a revolução.

A revolução de 1383-5 tem um caracter de um Juizo-de-Deus. A dynastia mentira ao papel justiceiro: morra por ello! Por uma serie de extravagancias domesticas e politicas, D. Fernando levára a uma crise a obra lenta e demorada da independencia nacional, iniciada com uma espada por Affonso Henriques, assegurada com um açoite por Pedro o crú. É verdade que não deixára de fomentar a consistencia material interna do corpo da nação; mas de que valia isso, pois que a deixava outra vez a braços com o problema vital da successão, o problema da independencia?

Logo que o rei morreu, os differentes actores da tragedia começaram a tomar os seus logares na scena.

O castelhano immediatamente encarcera em Toledo o infante D. João, o mais perigoso dos seus émulos por direito de herança, mas perdido perante o povo pela nodoa do ataque de Lisboa, na esquadra inimiga.

A rainha viuva, julgando o momento opportuno para conquistar sympathias, representa uma scena de prantos. Abandonára por um instante a sua politica de vingança, agora que tudo podia perder, se a não escudassem o respeito, ou o amor dos seus. Ella não queria entregar o reino a Castella: queria que a filha fosse acclamada rainha, e ella, como regente, rei de facto. Talvez pensasse em casar-se com o Andeiro, a quem parece amava do coração:{pg. 147} seria esse o castigo fatal dos seus crimes, por ser a causa da sua perdição?

Como a rainha sabia a ruim opinião que havia a seu respeito, «fingia-se mui desconsolada e chorava em grandes prantos. Em uma camara escura, coberta de dó, com lagrimas e soluços—que ás mulheres não faltam quando lhes servem—se lamentava, com as visitas, do seu desamparo, queixando-se do governo que o rei déra ao reino, agora pobre e infeliz.» (Fernão Lopes) Na sua dôr, na boa vontade que tem de servir a nação (para que ella a não expulse do throno) está por tudo. Com effeito, a morte do marido punha-a á mercê da vontade do povo. «Era em tudo obedecida, assim dos povos como dos grandes; mas bem via que essa obediencia nada tinha de pessoal, porque ninguem a amava, nem a respeitava. De um momento para outro podia perder tudo. Os de Lisboa queriam que se constituísse um conselho de governo composto de dois homens-bons de cada comarca: annuiu a essa tutela. Quando fôra a acclamação da rainha D. Beatriz, mulher do castelhano, observára os tumultos geraes e os votos desencontrados das cidades. Em Lisboa, a acclamação provocára rixas e conflictos; muita gente era pelo infante D. João ou pelo infante D. Diniz, que andavam por Castella; outros gritavam: *Arreal, arreal, cujo for o reino, leval-o-há!* Em Santarem o infante D. João foi positivamente acclamado. Elvas, para não se decidir, no meio de tanta confusão, gritou: *Arreal, arreal, por Portugal!*

Esse era effectivamente o grito da nação: por Portugal! Ninguem se recommendava bastante, no animo do povo, para merecer uma corôa disponivel, para se sentar n'um throno vago. O que Portugal não queria, era que n'esse throno viesse sentar-se{pg. 148} o castelhano. A rainha não o queria tampouco; e era toda esforços para ganhar a si o povo, para herdar de facto o reino. Organizada a regencia, pensou desde logo na guerra; porque o rei de Castella já se preparava para vir occupar Portugal. Nomeou os fronteiros do reino, e deu ao Mestre de Aviz a zona de entre Tejo e Guadiana.

Havia porém dois homens que, no fundo, protestavam: Nunalvares e Alvaro Paes. O primeiro é a mais nobre, a mais bella figura que a Edade-média portugueza nos deixou. O typo crystallizado nos romances, o typo do cavalheirismo e da pureza,

tinha encarnado na pessoa do futuro condestavel. «Usava muito de ouvir e lêr livros de historias, e especialmente usava mais lêr a historia de Galaaz, em que se continha a somma da tavola redonda.» Tinha a nobreza ideal do cavalleiro, e a castidade de um mystico. Era uma açucena na alma, e um leão na bravura e na generosidade. Resistira por muito tempo ao pae que o queria casar, porque não curava de mulheres, nem isso lhe alegrava o coração. Por tudo isto, a infamia da rainha abraçada ao amante, e as lagrimas fingidas pelo marido, córavam-lhe as faces de pejo e enchiam-no de indignação. Nunca a obra indispensavel de salvar Portugal podia levar-se a cabo com tal mulher: Deus não consente aos impuros os grandes actos, «Um dia, passeando só no paço, a cuidar no que havia de ser do reino», occorreu-lhe a idéa de que só a morte do Andeiro podia pôr termo ás desgraças publicas.

O cavalleiro tinha então 24 annos; e esse rapaz, typo ingenuo e puro de virtude, é a imagem de uma nação, tambem joven, e ainda crente n'um futuro proximo. Á indignação da candidez forte junta-se a sabedoria fria e o calculo experiente de Alvaro{pg. 149} Paes, padrasto do futuro grão-doctor. Tudo se conspirava para matar o Andeiro, para perder a rainha.—Era verdadeiramente o juizo de Deus, cuja sentença, logo que fosse publica, seria acclamada pela nação inteira. Isto assegurava ao mestre de Aviz Alvaro Paes em Lisboa. Falava por sua bocca a cidade que Leonor Telles tanto odiava, e que tamanhos medos tinha da rainha. Pensaria já o author do plano do dia 6 de dezembro (1383) na fundação de uma nova dynastia? Queria acaso matar apenas o valido para aterrorisar a rainha; e entregal-a, assim, manietada, ao poder de uma oligarchia urbana, em que Lisboa se arrogasse o papel de defensora do reino, tendo á frente de um conselho de governo, com a regente vilipendiada e coacta, o Mestre, homem simples, por instrumento e chefe? Era um plano atrevido, mas mais de uma vez posto em pratica por diversas cidades opulentas da Hespanha. Não contava, porém, Alvaro Paes, nem com a arte que os annos desenvolveram no Mestre; nem com o generoso e nobre character de Nunalvares; nem com a força invencivel dos futuros textos e doutrinas do grão-doctor João das Regras.

Combinado o programma do dia 6, Alvaro Paes abraçou e beijou o Mestre. N'esse dia foi este ao paço despedir-se da rainha: partia para a sua fronteira do Alemtejo. Momentos depois voltou acompanhado por alguns fidalgos dos seus. A rainha, surprehendida, interrogou-o.—A fronteira era muito *grossa*, levava pouca gente, os arrolamentos estavam errados, queria examinal-os...

Leonor Telles estava então na sua camara, sentada no meio das suas damas, costurando, sobre o estrado. De joelhos, aos pés da rainha, o Andeiro, de corpo bem disposto, *lustroso*, viril (40 annos), {pg. 150} vestindo, apesar do luto, um gibão de setim cramesi e um tabardo de panno preto, sem o burel branco do estylo, falava manso com ella. Era um quadro de familia, e tudo parecia sereno, menos o tom e o aspecto do Mestre e dos seus, de pé, carrancudos e indecisos, como quem tem na mente um crime.

A rainha, inquieta, mas simulando indifferença e sangue frio, chamou o escrivão da puridade e mandou abrir o livro dos vassallos da comarca: Escolhesse o Mestre os que quizesse. O escrivão de pé, com o livro aberto, ia lendo, indifferentemente *item, Dom...* etc, mas o Mestre não lhe prestava grande attenção. Uns perante outros, os personagens da tragedia adivinhavam-se, mas não se confessavam. Só, porventura, o escrivão, no seu tabardo negro, com a voz monotona, era sincero. Andeiro levantou-se, saíu a outra sala, a avisar os seus sequazes: o que o Mestre vendo, receiou perder-se, ou que o ensejo lhe fugisse. Levou-o comsigo para fóra. A rainha, no meio das suas damas, sobre o estrado, costurava. O momento agudo da crise chegára: era mistér consummar o acto. O Mestre empurra então o conde para o vão de uma janella. Elle ia a fallar... «sendo, porém, mais tempo de o matar, do que de o ouvir», deu-lhe uma cutilada na cabeça, a valer. Desarmado, o infeliz não podia defender-se; e assim que inclinou a cabeça rachada pelo meio, a gente do Mestre acabou-o alli ás estocadas. Foi uma façanha arteiramente combinada, barbara e cobardemente executada. Nunalvares, quando a mesma solução lhe occorrera, pensou decerto n'um plano diverso.

Consummado o assassinato, poz-se em scena a comedia do contra-regras, Alvaro Paes. Foi mandado um pagem a gritar pelas ruas que acudissem{pg. 151} ao Mestre, que o matavam no paço. Entretanto, dentro d'elle, era grande o alvoroço. Uns fugiam pelas janellas, outros pelos telhados: todos corriam como doidos, cheios de susto, e se acotovellavam nos corredores e entre as portas. A rainha levantando-se, ao ouvir que lhe tinham matado o amante, rugiu de colera, como a fera a quem roubam os filhos: era a sua cruel fraqueza! Viu tambem a sua vida em perigo, e por ventura n'este momento desejou a morte^[55]. Animosa, mandou perguntar ao Mestre, que n'um eirado do palacio, á vontade, descansava das commoções violentas, se tambem a queria matar. Elle voltou, respeitosamente, que não. Era um homem simples, costumado a vêr em Leonor Telles a mulher do rei: e por isso, além de ser muito novo (26 annos), não se atrevia a tanto. Era fogoso, brutal, e de instinctos pesados: um instrumento capaz de executar os planos manhosos do Alvaro Paes, prompto para tudo, porque não distinguia bem a linha que separa a nobreza da villania—como, de resto, succedia a quasi todos os homens d'armas da Edade-média. Foram a revolução, os companheiros e depois a mulher, quem fez d'elle na idade madura um sabio rei.

Na rua, Alvaro Paes vinha a cavallo (por excepção rara, que era velho já e pesado) á frente da procissão de energúmenos, bradando por desvairadas maneiras. A plebe, investindo com o palacio, quebrava os cancellos de ferro, trazia escadas para o assalto e montes de lenha para queimar tudo. Era uma algazarra incrível de improperios e nomes deshonestos, dirigidos á rainha. Já de dentro havia medo de que o fogo pegasse, e que o fim da tragedia fosse um incendio justiceiro. Extenuavam-se a{pg. 152} gritar que o Mestre estava vivo, Andeiro morto; mas ninguem tinha ouvidos no meio do clamor da turba. Por fim, o Mestre de Aviz appareceu a uma janella e foi victoriado: «Vinde para nós, gritavam-lhe, e dáe ao démo esses paços!» Alli mesmo, ao pé do palacio, ficava a Sé; Era necessario solemnizar a festa com os repiques dos sinos, conforme a plebe o ordenava; mas os padres, recolhidos no alto da torre, não sabiam o que queriam d'elles: e por esse crime foram precipitados á

rua o bispo e mais dois: e os cadaveres, arrastados ao Rocio, ahi ficaram para pasto dos caens.

Tambem o Mestre já sentia fome, depois de tamanho dia. Foi com Alvaro Paes comer socegradamente. O homem cumprira o que tinha promettido: e, á mesa, na satisfação da victoria, instruiu o rapaz sobre o que lhe restava fazer: pedir perdão á rainha, depois de jantar. Quem sabe? dir-lhe-hia elle, mastigando, mais tarde... casar com ella... E o mestre, bastardo, pobre, ambicioso e simples, via abrirem-se-lhe horisontes seductores.

Com effeito, depois de jantar, o Mestre de Aviz foi ao paço e, de joelhos, pediu perdão á rainha. Tamanha simplez encheu-a a ella de espanto. Estava calada, não sabia que responder: e como o pobre insistia, ella, afinal com desdem, voltou-lhe: Falemos de outras cousas... O Mestre saía desorientado e corrido, atraz d'elle as suas guardas, quando a rainha, seguindo-os, deu de chofre com o cadaver do conde empoçado em sangue e coberto com um tapete velho. Não pôde mais conter-se; e o seu animo, perdido, rebentou em duras queixa: «Enterrae-o ao menos, já que o mataste tão deshonradamente!» Elles não curaram d'isso, nem se doeram do adverbio da rainha, e foram para suas pousadas. Era tempo perdido.{pg. 153}

Ao outro dia a rainha partiu para Alemquer—suffocada em odios contra Lisboa: queria vel-a arrazada e queimada de mau fogo, queria uma tonelada de linguas das suas mulheres. Queria uma vingança, uma desforra que dêsse brado ao mundo. Que lhe importavam, á sua alma desvairada, a nação e a independencia? No egoismo absoluto de uma paixão, esquecia tudo; e por isso mudou de rumo á sua politica, e convidou o rei de Castella a vir tomar posse de Portugal. Perdia-se irremediavelmente.

Entretanto a maxima parte da nobreza acompanhava-a, e a fidalguia era então o exercito. Uns não queriam pactuar com a revolta da plebe de Lisboa, nem curvar a cerviz ao imperio de Alvaro Paes. Outros eram fieis á legitimidade da regencia. O resto dos que não acompanhavam a rainha e grande parte das classes médias

eram pelo infante D. João, preso em Toledo. O plano de Alvaro Paes e o partido do mestre de Aviz caíam tanto, que, desanimado, o ultimo decide-se a abandonar a empresa e a fugir para Inglaterra— como fez depois o seu successor na historia, o Prior do Crato. Poderam, porém, contel-o. Para que? Para o decidirem a uma segunda vergonha. Eram incapazes de nenhuma grande audacia, de nenhum plano temerario; e só um d'esses poderia dar a victoria. Não sentiam o palpitir violento de uma nação forte que aspirava á vida. Os seus meios eram mesquinhos, soezes e crueis. Conquistaram o castello em Lisboa, levando á frente de si as mulheres e os filhos dos que o defendiam pelo infante D. João. Angariavam sequazes, comprando-os a dinheiro, segundo a regra de Alvaro Paes: *dae o que não é vosso, promettei o que não tendes, e perdoae a quem vos errou*. A rapina e a impunidade{pg. 154} eram o alicerce da força do partido, já ridiculamente alcunhado do *Mexias de Lisboa*. O segundo plano proposto, para evitar a fuga do *Mexias*, era a antiga idéa commum e soez de Alvaro Paes: casal-o com Leonor Telles. O Mestre accedeu; e propoz o caso á rainha, que respondeu com uma gargalhada. Podia-se acaso descer mais? Não podia.

Quem faz, porém, os Messias é o povo. Valham pouco, valham nada, pouco importa. São um lábaro, onde a turba escreve um moto. Vão, mas não guiam. Portugal com effeito gerava uma revolução messianica; pedia em altos brados que o salvassem; tinha a consciencia de que podia e havia de ser salvo. Esta força latente e invencivel, era, porém, ignota para a simplez do Mestre e para o lerdo instincto de Alvaro Paes. Andavam ambos como cégos em torno de um pharol, sem o verem. Eram ambos como certos animaes das trevas, a quem a desnecessidade priva de olhos.

Para vêr e para sentir a gravidade do momento, para conceber a audacia da revolução, era mistér, ou a ingenua candura dos fortes, ou a refinada sabedoria dos mestres. O de Aviz teve a fortuna de encontrar dois homens que o fizeram rei, e tornaram o seu titulo ridiculo de *Mexias*, no titulo verdadeiro e forte de Defensor-do-reino, positivo messias da nação (1384).

Termina o reinado de Alvaro Paes, desde que o futuro condestavel e o grão-doctor tomam conta, um da guerra, outro da politica. Temerarias, audazes, quasi loucas ambas, exprimem ambas a suprema sabedoria; porque traduzem o até ahi indefinido querer do povo, e empregam os meios unicos de salvação. Nunalvares faz de toda a fronteira o{pg. 155} theatro de incessantes campanhas, pouco ou nada attende ás ordens do Defensor-do-reino, por vezes desobedece formalmente. Á medida que o Mestre via o resultado das armas do nobre capitão, ia reconhecendo a propria inferioridade; e a simplez natural do seu genio tinha de bom o abrir-lhe os olhos á verdade. Nos actos alheios, aprendia a pesar os seus, ganhando com isso a attitude de um moderador prudente. Era sábia a arte com que ponderava os conflictos inevitaveis de Nunalvares com João das Regras: do cavalleiro idealista e heroico, e do habil, consummado politico: do representante ingenuo de douradas phantasias, com o frio calculador das cousas positivas; do ultimo homem da Edade-média, com o primeiro do novo Portugal monarchico. Entre ambos, o Mestre de Aviz era um pendulo regulador das duas forças em opposição.

A politica ia buscar outra vez as allianças inglezas, acordando a antiga ambição castelhana da casa de Lencaster; e a guerra, ora terrivel em batalhas, ora fidalga em reptos e duellos, ia acordar por todo o paiz a revolução. Os grandes, os alcaides das terras, eram por Castella ou pelo infante D. João; mas o povo era pelo Messias: cria e esperava o milagre. Formavam-se *uniões* espontaneas; e as levas de populares conquistavam para o Mestre os castellos e villas fortificados aos senhores e aos alcaides dos concelhos.

Uma grande parte do reino obedecia ao governo de Lisboa; mas a rainha, o rei de Castella e o exercito invasor, na sua marcha sobre a capital, occupavam Coimbra. Leonor Telles acabou ahi. Arrependida de ter chamado o castelhano que a desprezava; reconhecendo que erradamente, por uma precipitação, forjára por suas proprias mãos{pg. 156} as cadeias do seu captiveiro, vendo agora quanto se illudira, e que erro fôra o seu em não avaliar a justa vitalidade do paiz, tentou ainda urdir uma trama para se libertar,

perdendo o genro e a filha. Os seus planos falharam; e anojada e cheia de desespero, seguiu a ordem do genro, que de Coimbra a mandou enterrar no mosteiro de Tordesillas. Como acabaria a sua vida? Quem sabe? talvez arrependida, santamente amortalhada no burel monastico? acaso roída de desespero, impenitente?

O exercito castelhano desceu sobre Lisboa, e este segundo cêrco da capital (1384) foi mais cruel ainda do que o primeiro, no tempo de D. Fernando. Veiu a fome perseguir os heroicos lisbonenses, que andavam já doentes das cousas que comiam. Por fóra a peste alastrava, porém, de cadaveres os arrayaes castelhanos; e quando, um dia, a rainha de Castella, pretendente de Portugal, adoeceu tambem, os inimigos levantaram o cêrco. O povo encontrava n'isto motivos para crer n'uma protecção do céu.

Por mais de um anno se prolongaram ainda as guerras pelas provincias afastadas; mas Lisboa, Coimbra e todo o centro do paiz era, já em 1385, pelo Mestre. Os ultimos actos da revolução iam consummar-se: as côrtes de Coimbra e a batalha de Aljubarrota.

Em Coimbra o grão-doctor é o general e o chefe. Essa batalha de discursos era diversa, mas não menos brava de pelejar; porque uma grande parte da nobreza, decidida a defender o reino do castelhano, não o estava a acclamar rei o Mestre de Aviz. Legitimista, considerava-se ligada ao infante D. João; e a união dos fidalgos, completa para a defeza, não existia, agora que se tratava{pg. 157} de consolidar, com uma nova dynastia, a independencia e a constituição definitiva do reino.

O rei de Castella era schismatico e excommungado por apoiar Clemente VII contra Urbano VI; e além d'isso os maus costumes de Leonor Telles não deixavam ter certeza sobre a legitimidade de D. Beatriz.—Todos apoiavam João das Regras, porque ninguem queria o castelhano.—D. João, continuava o doutor (e aqui principiavam os murmurios) é bastardo, porque el-rei D. Pedro jámais se casou com D. Ignez de Castro.—Um momento houve em que Nunalvares esteve a ponto de brigar com o *roncador* Martim Vasques, o chefe dos *leaes*; e as côrtes por um triz se tornavam n'uma batalha.

Interveiu o Mestre de Aviz, apasiguando o exaltado capitão, melhor no campo do que no conselho.

Ahi reinava o *grão-doctor*. Além de illegitimos, continuava sem se perturbar, os filhos de D. Ignez de Castro tinham tomado armas contra a patria; e este argumento, proprio a impressionar os leaes, pesou, mas não os decidiu. Então o doutor lançou mão das reservas e venceu. Apresentou as bullas, nas quaes o papa recusára acceder aos pedidos do rei D. Pedro para a legitimação dos filhos. Podia haver prova mais solemne? Ousaria ainda alguém conservar duvidas? E apoz isto desenrolava todas as consequencias: a divisão das forças do reino perante o castelhano, inimigo commum; a impossibilidade de acclamar rei um principe preso em Castella, etc. O ataque era irresistivel; e tudo cedeu, declarando-se vago o throno, e elegendo-se para o occupar o Mestre de Aviz, D. João I.

Que melhor prova podia dar-se da vitalidade da nação e da sua independencia já acabada, do que estas côrtes de 1385, em que ella exalta uma{pg. 158} dynastia, sem base na tradição nem na herança, unicamente enraizada no querer absoluto, commum dos portuguezes? É só n'este momento que bem de facto se póde dizer terminada a historia da independencia; porque a dynastia de Borgonha trazia comsigo o peccado original da doação primitiva, segundo o direito feodal: o reino era um senhorio, sublevado, como por tantas vezes e por tão longos tempos o tinham sido, na propria Hespanha, a Galliza e a Biscaya.^[56] Agora as cousas mudavam; e mudavam, porque a nação, alargando-se para o sul, recebendo novas gentes em seu seio, fomentando a actividade commercial e maritima em Lisboa, ao mesmo tempo que se constituia interna ou organicamente, era já um ser diverso do antigo, e um ser dotado de vida independente e propria. A crise, que temos vindo historiando— com um vagar desculpavel pela sua significação excepcional— parece ter, para a vida nacional portugueza, a importancia que a natureza dá ás crises que determinam a passagem de uns para outros dos seus typos organicos.^[57]

Não bastava porém uma acclamação, era necessario um baptismo, á nova monarchia. Aljubarrota respondeu com as armas á eloquencia das côrtes; e, victorioso no conselho e no campo, o throno de D. João I ficou inabalavel. Segundo o parecer dos inglezes, seus alliados e mestres na nova tactica militar com que vieram a esmagar em Azincourt a cavallaria franceza, o Mestre d'Aviz entrincheira o seu pequeno exercito. Northberry, Hartcelle e d'Artherry, capitães, traçaram a *carriagem*. Cortaram-se ramos de arvores com os quaes se levantou{pg. 159} uma estacada para paralyzar as cargas da cavallaria; ao meio d'essa estacada um carreiro estreito, internamente bordado por archeiros e bésteiros de pé, estava aberto, como uma tentação e um laço ao ardor fidalgo dos inimigos.

A desproporção do numero era grande entre os combatentes. O castelhano trazia comsigo vinte mil homens de cavallo, nos quaes entravam dois mil francezes, gascões e bearneses: com a peonagem, o seu exercito ia a mais metade. Em volta de D. João I não havia mais de duas mil lanças, oitocentos bésteiros, e quatro mil peões: alguns elevam a dez mil o total. Evidentemente, só a força da arte podia vencer a desproporção do numero. Pelo meio dia appareceu o exercito inimigo, victoriosamente composto na galhardia das armas reluzentes com o sol, dos pendões e bandeiras blazonadas, das mesnadas dos ricos homens da Hespanha e da França meridional, montados nos seus cavallos de guerra. Os portuguezes, calados, humildes e obscuros, por detraz das suas trincheiras, esperavam o choque d'essa brilhante móle. Havia em muitos valentia e entusiasmo, mas não faltava o temor, menos ainda a decisão firme de morrer vencidos, na desesperança de rebater um ataque tão poderoso. O condestavel e os cavalleiros excitavam o ardor bellico; os bispos, confessando, absolvendo, dando a commungar, distribuiam a paz ás consciencias, preparavam para a morte, accendendo a coragem com os odios religiosos. Havia exaltação, votos singulares, ditos agudos, mas sobradas duvidas sobre o resultado do dia. Os padres resavam no seu latim: *Verbum caro factum est*, e os soldados traduziam d'esta fórma o evangelho: muito caro feito é este: Havia até medo n'essas levas de gente

bisonha do campo, soldados{pg. 160} saídos de uma população rural; mas uns trinta peões que fugiram, apavorados, foram trucidados pelos castelhanos: o que nos prestou o serviço de evitar as deserções, consolidando o proposito da defeza.

O exercito inimigo não se tinha decidido ainda sobre o modo de operar. Uns optavam pela prudencia: vinham de longe, cansados da viagem, não tinham comido ainda: esperassem, e os portuguezes, como javardos no seu covil, seriam forçados a saír por lhes faltar o mantimento. Outros achavam uma vergonha, para tão fidalgos cavalleiros, o parar deante d'uma estacada mal defendida por um punhado de soldados bisonhos. Apesar do rei vir em andas, doente com sezões, venceu a ultima opinião, e atacaram galhardamente. «Em esto os ginetes dos inimigos provavam a miude d'entrar na carriagem dos portuguezes, mas tudo achavam apercebido de guisa que lhes non podiam empecer. De fórma que os castellãos tiveram de apear e combater com armas curtas.» (F. Lopes).

Realisava-se a previsão, e a batalha acabou por um destroço completo da cavallaria orgulhosa. O rei de Castella fugiu nas suas andas. Toda a bagagem do seu exercito caiu em poder dos vencedores. Eram carretas e azemolas sem numero e dezenas de milhar de cabeças de gado.

Como para a Europa central foi depois Azincourt, assim Aljubarrota foi na Hespanha: o ultimo dia da cavallaria feudal, e o primeiro ensaio d'esses combates de pé, com que dois seculos mais tarde a infantaria castelhana de Carlos V havia de conquistar a Europa.

A Edade-média portugueza acaba no dia de Aljubarrota, com a primeira epoca da nação, com{pg. 161} o periodo da sua formação trabalhosa e lenta. Novos horizontes, vastas ambições, pensamentos ainda inconscientes de um largo futuro, amadurecem encobertos, no seio da nação, formada, acclamada, baptizada em sangue. Chama-a de longe um dubio tentador—o Mar!{pg. 162}
{pg. 163}

[52] V. *As raças humanas*, I, pp. XXXI-III.

[53] Curiosa coincidência a repetição d'esta scena em 1834 na guerra civil: (*Portugal contemporaneo* (2.^a ed.), II, pp. 371).

D. Pedro vae
D. Pedro vem,
Mas não entra
Em Santarem!

O estribilho do tempo de D. Fernando acabava—*de Lisboa a Santarem*.

[54] V. *Portugal contemporaneo* (2.^a ed.), II, pp. 291.

[55] V. *Instit. primit.*, p. 157.

[56] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) a pp. 118-21 os quadros dos estados peninsulares.

[57] V. *Elem. de Anthropologia* (3.^a ed.), pp. 13-20.

LIVRO TERCEIRO

A CONQUISTA DO MAR TENEBROSO

(DYNASTIA DE AVIZ: 1385-1500)

... quantas vezes estive mettido de baxo das bravas ondas por saber o fundo das barras e para que parte endereçavam os canais, e entrada dos rios até então nunca lavrados cubertos de bravo mato; e asi mesmo que para alcançar a verdade das rotas, fluxos do mar, voltas e remansos de rios, surgidouros de portos, abrigo de enseadas, deferença das agulhas, altura das cidades, e fazer tavoas de cada lugar e rio em que se contem a mostra da terra, baxos, restingas, rotas, e como se devem de entrar, perdi muita parte da saude e disposição natural.

DOM JOHAM DE CASTRO, *Primeiro roteiro da costa da India.*

I

O Infante D. Henrique

Desde o miado do XII seculo que se propagára na Europa a noticia da existencia de um imperio christão no extremo Oriente. O nuncio da Egreja da Armenia falára ao papa (Eugenio III) em um principe, chamado João, cujos dominios estavam situados para

além da Armenia e da Persia, e que reunia ao Imperio o sacerdocio: era um papa do extremo Oriente, e fizera numerosas conquistas, o Preste-Joham.^[58] Esta lenda, espalhada na Europa,{pg. 164} excitava tanto mais a pia curiosidade dos christãos, quanto essas distantes regiões se pintavam como paraizos carregados de ouro e encantos.

Durante a Edade-média, vogavam tambem extravagantes lendas ácerca do Atlantico.^[59] As tradições obliteradas pela ignorancia davam caracteres phantasticos ás antigas viagens dos carthaginezes ao longo das costas d'Africa, e ás ilhas do mar atlantico.^[60] Esse infinito de aguas, onde mergulhavam todas as costas conhecidas, povoava-se de monstros e sombras extravagantes; era o Mar Tenebroso! Os homens do norte, que nas suas barcas tinham descido desde os mares gelados do pólo a piratear nas costas da França, foram caindo para o sul; e já no xv seculo tinham chegado ás Canarias, já commerciavam ao longo da costa africana, para cima do cabo Bojador, onde tambem, por terra, chegavam os berberes de Marrocos.^[61]

As tradições dos geographos antigos, idealizadas pela imaginação breton, tinham dado logar á formação de lendas maravilhosas. O mar tenebroso era um oceano de luz, semeado de ilhas verdes onde havia cidades com muralhas de ouro resplendente: ao cabo das longas e perigosas viagens estava o paraizo terreal. Para os geographos arabes, menos fecundos em phantasias, o mar tenebroso era uma vasta e infinita campina, a acabar n'um cahos de nevoeiros e vapores aquosos; e, «ainda que os mareantes, diz Ibn-Khaldún, conheçam os rumos dos ventos, não havendo, para além, paiz algum habitado, perder-se-hão irremediavelmente,{pg. 165} porque o limite do oceano não é outro, senão o proprio oceano».

Além d'estas tentações maritimas, havia a ambição do Oriente e do seu commercio, accendida em toda a Europa pelas Cruzadas; e mais particularmente na Hespanha, pelo contacto intimo em que a occupação arabe a puzera com os monopolisadores d'esse

commercio, durante a Edade-média. Hormuz^[62] era o emporio mercantil de todos os mercados do oceano indico. D'ahi as carregações se dirigiam para a Europa e para a Asia do norte, seguindo derrotas diversas. As da Asia iam em cáfilas, caminho da Armenia, por Trebizonda, engolphar-se na Tartaria; as da Europa, ou vinham por mar a Suês, e d'ahi em caravanas, pelo Cairo, a Alexandria, ou seguiam por terra o valle do Euphrates a Bagdad, passando em Damasco, no seu caminho de Beirut, sobre o Mediterraneo.

Tinha, porém, no começo do xv seculo, a empreza encetada com tamanho vigor e tino pelo infante D. Henrique, o pensamento determinado de chegar por mar—como veio a chegar-se—ao imperio do Preste-Joham das Indias? Parece-nos que não. Devassar o mar tenebroso em demanda das ilhas de que havia uma noticia mais ou menos vaga; reconhecer e ir occupando gradualmente a costa occidental da Africa—parecem ter sido emprezas ainda não ligadas n'esse tempo com a da viagem aos reinos do Preste-Joham. Esta viagem, comtudo, não occupava menos o espirito do principe, que pensava leval-a a cabo por um caminho differente: por terra. A conquista de Ceuta prende-se{pg. 166} directa e principalmente a este pensamento. Architectos arabes da Hespanha tinham ido pelo interior da Africa até Timboktu, cujos palacios rivalizavam com os de Cordova ou de Granada. Ceuta era a chave maritima do imperio de Marrocos; e, porventura, atravez da Africa se poderia chegar ao dourado Oriente. Em todo o caso a terra offerecia um campo de exploração mais definido do que esse mar incognito, infinito, cheio de trevas.

No ambicioso espirito do infante, cabiam as duas emprezas: conquistar o imperio marroquino, ou pelo menos o seu litoral, para garantir o monopolio do commercio do Sudão;^[63] e ao mesmo tempo conquistar ás trevas as ilhas d'esse mar desconhecido, seguindo tambem o longo das costas occidentaes para as visitar e explorar. Tenaz e até duro de character, D. Henrique sacrifica tudo aos progressos da sua empreza: nem o dobram as lagrimas do irmão infeliz sacrificado em Tanger, nem as supplicas do outro

irmão, o nobre D. Pedro, talvez por sua culpa morto em Alfarrobeira. Às conquistas da Africa immola os dois principes; às navegações os seus ocios, as rendas da Ordem de Christo, e as vidas obscuras dos muitos que morreram ao longo das costas, ou na vasta amplidão dos mares terríveis. Dominado por um grande pensamento, é deshumano, como quasi todos os grandes-homens; mas, no limitado numero dos nossos nomes celebres, o de D. Henrique está ao lado do primeiro Affonso e de João II. Um fundou o reino, outro fundou o imperio ephemero do Oriente: entre ambos, D. Henrique foi o heroe{pg. 167} pertinaz e duro, a cuja força Portugal deveu a honra de preceder as nações da Europa na obra do reconhecimento e vassallagem de todo o globo.

A candida nobreza de Nunalvares, a sabedoria do grão-doctor João das Regras, a explosão da força nacional, tinham feito de D. João I quasi um heroe: os seus illustres filhos fazem d'elle o mais feliz dos paes. Ditoso homem mediocre a quem tudo favorece, deu-lhe a sorte uma esposa virtuosa e nobre na princeza, cuja lição e cujo exemplo põem a semente das suas grandes acções no coração dos infantes—D. Pedro, acaso o typo mais digno de toda a historia nacional; D. Fernando, cujos meritos desaparecem perante o do martyrio que o santificou; D. Duarte, o rei sabio e feliz: D. Henrique, finalmente, em cujo cerebro ferviam os destinos futuros de Portugal. É uma pleiade de homens celebres, presidindo a uma nação constituida e robusta. Com taes elementos consegue-se tudo no mundo. Bons guerreiros, á antiga, os infantes não se parecem, comtudo, já com os antigos personagens. A côrte apresenta uma phisionomia diversa: dir-se-hia uma Academia. D. Duarte occupa-se em cousas sábias, escreve o seu *Leal conselheiro*. D. Pedro, cujas dilatadas viagens chegaram a formar lenda, traz consigo vasta lição, muitos livros, cartas, conhecimentos; a litteratura e a geographia occupam-no por egual, e tambem escreve: dedica ao irmão primogenito o seu tratado da *Virtuosa benfeitoria*. Á noute, nos serões, lêem-se, *pouco, passo, e bem apontado*, como D. Duarte manda na sua obra, as historias seductoras de Galaaz, de Merlim, de Tristão. Não é{pg. 168} uma côrte da Edade-média, é já

uma côrte da Renascença, cheia de idéas novas e de uma cultura eminente. A educação transforma a politica, e as theorias monarchicas da Italia são applaudidas e adoptadas. Bole-se na legislação, limitam-se os privilegios aristocraticos e burguezes, adianta-se a obra da unidade organica do corpo nacional. Os principes, valentes e sabios, são estadistas, no moderno sentido da palavra; e o rei, que na mocidade obedecera aos impulsos de Nunalvares, ás lições de João das Regras, obedece agora aos incitamentos dos filhos, que lhe mostram, com os livros e os mappas, a conveniencia de ir tomar Ceuta—primeiro acto de uma longa e ambiciosa historia que desenrolavam perante os ouvidos soffregos do antigo Mestre de Aviz. A rainha, orgulhosa nos filhos, approva tanto, que, já moribunda, ainda obriga o marido a partir. D. João I, passivo agora e sempre, obedece; e, do principio ao fim da sua fecunda existencia, parece fadado a ornar-se com os louros por outrem ganhos, a ceifar a seara que outro semeou. Tinha porém a habilidade propria dos homens de juizo—a de pesar, vêr, e julgar com rectidão.

Os planos de D. Henrique mereciam a plena aprovação do rei, que lhe dava ampla liberdade para prosseguir; e até o incitaria, se o infante carecesse de estímulo. Já no próprio anno de Ceuta. D. Henrique fizera uma primeira tentativa, enviando uma frota a sondar e reconhecer a costa da Africa.

Terminada a empreza de Ceuta, poz decididamente mãos á obra, e estabeleceu-se em Sagres.{pg. 169} Era uma lingua de rocha cravada nas ondas e acoitada pelas ventanias do noroeste. Estava-se alli como a bordo; e a academia do infante parecia uma náu, em que vogavam os destinos ainda ignotos da nação. Os antigos tinham chamado *sacrum*, sagrado, a esse promontorio, e o nome de agora tambem traduzia, no pensamento e na linguagem, a passada denominação. Sagres ia ser no xv seculo, como fôra nos velhos tempos, o pedestal de um templo. Acreditavam os antigos celtas, do Guadiana espalhados até á costa,^[64] que no templo circular do promontorio sacro, se reuniam ás noutes os deuses, em mysteriosas conversas com esse mar cheio de enganos e tentações, aberto ao capricho dos homens para os tragar. Agora, os modernos herdeiros dos druidas erguiam em Sagres um novo templo, onde tambem ás noutes, não deuses, mas homens, se entretinham em falas com os ignotos mares, com as regiões desconhecidas. O espirito era o mesmo, a religião era outra:—era a da Renascença—a sciencia, a tentação irresistivel que arrastava os homens para a natureza; que os fazia extenuarem-se a desflorar a virgindade dos mares, a interrogar a mudez das noutes, na sua ancia de saber, de dominar, de conhecer o mundo inteiro e os seus segredos: «quantas vezes estive mettido debaixo das bravas ondas, por saber o fundo das barras e para que parte endereçavam os canaes!»

Em Sagres reunira o infante todos os recursos de que então dispunham a cosmographia e a arte de navegar. D. Pedro trouxera-lhe das suas viagens o manuscripto das peregrinações de Marco Paolo. Esses livros, os mappas de Valseca, as narrativas{pg. 170} e roteiros dos pilotos, as rudes cartas maritimas, faziam vergar as

mesas, a que o infante, tendo ao lado o seu cosmographo, Jayme de Mayorca, então celebre, rodeado de discipulos, passava os dias a discorrer, as noutes a interrogar, silenciosamente, os enygmas propostos nos textos e desenhos. Como Raymundo Lullio, entre as drogas e retortas do seu laboratório se extenuava a buscar o principio da vida, os corpos simples ou elementares da materia para obter o segredo da existencia physica e organica: assim o infante procurava desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, dos golphos e enseadas, velados pelo manto azul-negro do Mar Tenebroso.

Essa paixão naturalista da Renascença nos seus primeiros tempos, essa tenaz curiosidade scientifica, differia essencialmente do mysticismo religioso da Edade-média, eivado de phantasias kabbalisticas, e da ingenuidade das mythogenias primitivas. O homem já preferia a sciencia á imaginação: rejeitava as fabulas, e confiava tudo aos processos e aos meios positivos. «Ora manifesto é, diz, um seculo depois, Pedro Nunes, que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geographia, que são as cousas de que os cosmographos hão de andar apercebidos. Levavam cartas mui particularmente rumadas, e não já as que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha.» A bussola, o astrolabio e o quadrante já guiavam as expedições maritimas enviadas annualmente de Sagres pelo infante, a sondar o Oceano, ou a descer a costa para o sul. Porto-Santo, a Madeira e os Açores foram por esta fórma arrancadas{pg. 171} ás trevas do mar.^[65] Mas, apesar das successivas investidas, não se conseguira ainda dobrar o cabo Bojador, limite extremo até onde a costa era conhecida: havia doze annos que os navios iam e voltavam sem resultado. Era uma barreira natural, junta a um muro de terrores phantasticos.

Gil Eannes parte, afinal, em 1434, e volta com a desejada nova. O mundo não acabava alli, sabia-se já; mas seria possivel ir além d'esse *finis-terrae* da Africa? Gil Eannes voltou para responder

afirmativamente. Dissiparam-se, portanto, os sustos; e os navios foram seguindo, costa abaixo, por Cabo-Verde, a Guiné, onde, cheios de satisfação, os mareantes aprisionam os primeiros negros —os azenegues do Senegal.^[66]

Era um antegosto das horrorosas façanhas a que as tentações do mar os haviam de conduzir; mas as perdas de gente e dinheiro, já sensíveis, o dilatado das viagens, sem consequencias fecundas, esfriavam nos animos o entusiasmo do principio. Não acabava, jámais, a costa da Africa! e o Preste-Joham e os encantos do Oriente traduziam-se apenas pela *malagueta* da Guiné.^[67]

O infante morreu em 1460, e com a sua morte parou o movimento das navegações. A empresa, primeiro esboçada, parecia colossal de mais para as forças da nação: não podiam ellas vencer de todo, nem o Mar, nem Marrocos; e o que se tinha conseguido, perante os resultados praticos, desanimava, e fazia sentir cansaço.
{pg. 172}

Antes de nos alongarmos na historia d'essa empresa, cabe-nos o dever de registrar brevemente a da formação das forças navaes portuguezas, indispensaveis para o apprehendimento das viagens de descoberta e das expedições militares á costa da Berberia.

Póde dizer-se que, até ao fim do XII seculo, não ha marinha na Hespanha occidental. As luctas da reconquista, então feridas, eram-no por terra exclusivamente; e a impericia maritima dos christãos, junta aos relativos progressos dos arabes concorriam para tornar difficil a conservação das praças litoraes conquistadas. Os primeiros dispunham apenas de pequenas lanchas costeiras; enquanto os segundos tinham navios regularmente armados e equipados, com que percorriam toda a costa occidental, refrescando nos seus portos, abastecendo-os de munições e gente quando estavam cercados, e desembarcando a miude, com o fim de talar os campos dos christãos e captivar os tardivagos ou indefesos. Já, porém, no XI seculo o bispo de Compostella tinha mandado vir de Genova pilotos,

sob cuja inspecção construiu duas galés que foram ás costas do Algarb sarraceno pagar em moeda igual antigas e grossas dividas. Os genovezes foram os nossos mestres na arte de navegar.

Mas desde o meiado do XII seculo o exame das armadas de Cruzados, com cujo auxilio Lisboa e depois Alcacer foram tomadas, tinha vindo accrescentar os conhecimentos: demonstrando ao mesmo tempo que, sem o imperio no mar, jámais poderia levar-se a cabo a conquista do sul do reino. Á empreza de Silves, no tempo de Sancho I, vão já navios portuguezes; e o que escrevemos sobre o character mais regular e systematico da politica e das campanhas d'esse reinado leva-nos a crêr que d'ahi deve datar-se a fundação da marinha militar{pg. 173} portugueza. Com effeito, essa marinha existe nos reinados de Sancho II e de Affonso III, como o provam as expedições maritimas que terminaram pela conquista definitiva do Algarve, e as façanhas do lendario Fuas Roupinho. Havia então já um corpo de tropas especiaes de embarque.

Que eram esses navios, porém? O leitor de certo viu alguma vez, de tarde, ao cair do sol, o recolher dos barcos, voltando do mar, nas praias de Ovar ou da Povoia-de-Varzim. Viu a construcção e os typos d'esses navios primitivos, e as pittorescas physionomias dos seus tripulantes: eis ahi uma esquadra do XIII seculo.^[68] Vel-a-ha, real e verdadeiramente, se, com a imaginação, substituir por armas os utensilios da pesca. E quando os barcos, encalhados na areia humida, descarregaram—hoje o peixe, então as presas, os mantimentos e a gente—homens e mulheres, fincadas as mãos sobre os joelhos, curvados, com o dorso contra o costado do barco, em linha ao longo d'elle, impellem-no, manobrando ao som de um canto rythmico, para o fazer rolar sobre toros até ficar em secco, distante dos perigos das ondas. Essa scena repetia-se para pôr a enxuto, e para pôr a nado as embarcações; e Sancho II realisou um progresso, ainda hoje desconhecido nas nossas praias de pescadores: mandou construir *debadoyras* (cabrestantes) para encalhar, tirados por cabos, os navios. No tempo de Affonso III já o poder maritimo portuguez é de tal ordem, que os nossos navios vão

em soccorro a Castella, e o papa nos convida a acompanhar as gentes do norte á Cruzada.

O reinado de D. Diniz marca uma segunda éra{pg. 174} na historia da marinha nacional. Reciprocamente indispensaveis a marinha mercante e a militar, os cuidados do rei administrador dirigem-se principalmente a fomentar a primeira, cuja importancia o tratado de commercio, feito em 1308 com a Inglaterra, accusa. Além d'isto o rei applica-se a melhorar o porto de Paredes, na costa ao norte do cabo da Roca, defendendo-o contra as dunas, que, apesar de tudo, o invadem e destroem. Com este mesmo pensamento mandaria semear o pinhal de Leiria. Tambem no seu tempo, por morte do conde do mar, Nuno Cogominho, em cuja familia esse cargo andára, vem tomar o almirantado da armada portugueza o genovez Pezzagna. Nacionalizada, a familia dos Peçanhas tem por largos tempos o condado do mar, ou almirantado, como já, á moda arabe, se dizia então.

Os progressos realizados no xiv seculo preparam os recursos poderosos, com que, no seguinte, o infante D. Henrique póde levar de frente as duas empresas a que votára a sua existencia. D. Fernando, o *amavioso* e infeliz rei, merece n'esta historia uma menção condigna. Apesar das chimeras da sua politica tornarem em derrotas as suas empresas, a sabedoria e o alcance economico da sua legislação dão-lhe o direito de preeminencia na historia da formação do poder naval dos portuguezes. Já então a alfandega de Lisboa rendia, por anno, de 35 a 40 mil dobras.^[69] o que demonstra{pg. 175} o progresso commercial do reino, e comprova a opinião expressa no livro anterior, da deslocação do centro de gravidade nacional do norte para o sul, e da nova phisionomia adquirida depois do antigo caso da separação do condado portuguez do corpo da monarchia leoneza.

O rei que pretendia, com justiça, impedir aos proprietarios a detenção improductiva das terras, obrigando-os a lavral-as, ou a dal-as a quem por elles o fizesse, era o mesmo que, n'um corpo de leis, protegia e fomentava o commercio maritimo de Lisboa, já então uma

cidade cosmopolita. Os genovezes, os lombardos, os aragonezes, os mayorquinos, milanezes, corsos, biscainhos, gentes de tão variadas partes—de toda a Hespanha e das costas circum-mediterraneas—fixavam-se em Lisboa a commerciar. Pelo Tejo saíam cada anno para cima de doze mil tonneis de vinho, sem contar o dos navios da segunda carregação, em março. Os navios eram já maiores e tinham coberta. O chronista chama á capital «grande cidade de muitas e desvairadas gentes». Era uma Veneza que se formava para succeder á antiga; e, como nas cidades republicanas da Italia, tambem o commercio era privilegio dos mercadores, prohibido aos nobres e clerigos, sendo vedado aos estrangeiros negociar fóra do porto-franco de Lisboa.

O rei D. Fernando assistia ao pleno desenvolvimento de uma potencia commercial e maritima: e o que fez em favor do seu progresso demonstra a lucidez do seu espirito. O rei em pessoa era armador e negociante de certos generos exclusivos.{pg. 176} Creou *bolsas* de seguros maritimos, mutuos, em Lisboa e no Porto, com o producto de uma taxa especial lançada sobre o commercio, instituindo o cadastro ou estatistica naval. Reduziu a metade os direitos de importação dos generos trazidos por navios nacionaes, estabelecendo assim um direito differencial de bandeira, a cuja sombra se multiplicou o numero dos navios mercantes portugueses. Deu, aos que desejassem construil-os, a faculdade de cortar madeiras nas mattas reaes. Isentou de direitos os materiaes de construcção naval, e os navios construidos fóra, por conta de nacionaes: e o mesmo concedeu á exportação dos generos do primeiro carregamento de navios novos. Por sobre esta protecção efficaz e energica, emprestava ainda aos armadores capitaes para commercialem, ficando interessado com elles no dizimo dos lucros, que se liquidavam duas vezes ao anno.

N'outro logar dissemos que o governo de D. Fernando fôra um cesarismo, e com effeito o foi de todos os modos: na sábia protecção dada ao fomento material da nação, na violencia das medidas de salvação publica, na desordem dos costumes da côrte, e no character bondoso e ingenuamente devasso do rei. Este Cesar

do fim da Idade-média preparava o caminho á nação, cuja vida brilhante de dois seculos, afastada da estrada ordinaria da agricultura e da industria, ia ser a vida de uma Roma imperial, de uma Carthago, de uma Veneza: metropole acanhada de um imperio colossal, subordinada nos seus destinos ao merecimento individual dos governantes autocratas, mais do que á força espontanea de um espirito nacional, ao machinismo activo de um systema de instituições e classes, organicamente construido e funcionando normalmente. De todos os fundadores do Portugal maritimo D. {pg. 177} Fernando é o maior; e se as queixas formuladas, ao decair do xvi seculo, contra os que afastaram os portuguezes do arado para o leme, do campo para o mar, teem razão absoluta—a sabedoria de D. Fernando foi como o peor dos erros. Camões fulminava, pela bocca do velho do Restello, os que arrastavam Portugal para o mar; como Plutarcho tambem condemnou Themistocles por ter lançado os athenienses no caminho das empresas maritimas.

Mas esses lamentos do espirito utilitario, se teem um cunho de verdade positiva, teem tambem um escasso merecimento historico. Não tivesse a Grecia sido colonisadora e maritima, e a sua voz educadora jámais se teria ouvido no mundo. Outrotanto diremos de nós. Não tivessemos alargado pelo mar um nome sem razão de ser na Europa, e, jungidos á Galliza virente e á Castella farta, teriamos tido menos fome e menos dôres, menos miserias decerto, mas nenhuma honra, tambem, na historia. O proprio nome de Portugal não teria existido, senão como lembrança erudita de um certo condado, que, nas mãos de principes astutos e atrevidos, conseguira viver alguns seculos separado do corpo da nação hespanhola.

Traduzirá isto apenas uma vaga e sentimental banalidade? Não, decerto. Infeliz de quem não viveu; e viver, para os homens e para as nações, differe de absorver, digerir e segregar, porque é mais do que satisfazer as necessidades organicas. Além d'isto, o destino, fatalidade, providencia, determinação, ou como se queira dizer—traduzido com as successivas palavras, antigas, actuaes ou futuras, um mysterio eterno—elege ou condemna—escolham tambem os

sectarios entre as duas expressões—os homens e as nações a uma determinada{pg. 178} obra. Nós fomos elegidos ou condenados a conquistar para o mundo esse Mar Tenebroso que o enchia de vagas ambições ou de funebres terrores.

Era este o momento oportuno de dizermos todo o nosso pensamento ácerca da empresa nacional, do seu destino, da sua missão, ou como aprouver melhor chamar-lhe. A viagem das Indias, que vamos contar—descrevendo previamente a derrota, por Ceuta e Tanger, e, no reino, pela consolidação do poder cesarêo dos reis—necessitava ser julgada: agora que, ainda no molhe os tripulantes, sobre a amarra os navios, se não desferrou o panno, nem se deram as salvas da partida.

Essa esquadra, que fundeia no Tejo, era já poderosa ao tempo de D. Fernando. Os cuidados do rei em favor da marinha mercante abraçavam também a marinha de guerra. A armada que foi bloquear Sevilha (1372) era, no dizer do chronista, *formosa campanha de ver*. Mice Lançarote Peçanha, da linhagem do genovez, ia de almirante; e o cosmopolitismo da nova patria portugueza vê-se bem no nome dos capitães: um João Focin castelhano, um Badasal de Spinola, um Brancaleon. Como Roma, Lisboa recebia no seu seio e nacionalisava gentes de toda a parte; e d'este agglomerado de caracteres, naturalmente inorganico, sairá, no momento culminante do XVI seculo, um espirito superior ao espirito nacional-natural e a noção de uma patria moral ou ideal, como foi a patria de Virgilio.

A esquadra de Sevilha contava trinta e duas galés, trinta náus redondas, afóra as que vieram *per ella da costa do mar*. Vinte e tres mezes teve bloqueado o Guadalquivir, e retirou com a paz. Outra frota, quasi tão poderosa como esta, foi ainda{pg. 179} ao Mediterraneo, na seguinte guerra de Castella, para soffrer o desastre de Saltes (1381) consecuencia da temeridade do fanfarrão Affonso Tello.

Agora, fundeada no Tejo, a armada, espera o rei e os principes para ir conquistar Ceuta, em Africa.{pg. 180}

[58] V. *As raças humanas*, I, pp. 96-9.

[59] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) pp. VII-VIII e *Elem. de Anthropol.* (3.^a ed.) pp. 126-7 e 215-17.

[60] V. *As raças humanas*, liv. IV, 2.

[61] *Ibid.*, pp. 111-18.

[62] Seguiremos em geral a orthographia de Kiepert nos seus Atlas, com referencia aos nomes geographicos do Oriente, traduzidos nas nossas chronicas pelo ouvido dos soldados da India.

[63] V. *As raças humanas*, I, pp. 94-6 e *O Brazil e as colon. port.*, (2.^a ed.), pp. 244-8.

[64] V. *As raças humanas*, I, p. 184.

[65] V. A chronologia particular das viagens de descoberta no *Brazil e as colonias portuguezas* (2.^a ed.) pp. 2-3.

[66] V. *As raças humanas*, I, pp. 116-7.

[67] V. *O Brazil e as colon. port.*, (2.^a ed.), pp. 14-5.

[68] V. no *Regimen das riquezas*, pp. 81-8, a evolução dos vehiculos maritimos.

[69] A dobra continha 4 libras e 2 soldos; 50 dobras compunha o marco de ouro cujo valor moderno é de 120\$000 rs; a dobra equivaleria pois a 2\$400 rs.; e o rendimento da Alfandega a de 84 a 96 contos. Havendo no porto, como diz o chronista, «400 a 500 navios de carregaço» e em Sacavem e no Montijo, a carga do vinho e do sal, 60 ou 70 em cada lugar, suppondo que esses navios se substituíssem quatro vezes, fazendo quatro viagens n'um anno, e sabendo nós que a sua lotação média regularia por 100 toneladas—vemos que o movimento do porto attingia mais de 200:000 toneladas de generos diversos. Comparando-a com o rendimento da alfandega, faremos idéa do grau de franquia do porto.

II

Portugal em Africa

Todos estavam impacientes por partir; mas o vento norte fresco, o vento de monção, assobiava contra as paredes do quarto onde jazia moribunda, com a peste, a rainha D. Philippa. Ninguém pozera na empresa melhor amor do que ella: mandára fazer tres espadas cravadas de pedraria para os filhos, que em Ceuta haviam de ser armados cavalleiros; mas o destino não lhe consentiu vêr terminada a façanha. Morreu; e ainda não se tinham acabado de arrancar das paredes do convento de Odivellas os pannos de dó do enterro, quando a armada partia. Morrera a 20; são hoje 25 do mez de julho de 1415.

As pazes celebradas com Castella no anno anterior tinham dado o socego a uma côrte onde fervia o desejo de praticar grandes cousas. Diz-se que o rei pensára em abrir em Lisboa um torneio de um anno, onde viriam os mais celebres cavalleiros da Europa medir-se com os portuguezes; mas esse plano extravagante foi substituido pelo projecto mais sensato de ir a Ceuta. Para não prevenir os inimigos, conservára-se um segredo absoluto sobre o destino da grossa frota que se reunia em Lisboa. Todos temiam: o aragonez, e principalmente o mouro de Granada. Vinham de varias partes soldados e navios. D. Duarte apparelhára em Lisboa{pg. 181} oito galeões, e D. Henrique tinha chegado do Porto com uma divisão de cincoenta e dois navios de toda a classe. Havia inglezes, francezes e allemães na armada, que, depois de inteiramente reunida, contava 33 galeões grandes, 27 menores, de tres bancos de remeiros, 32 galeras e 120 fustas, transportes, e outros vasos secundarios. Iam embarcados cincoenta mil homens.

Ao passarem á vista do cabo de S. Vicente os navios baixaram as velas *por razam das reliquias que ali havia*. Ainda em Sagres não existia ao tempo a eschola do infante, mas o preito dado ao logar sagrado para muitos parecerá symbolico. Era esta a primeira grande empresa maritima de Portugal; ou antes e melhor, era a primeira vez que as esquadras portuguezas saíam de Lisboa com o fito de

alargar o reino para além do mar. Inexperientes ainda os pilotos, as correntes do estreito dispersam a poderosa armada, parte da qual é arrastada até Malaga, indo o resto fundear em Ceuta.

Não nos permitem as proporções d'esta obra narrar todas as batalhas e cercos, nem isso importa; pois que, salvas excepções que temos tomado em conta, todos se parecem entre si. Nenhum character novo, nem particular, apresentou a tomada da cidade que, colhida de improviso, não pôde resistir. Os moradores abandonaram-na depois de um combate em que obtiveram a prova da inutilidade da defeza; e os christãos saquearam a cidade deserta, arrancando as columnas de alabastro, os marmores das portas e janellas, os tectos lavrados em paineis dourados, dos palacios da opulenta Ceuta. Emquanto a turba dos soldados se espalhava pelos meandros das ruas e pelas casas da cidade abandonada, os fugitivos, de longe, sobre as collinas, bradavam desesperados e miseraveis n'um{pg. 182} triste clamor de perdidos. Ficavam-lhes além, dentro dos muros da cidade tomada, afóra tudo o que possuíam, os cadaveres insepultos dos muitos que na vespera tinham morrido no combate.

Ceuta era portugueza; e uns sinos, antigamente tomados em Lagos, serviam desde logo para solemnisar a sagração da mesquita dos infieis. O infante D. Henrique, principal author, denodado executor da empresa, recebeu o titulo de duque, novo então em Portugal. Todos os tres irmãos foram armados cavalleiros.

Que se faria porém de Ceuta? Muitos opinavam pelo abandono, recolhido, como estava, o saque: eram os que ignoravam os vastos designios do infante, ou os não approvavam.

Ceuta guardou-se como principio de mais dilatadas empresas.

Vinte annos decorridos—em que o infante se déra principalmente aos seus trabalhos de Sagres,—e vendo acaso que as descobertas das ilhas do Atlantico não valiam assaz perante os sonhos da sua ambição, e que ao longo de Africa pouco se adiantou

por mar, torna a preoccupal-o a idea das conquistas marroquinas, desde tempo postas de parte. A Atlantida mysteriosa teimava em não apparecer; ou reduzia-se afinal á Madeira, ou ao archipelago açoriano, onde não havia, nem encantos, nem muralhas d'ouro, nem estranhas gentes: só desertos cerrados de florestas, bravios de abrir, e pouco remuneradores. O reino encantado do Preste-Joham fugiria diante dos navios aventureiros, como uma miragem enganadora?

Já D. João I morrera a este tempo, e governava o reino o bom, infeliz D. Duarte. O ambicioso irmão{pg. 183} levou-o a emprender a conquista de Tanger, depois de ter convencido a que o acompanhasse o infante D. Fernando. O rei, ou approvou, ou não teve energia bastante para se oppôr á temeraria empresa. No conselho em que ella se debateu, porém, o outro irmão, D. Pedro—cuja sensatez parece tel-o já a esta epocha afastado de uma côrte, onde a irrequieta ambição de D. Henrique governava—observa que tudo falta, para esperar um bom exito. Não havia dinheiro para custear o exercito, e, sem grande cargo de sua consciencia, o rei não o podia tomar aos povos. Mudar a moeda (enfraquecel-a) em proveito proprio, não o devia: fallece-vos o principal cimento da passagem! Posto que Tanger se tomasse, e Arzilla, e Azamor, que se lhes faria? Do reino, despovoado e mingoado, era loucura enviar gente a guarnece-l-as: seria trocar boa capa por mau capello, perder Portugal sem por isso ganhar a Africa. O exemplo dos castelhanos não colhia, porque dispunham de mais vastos recursos.—O infante vira muito mundo, e aprendera a medir pelo seu justo peso a importancia limitada da nação. A ignorancia, mãe de todas as temeridades e audacias, não o cegava.

D. Henrique, pertinaz, decidido e, por sobre isso, violento e sem carinho, não perdoou decerto a sabia prudencia com que o irmão se oppunha aos seus designios. As relações de ambos, já frias, azedaram-se talvez; e porventura aqui esteja o motivo da indifferença com que D. Henrique ouviu os rogos do irmão, quando mais tarde lhe pedia que o servisse perante o sobrinho, Affonso V—

indiferença que decerto concorreu para a morte de D. Pedro em Alfarrobeira, se porventura a não causou.

As advertencias do principe no conselho eram tanto mais graves, quanto os seus argumentos eram{pg. 184} absolutamente fundados, positivos; e grandes os creditos da sua opinião, merecido o respeito que todos tributavam ao seu character. Por isso, apesar da nenhuma brecha que os argumentos, por via de regra, fazem nas teimas, o rei (ou D. Henrique) julgou necessario escudar-se com o parecer do papa. Consultou-se, pois, Roma; e a resposta, que de lá veio honra o nome do que a deu: «Se as terras foram christans e ha templos convertidos em mesquitas, a guerra é santa; se o não foram, deve distinguir-se: são visinhos incommodos e põem em perigo os christãos? admoestem-se, ameacem-se e só em ultimo caso se recorra ás armas. Não é este, porém, o caso? então, deixem-nos em paz, porque a terra e a abundancia d'ella é do Senhor, que faz nascer o sol sobre os bons e os maus, e dá de comer a todas as aves do céu.»

Esta ultima das tres hypotheses indicadas pelo papa era a verdadeira, o que não impediu o infante de proseguir na sua teima. «A gente do reino havia esta ida por tão pesada, que a mais d'ella preferia pagar as multas (impostas aos refractarios ao alistamento) a arriscar as vidas.» Nem as multas, nem o dinheiro do rei, nem os empréstimos, bastavam, porém, para supprir o orçamento da armada; e por isso lançou-se mão dos bens dos orfãos. Porém, apesar de tudo, dos 14:000 homens com que se contava para a ida, apenas 6:000 se conseguiu reunir.

Partiram, afinal, os dois irmãos; mas logo um mau agoiro entristeceu os soldados: o vento despedaçou a bandeira do infante, quando a desfraldava. Essa bandeira, sobre que o mouro havia de cuspir affrontas, ia já rota de Portugal...

O resultado correspondeu ás previsões geraes: depois de batida, a expedição portugueza teve de capitular sob os muros do Tanger (1437), deixando{pg. 185} D. Fernando em refens de Ceuta, que era o preço da liberdade do exercito. Tristes lagrimas de desespero

orvalharam então as areias da costa africana: não seriam as ultimas, nem as mais copiosas. D. Henrique voltava com as reliquias da sua expedição, deixando o irmão preso. «Que el-rey se lembre de mim... roguem por minha alma, que é a ultima vez que nos veremos!» dizia o infeliz ao despedir-se, em lagrimas. D'alli os mouros levaram-no a Fez. Ia como Isaac para o altar, ou como Jesus para o Calvario. Conduziram-no montado n'um sendeiro mui magro, desferrado, tendo por freio umas tamiças, a sella esfarrapada, os arções despregados. Deram-lhe tambem uma canna, para guiar a azemola. Atraz d'elle iam os outros prisioneiros amarrados sobre as bestas de carga. A gente acudia ao caminho de Fez, chamada pelo pregão: «Venham vêr o rei dos christãos!» E os apupos, as pedradas, os escarros, caíam sobre os infelizes, chouteando, na sua paixão, esmagados por um sol abrazador. Uns, com os apupos, remordiam-se colericos; o infante, submisso e conformado, lembrava-se de que outro tanto, e mais ainda, soffrera Jesus por elle. Antes, porém, ser de uma vez crucificado, do que acabar lentamente nas lobregas estrebarias de Fez, varrendo as immundicies, comido de bichos, devorado de febres, porque nem a lentidão do martyrio lhe poupou o cadaver aos insultos da turba. Pendurado nú, pelos pés, nas ameias da cidade, foi a sorte que lhe deram. Antes, pregado na cruz, tivesse expirado como Christo. O pobre infante é o primeiro martyr da nossa epopêa; e se nos honramos do muito que fizemos, é agora o momento de deixar aqui uma lagrima de saudade e pena por esse infeliz precursor do nosso imperio!{pg. 186}

De volta ao reino, e salvo, D. Henrique oppoz-se decididamente á entrega de Ceuta. O rei, lavado em lagrimas pela sorte do irmão, morreu logo no anno seguinte, triste e taciturno. Com a deshumanidade de um apostolo, D. Henrique sacrificava tudo e todos á sua fé. Por cousa nenhuma consentiria que se entregasse Ceuta: e os reinos do Preste-Johan? e o imperio do Oriente? Homens, familia, palavra, tudo era vão, diante d'essa miragem que, desde tantos annos, lhe punha a cabeça em delirio.

Com o seu braço conquistára Ceuta: arrastára a Tanger o irmão; deixára-o lá perdido, nas mãos féras dos inimigos: tudo isto eram holocaustos no altar da sua idéa. Quem sabe se elle mesmo não choraria a sós a crueldade do seu destino, e a desgraça do irmão que levára ao cepo do sacrificio? Não é, comtudo, provavel. Pelo menos, a impressão que o leitor d'estas historias recebe da narração dos seus actos consecutivos, é a de que no character do infante não primava a humanidade.

Voltou a encerrar-se em Sagres, com os seus livros, os seus mappas, os seus cosmographos e mareantes: voltou a olhar para o mar—pois que, por largos annos, para sempre talvez! estava perdida metade da sua empresa. Os seus navegadores iam vogando e *resgatando*^[70] ao longo da costa da Africa: e as ilhas dos Açores iam successivamente saindo dos arcanos do Mar Tenebroso. O papa (Nicolau V) dava-lhe o senhorio e dominio sobre todas as descobertas na Africa (1454): e o infante, no meio das contrariedades, não desanimava na sua fé.

Entretanto o reino passára, das mãos da rainha viuva, para as do infante D. Pedro (1438) e d'estas,{pg. 187} finalmente, para as de Affonso V (1446); entretanto miseraveis intrigas, a que D. Henrique não quiz oppor-se para salvar o irmão que lh'o pedia, tinham levado á desgraça de Alfarrobeira (1449); e o infante, com a influencia que exercia no curto espirito do sobrinho, facilmente o decide a lançar-se nas aventuras africanas: já morrera D. Pedro, para vir repetir o que dissera nas vespersas de Tanger. Quando, em 1460, morreu D. Henrique, esse principe tão funesto aos seus, mas tão proveitoso para o reino, já Affonso V tinha conseguido tomar Alcacer-Seguer (1458). Dez annos depois, a conquista de Arzilla importa a rendição de Tanger. O dominio portuguez na costa de Marrocos chegava ao apogeu; mas qual era o resultado d'essas empresas? Vinha por ahi a Portugal o commercio das Indias, como D. Henrique pensára? Não. Monopolizado pelos arabes no Oriente, logo que Ceuta foi para elles perdida, desviou-se para outros portos do Mediterraneo. Varrida essa illusão, que restava? Uma serie de praças fortes, eschola de soldados, fonte de permanentes conflictos, esteril em

proventos, pasto para a van necessidade batalhadora da nação: precipicio aberto, que ia tragando, improficua e ingloriamente, muitas forças vivas do paiz. A opinião do sabio principe D. Pedro era absolutamente verdadeira: nós não tínhamos recursos, no reino pequeno e pobre de gente, para povoar Marrocos; e mudar parte de uma população escassa, de Portugal para a Africa, era trocar «uma boa capa, por um mau capello». Á conquista de Ceuta movera ainda uma illusão: mas agora, varrida ella, as campanhas de Africa eram uma serie de empresas quixotescas, que viriam a terminar pela doidice varrida de D. Sebastião.{pg. 188}

Contra uma opinião muito acceite, nós pensamos, pois, que a decisão de D. João III, abandonando as praças africanas, só peccou por serodia; e que Portugal nada tinha a esperar do seu dominio na Barberia—desde que o destino o levava para o Oriente, e desde que era manifestamente provado não poder chegar-se lá por via de Marrocos. Incidente na nossa vida nacional, o dominio portuguez das praças do litoral d'Africa é apenas um episodio da grande historia das descobertas e conquistas ultramarinas; e o seu melhor merecimento foi de servir de eschola para os guerreiros da India, de posto de acclimação—como hoje Malta ou Gibraltar, para os inglezes. Para padrão das façanhas de Affonso V e das lançadas de Lopo Barriga, não valia a pena que custou, ainda quando não fosse a causa da final catastrophe de D. Sebastião.{pg. 189}

[70] *Regime das Riquezas*, pp. 92 e 107-9.

III

O principe perfeito

Perfeito não quer dizer sem nodoa, mas sim acabado, completo; não tem aqui uma significação moral, tem um valor politico. D. João II é um exemplar *perfeito* do genero dos principes da Renascença,

para quem Machiavel escreveu (um pouco depois) o cathecismo: é um mestre da moderna arte de reinar.

O exemplo mesquinho da pessoa do antecessor e pae, Affonso V, as desordens do reino e a fraqueza do rei, tinham educado o espirito agudo e observador do moço principe.

A tragedia de Alfarrobeira (1449) começára com um crime o espectacular mas triste reinado do *africano*; e o epitheto dado ao rei ajudou a formar a tradição de um homem cheio de valor e tenacidade, coisa que o pobre Affonso V jámais foi. Combater com denodo, n'um momento de furia, era uma qualidade commum que lhe não faltava; mas d'ahi ao valor consummado vae uma distancia enorme. O grande defeito da sua mocidade fôra a facilidade com que se deixava lisongear. Tutelado na sua menoridade, pela mãe primeiro, pelo tio e sogro depois, o pobre rei soffreu as consequencias communs a quasi todos os principes, como elle acclamados em creanças. Em volta do rei, pupillo de futuro imperante, formou-se um partido de adversarios{pg. 190} da regencia, ambiciosos a quem não satisfazia o juizo do infante D. Pedro, cheios de esperanças na liberalidade e no character desigual do moço rei. Exploravam-lhe as fraquezas, açulando-lhe os odios nos momentos de colera, distrahindo-o com facecias e ditos nas horas de abatimento, gabando-lhe tudo: os arremessos e as cobardias, a brandura e a colera, como aduladores de officio. Da insensatez do rei esperavam colher uma farta ração de beneficios e presentes. Apesar de o infante já ter feito entrega da regencia, temiam-no ainda sobremaneira, e não cessavam de o malquistar no animo do sobrinho e genro. D. Pedro em vão instava com o irmão, D. Henrique, para que desmanchasse essas perfidias. Aborrecido de viver, desejoso de deixar o mundo, o ex-regente via que tudo se conspirava para o perder. «Era grande principe, de grande conselho, prudente, de viva memoria, bem latinado, e assaz mixtico em sciencias e doutrinas de letras, e dado muito ao estudo.» Era um dos poucos, a quem a sabedoria tornára realmente bons.

Os seus brios offendidos, a perfidia dos validos, o tonto desvairamento do rei, levaram ao encontro de Alfarrobeira, quando o principe vinha á côrte justificar-se das calumnias: e vinha armado, por saber que no caminho o esperavam para o matar. Effectivamente o mataram, a elle, e ao seu fiel Achates, o nobre conde de Avranches, typo de lealdade cavalheiresca, sempre rara, e agora de todo ausente em côrtes italianisadas. Morto o seu principe, o conde prepara-se para morrer tambem, vingando-se: «Ó corpo! já sinto que não podes mais; tu, minha alma, já tardas!» E com furia, defendia-se e matava. Quando por fim o derrubaram, ferido, cruzou os braços, dizendo: «Fartar, rapazes!{pg. 191} vingar, vilanagem!» E morreu, trespassado de lanças.

Livre do importuno conselheiro, Affonso V e os fidalgos da sua roda, tão simples e estouvados como o rei, puderam abandonar-se á vontade ao capricho das suas loucuras e batalhas. Fatigando o povo com impostos, desbaratando com prodigalidades o patrimonio da corôa, o rei, levado pela sua mania, sacrifica tudo ás correrias africanas, que a decomposição interna do imperio marroquino já tornava possiveis.

Mais de vinte annos consumiu em taes empresas que o envelheceram. Era corpulento, e com os annos tornára-se gordo, a ponto de não poder já usar senão vestiduras soltas. Tinha a barba espessa, e era calvo; os cabellos ennegreciam-lhe as mãos, as orelhas, o nariz, accusando a vulgaridade e a violencia bravia do seu temperamento. Apesar de bem proporcionado, era tão commum no aspecto como no espirito. Brutal e vingativo, obtuso mas teimoso, e até cruel, a sua phisionomia reproduzia a do commum dos homens d'armas; e imprimiu o cunho a esses guerreiros de Africa, brancos, sem o menor requinte de perversidade fina, nem ponta de elevação distincta: como touros que marram ás cegas e qualquer destro bandarilheiro dóma.

Foi isto mesmo que succedeu a Affonso V em França, onde Luiz XI se fartou de rir do simples, illudindo-o com promessas, fatigando-o com viagens, picando-o com ironias perdidas, carregando-lhe a

nuca de lisonjas, cumprimentos e atenções, como o bandarilheiro faz ao touro, quando o carrega de vistosas farpas, bem aguçadas.

Affonso V fôra a França pedir auxilio, porque o castelhano batera-o. Em 1474, Henrique IV de Castella{pg. 192} ao morrer, deixava por herdeira D. Joanna, a *beltraneja* (assim os adulterios da mãe tinham denominado a filha) confiando o governo do reino ao visinho de Portugal, e pedindo-lhe que casasse com a sobrinha. Affonso V julgou que o reino de Castella era a nova Africa da sua velhice, e poz-se em campo para conquistar a corôa testada; conquistar, dizemos, porque os castelhanos invocavam contra a *beltraneja* os mesmos argumentos que, um seculo antes, nós invocavamos contra a mulher de João I, D. Beatriz. Castella offerecia o throno a Isabel, como nós o tinhamos dado ao Mestre de Aviz.

Affonso V poz-se em campo. Já ao seu lado se via a reservada figura do filho. Receioso das loucuras do velho, arrancára da sua fraqueza um titulo secreto, pelo qual o rei annullava todas as doações superiores a dez mil réis de renda que fizesse durante a guerra. O pae dava e não dava, o filho dobrava cuidadosamente o papel, guardando-o para o futuro...

A batalha de Toro (1476) não foi propriamente uma derrota militar, mas foi uma derrota para o rei e para as suas ambições. O pobre velho, gordo, estafado, sem poder comsigo, foi correndo abrigar-se em Castro-Nuño, e deitou-se logo a dormir. Avendaño, o fidalgo do lugar, declarára-se por elle: mas a mulher, castelhana esperta, apontava-lhe o volume de carnes, para alli deitado a resonar ruidosamente, como os gordos, e dizia ao marido:—«Olha lá por quem te perdeste!»—Effectivamente o rei não valia para cousa alguma. Os castelhanos rebeldes desde logo reconheceram o seu erro, e Affonso V tomou a resolução de ir pedir a Luiz XI que lhe valesse.

O principe herdeiro aprendia muito, porque{pg. 193} observava tudo, com o seu olhar profundo e sagaz. Deixou ir o pae, e ficando a reger o reino, continuou, por amor da honra, mas sem calor, uma

guerra que elle decerto via não conduzir ao fim desejado. Emquanto o pae andava por fóra, acclamaram-no, ou acclamou-se rei: diz-se que de França lhe viera uma abdicação. Porém Affonso V, desilludido afinal, decidiu-se a voltar; e o principe entregou-lhe immediatamente a corôa. Guardal-a, para que? Se elle, de facto, continuava a reinar em nome do pae, desfeitoado, vencido, quasi moribundo? Todas as maximas que Machiavel escreveu no seu livro do *Principe*, tinha-as antecipadamente D. João II na memoria:—É melhor ser louvado do que aborrecido, mas só quando isso não prejudica; o bem é preferivel ao mal, quando se póde escolher entre ambos para se conseguir um fim.—Por isso, como sabio principe, decidia-se a reinar sob o nome do pae, já inteiramente docil e subjugado por tantas miserias, esperando o momento proximo de outra vez tomar o nome de rei—méra formalidade.

No decorrer de dois annos (1479-81) a paz, negociada pelo principe *perfeito*, fazia da *beltraneja*, encerrada n'um convento, a *excellente-senhora*, e do rei um cadaver, afogado n'uma agonia de afflicções pungentes.

O filho não tinha nada dos loucos desvarios do pae, e desde logo vira o absurdo da guerra de Castella. Seria mais nobre e cavalleiroso proseguir valentemente na defeza dos direitos da corôa, da honra do velho, e da vida e sorte da infeliz princeza confiada á guarda de Portugal? Seria. Mas D. João II pensava (Machiavel) que o principe não deve preoccupar-se com a infamia dos seus actos, quando sejam necessarios á conservação do Estado; e que, depois de tudo bem pesado, praticar uma{pg. 194} certa virtude póde muitas vezes trazer a ruina, quando a infamia traria comsigo a segurança e a fortuna.

Este era effectivamente o caso em 1479. Dizia o principe que tempos havia para usar de coruja, tempos para voar como falcão. Não traduzia, porventura, com uma concisão mais eloquente, as palavras do italiano?—«O principe deverá imitar bem os brutos (porque ha duas maneiras de combater: com as leis e com a força; a primeira dos homens, a segunda dos brutos) e saber empregar as

artes da raposa e do leão; pois o leão não se defende dos laços, nem a raposa dos lobos: é portanto mistér ser raposa para conhecer as redes, e leão para assustar os lobos.»—D. João II, menos classico ainda, recorria aos exemplos venatorios da Edade-media; tempos havia para usar de coruja, tempos para voar como falcão!

Os filhos de D. João I, abrindo as portas da nação á cultura da Renascença, chamando sabios, viajando, formando bibliothecas, tinham lançado á terra dura do velho Portugal as sementes italianas. Affonso V rebentára do solo como um cardo antigo, rijo e bravo, cheio de espinhos. Fôra um aborto, ou um anachronismo medieval. D. João II nascia italianisado, com todos os vicios e virtudes da cultura da Renascença. A sua côrte era um retrato das pequenas côrtes de Italia; e o principe como um italiano, cheio de perfidias e ambições, de lucidez e de manha, de instinctos sanguinarios e fortes decisões politicas.

Os tempos de coruja tinham acabado, porque não carecia mais de pactuar com as tontices do pae; rei agora (1481), seria o falcão. Mas para ser verdadeiramente rei, teria de vestir ainda muitas vezes o habito da ave nocturna, até vêr por terra{pg. 195} o poder d'essa fidalguia que os erros do pae tinham ensoberbado. Isto, porém, não satisfazia ainda as suas largas ambições. O *homem*, como Isabel de Castella o designava com espanto, mirava mais longe. A possibilidade de vir a sentar-se, elle ou os seus herdeiros, no throno de uma Hespanha unida, affagára-lhe o espirito em moço, e chegou a esperar (antes de Toro) realisal-a. Depois, rechaçado, mas não desesperado, fez de coruja em 1479; contando voar de falcão no momento opportuno. Nem paravam ahi as suas ambições: lembrava-se do fallecido infante D. Henrique, e dos vastos planos, abandonados, que tinham fervido n'aquelle cerebro. A sua monarchia dilatava-se da Hespanha á India: e com a Peninsula na Europa, com a Africa, a India, o encantado reino do Preste-Joham, sonhou a monarchia de Philippe II...

N'uma só cousa o portuguez primava ao italiano: era sobrio, severo, detestava o luxo—que prohibiu. A sua côrte apresentava o quer que é de funebre e austero, sempre agradável a portuguezes. A sua figura, tambem, nada tinha de imponente, nem de graciosa. Os habitos de coruja davam-lhe mais character do que os de falcão: ás duas aves, porém, pedia a côr que punha em tudo, o negro. De maravilhoso engenho, subida agudeza, e *mixtico pera todas as cousas*, de memoria viva e esperta, faltavam-lhe porém os dotes exteriores. Não tinha elegancia, nem no corpo, nem no dizer: arrastava as palavras, falava a custo e com uma voz fanhosa. Era alvo, mas com umas veias de sangue que o faziam «com menencia ser muy temido». Inspirava medo sem infundir amor. Aos 37 annos já{pg. 196} tinha cans na barba o nos cabellos; só n'essa idade deixou de ser abstemio. A força muscular, dote necessario aos principes dos bons tempos, tornava-o celebre: cortava com um golpe de espada tres e quatro tochas de cera reunidas. «Muy grande astucioso e acquiridor, sem deixar de ser inteiro e dadivoso, era muy manhoso em todas as boas manhas que um principe deve ter.» A natureza não o ajudava, decerto; e tambem, na sua educação de principe, deixava de obedecer á regra de Machiavel: «Não é necessario ser-se dotado de todas as qualidades, mas é indispensavel affectal-as;—possuil-as e servir-se d'ellas póde chegar a ser perigoso: fingil-as é sempre util;—seja-se fiel, clemente, humano, religioso e integro; mas de modo que, senhor de si, se possa e saiba fazer todo o contrario, quando a isso o caso obrigue.»—D. João não era, nem clemente, nem humano, e não julgava necessario ao seu papel fingil-o: isso fazia com que muitos o detestassem, o que era um mal: fazendo com que, se a maior parte o temia, ninguém o amasse, o que se tornava peor ainda. A perspicacia e authoridade não eram n'elle bastantes para que soubesse envolvel-as n'uma simulada bonhomia, porque doçura ou humanidade não as havia na sua alma. Não hesitava perante o assassinato, á italiana, mas tinha a fraqueza portugueza de confessar como isso se praticava. Lopo Vaz, a quem Affonso V fizera conde, levantou-se em Moura defendendo o titulo revogado ou não confirmado, e o rei «por não fiar já d'elle... determinou de o mandar matar... por certos cavalleiros que manhosamente lá

mandou e o mataram á traição, aos quaes o principe fez boas mercês». Mas o cardeal D. Jorge da Costa, o *alpedrinha*, vendo-se ameaçado, temeu e fugiu para Roma: o rei expozera-lhe um modo facil do acabar{pg. 197} com elle—mandal-o tomar por quatro moços de esporas, afogal-o em um rio e dizer que caíra e se afogára por desastre.

Assim que o pae morreu, D. João II convocou côrtes (1482) e mostrou quem era. Mandou examinar as jurisdições dos donatarios da corôa, prescrevendo que os corregedores entrassem nas terras de doação no cumprimento dos mandados regios, abolindo o direito de asylo dos criminosos usurpado por muitos terrenos não coutados; e ao mesmo tempo que assim coarctava as regalias historicas da nobreza, punha cobro ás invasões anarchicas dos fidalgos no fôro dos concelhos, prohibindo o lançamento de *pedidos*, o intrometterem-se na jurisdição do crime e nas eleições e officios municipaes. O rei, inspirado pelas novas idéas ácerca da authoridade soberana, começava por investir com a nobreza: seria o successor, D. Manoel, que, reformando os foraes, atrophariaria a outra face do systema duplo de instituições, cujo equilibrio mais ou menos estavel formára a vida politica da Edade-media^[71]. Mas D. João II via-se tambem forçado a emendar os erros do pae, como o segundo Affonso tivera tambem de fazer á morte de Sancho I. O moço rei decidira formalmente revogar as doações do antecessor, reivindicar para a corôa o que os fidalgos tinham pilhado ao pobre, gordo, Affonso V. De todos esses fidalgos, o chefe era o poderoso duque de Bragança, cujos dominios contavam cincoenta villas, cidades e castellos, além de propriedades sem numero; cuja mesnada subia a 3:000 de cavallo e mais de 10:000 infantes; um rei no reino, do qual possuia, pelo menos, a terça parte. Costumado a considerar o rei como igual, da linhagem{pg. 198} de reis, e herdeiro do famoso condestavel, o duque sincera e ingenuamente acreditava na justiça da sua rebeldia. «Deservia muito grandemente o rei, fazendo-lhe guerra calada,» e carteava-se com o conde de Athouguia, seu tio, então em Castella, homem prudente, que buscava dissuadil-o, respondendo-lhe em enygmas ao gosto da epocha: «Tal não deveis cuidar, quanto mais commetter... quereis abrir uma fonte para matar

vossa sede... achareis a agua tão quente que vos hão de lá ficar as unhas... *tradiderunt quos deligebam.*» Com effeito, era atraído, e o rei tinha os seus espiões por toda a parte. Um certo Figueiredo vinha a escusas referir tudo a D. João II, que lhe respondia, com a sua voz demorada, baixa e fanhosa: «Guarda-te o melhor que puderes, e depois te farei mercê».—O espião ia e tornava, e quando, afinal, o duque foi preso por surpresa e executado, o rei deu a mão a beijar ao Figueiredo: «Até agora fiz que te não conhecia, d'ora avante olharei por ti. Pede o que quizeres: ha tempos de coruja e tempos de falcão...»

O duque foi degollado publicamente no rocio de Evora (1483), depois de um simulacro de processo. Effectivamente, em taes causas os processos são apenas formulas. A força impera á solta nas demandas politicas, por isso mesmo que ellas põem em questão os fundamentos organicos da sociedade, e portanto a lei civil. O duque e o rei eram inimigos velhos; e aos odios antigos vinham juntar-se agora as intenções, rebeldes em um, tyrannicas no outro. Entretanto, o character desnaturado da politica dos reis na Renascença levava D. João II a representar um papel repugnante, dando ao vencido uma palma como que de martyr; ao passo que a sobrançeria do fidalgo, quasi-rei, lhe mantinha{pg. 199} a dignidade altiva até sobre o cadafalso. Recusa prestar-se a responder no tribunal, a tomar parte na comedia que o indigna; e quando os carrascos, afflictos, lhe vestem o derradeiro trajo, uma loba roçagante, capello e carapuça de dó, com os pollegares atados por uma fita ao cinto, elle observa serenamente: «Soffrerei tudo, e mais um barão ao pescoço, se S. A. mandar!»

A morte, tão digna, do duque de Bragança excitou ambições de vingança na nobreza, e positivamente começou a tramar-se o assassinato do rei, que o sabia. Os seus espiões andavam por toda a parte; e a politica dependia das intrigas de alcova e dos serviços dos miseraveis. O rei usava de todos os instrumentos, e o *sancta sanctis* da razão-d'Estado absolvía-o de todos os crimes. Havia um Tinoco, privado do bispo d'Evora, o qual tinha por manceba uma irmã d'elle, e que por isso lhe queria muito. O rei descobriu o caso, e

comprou-o. Tinoco veio, disfarçado em frade, a Setubal, contar a conspiração em que o prelado estava, e de que o duque de Vizeu era chefe; e recebeu cinco mil cruzados em ouro e um benefício de seiscentos mil réis, porque D. João II não regateava o preço dos bons serviços. Estava compilada e tratada «a segunda e desleal desventura de que se causou a triste morte do duque de Vizeu». O rei chamou-o a Setubal, e matou-o por suas mãos às punhaladas. Prescindiu de processo, mas não de um auto posthumo, com o fim de justificar o seu crime, e a perseguição dos mais conjurados. O bispo de Evora foi mettido no fundo de uma cisterna, em Palmella, onde com peçonha acabou a vida; os outros foram assassinados ou justicados, onde quer que os encontraram os algozes do rei; e um, que conseguira fugir para França, nem por isso escapou{pg. 200} com vida, porque o rei mandou lá um sicario matá-lo.

O príncipe *perfeito* mostrava-se consummado na arte de reinar, e ninguém ousava já resistir-lhe. A primeira metade do seu programma estava realisada—agora o falcão ia alargar os seus vôos amplos!

Ninguém lhe resistia, mas no fundo da consciencia alguma cousa o denunciava como assassino. Uma noite, em Santarem, acorda em sobresalto, ouvindo alguém chamá-lo. Quem era? Ninguém. Illusões! dizia-lhe a rainha no leito: era *cousa má* que andava pelos vãos dos telhados.^[72] O rei não socegava, porém, e levantou-se, vestiu um roupão, tomou a espada e a rodela, na mão esquerda uma tocha, e viu que uma sombra o guiava. Quem era? Abria as portas diante do rei, e mostrava-lhe o caminho. Foram assim até aos vãos dos telhados, a sombra e o rei. Aos gritos da rainha acudiram todos, e acharam-no no sótão, despejado, alegre e seguro, diz o chronista mentindo palacianamente. A coruja noctivaga perseguia o ambicioso falcão: a educação do príncipe não conseguira apagar de todo a consciencia do homem.

Fernando e Isabel, de Castella, que lhe haviam tomado o pulso, ainda em tempo do pae, admiravam-lhe muito as qualidades e

tinham-no em grande conta. Elle, nem por ter tratado as pazes de 1479, desistira dos seus grandiosos planos. Os reis castelhanos tinham uma filha, D. João II um filho: o casamento de ambos seria talvez um meio, mais{pg. 201} simples e mais rapido do que uma guerra, para dar ao herdeiro um grande throno. Tratou-se, ajustou-se e fez-se o casamento (1490); e n'esse dia de grandes esperanças, o rei sombrio e fanhoso quiz mostrar que tambem sabia ser magnifico. As bodas de Evora ficaram celebres, e principalmente o banquete, uma *kermesse* formidanda. Na sala do jantar, onde os noivos, o rei, e toda a côrte se achavam, appareceu uma vasta machina: era um estrado com rodas, tendo em cima um carro com dois bois, á canga. Os bois estavam assados inteiros, com as pontas e as patas doiradas; e o carro carregado de carneiros tambem assados, tambem inteiros, com as armas doiradas. Vinha um fidalgo, de aguilhada ao hombro a dirigir o carro, e moços empurrando a machina. Deram a volta da sala, cumprimentando o castelhano, que gabou muito a idéa; e entre os applausos de todos, o carro saiu, e bois e carneiros foram dados ao povo, pasmado fóra. Terminado o idyllio culinario, foram-se todos á comida, a côrte e o povo. Nos velhos tempos do rei D. Pedro essas festas eram uma só: o rei comia na rua entre os seus, e bailava, ao som das *longas*, com as raparigas da rua.

Á noute houve *mômos*, que ficaram celebres.

Entrou (el-rei) pelas portas da sala com nove bateis grandes, em cada um seu mantedor, e os bateis mettidos em ondas do mar feitas de panno de linho e pintadas de maneira que parecia agua. Com grande estrondo de artilheria, que troava, e trombetas, atabales, e menistres altas, que tangiam, e com muitas gritas e alvoroços de muitos apitos de mestres, contramestres e marinheiros, vestidos de brocados e sedas, com trajos de allemães, em bateis cheios de tochas e muitas velas doiradas accesas, com toldos de brocado e muitas e ricas bandeiras.

E assim vinha uma nau á vela, cousa espantosa, com muitos homens dentro e muitas bombardas, sem ninguem vêr o artificio como andava, que era cousa maravilhosa.

O toldo de brocado e as velas de tafetá branco e roxo,{pg. 202} a cordoada de ouro e seda, e as ancoras doiradas. E assi a nau, como os bateis, com muitas velas de cêra douradas todas accesas, e as bandeiras e estandartes eram das armas d'el-rey e da princeza, todas de damasco e doiradas, e vinha diante do batel d'el-rey, que era o primeiro sobre as ondas, um muito grande e formoso cysne com as pennas brancas e doiradas, e apoz d'elle vinha na prôa do batel o seu cavalleiro em pé, armado de ricas armas, e guiado d'elle, e em nome d'el-rey saíu com sua falla e em joelhos deu á princesa um breve, conforme sua tenção, que era querel-a servir nas festas do seu casamento; e sobre conclusão de amores desafiou para justa de armas, com oito mantedores, a todos os que o contrario quizessem combater.

E por rei de armas, trombetas e officiaes para isso ordenados, se publicou em alta voz o breve e desafio, com as condições das justas e grados d'ellas, assi para o que mais galante viesse á teia como para quem melhor justasse. E acabado, os bateis botaram pranchas fóra, e saiu el-rey com seus requissimos mômos, e a náu e bateis, que enchiam toda a sala, se saíram com grandes gritos e estrondo de artilharia, trombetas, atabales, charamellas e sacabuxas, que parecia que a sala tremia e queria caír em terra.

El-Rey dançou com a princeza, e os seus mantedores com damas que tomaram, e logo veio o duque com fidalgos da sua casa, com outros requissimos mômos. E veio outro entremez muito grande, em que vinham muitos mômos mettidos em uma fortaleza, entre uma rocha e mata de muitas verdes arvores e dois grandes selvagens á porta, com os quaes um homem de armas pelejou e desbaratou, e cortou umas cadeas e cadeados que tinham cerradas as portas do castello, que logo foram abertas, e por uma ponte levadiça saíram muitos e mui ricos mômos; e em se abrindo as portas, saíram de dentro tantas perdizes vivas e outras aves, que toda a sala foi posta em revolta e cheia de aves que andavam voando por ella até que as tomavam. E saído este grande e custoso entremez, veio outro em que vinham vinte fidalgos, todos em trajos de peregrinos, com bordões dourados nas mãos, e grandes ramaes de contas douradas ao pescoço, e seus chapéus com muitas imagens, todos com manteos que os cobriam até ao joelho, de brocados e por cima com remendos de veludo e setim... E assi vieram muitos e ricos mômos que não digo... e dançaram todos até antemanhan; e foi tamanha festa que, se não fôra vista de muitos, que ao presente são vivos, eu a não ousara escrever.

O principe *perfeito* sabia tambem ser magnifico, e qual um Medicis, no momento opportuno. De facto, o casamento affagava-

lhe as esperanças e ambições, abrindo horizontes de novas grandezas.{pg. 203}

Ainda Colombo não descobrira a America, mas o futuro imperio do principe Affonso alargava-se já por ignotas regiões. D. João II queria dar, em troca de Castella, um bom dote ao herdeiro; queria-o, além de imperador da Hespanha inteira, e da Italia hespanhola, imperador dos Estados orientaes do Preste-Joham. As propostas de Colombo, apesar de recusadas, excitavam-no; e por terra e mar enviava expedições em busca do lendario principe. A empreza iniciada pelo infante D. Henrique proseguia nas mãos do rei, que tomára a peito descobrir os mundos remotos. O seu poder naval era já tão grande, que o Tejo via com pasmo o famoso galeão de mil tonneis, monstro boiando n'agua, erriçado de canhões. Nunca os estaleiros tinham produzido navio tão grande; nunca até ahi surgira a idéa que o rei teve de artilhar as caravelas, dando um alcance e uma mobilidade desconhecida aos trons do mar. No seu pensamento havia um proposito firme de o subjugar, desvendando-o até aos seus ultimos confins, dissipando inteiramente as trevas e mysterios das ondas. Mandou aperfeiçoar as bussolas, desenhar cartas maritimas para orientação das rotas; commettendo esses estudos a uma Junta em que entraram os seus phisicos, mestre José e mestre Rodrigo, ambos judeus, com o famoso allemão Behaim, discipulo de João Monte-Regio, que em Vienna estudára astronomia com o celebre Purbach. Foi essa junta que inventou as taboas da declinação do sol, permittindo aos navios alongarem-se das costas, rumando seguros em alto mar. Traçavam-se como que estradas sobre as ondas, estradas tão mysteriosas como as regiões da Mina, cuja navegação costeira a astucia do rei envolvia em descrições terriveis para afugentar rivaes—á maneira do que os phenicios tinham feito, quando{pg. 204} os romanos pretendiam seguil-os nas suas viagens mediterraneas.^[73] A posse dos segredos das costas e dos segredos das rotas enchia de confiança o animo do rei no futuro grandioso do seu imperio. O cabo da extrema Africa, limite por tanto tempo invencivel, tinha já recebido o nome de Boa-Esperança! (1486).

Aladas esperanças eram todas essas que o rei afagava, olhando a cabeça do filho. N'este momento, a que podemos e devemos chamar revelador, D. João II teve a consciencia do famoso destino que se preparava á Hespanha: do seu imperio universal, da extraordinaria vastidão do seu poder politico, e da sua influencia moral. Symbolisava tudo isso na cabeça do filho amado; porque a cegueira dos homens careceu sempre das lunetas de um symbolo para vêr de certo modo a realidade das cousas. Os symbolos passam, as cousas ficam; e da mesma fórma os homens morrem e as idéas vivem eternamente. E, na sua fraqueza, o espirito humano amortece, desespera e cáe quando vê apagado ou destruido o symbolo em que para elle estava, mesquinhamente, a realidade inteira.

O funesto acaso da queda de um cavallo, matando o principe Affonso (1491), foi para D. João II como o tiro do caçador, quando n'um instante precipita, ás voltas, o passaro que de azas pandas vogava, inebriado, no oceano do ar e da luz. O largo vôo do falcão estacou, e todas as illusões se apagaram deante do cadaver gelado do principe, casado de um anno. Essa vida que se finára, levava comsigo todos os sonhos doirados, todas as esperanças, todas as chimeras!

Foi um choro universal. «El-rey por tamanha{pg. 205} perda, tamanho nojo e sentimento, se trosquiou. E elle e a rainha se vestiram de muito baixo panno negro. E a princeza trosquiou os seus bellos cabellos e se vestiu de almafega e cabeça coberta de negro vaso.» Nas exequias, os homens, as mulheres, até as creanças, tomados de vertigem, arrancavam as barbas e os cabellos, davam bofetadas nas faces, batiam com as cabeças nas quinas da eça funeraria, e arranhavam o rosto a fazer sangue. O luto era geral e desvairado. Á imitação do rei e da princeza viuva, toda a gente andava tosquiada; o os que não podiam, por pobres, comprar o burel, que encarecera excessivamente, adoptaram trajos extravagantes: as mulheres vestiam as saias do avêssio, e os homens punham em cima de si os saccos de forragens e os xaireis ou cobertas das bestas de carga.

Este incidente imprevisto da morte do príncipe é um dos que obrigam a meditar sobre o valor do acaso na história. Tivesse-se consummado a união dynastica de Portugal ao resto da Hespanha já unificado, e a história da Península, a história da Europa, seriam diversas.^[74] Que papel teria tido no mundo um imperio exclusivamente senhor de todas as regiões descobertas? Que teria succedido, se Carlos V e a dynastia austriaca não viessem reinar em Hespanha, pondo nas mãos de um homem o imperio da Allemanha, da Italia e da Península iberica? Acaso a união, realisada no periodo ascencional da Hespanha, se tivesse consolidado abafando o cristallisar da alma portugueza na éra classica e abastardando a semente que nos deu Camões. Unido então, Portugal ficaria como se{pg. 206} nunca tivesse existido, por isso que não chegára ainda a formular o seu pensamento historico, nem a consummar a sua empreza...

D. João II, humilhado, abatido, e rapado por dó, voltou a envergar o habito da coruja, para morrer (1495). Agonizante, mal podendo articular já as palavras, com uma voz arrastada e fanhosa que a proximidade da morte fazia satanica, dizia, encostando a cabeça felina sobre a mão descamada: «Persigam-me sem dó os filhos do Bragança!»{pg. 207}

^[71] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) p. 137-49.

^[72] V. *Systema dos mythos relig.*, p. 291.

^[73] V. *As raças humanas*, liv. IV, 3.

^[74] V. *Theoria da hist. universal*, nas *Taboas de chronol.*, pp. XXXII-III.

IV

Em demanda do Preste-Joham das Indias

No verão de 1486 tinha Bartholomeu Dias partido de Lisboa, para dobrar o Cabo da Boa Esperança; o que de facto conseguiu, não podendo porém ir mais ávante, porque lh'o não consentiram as tripulações assustadas. No mesmo anno mandára o rei, por terra, para o Oriente, Antonio de Lisboa e Pero Montaroyo, que não passaram de Jerusalem, por só ahi reconhecerem que, não sabendo falar o arabe, não podiam intentar a viagem.

No anno seguinte, portanto, escolhem-se dois homens que sabem arabe, para ir por terra descobrir o Preste-Joham. A viagem por mar, ou se abandonava por parecer impossivel, ou aprazava-se para mais tarde: quando houvesse informações mais cabaes, colhidas nas expedições por terra. Affonso de Payva e Pero da Covilhan partiram de Lisboa, via Napoles, com cartas de credito sobre o principe banqueiro, Cosme de Medicis. D'ahi os viajantes embarcam para Rhodes, depois para Alexandria, d'onde seguiram pelo Cairo para Tur, (Tor) na praia do mar Vermelho ao sopé do Sinai, como mercadores, acompanhando as caravanas. De Tur foram a Aden, onde se separaram: Covilhan para a India, Payva para Suâkin (Suaquem) na costa da Abyssinia; aprazando o encontro, á volta, no Cairo.{pg. 208}

Covilhan, em Aden, embarcou para Kananor, no Malabar, e d'ahi foi a Kalikodu (Calecut) e a Gôa. Atravessou, depois, o oceano indico, indo parar a Sofala, onde colheu noticias sobre a costa oriental da Africa, e sobre a ilha da Lua (Madagascar). Voltou logo ao Cairo, pressuroso de enviar a Lisboa as importantes informações obtidas, e ahi soube da prematura morte de Payva. Recebidas em Lisboa as cartas do viajante, D. João II recambiou logo os arabes seus emissarios, com ordem de visitarem Hormuz e a costa da Persia. Executada essa missão, Covilhan, cujo primeiro dever era obter noticias do Preste-Joham, partiu para a Abyssinia. Já por esta epocha o encantado principe que, segundo Marco Paolo, habitava a Asia central, fôra transferido para a Nubia: e a lenda personalisava no obscuro Negus o extravagante monarcha, tão falado e admirado em tempos anteriores. Covilhan, de quem não houve outras cartas, por largos annos aprendêra no Oriente a verdade; mas não podia

transmittil-a para Portugal. Preso, sem ser maltratado, favorecido e rico pelo contrario, viveu por trinta e tres annos na Ethiopia,^[75] onde acabou.

Se a sua viagem não saciava a curiosidade principal do monarcha portuguez, se o Preste-Joham continuava a ser um mytho, o facto é que mais valiosos resultados se tinham obtido. A Covilhan cabe a honra de ter marcado o itinerario da navegação da India, affirmando que pelo sul da Africa se chegaria ao Oriente. Nas cartas que enviou do Cairo, dizia que os navios que navegassem ao longo da costa da Guiné, chegariam, proseguindo, ao extremo{pg. 209} sul do continente africano: e que, aproando ahi para leste, em direcção da ilha da Lua, por Sofala, se encontrariam no caminho da India.

D'estas e das mais informações recebidas se compoz o programma da atrevida expedição do anno de 1497, cujo destino marcado era desde logo Kalikodu, ou Calecut, como cá lhe chamavam, e onde Covilhan estivera. Vasco da Gama foi escolhido por D. Manuel (já a esse tempo D. João II tinha tres annos de fallecido) para commandar a expedição. Era um homem ousado mas prudente, e reunia ás qualidades militares as de marinheiro, cousa então commum, e depois ainda. Succedeu o mesmo a Affonso D'Albuquerque, a D. João de Castro, e a muitos outros; e a esta circumstancia deve dar-se um merecido alcance. A separação das aptidões não vinha embaraçar os planos; e havia uma unidade no mando, porque o capitão era tambem o piloto.

O maior juizo e prudencia dirigiam os preparos da expedição. Pesavam-se e debatiam-se todas as noticias do Covilhan, commentando-as com os conhecimentos anteriores. Examinavam-se os roteiros e cartas; e Bartholomeu Dias de viva voz contava tudo o que lhe succedera, os embaraços com que havia a lutar, as difficuldades a vencer. Com a sua larga experiencia dirigia a construcção dos navios, banindo os exageros nas dimensões, recommendando a solidez dos cavernames. O descobridor do Cabo devia acompanhar a expedição até S. Jorge da Mina, e ficar ahi no

resgate do ouro. Eram quatro náus pequenas, para poderem entrar em todos os portos, visitar todas as angras, passar os baixios, ao longo das costas. A sua construcção ia aprimorada e forte, como jámais se vira: madeiras escolhidas, sans, e de exagerada grossura, pregadura{pg. 210} bem atacada, demorado e cuidadoso calafeto. As atenções não eram menores com o equipamento: levavam tres *esquipações* de velas armadas e mais aparelhos, cordoalha tres vezes dobrada, e mantimentos, armaria e bombardas em abastança. Levavam seis padrões de pedra lioz com o brazão portuguez e a esphera armillar, que o rei adoptara por emblema, esculpidos. Um havia de ser collocado na bahia de S. Braz, outro na foz do Zambeze, outro em Moçambique, outro em Melinde, outro em Calecut, outro na ilha de Santa Maria. Iam dois capellães a bordo de cada navio; iam linguas ou interpretes negros, cafres e arabes; iam dez condemnados para qualquer sacrificio necessario, e finalmente iam cento e quarenta e oito soldados. Tinham-se escolhido os melhores pilotos, e o rei não consentia que se poupasse em cousa alguma. Vinha em pessoa examinar o estaleiro, e demorava-se a conversar com os mestres, ouvindo as observações de Bartholomeu, de Pedro Dias, e Vasco da Gama, que lhe mostrava o novo astrolabio de Behaim, tosco triangulo de madeira, mas muito efficaz. Pelo modelo tinham-se mandado fazer outros, mais pequenos, de latão.

Tres dos navios levavam os nomes dos tres archanjos: S. *Gabriel*, capitanea, de 120 toneis, S. *Miguel* (antigamente *Berrio*) e S. *Raphael* de 100 toneis. O nome do quarto, de 200 toneis, desconhece-se.

No fim de junho estavam todos concluidos, promptos e fundeados no mar, em frente da igreja de Restello, onde os capitães velaram a noute de 7 de julho. No dia seguinte, depois da missa, acompanhados pelo rei e por todo o povo da cidade, seguiram em procissão para a praia, cantando, com tochas nas mãos, e embarcaram.{pg. 211}

Diz Camões que, n'este momento,

... hum velho d'aspeito venerando,
Que ficava nas praias entre a gente,

.....
C'hum saber só d'experiencias feito,
Taes palavras tirou do experto peito:

.....
Oh maldito o primeiro que no mundo
Nas ondas vela poz em sêcco lenho!

No peito de muitos havia, com effeito, uma condemnação formal por essa teima persistente dos monarchas em sacrificar dinheiro e gente á chimera das navegações.^[76] A prudencia de experiencias feita, ronceira e fria, não acreditava no exito, depois de tantas tentativas falhadas. O resultado havia de votar contra ella; mas as palavras do poeta prophetisavam as consequencias funebres d'um imperio, que todos porém, os audazes e os prudentes, acclamaram quando Vasco da Gama voltou. Camões, assistindo já ao declinar do sol, pôde contar as fomes soffridas no mar, os temporaes e os naufragios, as peregrinações nos reinos adustos do terrivel Adamastor, e o collar de esqueletos brancos estendidos ao longo dos areaes das duas Africae—um rosario de tragedias funebres! Pôde tambem contar as ondas de protervia e crimes, d'esse mar da India, que se estirou até á Europa para afogar Portugal em vasa.

Com sete dias de viagem, a 15 (julho), chegam às Canarias, onde um nevoeiro dispersa a pequena frota, que, entre 23 e 27, se reunia outra vez em{pg. 212} Cabo-Verde, para d'ahi partir em 3 de agosto. Tres mezes gastaram para descer até Santa Helena (nov. 7), onde refrescaram, porque tinham seguido ao largo, sem se internarem no golpho da Guiné. Desembarcaram tambem para reconhecer a altura, com o astrolabio, porque a bordo não lh'o consentiam os balanços dos navios; tiveram algumas escaramuças com os indigenas, e partiram afinal no dia 16 de novembro. A 19 estavam á vista do cabo Tormentoso ou da Boa-esperança, dois nomes que igualmente justificou d'esta vez. Tres dias alli andaram, batidos pelos temporaes. O vento e o mar eram tantos, que os navios mettiã as postičas debaixo de agua, e difficilmente se diria se andavam sobre as ondas, ou de envolta com ellas. No alto dos castellos, á pôpa, levavam as náus retabulos pintados, com a imagem dos santos do seu nome; e quando o mar lançava com estrepito os paineis, sobre o tendal, toda a tripulação das náus empallidecia de susto. Era um triste prognostico, e parecia que o favor divino os queria desamparar. Mares crueis e espantosos vinham pela pôpa arrebatando os bateis, arremeçando-os contra os costados das náus, avariando os lemes. Amainavam as velas, cortavam os tendaes, começavam a alijar carga ao mar... Por fim o tempo abonançou: «Nosso Senhor seja louvado, que nas maiores fortunas soccorre com a sua infinita misericordia!»

Dobrado o cabo a 22, no dia 25 fundeavam na bahia de S. Braz, onde as calmarias os forçaram a demorar-se até 7 do mez seguinte. Navegando uma semana ao longo da costa austral d'Africa chegam a 15 aos ilheus-Chãos, derradeiro termo da viagem de Bartholomeu Dias. Começavam agora a seguir as instrucções do Covilhan, o piloto ausente pelas terras do Preste-Joham, a quem demandavam. {pg. 213} Queriam seguir ao longo da costa, mas as correntes, a que haviam grande medo, lançavam-nos para o pélago do sul, vasto e perdido. Os marinheiros revoltam-se inutilmente: Vasco da Gama, como um destino, inexoravel e prudente na sua audacia, venceu as revoltas e as correntes.

Saíam por fim do Mar Tenebroso, e só agora se podia considerar vencido o temível cabo. As tempestades e as correntes amansaram. De dia a calma e o céu de azul puro: á noute, por duas ou tres vezes, no topo dos mastros, brilhava a luz de S. Fr. Pedro Gonçalves, o Sant'Elmo de Lisboa. Tudo eram promessas de bonança. Subiam aos mastros a vêr os signaes do milagre, e traziam, com devoção, os pingos de cera verde que o santo lá deixára. Ás vezes chegavam a brigar contra algum incredulo, e mais de um d'esses pagou *por ello*. Os marinheiros recordavam-se piamente do seu santo, que ficára em Lisboa, e de Xabregas, onde cada anno o levavam em procissão, vestindo o melhor que tinham, pondo os seus ouros, coroados de coentros e flores, com bailes, musicas, folias e merendas, pelas hortas do arrabalde. O bom santo protegia-os: já se não rebellavam, e alegres proseguiam, confiados tambem na pericia e valor do capitão, que os domava com intrepidez.

A 10 de janeiro tomavam terra em Inhambane, communicando com os cafres: a 22 tinham subido até Quilimane, onde veem visital-os a bordo *fidalgos*, com toucas de seda lavradas na cabeça. Pela primeira vez chegavam á *India*. Viam gentes diversas, e signaes d'essa civilização distante, demandada com tanto ardor. Emergiam do mar d'Africa e da obscura sombra do continente negro. Esses *fidalgos*, para quem olhavam, porém, quasi com amor, como irmãos, seriam os seus mais crueis inimigos.{pg. 214}

Ficam um mez em Quilimane, para reparar os navios e restaurar a saude, porque o escrobuto começára a lavrar com força nas tripulações; e, partidos, chegam em 2 de março a Moçambique. Os symptomas anteriores augmentam: veem mais, muitos *fidalgos*: estão, decididamente, ás portas da India! vão afinal chegar ao imperio do Preste!

O que observavam augmentava-lhes o desejo, avivando-lhes a curiosidade. Tudo era novo para elles, mas tudo avigorava as esperanças de virem a encher-se com o saque dessas cousas brilhantes, marfins e sedas, ouros e pedras, que luziam nos

toucados e vestidos dos *fidalgos* de Moçambique. Em volta da esquadilha fundeada vogavam os navios da terra, sem coberta nem pregaria: as taboas cosidas a couro, e velas de esteiras de palma. [77] Os mouros vinham mercadejar com elles. O proprio sultão em pessoa quiz cumprimentar Vasco da Gama, que o recebeu a bordo. Pediu-lhe pilotos que o guiassem á India, á terra do Preste-Joham; pediu-lhe informações ácerca do famigerado imperador. O mouro disse-lhe que o Preste era um poderoso principe, com muitas cidades n'aquella costa, grandes navios e muita copia de mercadores: foi, pelo menos, isso o que Vasco da Gama percebeu, e taes novas encheram-no de alegria.

Mostrou-se depois o sultão perfido, e a esquadilha, sem os pilotos, foi seguindo, costeiramente até Mombas (8 de abril), onde um acaso a salvou da traição que os *mouros* lhe preparavam. Elles tinham descortinado já perigosos concorrentes n'esses homens vindos por mar ás regiões que, desde a Arabia, o Egypto e a Nubia, eram até ahi imperio seu e indisputado. Salvo por um milagre, Vasco da{pg. 215} Gama seguiu a Malinda (15), onde o *sultão* o acolheu bem; mas não confiando mais n'esses *fidalgos* do Zamgebar, aproveitou de um mouro que se deixára ficar a bordo em Moçambique, e que succedeu conhecer a rota para Kalikodu. Fizeram-se ao mar, e em vinte e seis dias (24 de abril a 19 de maio) estavam na India. Durára a viagem dez mezes e onze dias.

Foi então que o seu espanto chegou ao auge. Tudo o que já tinham visto não dava uma idéa, nem distante, do que viam agora, desembarcados. O esplendor e o fausto natural do Oriente enchiam-nos de admiração e cubiça; e na sua ignorancia religiosa viam por toda a parte os christãos do Preste. Os indigenas adoravam a Virgem Maria; e os nossos prostravam-se tambem deante de Nossa Senhora na pessoa de Gauri, a deusa branca, Sakti de Shiva, o destruidor. Esta confusão, augmentada ainda por não se entenderem no que diziam, dava logar a scenas ingenuamente comicas. Alguns, duvidosos, observavam que, se os idolos eram diabos, a sua reza era só para Deus; e com esta reserva mental ficavam quietos na consciencia. Para augmentar o espanto, veio ter

com elles um *mouro* a falar portuguez: «Boa ventura! boa ventura! muitos rubis! muitas esmeraldas!»

E nada d'isto era um sonho, eram «sem mentir, puras verdades.» Os indigenas abraçavam-nos, e os broncos alemtejanos, os beirões, os marinheiros do Tejo, ingenuos e ignorantes, abraçavam-nos tambem, na effusão de um instincto humano, como patricios. Dir-se-ia que se conheciam de muito, e que pouco ou nada os distinguia: de Lisboa á India era uma curta distancia, porque o sentimento não tem bitolas. Eram todos christãos, tambem tinham reis! o mundo era um só, e o homem o{pg. 216} mesmo em toda a parte! A naturalidade ingenua com que se praticavam as maiores cousas, é a grande prova da força heroica dos homens da Renascença.

Por esse tempo, na India—e com este nome designamos todas as costas e ilhas incluídas entre os meridianos de Suês e de Tidor, e entre 20° de latitude S. e 30° N., theatro das campanhas portuguezas—na India, dizemos, raças estranhas impunham uma especie de dominio em tudo semelhante ao que foi depois o dos portuguezes: um monopolio commercial-maritimo, e como consequencia d'elle, feitorias, colonias e Estados. Os povos que nós iamos despojar d'esse dominio eram os arabes e os ethiopes, os persas, os turkomanos e os afghans, que, descendo do mar Vermelho e do mar da Arabia, confundidos na onda religiosa do islamismo, tinham avassalado a peninsula do Indo ao Ganges, e a Africa oriental desde Adal até Monomotapa. Estendendo-se para o extremo Oriente iam, como nós fomos, até Kambodja e Tidor nas Molucas, atravez do Arakan e do Pegu, da peninsula de Malaka e de Birma e Shan (Sião) no continente, atravez de Sumatra e Borneo e pelo meio do archipelago de Sunda. A todas essas gentes chamaram os portuguezes *mouros*,^[78] expressão generica já usada na Europa para designar os sectarios do Islam, e por isso tambem adoptada agora que, tão longe e atravez de tantos mares, iamos encontrar-nos de novo, frente a frente, com o *turco*, antagonista do *christão* em todo o mundo.

«Al diablo que te doy! Quien te trouxe acá?» assim um mouro de Tunis, em Kalikodu, cumprimentava{pg. 217} o portuguez; e como em Moçambique e em Mombas, os *mouros* (usaremos d'ora ávante d'esta expressão generica, já explicada) induzem ou obrigam o Samudri-rajah (Çamorim), rei ou conde—a India vivia n'um regime simili-feodal—de Kalikodu, a exterminar os portuguezes. Kalikodu era o emporio commercial da costa do Malabar, e os dominios do seu rajah formavam o chamado reino de Kanará.

Facil seria, sem duvida, convencer o principe de que Vasco da Gama era um pirata, o seu rei uma burla; e sem o pensarem, decerto, os mouros de Kalikodu definiam antecipadamente o dominio portuguez, que só veio a differençar-se d'uma pirataria commum, em ser uma rapina organizada por um Estado politico. Convencido ou violentado, o rajah manda perseguir os navegantes, que embarcam e se defendem (agosto 30.) Depois de uma estação, de alguns mezes na ilha de Anjediva, sobre a costa, Vasco da Gama decide voltar; e faz-se de vela para Portugal em 10 de julho de 98. Um anno depois, no mesmo dia, chegava a Lisboa. Na viagem, separou-se da frota Nicolau Coelho em Cabo Verde, e Vasco da Gama veio pela Terceira, sepultar ahi o irmão que morrera no mar.

O entusiasmo foi grande em Lisboa, á chegada de Vasco da Gama: tambem D. Manuel tinha as suas Indias, e Portugal o seu Colombo! E o Preste-Joham, que noticias? E de Covilhan? Nada. O navegador conseguira vencer o Cabo e achar a India, mas não conseguira decifrar o enigma, que a este tempo já contava tres seculos de successivas indagações.

Pouco viriam essas a importar para a historia. O essencial era a decifração do outro enigma, ainda maior—o do Mar Tenebroso. Pouco faltava já;{pg. 218} e em vinte annos mais, não haveria, na rotunda superficie do globo, um canto de terra incognita, nem um palmo por explorar na vasta amplidão dos mares. «Debaixo das bravas ondas, por saber os segredos da terra e os mysterios e enganões do oceano», os portuguezes, com uma curiosidade heroica, tomaram em suas mãos o futuro da Europa, e do mundo.

No anno seguinte ao da descoberta da India, Pedro Alvares Cabral, que para lá fôra mandado com uma imponente esquadra, não resiste á tentação da curiosidade. Descendo no Atlantico, em direcção de leste, uma pergunta incessante o persegue: que haverá para o poente? Para esse lado descobriu Colombo umas Indias no hemispherio norte: acaso haverá mais Indias no hemispherio do sul? Amarou para oeste, a indagar, a vêr... Mais uns mezes, na longa viagem do Oriente, que importavam? Com effeito, descobriu o Brazil;^[79] a terra de oeste vinha, desde o extremo norte até ao extremo sul, estendendo-se ao longo, nos dois hemispherios. Só então a America se pôde dizer inteiramente descoberta.

A noticia das novas terras encontradas impressionou pouco Lisboa; na côrte ardia o desejo de descobrir o Preste, o encantado Preste-Joham; de fazer com elle um bom tratado, para chamar a Portugal um pouco, ao menos, das tantas cousas boas que Vasco da Gama vira por seus olhos, e, contadas, enchiam de cubiça o espirito de toda a gente. Cabral fôra mandado a isso, e não a descobrir terras: já eram demais as Cruzes, e os nomes do repertorio escasseavam já para denominar ilhas e cabos, portos e bahias, costas e continentes. Desejava-se outra cousa, ferviam outras esperanças:{pg. 219}

«Boa ventura! boa ventura! muitos rubis! muitas esmeraldas!»

Tomarem-no por um pirata enchera de colera Vasco da Gama. Além da necessidade de mostrar ao Çamorim perfido o poder do rei de Portugal, era indispensavel desaggravar os brios do fidalgo offendido. Não podia ir d'esta vez, mas para outra seria a sua vingança.

Logo que Vasco da Gama chegou, decidiu-se, pois, enviar uma grande armada á India; porque agora, sabido o caminho, não havia mais receios, nem motivos, para reduzir o numero, nem a lotação dos navios. Pedro Alvares Cabral fôra nomeado almirante da frota, que contava treze náus, e levava mil e duzentos homens.

A construcção dos navios tinha progredido com a frequencia e extenção das viagens. Naus e galés, embarcações de vela e remo, tinham-se preparado melhor, augmentando em dimensões. No primeiro quartel do xvi seculo, porém, quando a avidez commercial não pervertia ainda a prudencia, a lotação ordinaria não excedia 400 toneladas.^[80] A náu navegava á vela, jogando dos costados a artilheria, no convez ou sob a coberta. Á pôpa e prôa, nos castellos, luxuosamente ornados de lavores e douraduras, assentavam tambem canhões; e nos cestos de gavea havia pequenas colubrinhas. De um a outro castello corria um baileu ou varanda volante, d'onde, nos combates, atiravam os mosqueteiros, e se passava á abordagem dos navios inimigos. Muitas{pg. 220} náus andavam munidas de rostos ou esporões de aço nas prôas, para a investida. As galés, navios de remo, dividiam-se em *bastardas* e *subtis*: as primeiras de 27 bancos a tres remeiros e 7 peças grossas; as segundas de 25 bancos e 5 peças apenas. A artilheria grossa jogava sómente á prôa, nos costados: entre os remeiros, collocavam-se, porém, umas peças menores, a que se chamava *berços*. Havia, além d'isto, as *fustas*, galés pequenas de 16 ou 20 bancos de dois remos, com duas peças grossas. As galés, comtudo, tambem velejavam: e para isso tinham dois mastros, onde levavam latinos; as fustas um só. Havia, porém, galés que, por se approximarem mais da armação das náus, se diziam *bastardas*: armavam dois mastros, mas no do traquete tinham duas velas redondas, e cestos de gavea, como as náus.

A esquadra de Pedro Alvares Cabral levantou ferro do Tejo no dia 9 de março do anno de 1500. Os gritos da marinhagem, para alar a um tempo os viradores nos cabrestantes, melopêa triste e funebre como o mar; o surdo roçar das amarras nos escovens; o apito dos mestres, dirigindo as manobras; as bandeiras multicolores soltas ao vento; e as velas meio desdobradas nos mastros, formavam o vivo quadro da nação que tambem partia, no anno de 500, já confessada e bem disposta, para essa longa viagem de pouco mais de um seculo, cheia de escrobutos e naufragios, ao cabo da qual a esperava um tumulto, vasto como é o mar, mudo como elle é nas calmas funebres dos tropicos.

Não havia protestos agora, senão esperanças, cubiças, ambições. Não partiam á aventura; partiam á conquista do que tinham descoberto, e queriam trazer para Portugal, para casa. Ninguém duvidava do exito, e o capitão levava cartas solennes do{pg. 221} rei para o Çamorim. Em troca d'ellas, da sua alliança, dos presentes que lhe mandavam, viriam os rubis e as esmeraldas, a pimenta e a canella, monopolisada pelo turco, inimigo de Deus!

Já na praia começava a levantar-se a basilica, monumento ingenuo d'essa religião do commercio, erguido a Jesus e á Pimenta —os dois deuses que viviam no céu portuguez (ou carthaginez): dois deuses piamente adorados, mas servidos ambos de um modo igualmente barbaro.

O almirante acaso pensava, já no Tejo, n'esse rumo de Oeste, o de Colombo, que o levaria á America; e porventura acreditava pouco na existencia do lendario Preste-Joham, por cuja causa tantas viagens se tinham feito. Não o mandavam descobrir, mandavam-no conquistar; mas elle queria tambem inscrever o seu nome na lista dos que, durante o seculo anterior, tinham pouco a pouco rasgado as trevas do mar mysterioso. A sua viagem, além de iniciar o dominio portuguez na India, teve, com effeito, as duas consequencias desejadas. Varreu as duas lendas, a do Preste e a do Mar Tenebroso: descobriu o Brazil, e veiu dizer a D. Manuel que o supposto imperador do Oriente era um miseravel rei preto, infiel, acantonado nas montanhas invias da Abyssinia.

Atraz de uma lenda, attrahido por uma voragem, Portugal descobrira os continentes e ilhas do Atlantico e chegára á India. Por uma illusão, consummára a realidade que espantava o mundo inteiro. O mundo é uma miragem, e os homens sombras levadas pelos sabios ventos do destino...

Reconhecidas as terras, sulcados os mares, por occidente e por oriente, faltava porém ainda reunir essas duas metades do mundo conhecido, e dar-lhe a volta, para se saber que cabia todo, inteiro, nas{pg. 222} mãos do homem: eis ahi o valor da viagem de Magalhães, vinte annos mais tarde.

Não ha mais trevas no mar; consummou-se a grande conquista. Mas uma nova empresa se desenha agora: devorar o descoberto, digerir o mundo.

Portugal inteiro embarca para a India na esquadra de Cabral^[81].
{pg. 223}

[75] V. *Regime das riquezas*, p. 109.

[76] V. *Hist. da repub. romana*, p. I, XIX, *intr.*

[77] V. *Regime das riquezas*, pp. 85-6.

[78] V. nas *Raças humanas*, a ethnographia do Oriente a pp. 70-85, 90-105 e 122-41 do vol. I.

[79] V. no *Brazil e as colon. port.* p. 3 (2.^a ed.) a descoberta das costas brasileiras.

[80] V. no *Brazil e as colonias port.* (2.^a ed.) a composição typo de uma nau da India, a p. 34 *nota*.

[81] *Hist. da republ. romana*, I, pp. 217-8.

LIVRO QUARTO

A VIAGEM DA INDIA

Dês o primeiro dia que com a vista a experiencia propria me acabei de desenganar do grande erro que até alli me trazia a fama das cousas da India... me nasceu logo um desejo ardentissimo de fazer por esta via um grande e extraordinario serviço.

RODRIGUES DA SILVEIRA, *Reformaço da milicia e governo do Estado da India oriental*.

I

D. Francisco d'Almeida

Em 13 de Setembro do anno de 500 chegou Cabral a Kalikodu. Não ia, como Vasco da Gama fôra—como descobridor; ia como embaixador, á frente de uma poderosa armada, para não ser tomado por pirata, mas sim pelo emissario, que era, do nobre monarcha portuguez, portador das suas cartas e propostas de alliança para o rajah de Kalikodu. Como tal foi effectivamente recebido, n'uma audiencia solemne. Os portuguezes, vestindo as suas melhores roupas, as suas armas mais bellas e polidas, pensavam impôr de ricos ao monarcha do Oriente; mas os representantes da pobre e forte Europa iam ficar deslumbrados com as magnificencias da India opulenta. O brilho das armaduras{pg.

224} era offuscado pelo rutilar da pedraria «cuas chammas impediam a vista». O rajah vinha em um palanquim ou andor trazido aos hombros pelos nobres, recostado sobre almofadas de seda, entre colchas lavradas de fio de ouro caíndo em pregas franjadas com borlas cravejadas de pedras preciosas, e pannos de carbaso de linho finissimo, cuja alvura sorria ao lado da vermelhidão sanguinea das sedas e brocados. Corria a compasso o andor coberto por um pallio de seda franjado de ouro, e dentro d'este duplo sacrario via-se o rajah negro rutilante de pedras preciosas. Cegava olhal-o. Aos lados do pallio iam pagens com leques de pennas de pavão agitando o ar, e á beira do palanquim os que levavam as insignias da soberania: a espada e a adaga, e estoque de ouro, a flor de liz symbolica, o gomil de agua, e finalmente a copa onde o rei cuspiu o betele, cujo mascar faz os dentes côr de rosa e dá «muito bom bafo».

Em toda a volta e prolongando-se na cauda da procissão, charangas de musicos atroavam o ar com os seus tambores, com os tam-tams de prata e de ouro, suspensos por cordeis em bambus altos, com as trombetas enormes, umas rectas, outras curvas, levantadas para o ar, e que davam aos musicos o aspecto de elephantes com trombas douradas, cujos pavilhões se viam cravejados de rubis e esmeraldas. Vinha uma grande trompa de ouro levada por dois homens a cavallo! Os musicos, negros, iam nús, com manilhas nos braços e nas pernas, e á cinta um panno cobrindo as vergonhas. Nús iam os nayres e mais tropas do rajah, esgrimindo aos saltos em pyrrhicas singulares, parecendo atacados de furia, com as suas armas variadas: alfanges curvos para os golpes de cutilada, espadas largas e ponteagudas para as estocadas,{pg. 225} espadas triangulares com o vertice nos copos e na ponta a base espalmada, arcos e molhos de frechas de bambu delgados, lanças com anneis tilintantes e guizos, correndo, saltando e gritando em brados: «Cucuya!» como na hora das batalhas. Mais ao largo, o povo mudo, n'uma impassibilidade de orientaes, olhava.

A recepção do embaixador fez-se no *çarame* do rajah, á beiramar, pavilhão de fórma oitavada erguido sobre esteios, todo rendado

de varandas e lavores, marchetado de marfim, chapeado de prata e ouro em folhas, com pináculos e corucheos que se desenhavam levemente no fundo azul do céu—tão azul como o do mar onde fundeava a esquadra de Pedro Alvares Cabral. Na longa praia apinhavam-se as choças dos pescadores e galeotes e por entre ellas a multidão negra, espantada. Para o interior avistava-se a cidade, com os palácios e jardins do rei, dos nobres e dos ricos, docemente abrigados contra o sol inclemente pela sombra dos palmares e dos bosques de arvores aromaticas. No meio de um turbilhão de gritos de guerra, de sons de trombetas, o cortejo encaminhou-se para o palácio do rajah.

Ahi o Çamorim estava sentado sobre o vélllo preto, insignia da realleza, no seu throno de prata com braços de ouro e as espaldas cravejadas de rubis, diamantes e esmeraldas, no meio da sua côrte, recostado em macias almofadas de seda, sobre fôfos tapetes da Persia, somnolento e immovel. Negro, nú, um véo de linho branco descia-lhe em pregas desde o umbigo até aos joelhos, com a ponta caída e n'ella enfiados anneis de ouro e rubis. Da extremidade pendia uma perola enorme. Os dedos, braços, estavam cobertos de anneis e manilhas. Das orelhas caíam arrecadas de ouro{pg. 226} cravejadas: á cintura trazia um cinto de ouro. Ao pescoço collares roliços, de ouro também; e duas voltas de um fio de perolas, grandes como avellans, que desciam até ao umbigo, suspendiam um enorme coração de ouro encastoando a mais bella, a maior esmeralda. Nos cabellos compridos e apanhados em nó no alto da cabeça havia perolas e pingentes, e a corôa era um deslumbramento. O thesouro inteiro de Kalikodu saíra á luz. Ao lado do rajah, em pé, viam-se os pagens nús com pannos de purpura, apresentando as espadas e adagas de copos de ouro cravejados, e junto ao soberano o da copa de ouro com a toalha a tiracollo, e o da boceta cravejada de brilhantes, com o sal delido em agua de rosas, onde molhava as folhas de betele, antes de as dar ao brahmanemór, que detraz das espaldas do throno as passava religiosamente ao rajah, para mascar. Outros pagens tinham as toalhas, perfumadas de almiscar, com que nas occasiões devidas esfregavam os braços e as pernas nús do soberano reluzentes de

manilhas cravejadas de rubis. Em torno havia castellos de alfaia: vasos e urnas de bronze, de prata, de ouro, e os lampadarios de metal amarello sempre accesos, segundo os ritos ordenavam. Os escrivães, de pé, tinham debaixo do braço as longas folhas de palmeira, seccas, onde se registravam as leis e tratados, em sulcos abertos pelos estyletes de ferro, que balouçavam entre os dedos. Em frente de Pedro Alvares Cabral, que, sentado, lia a carta de D. Manoel em arabigo, estava a credencia com os presentes que trazia: uma taça e duas massas de prata, quatro almofadas de brocado e dois pannos de Arraz, de um desenho primoroso. A côrte, de pé, escutava em torno. Mais longe agrupavam-se as mulheres do rajah, untadas de sandalo, e{pg. 227} núas da cintura para cima, com as cabeças coroadas de flôres, e collares de contas de ouro, e pedraria, manilhas grossas nas pernas, braceletes, e aneis fulgurantes. O rajah tinha mais de mil, entre amantes e varredeiras, escravas e embostadoras. Para além das columnatas de alabastro, nos pateos inundados de sol, viam-se os elephantes submissos, com os seus collares de campainhas e guizos, cobertos por xaireis de seda recamada de ouro; viam-se os pallios e leques do cortejo do soberano; os truões e os fakires, rebolando-se no chão, desgrenhados, a uivar gritos. Depois formavam alas, ou esgrimiam com tregeitos e cutiladas, os nayres, bucellarios do rajah, casta singular e polyandra de quem disse o poeta: «geraes são as mulheres porém sómente para os da geração de seus maridos.»^[82] Mas o que sobretudo enchia de espanto e cubiça os portuguezes, envergonhados da sua pobreza, eram os rios luminosos da pedraria que, destacando-se do fundo acobreado das pelles indigenas, os cegavam: «As chammas que d'elles saíam impediam a vista!» Sobre o ouro de Sofala, eram os rubis do Pegú, os diamantes do Dekkan e de Narsinga, as saphiras de Simhala (Ceylão) e os seus topazios e turquezas, jacinthos e amethistas. Eram as bellas esmeraldas de Babylonia!

De parte a parte, comtudo, passada a recepção solemne, não se entendiam bem; e os escrivães em balde mostravam as longas folhas de palmeira escriptas, agitando os estyletes de ferro, a indicar as passagens das leis que julgavam oppôr-se ao que pensavam

serem os pedidos dos portuguezes. Estes, em tregeitos, esforçavam-se por lhes{pg. 228} fazer perceber que queriam pôr alli feitorias, para trazerem por mar, para a Europa, as preciosidades da India; e não cessavam de affirmar quante el-rey de Portugal era poderoso e forte. Apesar de não ter tantos ouros nem pedrarias tinha o bronze das suas peças e o ferro das suas granadas! accrescentavam com decidida importancia. Os escrivães iam comprehendendo, desconfiados: e os portuguezes desconfiavam tambem dos sorrisos do rajah. Apesar d'isto, porém, foi concedido o que pediam; e Cabral fundou a primeira feitoria portugueza na India, em Kalikodu.

Logo os mouros vieram reclamar contra os intrusos que os despojavam: e favorecidos pelo indigena, caíram sobre a feitoria, trucidando os portuguezes que lá havia: cincoenta ao todo. Começava a historia da India. Seguiram-se logo as terriveis represalias do almirante. Tomou dez náus de mercadores arabes, passou á espada mais de 500 homens tripulantes, e, bombardeando a cidade, poz-lhe fogo. O incendio de Kalikodu, em 16 de dezembro do anno 1500, era a funebre aurora da historia oriental. Se as pedrarias tinham cegado os olhos dos portuguezes, agora as chammas cegavam os olhos afflictos do rajah, n'essa noute de cruel memoria.

Incendiada Kalikodu, o almirante foi com a esquadra entrar em Katchi (Cochim) um pouco ao sul, na mesma costa de Malabar, mas já para além dos dominios do rajah perfido de Kalikodu. O terror da recente façanha abriu-lhe os braços do pequeno soberano de Katchi; e fundou-se ahi, em boa paz e amizade, uma feitoria, tomando o almirante, entretanto, refens, para segurança. Triumphára; o brahmane rajah de Katchi, revoltára-se abertamente contra o Çamorim seu suzerano. No{pg. 229} meiado de janeiro (1501) partiu Cabral para Kananor: ahi carregou as suas náus de pimenta e canella, e regressou ao reino. Dos treze navios com que partira um anno antes, apenas tres o acompanhavam: cinco, desgarrados, voltaram por diversas vias, e outros cinco foram tragados pelo Mar Tenebroso. Esse inimigo terrivel, embora vencido,

não estava domado, e a primeira expedição da Índia, este primeiro acto da tragedia de mais de um seculo, esboçava já todos os elementos da acção: assassinatos e incendios, morticínios e naufragios; a espada e a pimenta; as armas do guerreiro em uma das mãos, as balanças do mercador na outra; uma Carthago moderna—e, no fundo, a voragem aberta do mar, prompto a devorar homens, navios e riquezas; a fonte perenne do vicio, entornando caudaes de torpezas!

Da curta historia anterior da Índia resultavam dois factos: a inimisade perfida do rajah de Kalikodu, e a feitoria de Katchi. Castigar terrivelmente o primeiro e consolidar, fortificando-a, a ultima, foi o principal motivo da segunda armada, que em 1502 (fevereiro) partiu de Lisboa para o Oriente, sob o commando de Vasco da Gama, o capitão desapiedado, o fidalgo offendido nos brios pelo miseravel *Çamorim*.

A historia da viagem é um horror; e a desforra do capitão uma prova d'essa frieza sanguinaria, impassivel e cruel, que effectivamente existe no temperamento, quasi africano, do portuguez. Obliterada na sujeição ou na paz, rebentou sempre com o dominio e com a victoria, na guerra. Se taes sentimentos, vivos na alma do Gama, inspiram{pg. 230} os seus actos, a sua campanha não obedece a um plano, nem no seu rude espirito cabem as largas vistas do estadista. Se algumas levava, reduziam-se a espantar a Índia com a crueldade das suas façanhas, e a dominal-a com o terror dos seus morticínios. Grande sobre as ondas, em lucta com os temporaes, é a imagem da nação, cuja grandeza está na coragem e na teima com que soube vencer o Mar Tenebroso. Um terramoto agitou o mar da Índia quando o Gama pela segunda vez o trilhava; e o almirante, imagem da bravura épica do povo portuguez, acreditou e disse que até as proprias ondas tremiam com medo nosso—com medo d'elle!

Navegando porém no mar das Indias, com toda a artilheria carregada de metralha, para arrasar Kalikodu, encontra o Gama

uma náu de mercadores arabes que ia para Meka ou voltava, nas romarias constantes á santa Kaaba. Além da tripulação, o navio trazia duzentos e quarenta homens passageiros, com suas mulheres e filhos. Era isto no dia 1 de outubro de 1502, «de que me lembrarei toda a minha vida!» escreve o piloto ainda horrorizado, ao recordar como a náu foi cobardemente incendiada, com todos os que continha, e que morreram desesperados no fogo ou no mar. Ia a bordo um flamengo, que assim refere a occorrença: «Tomámos uma náu de Meka, onde iam a bordo 300 passageiros, entre elles mulheres e creanças; e depois do sacarmos mais de 12:000 ducados de dinheiro e pelo menos 10:000 de fazenda, fizemol-a saltar com os passageiros que continha, por meio de polvora, no 1.º de outubro.» Satisfeito de si, o capitão rumou para Kalikodu. Mandou intimar ao rajah a expulsão de todos os mouros, que eram cinco mil familias, das mais ricas da cidade: dizendo-lhe que qualquer creado{pg. 231} d'el-rey D. Manuel valia mais do que elle, *Çamorim*; e que seu amo tinha poder para fazer de cada palmeira um rei!—Como era de vêr, o rajah recusou; e o capitão que, ao fundear, apresára um numero consideravel de mercadores no porto, mandou cortar-lhes as orelhas e as mãos, e amontoados n'um barco, foram com a maré varar na praia, levando a resposta do Gama á recusa do afflicto principe.^[83] Começou logo o bombardeio (2 de novembro). A cidade ardia outra vez; e á população em choros, respondiam as risadas ferozmente cynicas dos marinheiros, abrigados detraz das amuradas dos navios, junto ás peças que vomitavam fogo. Era uma inepecia, uma barbaridade e uma covardia; porque as curtas lanças e as settas dos indigenas não podiam medir-se com as granadas, despedidas de longe, de bordo das náus.{pg. 232} O Gama, cada vez mais satisfeito de si, foi-se a visitar o porto amigo de Katchi; e decidiu regressar ao reino por Quilua, d'onde trouxe o ouro com que o rei D. Manuel fez uma custodia para o seu templo dos Jeronymos. Vinha contente da brava desforra que tomára: o *Çamorim* estava punido!

Deixára o Gama na India uma parte da sua armada sob o commando de Vicente Sodré, personagem tão eminentemente celebre como o proprio almirante, cujo tio era. Fidalgo, este amava

as façanhas brutaes e estrondosas; o outro queria mais á pirataria e ao roubo. Com effeito, assim que o Gama partiu da costa do Malabar, o de Kalikodu, invocando porventura direitos de suzerano sobre o visinho de Katchi, exigiu d'elle a expulsão dos portuguezes da feitoria. Mas os ataques repetidos ao poderoso rajah do Canará ensoberbeciam os seus vassallos, e fomentavam a decomposição do systema politico de Hindustan. O de Katchi resistiu, implorando o auxilio do Sodré, que pouco se lhe dava da feitoria, e a abandonou para ir ao curso das náus de Meka: era trabalho de mais proveito e menor risco piratear de parceria com a corôa portugueza nas costas de Adal e da Arabia, á embocadura do mar Vermelho.^[84] O producto das náus de Meka pertencia, metade ao rei de Portugal, metade{pg. 233} ás tripulações: cabendo aos soldados uma parte, aos marinheiros duas, outras duas aos bombardeiros, quatro aos pilotos e outro tanto ao mestre. Pilhavam todos, de braço dado com a Corôa.

Vicente Sodré andava n'isto, ao mesmo tempo que Ruy Lourenço, por sua conta e risco, varria a costa de Zamgebar, caçava navios e cobrava tributos aos sultões.

O dominio portuguez adquiria logo de começo o character duplo que jámais perdeu, apesar de todas as tentativas posteriores de regularisação e de ordem. Era no mar uma anarchia de roubos, na terra uma serie de depredações sanguinarias. Vasco da Gama ensinára o modo de imperar com o fogo e o sangue; Sodré indicava o modo de ceifar no mar, pela abordagem, as náus de Meka. A pirataria e o saque foram os dois fundamentos do dominio portuguez, cujo nervo eram os canhões, cuja alma era a Pimenta.

Na artilheria, effectivamente, estava o segredo do poder dos invasores da India. Ao tempo em que o Gama voltava da sua segunda viagem, partia de Lisboa uma terceira esquadra (1503, abril) com Affonso de Albuquerque e Duarte Pacheco a bordo. Foram a Katchi acudir ao rajah, na sua guerra com o de Kalikodu, e construíram a primeira fortaleza na India. Albuquerque voltou ao reino; Pacheco ficou em Katchi com as tropas e navios preparados

para o ataque. O heroe—porque este bateu-se como uma féra, no seu covil de Kambalaan, nobre, desinteressada e bravamente—desde logo disse que *toda a festa havia de ser de artilheria*. De que serviam com effeito as armas brancas e de arremço, principal equipamento dos indigenas, que mal sabiam usar dos mosquetes e bombardas, perante o vomitar distante da metralha? Isto explica{pg. 234} a possibilidade da resistencia dos setenta homens de Pacheco, brandamente auxiliados pelos naturaes, contra os cincoenta mil que se dão ao exercito do Samudri-rajah de Kalikodu. As surriadas da mosquetaria auxiliavam decerto, mas a defeza decisiva consistia nas ondas de metralha, que n'um instante varriam as jangadas cobertas de gente que vinham por mar, e as columnas cerradas dos nayres armados de settas e lanças investindo por terra. Mas nem por si só a artilheria seria capaz de resistir á onda massiça das columnas inimigas, se a coragem, a rapidez fulminante das marchas, a ubiquidade—póde dizer-se assim—do primeiro heroe soldado do Oriente não animasse os poderosos meios de defeza. Quatro mezes durou o assedio de Katchi, que terminou pela derrota do Samudri-rajah.

A esquadra de Lopo Soares de Albergaria trouxe para o reino (1505) Duarte Pacheco: um homem simples que, por voltar carregado de feridas, mas leve de dinheiro e diamantes, foi parar á capitania de S. Jorge da Mina, para de lá vir em ferros por *capitulos* que d'elle deram; para jazer no carcere por muito tempo, e acabar esquecido e pobre. A sorte d'este heroe, diz Goes, «foi de calidade que se pode d'elle tirar exemplo para os homens se guardarem dos revezes dos reis e principes e da pouca lembrança que muitas vezes tem d'aquelles a que são em obrigação.» Pacheco voltou, pois, do Oriente, e na India ficou, por capitão do mar, Telles Barreto com a missão de *correr as náus de Meca*. A armada trazia para o reino, a bordo, Pacheco—um infeliz!—e uma carga abundante de especiarias e cousas ricas. A côrte, o rei, em Lisboa, quizeram muito mais ás segundas, do que ao primeiro.{pg. 235}

Entretanto a este devia D. Manuel a consolidação do seu imperio oriental, incipiente ainda. Pacheco demonstrára aos naturaes e aos

arabes que os portuguezes não eram apenas piratas; e podiam fazer mais do que bombardear impunemente uma cidade desarmada, ou tomar náus de indefesos mercadores e romeiros. A façanha de Katchi fôra o baptismo de sangue do novo imperio; e o baluarte, de pé, atestava a força dos novos dominadores.

Mas já do principio, tambem, surgia a ultima das pragas da India: a inveja, a sizania, os odios, a maledicencia, com que, uns aos outros, os homens do ultramar se abocanhavam na côrte; e a ineptia do governo do rei, incapaz de pesar o valor das palavras, de medir o alcance das accusações, e de ser justo e sabio. A lisonja reinava, e sobre ella o favoritismo.

Cinco annos tinham decorrido depois da viagem de Cabral; havia já uma fortaleza em Katchi; estava batido o de Kalikodu; os navios portuguezes pirateavam em liberdade no mar da India; e numerosas náus de Meka iam sendo apresadas. Esboçava-se o futuro imperio, anarchicamente, mas já por fórma tão decisiva, que era mistér organisal-o, dar-lhe uma lei e uma direcção.

D. Francisco de Almeida foi o homem escolhido para governador da India, constituida em vice-reino. Das tres successivas phisionomias que o imperio portuguez no Oriente apresenta, é elle quem lhe imprime a primeira; dos tres vice-reis mais notaveis, é elle o primeiro tambem. Sem o heroismo antigo de Albuquerque, um Annibal;^[85] sem a{pg. 236} sympathica pureza ingenua de um Castro, imitador fiel dos typos de Plutarcho; Francisco de Almeida, valente como soldado, habil como almirante, é sobretudo um estadista.

Pondo de parte o merecimento absoluto d'essa politica commercial, fecundo systema de explorar uma região inteira, fielmente executado mais tarde e com tamanho exito pelos hollandezes, o facto é que, para conseguir o fim desejado de roubar aos arabes o imperio, e a venezianos e arabes o commercio do Oriente, a politica de Francisco de Almeida, sem grandeza, é lucida,

perspicaz e forte. O governo da India formou tres grandes homens: Castro, que se póde dizer um santo; Albuquerque, a quem melhor cabe o nome de heroe: Almeida, que é um sabio administrador, um feitor intelligente.

No seu caminho para a India, o primeiro viso-rei foi ajustar as contas antigas com o sultão de Mombas, e arrazou-lhe a cidade (1505, agosto 14.) Levava tambem ordens para construir fortalezas em Quilua, Kananor, Anjediva, além da de Katchi, que seria augmentada e reparada, depois dos danos soffridos no anno anterior. Não iam então as ambições do governo, no reino, mais além d'esse pedaço da costa oriental da Africa, com as estações fronteiras na costa do Malabar. Entretanto no pensamento do viso-rei, maduro pela observação local e pela prova de uma primeira guerra maritima com que o impenitente rajah de Kalikodu o recebera, formulava-se já todo o seu plano de dominio. Não duvidou expol-o a D. Manuel na carta que lhe escreveu, e que é um dos documentos mais importantes da historia portugueza no Oriente.

Toda a nossa força seja no mar, dizia; desistamos de nos apropriar da terra. As tradições antigas{pg. 237} de conquista, o imperio sobre reinos tão distantes, não convém.^[86] Destruamos estas gentes novas (os arabes, afghans, ethiopes, turkomanos) e assentemos as velhas e naturaes d'esta terra e costa: depois iremos mais longe. Com as nossas esquadras teremos seguro o mar e protegidos os indigenas, em cujo nome reinaremos de facto sobre a India; e se o que queremos são os productos d'ella, o nosso imperio maritimo assegurará o monopolio portuguez, contra o turco e o veneziano. Imponhamos pesados tributos, exageremos o preço das licenças (*cartazes*) para as náus dos mouros navegarem nos mares da India e isso as expulsará: as nossas armadas darão curso aos contrabandos. Não é mal decerto que tenhamos algumas fortalezas ao longo das costas, mas sómente para proteger as feitorias de um golpe de mão; porque a verdadeira segurança d'ellas estará na amisade dos rajahs indigenas, por nós collocados nos seus thronos, por nossas armadas apoiados e defendidos. Substituamo-nos, pura e simplesmente, ao turco; e abandonemos a idéa de conquistas,

para não padecermos das molestias de Alexandre. O que até agora se tem feito é uma anarchia e um esboço apenas; um systema de matanças, de piratarias e desordens, a que é mistér pôr cobro.—A primeira condição de um imperio seguro é um pensamento definido, e tal era o do viso-rei.

As difficuldades appareciam-lhe tanto mais fortes, quanto «as guerras passadas eram com bestas, agora as temos com venezianos e turcos do Soldão». Com effeito, a antiga impunidade, de que os nossos gosavam á sombra da artilheria, desaparecia, desde que o veneziano e o do Egypto,{pg. 238} vendo em perigo o seu poder no Oriente, tinham lançado ao mar Vermelho uma esquadra poderosa, e tão bem artilhada como as nossas. A guerra tomava um character novo; e os portuguezes já não se encontravam apenas a braços com as armas brancas do indigena. Apparecera a polvora do lado dos inimigos; e a esta grave e nova phase das cousas veio juntar-se, no animo do viso-rei, o resultado cruel da temeridade do filho, que em Tchala (Chaul) morrera batido pela esquadra egypcia: a armada de *Mirocem*, *capitão-mór do Soldão do Gram Cairo* e de *Babylonia*—como se dizia no tempo.

Confirmando a doutrina com o exemplo, esporeado pelo desejo de vingar a morte do filho,{87} e pela necessidade de destruir essa armada que{pg. 239} ameaçava matar á nascença o dominio portuguez na India.

... vem o pae com animo estupendo,
Trazendo furia e magoa por antolhos.

Descendo pelo Mar Vermelho, a esquadra egypcia viera deitar ferro em Diu, na costa do Gujerât (Guzarate), impondo ao indio a obrigação de ser defendido. Entre *mouros* e portuguezes, que uns a outros disputavam a presa do commercio do Oriente, os rajahs, perseguidos pela protecção de ambos, não sabiam as mais das vezes por quem se decidir, incertos do lado para onde a victoria final penderia. Os vencedores foram sempre os fieis alliados de todos os fracos. Tal era a situação do indio de Diu. Não teve remedio senão acompanhar os rumes, e aprisionar os portuguezes da esquadra

batida de Lourenço d'Almeida, guardando-os como penhor, e base de argumentos e desculpas para com o viso-rei—caso este vencesse com a nova armada em que vinha.

Effectivamente D. Francisco d'Almeida subia ao longo da costa, deixando apoz si o rasto de cinzas e sangue, que por toda a parte annunciava a passagem dos portuguezes. As faulhas do incendio de Deval (Dabul) e os lamentos da população dispersa{pg. 240} chegavam até á ria onde fundeavam as esquadras do egypcio e do de Diu, já engrossadas com as trezentas fustas que o de Kalikodu enviára também, para vêr se conseguia exterminar por uma vez os incommodos visitantes.

O egypcio, apesar de victorioso, temia o viso-rei; e fundeada a esquadra, dispozera que picassem as amarras os navios assim que fossem abalroados, dando á costa, e arrastando comsigo os portuguezes, sobre os quaes as lanchas e fustas dos indios cairiam então desapiedadamente. Mas o viso-rei, percebendo o ardil, mandou preparar as ancoras á pôpa, e os navios inimigos foram sosinhos varar na praia. Era 3 de fevereiro (1509) festa de S. Braz, pelo meio dia. A viração do mar soprava fresca pela pôpa dos navios portuguezes, quando a *capitaina* desfraldou o guião azul á prôa e, toda empavezada, no meio dos gritos de «Senhor Deus; misericordia! Santiago!» ao som das charangas de trombetas, soltou a primeira banda de artilheria. Um clamor immenso de vozes, de trompas, de tiros lhe respondeu, e a batalha generalisou-se com artilheria e arma branca, á abordagem. A confusão de gentes que alli combatiam era inextricavel; e os pavilhões da Cruz e do Crescente, erguidos nos mastros dos navios, abrigavam os sentimentos mais extravagantes, as crenças mais disparatadas. É que não se combatia, nem pela fé, nem pela patria: disputava-se com furor o saque da India; e a cubiça torna irmãos os homens de todas as fés, os filhos de todas as raças. Havia allemães e francezes por bombardeiros a bordo das náus portuguezas; havia indios, brahmanes e até *mouros*. Havia, do lado opposto, na confusão dos navios, desde o nubio até ao arabe, desde o ethiope até ao afghan; havia musulmanos de toda a casta, persas,{pg. 241}

e *rumes* do Egypto—mercenarios de todas as partes, a que se dava este nome generico; havia ao lado da multidão dos infieis, o veneziano, renegado ou catholico, mas sobretudo mercador, que por ordem da sua republica vinha como artilheiro defender, no mar da India, os interesses solidarios dos seus socios no commercio oriental. Em volta da população confusa da esquadra dos *rumes*, apinhava-se em seus juncos a massa obscura dos indios, de Diu no Gujerât, de Kalikodu no Kanará.

Os navios portuguezes eram poucos, mas solidos, e ainda bem construidos e artilhados; as suas guarnições não excediam mil homens. Eram náus principalmente; mas tambem galés, *bastardas* e *subtis*, e *fustas*—os *avisos* d'essas antigas esquadras. As náus vomitavam fogo das amuradas. Nos castellos de pôpa e prôa fusilava a artilharia menor, baptisada com os nomes da monteria feudal, *aguias*, *sacres* e *falcões*, *leões* e *serpes*, *pedreiras* que arrojavam balas de granito, *berços*, *camellos*, *colubrinas* e *esperas*. Nos bailéos, de pôpa á prôa, os mosqueteiros despediam continuas surriadas de balas; e as xaretas de corda, presas nas amuradas, defendiam as náus das abordagens dos juncos e galeotas dos indios. A bordo das galés, o capitão sobre o chapiteu—Jesus! S. Thomé! Ave-Maria!—excitava os soldados que, de espada e rodella, se juntavam á prôa para a abordagem dos navios inimigos, ou da pôpa, a tiros, caçavam mouros. As enxarcias appareciam crivadas de settas. Da prôa tambem, o castello das galés vomitava fogo; e o ligeiro navio, caíndo perpendicularmente sobre o contrario, rasgava-lhe o ventre com o esporão, despedaçava-lhe os remos, crivava-o de balas. Sentados os forçados, nús e negros, acorrentados aos bancos, remavam agil e poderosamente; obedecendo{pg. 242} aos gritos do comitre que, de espada em punho, corria na coxia, entre as platéas dos bancos, distribuindo cutiladas. Sob a coberta, junto ao paiol defendido por colchas e cobertores escorrendo agua, o capitão-do-fogo distribuia a polvora, tirando-a ás gamellas dos caldeirões. E os bombardeiros, com os murrões e bota-fogos a bom resguardo, obedeciam á ordem de atirar. Os bailéus, d'onde a taifa dos soldados se lançava ás abordagens, defendiam com a mosqueteria os remeiros; e as velas estavam carregadas nos

mastros, por causa dos incendios. O fogo punha um elemento novo n'este antigo modo de batalhar no mar.^[88] No meio do enxame das galés e caravelas,^[89] correndo á caça dos paráos fugitivos, os navios de vela, de typos novos, náus e galeões, urcas e carracas, eram como fortalezas fluctuantes, vomitando lume, estrondos, fumo, naufragios e morte.

Tingiram-se mais uma vez de vermelho as aguas do mar das Indias; morreram innumeros; boiavam feridos, pedindo misericordia e recebendo tiros: e{pg. 243} por fim, depois de todos os episodios e scenas proprias d'estas tragedias, a victoria foi pelo vice-rei que destruiu rumes e indios. Esta batalha naval tinha uma importancia superior ainda á das victorias de Duarte Pacheco em Katchi: porque os indios, meditando e observando, reconheciam que a phalange portugueza não era só invencivel para elles: era-o tambem para os rumes do Egypto, e para a artilharia de Veneza...

O de Diu, que estivera sempre indeciso, ao vêr o resultado da batalha, veio pressuroso, desculpar-se, entregar logo os prisioneiros da empreza anterior. Guardára-os para os salvar das garras ferozes dos rumes, a quem desejava todo o mal, sem lhes ter podido resistir. Mandava-os carregados de presentes e parabens, por tão grande victoria, que o libertava da odiosa tyrannia dos rumes.

No chapiteu da sua náu, o almirante e vice-rei contemplava a scena de carnagem, agora muda, e os destroços que boiavam com os cadaveres no mar tinto em sangue; e estava glorioso e contente no meio dos seus, que contavam com verbosidade os episodios, o que tinham feito, como se tinham saído, cada qual de seu lance... quando chegaram á borda, n'uma almadia, os prisioneiros forros, gritando alegres, a pedir que os recebessem. O vice-rei lembrou-se então que lhe faltava o filho, e «se foi assentar na tolda com um lenço na mão, que não podia estancar as lagrimas que lhe corriam!» Acudiram todos a consolal-o; e elle, tomando-lhe os animos, ergueu-se, e disse-lhes enxugando os olhos, e tratando-os por filhos, que isso já passára e traspassára a sua alma, que se alegrassem todos

agora com a boa vingança que Nosso Senhor por sua misericórdia lhes dava!

E regressando, conformado com a sua sorte, ao{pg. 244} passar em frente de Kananor, salvou á terra para celebrar a victoria; mas, para acabar de vingar a morte do filho, mandou amarrar prisioneiros ás boccas das bombardas, e as cabeças e membros despedaçados dos infelizes iam cair na cidade como pelouros... A morte do filho transtornára o seu lucido espirito, mudando as suas opiniões antigas de estadista n'um furor carniceiro, attestado pela devastação da costa do Gujerât. Cedêra também ás intrigas e maledicencias dos capitães que tinham vindo de Hormuz, fugindo ao mando terrivel de Albuquerque, atemorizados pela loucura das suas empresas tytanicas. Bulhavam, o governador que acabava o praso do governo, e Albuquerque já nomeado de Lisboa para lhe succeder; e á côrte haviam chegado noticias perfidas de excessos commettidos pelo sabio vice-rei. Em paga dos seus trabalhos esperava-o a masmorra de Duarte Pacheco; porém, na viagem para o reino, deu á costa da Cafraria, o foi morto pelos negros ás pedradas e zagunchadas.

O seu plano de governo, por ser sabio, era chimerico, pois que a India era uma loucura. Só homens de genio, como Albuquerque, poderiam tornar grande uma empresa condemnada; só, como Castro, um santo podia resalvar o brio portuguez da nodoa de uma ignominia formal.

Para que o nosso dominio fosse maritimo e mercantil apenas, era necessario que essas tradições estivessem na alma portugueza, como tinham estado, n'outras edades, na alma de Carthago, e como agora estavam na de Veneza. Em Portugal, o espirito patrio fôra formado pela religião e pela cavallaria; e exigir dos soldados d'Africa que não{pg. 245} desembarcassem dos navios, convencel-os de que o verdadeiro modo de conquistar fosse prescindir do governo, era querer uma cousa impossivel. Alargar, ao contrario, os dominios portuguezes, avassallar territorios, fazer conquistas, e crear um

imperio á antiga, como o de Alexandre e o dos romanos, era o pensamento commum—naturalmente deduzido dos antecedentes militares da nação, e agora fomentado de um modo especial pela cultura classica, enlevo de todos os bons espiritos da Europa. A idéa de que Portugal era uma Roma preocupava os reis e os escriptores, que se fatigavam a procurar origens e a indicar analogias, de certo verdadeiras. Albuquerque fez vivo em si um tal pensamento, e viu-se o Scipião d'essa Roma^[90], ou antes o Alexandre da nova Grecia.

Além dos motivos intimos que tornavam inacceitavel a politica commercial e maritima do primeiro vice-rei da India, havia motivos mais praticos. Uma das suas justas exigencias era a da prohibição do commercio aos soldados, magistrados e capitães do Oriente. Com effeito, o dominio, tal como elle o concebia, não era um saque: era uma protecção armada a um commercio, franco por um lado, monopolio do Estado, ou apanagio da corôa, pelo outro. Os capitães e governadores seriam simultaneamente agentes commerciaes de S. A., excelso mercador da Pimenta. Isto exigia uma fleugma de que só os hollandezes foram capazes, e ainda assim á custa de salarios que supprimem as tentações.

Desde que o rei era o primeiro negociante, porque não seria o vice-rei o segundo, os capitães das fortalezas e das armadas os terceiros, os soldados{pg. 246} os derradeiros? Só isto era, evidentemente, logico; e, apesar de todas as confusões, quem bem observa, descobre sempre que a historia obedece á logica. Ninguem distinguia bem, na era de 500, entre a pessoa individual do rei e a pessoa abstracta ou symbolica do monarcha. Não se separavam Rei e Estado; e só com esta perspicacia moderna poderia convencer-se o rude soldado da India de que o commercio, bom para o rei, era mau para elle; de que uma virtude podia ser um vicio, por mudarem as condições. Além d'isto, os portuguezes lançavam-se, famintos, ao banquete do Oriente, como seculos antes os povos do norte, ao banquete da Gallia, da India, da Hespanha^[91]. Ninguem seria capaz de lhes arrancar dos dentes essas carnes palpitantes,

que devoravam com ancia; e eram inevitaveis as consequencias funestas, que D. Francisco d'Almeida previa sabiamente.

Fleugmatico e pontual no cumprimento dos seus deveres duplos de capitão e caixeiro, o vice-rei, ao mesmo tempo que expunha para Lisboa os seus planos de governo, mandava os seus relatorios commerciaes, como um correspondente ao seu patrão de Genova ou de Veneza. O vice-rei estudára como geographo o Oriente; e para fundamentar o seu plano de imperio maritimo dizia, com Barros, que a India «tem entradas e saídas de que seu commercio vive, e que são como o corpo animado, que, se lhe tiram a entrada e saída das cousas que o sustentam, não tem mais vida.» O principal estado consiste na navegação, escrevia o vice-rei; só com ella se governará no mar Vermelho e no golpho persico, essas duas correntes da{pg. 247} exportação da India; só com ella na peninsula de Malaka, que é a transição da India para o extremo Oriente; só com ella manteremos o privilegio da passagem do cabo da Boa-Esperança, caminho que descobrimos para a Europa. Albuquerque em Hormuz, em Goa, em Malaka, assentou na terra firme os limites do imperio que para o seu antecessor devia vogar fluctuante sobre as ondas.

Estadista e geographo, D. Francisco d'Almeida era ao mesmo tempo um mercador cuidadoso e até habil. Dava ao rei minuciosas informações dos generos, preços e pezos. «E o lacre que V. A. diz lhe mande, será maravilha haver-se, porque estas náus (portadoras de cartas) partem cedo, e as náus que o trazem do Pegú e Martamão (Martaban) veem tarde. Espero por uma boa somma d'elle, porque o tenho mandado trazer... E assi V. A. me manda que a pimenta vá limpa e secca, e que o pezo se faça com nossas balanças e pezos... e dá-se tal aviamento que, com duas balanças, té vespora pesaram mil quintaes. Se os navios não chegassem tão avariados, em vinte dias carregariam e partiriam. O baar de Cochim (Katchi) tem tres quintaes e trinta arrateis de pezo velho, e custa o quintal mil e quinhentos réis e meio.—Mandei noticiar com pregões que todos trouxessem pimenta, e que logo se lhes pagaria á vista: é o meio de bater os mouros, que são regatões e compram fiado.

Acodem os gentios com pimenta, e levam o cobre muito alegres.— Quanto á pimenta e drogas que vão ao Levante, são de Malaca, Sumatra e Diu, onde nasce muita pimenta longa e redonda, e muito bem sei por onde passa e em que tempo: falta-me o principal.—O aljofar e perolas que me manda que lhe envie não os posso haver, que os ha em Ceylão e Carle (?); os sinabafos,{pg. 248} porcellanas e mais cousas de jaez são de mais longe. As escravas que quer, tomam-se depressa: que as gentias d'esta terra são pretas e mancebas do mundo, como chegam a dez annos.—Tem cobre aqui para cinco annos, vermelhão sem numero, chumbo e azougue, pannos de lan a apodrecer, escarlatas, espelhos, olhos, chapéus, e sellas ginetas, que é mui certa mercadoria para cá.» E continúa assim, misturando toda a especie de mercadoria, desde as escravas mancebas do mundo, até ás perolas e aljofar.—Porque não manda S. A. papel? Seria um excellente negocio.»

Eis ahi o motivo intimo, o principio fundamental, o cuidado superior do rei e dos seus governadores na India.^[92] D. Manuel perdoava tudo, os crimes e os roubos, as carnificinas e as brutalidades, os incendios e as piratarías, com tanto que lhe mandassem o que elle sobretudo ambicionava: curiosidades, primores e riquezas para encher os seus paços de Lisboa, e deslumbrar o papa em Roma com a sua magnifica embaixada. «Manda pimenta e deita-te a dormir», dizia mais tarde, da côrte para a India, Tristão da Cunha, ao filho Nuno, governador. O saque do Oriente—este é o nome que melhor convém ao nosso dominio—ia ordenado de Lisboa.{pg. 249}

^[82] V. *Quadro das instit. primit.*, pp. 264-7.

^[83] «Então mandou aos bateis que fossem roubar os pageres (barcos) que eram dezeseis e as duas náos, em que todos acharam arroz e muitas jarras de manteiga e muitos fardos de roupa. Então tudo isto recolheram aos navios e a gente toda das náos grandes, e mandou que recolhessem o arroz que quizessem, que tomaram quatro pageres, que vasaram, que não quizeram mais. Então o Capitão-mór mandou a toda a gente cortar as mãos e orelhas e narizes e tudo isto metter em um pager, em o qual mandou metter o frade tambem sem orelhas, nem

narizes, nem mãos, que lhas mandou atar ao pescoço com uma ola (folha, carta) para el-rey em que lhe dizia que mandasse fazer caril para comer do que lhe levava o seu *frade*.

E a todos os negros, assim justificados, mandou atar os pés, porque não tinham mãos para se desatarem, e porque se não desatassem com os dentes com páos lhes mandou dar n'elles que nas bocas lh'os metteram por dentro, e foram assim carregados uns sobre os outros embrulhados no sangue que d'elles corria e mandou sobre elles deitar esteiras e ola secca e lhe mandou dar as vélas para terra com o fogo posto, que eram mais de 800 mouros, e o pager do *frade* com todas as mãos e orelhas também á véla para terra sem fogo, com que foram logo ter a terra, onde acudiu muita gente a apagar o fogo e tirar os que acharam vivos com que fizeram seus grandes prantos.» Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 302.

[84] «... em que no mar tomaram náos de Cambaya e Calecut que iam para Meka, a que roubaram o melhor que acharam de que se carregaram os navios e caravellas quanto poderam e mormente roupas de muito preço e muitos mantimentos e mouros para dar ás bombas, e não se occuparam em carregar os navios de pimenta e drogas que levavam as náos de Calecut que a todas, umas e outras, poseram fogo e queimaram com toda a gente sem a nenhum darem vida, mas Vicente Sodré mandou que os Mouros que tinham tomado para a bomba todos os tornaram com os outros e todos forão mortos.» Gaspar Correia, *Lendas*, I, pp. 365-6.

[85] V. *Hist. da republica romana*, I, pp. 215-80.

[86] V. *Hist. da republica romana*, I, pp. 211 e segg.

[87] «O Viso rey estava assentado em uma janella que vinha sobre a praya com o Capitão e com outros fidalgos, e vendo o geito da caravella e o capitão d'ella d'arte que desembarcava, se tirou da janella e se assentou dentro em uma cadeira e poz o braço na cadeira e sobre a mão encostou a face direita e disse:

—Esta caravella me traz a nova que eu tenho no coração; pois que as náos de Cochim vieram sem meu filho, é que elle é morto.

Ao que o Camacho entrou com grande tristeza no rosto, o qual antes que fallasse, o Viso rey lhe fallou dizendo:

—Camacho, ainda que meu filho seja morto, porque não salvaste esta fortaleza: pois não é do pae do morto? Que meu filho não era mais que um só homem... Nem me fica outro.

O Camacho não lhe respondeu, mas poz os joelhos no chão e com muitas lagrimas disse:

—Senhor, Nossa Senhora perdeu a seu bento filho posto na Cruz entre dois ladrões, e vós perdestes o vosso filho pelejando com os turcos do Soldão.

O Viso rey com o rosto muy seguro lhe disse:

—Ora vos ide a descançar e mandae á caravella que faça sua costumada salva e eu mandarei na Igreja fazer signal pelo defunto e acodirá gente e lhe dirão paternosters pela alma, porque quem o frangão comeu hade comer o galo ou pagal-o.

Com o que se recolheu para uma ante-camara, onde assentado, o Capitão e fidalgos moveram pratica de sustancias consolatorias para abrandar tamanha dor como sentiam que o pae devia ter com a morte de tal filho. Ao que o Viso rey lhes foi á mão, dizendo:

—Eu não me posso escusar da dor que a carne me dá, como pae, de força da natureza, mas espero em Nosso Senhor que me ajudará por sua misericordia, e com a ajuda de meus amigos ma dará alegria n'esta dor que ora tenho, em que acabando a vida será para mim o mór descanço. Vão-se Vossas Mercês embora, que as palavras de conforto são das mulheres para suas amigas, quando pranteiam seus filhos mortos em acontecimentos como ora foi d'este meu.

E lhes fazendo sua cortesia se recolheu á sua camara.» Gaspar Correia, *Lendas*, I, 775.

[88] V. quadros das batalhas navaes dos antigos, *Hist. da republ. romana*, I, pp. 193-8.

[89] «Não têm cestos de gavea (as caravelas) nem as vergas fazem angulos rectos com os mastros, mas pendem obliquas d'uma alça que é triangular, roça quasi pelas amuradas. As vergas que se amuram aos costados do navio são pela parte de baixo grossas como mastareus, e adelgaçam até ao cimo da vela. De vasos d'esta feição se servem na guerra maritima os portuguezes, pelo muito ligeiros que elles são, sendo-lhes mui maneiro apontar á prôa ou á pôpa o conto d'estas

vergas, e ainda a meio costado do navio passalas da direita para a esquerda segundo lhes faz feição, ferrar o panno ou disferillo das vergas, a que o atam pelo cepo da antena, com quem as velas abrem a base do angulo: e qual lhes sopra o vento, tal lhe apresentam o bojo da vela não tardios. Todo o vento lhe fas geito, de modo que com vento de ilharga bolinam em direitura, como se foram arrazadas em pôpa, e para ir o mesmo navio em senso contrario não tem mais que mudar o velame, o que muy prestes se prefaz.» Osorio, *Vida e feitos d'el-rey D. Manuel* (tr. F. M. do Nascimento) I, p. 193.

[90] V. *Hist. da republ. romana*, I, pp. 292 e segg.

[91] V. *As raças humanas*, I, pag. 358 e segg. e *Hist. da civilização iberica* (3.^a ed.), pag. 34 e segg.

[92] V. *Regime das riquezas*, p. 90 e segg.

II

Affonso de Albuquerque

«As cousas da India fazem grandes fumos!» costumava dizer o novo governador. Mas que *fumos* eram esses? Eram a vaidade e os erros de tantos pigmeus que o gigante via formigar activamente, encelleirar, e, depois de gordos e ricos, pavonearem-se na côrte, allegando serviços, com a basofia de quem tudo sabia das cousas do Oriente. Fumos, com effeito, eram todos esses para o governador, que aprendera nas suas primeiras viagens, e agora levava já bem definido o seu plano. Levava sem o saber os seus *fumos* tambem: porque em fumo se havia de tornar o imperio ephemero que construia na mente...

Quando em 1506 partira de Lisboa, o rei tinha-o mandado como subalterno, na armada de Tristão da Cunha; mas o genio do guerreiro não se reprimia com isso, nem estava decidido a esperar que o tempo lhe desse o mando absoluto, para pôr em pratica o seu plano gigantesco. Elle sabia demais que, no cháos da India, cada

qual trabalhava por sua conta e risco; e que, n'esse vasto campo de batalha, as manobras não obedeciam ao mando de um general; iam ao acaso, segundo a audacia e o{pg. 250} genio dos capitães. De Lisboa a Zamgebar uma armada era um exercito; no mar da India o exercito fraccionava-se em batalhões independentes, e cada capitão era senhor de proseguir, conforme o seu plano, na vasta empresa de saquear o Oriente. O plano de Albuquerque não era o de um saque, era o de um imperio.

A esquadra de Tristão da Cunha foi de caminho, como introdução, arrasando, queimando e saqueando Juba (Oja) e Barava (Brava),^[93] na costa, acima de Zamgebar, dirigindo-se a Sokotra—essa ilha que, junto á ponta extrema da Africa, pelo norte, o cabo de Jar-Hafun (Guardafui), era a vedeta sobre a entrada do mar Vermelho, e a estação onde os navios de corso ás náus de Meka se deviam abastecer e refrescar. Os arabes defenderam a sua ilha em vão; e Cunha matou-os todos, sem ficar um só, e construiu a fortaleza, deixando-a guarnecida. Feito isto, dirigiu-se á India, destacando Albuquerque (impaciente quasi até á rebeldia, durante a delonga da construcção do forte) com seis navios e quinhentos homens, para a caça das náus, no Estreito.

Afinal, o capitão commandava! Afinal dispunha de uma phalange sua! e resolveu não perder um só dia. Logo que as velas de Tristão da Cunha desapareceram, na sua viagem para a India, Albuquerque largou de Sokotra para a costa da Arabia, ao longo da qual foi subindo vagarosamente,{pg. 251} assolando tudo. Formára o plano de começar por Hormuz as suas conquistas, marcando primeiro o limite por norte e occidente, para mais tarde ir ao oriente, pôr em Malaka o extremo do seu imperio. Hormuz, Sofala e Malaka são tres quinas de um triangulo, cuja base mede 70 graus em longitude, cuja altura, até ao vertice de Hormuz, conta 50 em latitude.

Foi a 10 de agosto do anno de 507 que Affonso de Albuquerque largou de Sokotra, em direcção do golpho Persico. A sua esquadilha compunha-se de seis navios apenas, e não contava

mais de quinhentos homens; mas a poderosa unidade que o mando do atrevido capitão imprimia, a confiança que todos tinham no seu genio e na sua sabedoria, e tambem nos mosquetes e artilharia das náus, tornavam poderosa como um ariête esta pequena divisão. Para nos servirmos da expressão de Francisco d'Almeida, tratava-se apenas de combater *com bestas*; e não havia ainda que temer em Hormuz a artilharia dos rumes, nem os bombardeiros venezianos. A novidade de um engenho de guerra e a audacia de um guerreiro á antiga, iam levar a cabo uma empreza, de facto espantosa, como as de Alexandre ou de Cyro.

Seguindo os exemplos d'esses famosos, cuja sombra Albuquerque tinha na mente, punha em pratica os antigos meios orientaes. Avançava no meio de um côro de afflições e mortes, precedido por uma columna de incendios, para que, ao chegar, a vanguarda do terror precipitasse os animos na abjecção. Assim ia ao longo da costa da Arabia assolando e devastando todos os logares vassallos do suzerano de Hormuz. Primeiro arrazou Kalhât (Calayate) «que é feito de casas de pedra, terradas e muitas cobertas de palha, casas espalhadas{pg. 252} e mal armadas e fóra do lugar á mão direita um palmar de palmeiras de tamaras, onde estavam uns poços de agua de que bebiam. O lugar assenta ao longo d'agua, e por detrás ha grandes serranias de pedra viva, e no mar alguns zambucos e náus que vem aqui carregar cavallos e tamaras e peixe salgado.» (G. C., *Lendas*).

Em Karayât (Curiate), que lhe resistiu, cortou as orelhas e o nariz a todos os prisioneiros, soltando-os para irem, lavados em sangue e mutilados, annunciar por toda a parte a fama do seu poder. Em Khor-Fakhan (Orfacate) reduziu tudo a cinzas; e como em Karayât, mutilou todos os prisioneiros. Entre elles, porém, estava um velho letrado persa, de longas barbas brancas, que vivia de admirar Alexandre, cujo livro possuia. O velho applaudia o portuguez, commentando o livro com as façanhas do novo heroe; e applaudia-se a si por ter ainda em vida assistido á resurreição do filho de Olympias. Acclamava o portuguez, ou o grego, confundindo a

realidade com a historia; e de joelhos, adorando-o, deu o seu livro a Albuquerque. O novo Alexandre perdoou-lhe.

Em Makât (Mascate), já na entrada do golpho, e quasi fronteiro a Hormuz, tinham vindo acudir a curar-se, chorando, os fugitivos de Karayât e Khor-Fakhan, atroando os ares com a fama do poder terrivel d'esse heroe que se approximava. Tremiam todos de susto; mas quando a esquadilha appareceu diante da poderosa cidade, ainda houve quem pensasse em resistir, por vêr que os navios eram tão poucos. Ignoravam, porém, que cada um d'elles, com os seus canhões escondidos por detraz das amuradas, era um vulcão prompto a rebentar em lava, um inimigo perfido cuja força latente não podia medir-se. Maskât foi bombardeada.{pg. 253} A mesquita onde os infelizes se tinham refugiado caíu a machado, e os captivos, mutilados, foram fugindo, chorando, reunir-se á gente da cidade escondida nas serras. Havia cadaveres em todas as ruas e o fogo posto começava a crepitar lavrando nos armazens cheios de azeite e de melação. As labaredas subiam, zumbia ao longe o clamor dos desgraçados, e á maneira que o terribil heroe se alongava na praia com os seus para regressar aos navios, os *mouros* vinham anciosos e cheios de medo vêr se podiam ainda salvar algumas migalhas da sua cidade, pasto das chammas vivas. Era em vão. Como uma tromba devastadora, Albuquerque proseguiu deixando um rasto de sangue e cinzas. Hormuz estava proximo, e cumpria que a onda do terror, que fôra crescendo, estoirasse agora de um modo pavoroso.

Hormuz era então a joia mais preciosa da corôa da Persia. Chamavam-lhe *a pedra do annel* das Indias. Era a Londres oriental, onde todos os productos do Oriente vinham desembarcar; d'onde saíam nas longas caravanas que se dirigiam a Bagdad e ao Cairo, para a Tartaria e o Turquestan, por toda a Asia do norte. Os armadores levavam por mar a Hormuz a pimenta, o cravo das Molucas, o gengibre, o cardamomo, os paus de sandalo e brazil, os tamarinhos, o açafão, a cera, o ferro, as cargas do arroz de Dekkan, os côcos, as pedrarias, as porcellanas, o benjoim, os pannos de Kambai, de Chala, de Deval, e os cinabastos de Bengala.

Ahi vinham, de Aden, no estreito de Bab-el-Mandeb, o cobre, o azougue, os brocados, os chamalotes, e tudo quanto Veneza mandava da Europa, pelo caminho de Alexandria, a Suês, via do mar Vermelho. Toda a Persia se abastecia em Hormuz dos generos de fóra; por Hormuz toda ella mandava{pg. 254} importar os productos indigenas. Os navios carregavam ahi a seda e o almiscar, rhuibarbo de Babylonia, e as récuas de cavallos da Arabia, tão queridos no Dekkan, em Kambai e nos Estados da contra-costa de Cholomandalam (Coromandel) até Bengala, na foz do Ganges. Contra o arroz e os pannos que levavam, os commerciantes traziam de Hormuz as tamaras, o sal das suas collinas coloridas, as passas, o enxofre e o aljofar grosso, muito procurado em Narsinga.

A cidade era em si pequena, mas um brinco. Era uma terra de luxo e prazer, uma côrte de mercadores. As casas, recheiadas de cousas preciosas, eram thesoiros ou museus, com paredes forradas de marmores, columnatas, eirados, pateos ajardinados e fontes preciosas. A vida custava ahi carissimo, porque o luxo absorvia todos os recursos naturaes. A terra, uma salina, era esteril de si: tudo vinha da Persia, da Arabia, da India: mas os mercadores tinham defronte, além, na costa firme, as quintas e hortas, onde iam com frequencia. Ahi o platano magestoso do Oriente, o álamo esguio e esbelto, o negro cypreste meditativo, destacavam-se no meio das hortas viçosas, das quintas e jardins de rosas, povoados de rouxinoes, abrigando nas encostas á sua sombra as vinhas ferteis. Os pomares regados estavam coalhados de laranjeiras, de fructos de ouro e flôres de neve perfumada; de macieiras, pecegos, albaquorques; de figueiras de fórmias extravagantes e amplas folhas; de granadas, com os fructos rebentados a sorrir nos seus grãos côr de rubi. No chão serpeavam as redes de hastes dos meloaes, louros e perfumados; e das latadas e parreiras caíam com peso os cachos de uvas preciosas de todas as côres. Por entre os bastos pomares e do seio dos jardins de{pg. 255} rosas, levantava-se orgulhosa e nobre a palmeira, com o seu turbante de folhas agudas, carregada de tamaras.

Nas ruas da formosa cidade, em frente dos bazares, sob os toldos que a defendiam da luz e do calor do sol, formigava uma população de varias raças, de côres diversas, occupada em comprar, em vender; mais occupada ainda em gozar a vida no seio de uma devassidão torpe. O calor e os perfumes inebriavam os sentidos, e acordavam todos os instinctos sensuaes. Vinham ali vender neve, de trinta leguas do interior da Persia. Amar era o primeiro de todos os commercios de Hormuz; e o persa, alto, elegante e formoso, entregava-se a todos os desvairamentos da pederastia. Por isso as mulheres valiam pouco, eram até aborrecidas em Hormuz. Os pobres escravos, moços e mutilados, enchiam os harens dos ricos, e os bordeis para o commum dos mercadores. Era uma devassidão abjecta, e um luxo desenfreado.

Os personagens, nos seus passeios, iam sempre seguidos por pagens, com toalhas e jarras de prata e bacias com água. Havia músicas e festas por toda a parte e as bandas e orquestras andavam constantemente nas ruas onde os mercadores expunham à venda o aljofar em colchas purpurinas. Os trajes eram dos mais preciosos estofos, e sobre as camisas brancas de algodão finíssimo vestiam-se tunicas de chamalote ou gran, cingidas por almejares com grandes adagas ornadas de ouro e prata e pedras preciosas. Os broqueis eram redondos, forrados de seda; os arcos acharoados, ou de corno de búfalo com cordas de seda. Usavam, além do arco e da flecha, do escudo e da adaga, machadinhas e maças de ferro, todas preciosamente lavradas e tauriadas de ouro e prata. Os mouros diziam que o mundo era um{pg. 256} anel e a pedra Hormuz. Só a alfandega rendia meio milhão de xerafins.^[94]

As notícias de Maskât, os mutilados de Karayat e Khor-Fakhan encheram de terror essa população embriagada na orgia de uma vida de delícias. No porto havia, com efeito, uma poderosa armada que escondia as águas: eram centenas de náus e galeões, uma infinidade de terradas. Tinham-se arrestado os navios dos mercadores e do seio da frota estava a náu de Cambaya, a *Meri*, de mil toneis, com gente basta e numerosa artilharia. Havia o melhor de duzentos galeões de remo com arrombadas de sacas de algodão tão altas que escondiam os remeiros. O persa que vestia os laudeis, em vez de corpos de aço, couraçava também de algodão os navios. As terradas alastravam o mar, carregadas de gente armada, com estandartes garridos «que era cousa fermosa para ver». Na terra, ao longo da praia, havia de quinze a vinte mil homens formados com as suas músicas de trombetas e anafis. «As gaitas do mar e terra eram tantas que parecia que se fundia o mundo!» Mas os fugitivos abanavam a cabeça desesperados, contando como os seis, seis navios apenas portugueses! traziam no ventre uns monstros de fogo destruidores! E o soldão persa, afflicto, não sabia de que modo receber a visita de Albuquerque e dos seus navios, que já estavam, terríveis mas quietos como um vulcão em paz, fundeados no meio do porto, entre os galeões de Hormuz. Albuquerque exigia-lhe que abandonasse o persa, e se declarasse vassallo do portuguez; e o

infeliz estava decidido a abandonar tudo, para{pg. 257} que deixassem em paz—quando o capitão, enfadado com as delongas e subtilezas, rompeu inopinadamente o fogo. Começou a varejar em torno o estendal de barcos, reduzindo-os a uma massa de destroços, de naufragios e cadaveres que era horroroso de vêr. Estava como um lobo no meio de um rebanho de ovelhas. Não era uma batalha, era uma carnagem. Os fugidos nadavam n'um mar rubro de sangue, perseguidos pelas almadias em que os soldados matavam n'elles ás lançadas e cutiladas. Da amurada das náus os grumetes e pagens rasgavam-lhes o ventre com os croques, pondo pastas de visceras fluctuantes no mar de sangue. Houve grumete que matou assim oitenta *mouros*. E enquanto a armada de Hormuz e as tropas do sultão eram chacinadas, desmanchava-se o lançol de barcos como uma teia cujas malhas se soltam. Havia correrias sobre as ondas, e de espaço a espaço o mar sorvia uma atalaia com a gente e as armas. Outras, já ardendo, iam fugindo em chammass, como trombas de fogo correndo, vogando á mercê do vento «que era um grande espectáculo para vêr». Ainda oito dias depois do sanguinario caso havia cadaveres boiando no mar, e os portuguezes em lanchas occupavam-se n'essa particular especie de pesca. A colheita era abundante, os cadaveres aos centos, os trajos ricos, e muitos os anneis e alfinetes, as adagas e punhaes tauxiados de ouro e prata com joias engastadas. Denudados, vinham a bordo as familias reconhecer os cadaveres e leval-os piedosamente, em lagrimas, aos seus sepulcros. A façanha fôra tão grande, que parecia milagre: pois não se viam nos corpos mortos as chagas das frechas, não havendo similhante arma entre os nossos? Milagre! diziam os soldados e os capitães, perante esse caso tristemente revelador{pg. 258} da confusão do combate com o novo Alexandre da India.

O pobre sultão de Hormuz, afflicto, immediatamente accedeu a tudo: consentiu que Albuquerque levantasse uma fortaleza e pagou-lhe vinte mil xerafins de tributo. E d'este concerto se fizeram duas cartas, uma em folha de ouro, a modo de livro, escripta em arabico com letras abertas a buril e suas brochas de ouro com tres sellos de ouro dependurados por cadeias; a outra em parsi, que era a

linguagem commum da terra, e em papel com letras de ouro. E ambas estas cartas mandou Affonso d'Albuquerque a el-rei D. Manuel.

Hormuz escapara, rendendo-se, aos horrores de um saque: mas isto mesmo desesperava os capitães e soldados da esquadilha, que murmuravam, cubiçosos de tamanha riqueza desenrolada diante de seus olhos. Não compreendia para que se haviam de demorar alli, a construir uma fortaleza; quando, a não saquearem a cidade, mais valia partirem para o rendoso curso das náos de Meka, na bocca do Estreito. A intriga insinuava-se, dizendo que o capitão-mór queria construir a fortaleza para si, e fazer-se rei de Hormuz, levantando-se contra o de Portugal: na India não havia ainda mais tradição do que a do saque marítimo, e o pensamento imperial de Albuquerque chegava a não ser compreendido. Nem em tres annos, diziam, voltariam á India, perdendo occasião de carregar as quintaladas que tinham de ordenado. A cubiça de mãos dadas com a violencia e a cegueira agitavam perigosamente as guarnições. Albuquerque, impassivel, proseguia. De uma vez que lhe levaram um requerimento quando vigiava pessoalmente a obra da{pg. 259} fortaleza, tomou-o assim dobrado como lh'o deram, e sem o ler metteu-o debaixo de uma pedra do portal da torre que se estava erguendo. O baluarte ficava cimentado com as queixas. Mas as lages não pesavam bastante para as abafar, e recrudesceram. Além do mais, os queixosos reclamavam a metade dos 20:000 xerafins pagos pelo de Hormuz, que, esperançado n'estas desordens, confiado em promessas de sedição, e nos auxilios que o persa lhe enviava, ousou romper as hostilidades. Viera com effeito o cheik Yar (Xaquear) trazendo consigo quatro mil arabes. Albuquerque estava n'um serio perigo, e outro qualquer perder-se-hia. Os capitães recusavam ir ao combate; mas elle, arrancando as barbas, aos punhados, ao capitão Nova, levou diante de si os soldados, sósinho, ás cutiladas. Dos seis navios, porém, fugiram-lhe tres, que vieram para a India contar ao vice-rei as loucuras e barbaridades do conquistador: não podiam resistir ao seu mando *terribil*, só lhes era dado fugir! Albuquerque retirou tambem de Hormuz, quando viu a

impossibilidade de levar por diante a empresa, abandonado por metade das suas forças. Levantou ferro, voltou a Sokotra aprisionar as náus de Meka, e mais um navio o abandonou ahi: nenhum podia supportar o ferreo mando do heroe.

Em novembro de 508, depois de ter voltado ainda outra vez a Hormuz, estava de regresso á India, em Kananor, onde abriu a carta de Lisboa, que lhe confiava o governo do Oriente. N'esse momento a violencia do seu genio furioso arrebatou-o: queria castigar os capitães insubordinados, queria sobretudo terminar rapidamente o plano das suas conquistas; e foram necessarios os rogos de D. Francisco de Almeida, a quem o filho acabava de morrer,{pg. 260} para consentir na expedição naval de Diu. Só quando, mezes depois, chegou á India a fidalga armada de D. Fernando Coutinho, poderam terminar as deploraveis contendias, entre o vice-rei e o seu successor. Coutinho levava de Lisboa ordem expressa de tomar Kalikodu; e, cheio de basofias, lançou-se na empresa em que achou a morte. Engolfados na matança e no saque, no meio de parte da cidade incendiada, os portuguezes foram por sua vez trucidados, quando os inimigos os colheram dispersos e sem armas.

Só e livre, absoluto senhor do imperio nascente, Albuquerque entregou-se com franqueza e decisão ao seu projecto. A primeira condição d'elle era a fundação de uma cidade, uma capital portugueza—cousa que até então não existira. Katchi, cujo rajah desde o principio se abraçara aos novos invasores, era uma cidade India, onde possuíamos apenas uma fortaleza, abrigo da feitoria e guarda de um porto amigo. Albuquerque elegeu Goa para capital. Collocada a meia altura da costa Occidental da peninsula, bom porto, a cidade reunia as condições desejaveis. Fazia elle então parte do reino de Vijajapur (Bijapor) fracção que no fim do XV seculo se separára do de Dekkan, declarando-se o seu khan independente, sob o titulo de adil-shah (Adil-Khan, Hidalção); e o adil-shah do Vijajapur, ao tempo de Albuquerque, tinha por nome Yusuf. Por este governava em Goa Sipahdar, a quem os nossos chamaram Sabaio. Em fevereiro de 510 Albuquerque tomou Goa por surpresa; e pela primeira vez houve no Oriente um Estado portuguez. Até então,

depois de uma batalha, a tomada de um lugar significava apenas a substituição da suzerania indigena pela nossa; e o estabelecimento de feitorias e a construcção de fortalezas, tinham{pg. 261} sómente em vista assegurar o commercio e a cobrança das páreas ou tributos de vassallagem, segundo o plano do primeiro vice-rei. Albuquerque iniciava um systema differente; creava uma cidade propriamente portugueza; e com o novo governador, o nosso dominio desembarcava dos navios para a terra firme. A um systema de colonias, como fôra em volta do Mediterraneo o dos phenicios ou o dos gregos, substituia-se um imperio, como Annibal o sonhára na Italia, e Alexandre o fundou na Asia. Albuquerque, porém, não pensava em fazer de Goa uma cidade portugueza, no sentido de ser exclusivamente habitada por europeus: seria chimerico. Faltava-lhe gente, e para obviar a isto fomentou os cruzamentos de portuguezes com mulheres indigenas, creando, tanto em Goa como depois em Malaka^[95], uma população de mestiços, que mais tarde se tornou um dos elementos de dissolução do nosso imperio. Sob o dominio portuguez, os naturaes viveriam livremente na sua religião, com as propriedades garantidas, mas sujeitos ao imperio protector e soberano de Portugal.^[96] Era um{pg. 262} plano correspondente ao que mais tarde os inglezes pozeram em pratica, sem todavia cruzarem com os indigenas: da mesma fórma que os hollandezes preferiram os planos maritimo-commerciaes de D. Francisco d'Almeida.

Goa occupou ao governador todo o anno de 510; porque o *Sabaio*, tomado por surpresa em fevereiro, voltou no verão; e os soldados de Albuquerque não quizeram resistir-lhe. Apesar do desespero e das maldições, da furia e das ameaças do governador, abandonaram a cidade e embarcaram. Os planos de Albuquerque pareciam loucuras aos bandidos e piratas da India, que além de lhes não comprehenderem o alcance, se viam privados de saques, apenas fartos de guerra. Goa perdeu-se em agosto; mas logo tornou para o dominio portuguez, ganha por assalto em novembro. Os soldados obedeciam, porque o commando do governador era *terribil*, desapiedada a sua crueldade genial, fervorosa a sua fé catholica. Alexandre cria-se um deus, Albuquerque *viu* mais de uma

vez os milagres do céu nas horas do combate. Em Goa viu Santiago: um cavalleiro de armas brancas, no manto uma cruz vermelha, pelejando contra os *mouros*^[97]—conforme a tradição historica portugueza. Nas cidades da costa da Arabia, viajando para Hormuz, as suas crueldades tinham sido barbaras: em Goa não o foram menos. Além queria impôr pelo medo; aqui destruia como politico. Todos os *mouros* de ambos os sexos, de todas as edades, mais de seis mil, foram mortos; e queimados vivos os que se tinham refugiado na mesquita, sendo a terra assim «despejada», porque para socego d'ella só devia conter gentios. Era o{pg. 263} lugar escolhido para capital do imperio dos novos gregos pelo moderno Alexandre.

Consolidada a posse da capital, no coração da India, Albuquerque voltou-se rapido para as duas emprezas que rematariam o seu imperio: Malaka e Hormuz. Embarcou, logo no principio de 511, e tocando em Ceylão, a terra encantada das pedras preciosas, delicias do mundo, patria da canella e das perolas, achamol-o, já em maio, em frente de Malaka, no extremo Oriente.

Malaka, na ponta da peninsula da Indo-China, sobre o estreito a que dá o nome, era para esta região, como Hormuz, a norte-leste, para a outra. Assim como além se permutavam os generos da India com os da Arabia e da Persia, e em Adem com os do Egypto; assim em Malaka se faziam todas as trocas dos productos occidentaes da China e das Molucas, e de todo o extremo Oriente. De Malaka iam as náus a Ternate e a Tidor, a Banda e a Ambon, em procura do precioso cravo; e o estreito andava coalhado de *juncos* de Java, conduzindo á cidade o arroz, as carnes, a caça e os *crizes* tauxiados de fino aço, em troca dos damascos e brocados, que levavam de retorno para as ilhas do archipelago. Amphibios, os malaios viviam no mar em permanencia, com a casa e a familia a bordo; e os seus *juncos*, com enxarcias de verga, iam buscar a Malaka os pannos de Paleakat e de Mahabalipurum (Meliapor), na costa de Coromandel, e as drogarias de Kambai.

Do saque de Malaka, o governador reservou para si apenas seis leões de bronze, destinados ao seu tumulto. Sem se demorar, avassalou todo o archipelago malaio, levantando fortalezas e deixando guarnições; e, segura a porta oriental da India, voltou-se a Goa, de caminho para Hormuz e Aden,{pg. 264} a consolidar o imperio pelo occidente. Em fevereiro de 513 sáe com uma armada para Aden, que não consegue tomar; viaja em torno do Mar Vermelho, incendiando e bombardeando as costas; mas não sente forças para levar a cabo o seu plano de conquistar a Arabia, indo a Meka despedaçar a santa Kaaba. A campanha de 513 não tem portanto resultado positivo, desde que Aden consegue resistir ás investidas do governador. Adiou pois para outra vez esses planos, que eram a cupula do seu edificio e a chave do imperio que vinha construindo. Conquistada Aden, as duas empresas que meditava eram relativamente faceis na sua simplicidade temeraria. Levaria quatrocentos homens de cavallo em taforeas ou caravellas e iria desembarcar em Liumbo, partindo n'um galope até Meka, logar santo mal guardado por gente prostrada em adorações. Roubaria o thesouro sagrado e o proprio corpo do propheta: com ambos se resgataria o Santo-Sepulcro de Jerusalem, captivo. Consumar-se-hia a obra mallograda das Cruzadas, tradição piedosa que na Renascença passara das nações do norte para a Italia e para a Hespanha, arrastando mais tarde Portugal a Alcacerquibir. Ao mesmo tempo, e por outro lado, a grande empresa do mar Vermelho descarregaria um golpe mortal no Egypto, que era a joia do imperio dos turcos e o arsenal de onde vinham as armadas á India. O seu plano consistia em «cortar uma serra muy pequena que corre ao longo do rio Nilo, na terra do Preste Joham, para lançar as correntes d'elle por outro cabo que não fossem regar as terras do Cairo».[98] Desviando o Nilo seccaria o Egypto.[99] Já pedira{pg. 265} a D. Manuel que lhe mandasse officiaes da Madeira, onde os havia mestres no cóрте das serras para formar as levadas de rega dos canaveaes. Tudo isto continha a empresa de Aden, cujo mallogro cortou os vôos ás ambições grandiosas do heroe.

Embora no céu, lá para os lados das terras do Preste abexim, tivesse fulgurado aos olhos do mystico e terrivel heroe uma cruz

vermelha, Christo abandonara-o na empreza. Quando o famoso milagre surgiu, Albuquerque e todos, ingenuamente, crentes na missão divina em que andavam, caíram de rastos adorando a cruz. [100] E o capitão, para corresponder ao céu, mandou tanger os córos de trombetas, responder com artilheria aos cumprimentos de Jesus. Lavrou-se um *estromento* assignado pelas guarnições, que veio para D. Manuel, com a carga de pimenta, afervorar a piedade mystica da côrte carthagineza.

Como, porém, apesar do milagre, nada se fez, Albuquerque em 514 volta-se para Hormuz, cujo dominio não estava seguro. Outro Alexandre em Persepolis, o heroe condemnou-se em Hormuz: a grandeza das suas façanhas tinha-lhe feito nascer um orgulho, que já não distinguia o bem do mal. Orientalizado como o imperador, cujos exemplos seguia, não lhe bastavam já a crueldade, nem a força: appellava para a perfidia; e intromettendo-se nas miseraveis politicas dos persas, chamou á sua tenda para uma festa o ministro que então governava o principe idiota de Hormuz, e assassinou-o covarde e friamente, substituindo-se-lhe. Estava proximo da cova: e a sorte não queria que á historia d'este heroe faltasse o epilogo frequente da historia dos heroes: uma abjecção. Tampouco{pg. 266} a verdade consente que se esconda um fraco de vaidade e fraqueza commum. Alexandre mimoseava os litteratos de Athenas para que o exaltassem: Albuquerque mandava anneis de pedras preciosas ao chronista Ruy de Pina «para escrever com melhor vontade os memoraveis feitos da India».

De volta de Hormuz a Goa morreu na viagem: a morte salvava-o, como fizera a D. Francisco de Almeida, dos ferros que tinham servido a Duarte Pacheco. A côrte de Lisboa já o mandára substituir no governo por Lopo Soares de Albergaria, que, chegando, começou por condemnar o seu predecessor, exaltando todos os que lhe eram inimigos. Antes de acabar, Albuquerque pegou da penna e dirigiu uma carta ao rei—«quando esta escrevo a V. A. estou com um soluço que é signal de morte!» E pedia-lhe que lhe honrasse a memoria e protegesse o filho: o que o rei fez, honra lhe seja. Agonisando, via-se incomprehendido pela tacanha côrte de Lisboa,

e acceitava de bom grado a morte: «Mal com os homens por amor d'elrey, mal com elrey por amor dos homens, bom é acabar». E acabou, á vista de Goa. Era homem de mean estatura, rosto comprido e corado. Era avisado latino e de grandes ditos: falava e escrevia muito bem; mui facil na conversação, muito grave no mandar, muito manhoso no negociar com os mouros, muito temido e amado de todos. Nascera filho segundo de uma familia de sangue nobre, e educara-se na côrte militar de Affonso V, viveiro da geração dos capitães da India amestrados nas guerras de Africa. Fôra em 1480 na esquadra mandada a Napoles em auxilio do rei Fernando contra os turcos, e nove annos depois partira para Africa a defender a fortaleza da Graciosa, em Larache, contra os mouros. Era estribeiro-mór de D. João II{pg. 267} e já um grande fidalgo quando, em 1503, D. Manuel o mandou á India pela primeira vez. Foi, voltou com bons creditos, mas sem nada ter feito de singular; provavelmente observou e aprendeu muito, levando já um plano formado quando o rei o mandou como capitão na esquadra de Tristão da Cunha. D'essa ida começa a historia que narrámos e que termina agora com a sua morte.

Os soldados, a bordo, amortalharam-no no habito de Santiago com borzeguins e esporas, espada á cinta, na cabeça uma carapuça de velludo e aos hombros uma beca tambem de velludo. O enterro subiu em lanchas, e era tamanho em todos o choro e pranto, que parecia fundir-se o rio de Goa. Ao desembarcar, foi levado aos hombros dos soldados, sob o pallio, pelas ruas da cidade que conquistara; e os gentios, vendo-o com os olhos meio abertos, a longa barba atada até á cinta, fluctuando, não o criam morto: Deus o chamara para alguma façanha no céu! Voltaria breve. E por muito tempo houve romarias ao sepulchro do heroe, vindo os naturaes pedir-lhe justiça contra os desmandos e perfidias dos portuguezes, offerecendo-lhe boninas e azeite para a sua lampada. Do extremo Oriente, desde o Pégu até á China, ficaram-lhe chamando o Leão-do-mar.^[101]{pg. 268}

Hormuz, Goa, Malaka, os tres pontos cardeaes do imperio fundado por Albuquerque no breve periodo de cinco annos (1507-11), valiam o dominio em todo o mar das Indias e a vassallagem de todas as costas, desde Sofala, em Africa, ao cabo de Jar-Hafun; desde Khor-Fakhan, na Arabia, até ao golpho Persico; desde o Indo até ao cabo Kumari (Comorim); d'ahi ás boccas do Ganges, e descendo pelo Arakan e pelo Pégu, até Malaka—com as ilhas dispersas de Madagascar e Sokotra, Anjediva, os archipelagos de Lakkha (Laquedivas) e de Malaja (Maldivas), Sinhala (Ceylão),^[102] e Sumatra e Java, Bornéo e as Molucas, até aos pontos extremos de Banda e Ambon. Com effeito, depois de Malaka e da viagem temerosa mas esteril de 513 a Aden, todo o Oriente pasmava e tremia de Albuquerque, o *terribil*. A Goa vinham de toda a parte embaixadas e tributos; todos os principes queriam a amisade do portuguez, e a seus pés arrastavam a corôa os rajahs de Ahmednagar e de Kambai, de Vijajapur e de Narsinga,^[103] o shah da Persia e os sultões de Sião, do Pégu, do Arakan; e até o proprio *Hidalção*, o adil-shah do Kanará, consentindo a fortaleza de Kalikodu, comprada com tanto sangue, seguia o exemplo do Gujerât, do Konkana, do Karnataka e de Bengala. Desde o Indo até ao Ganges, pelo Cabo Kumari, desde Kambai até Golkonda, o litoral da peninsula estava inteiramente submettido ao jugo portuguez.

Entretanto este imperio não podia dizer-se ainda construido: era um esboço apenas. Como depois de uma victoria brilhante os timidos se curvam todos perante o vencedor, assim acontecia no Oriente.{pg. 269} Lançado na politica de conquistas, o imperio portuguez ganhava a primeira batalha; mas não podia decerto ensarilhar as armas, emquanto a costa da Arabia e as margens do mar Vermelho se conservassem em poder dos inimigos. Os naturaes da India, avassallados por uma corrupção antiga, acceitavam o dominio de qualquer vencedor; mas era necessario, para o manter, que a victoria fosse decisiva. Ora o inimigo, o *mouro*, fôra batido, mas não fôra expulso. Como n'uma doença, tinham-se debellado muitos symptomas, mas não se destruiira o principio morbido. Aden continuava a ser o emporio do dominio commercial maritime dos arabes e egypcios no Oriente; o mar Vermelho, o

Suês, no extremo fundo d'esse estreito corredor, as boccas sempre abertas, para vasar sobre a Índia navios, artilheria e soldados. O domínio, que os portugueses se propunham substituir, continuava; e do carácter dual ou mixto que a occupação da Índia apresentava, resultaria um estado de guerra permanente com os *mouros* e com os naturaes, que ora os preferiam a elles, ora a nós. Ninguém, nação alguma seria capaz de resistir a um século inteiro de semelhante vida. O destino do império portuguez no Oriente dependia do exclusivo do domínio, desde que era impossivel pactuar ou dividir a presa entre os dois caçadores rivaes.

O génio de Affonso de Albuquerque adivinhava isto com toda a lucidez: Aden, Meca, o mar Vermelho, eram a sua preocupação: «Tres cousas, diz o filho e commentador, ha na Índia que são escapolas de todo o commercio das mercadorias d'aquellas partes, e chaves principaes d'ella. A primeira é Malaka, que está em tres graus na entrada e sahida do estreito de Singapura; a segunda Aden, que está em vinte e um graus de altura e {pg. 270} na entrada e saída do mar Rôxo; a terceira é Hormuz, a qual está em quinze graus e na entrada e saída do estreito do mar da Persia. Este Hormuz, a meu vêr, é a principal de todas. E se el-rey de Portugal tivera senhoreado Aden podera chamar-se senhor de todo o mundo.» Dar um golpe mortal no islamismo era, além de retribuir em Meca a affronta humilhante de Jerusalem, mostrar aos musulmanos do Oriente que Jesus podia mais do que Mafoma. Mas se o génio excepcional de Albuquerque não bastou para levar a empresa ao fim, como poderiam bastar para isso os pigmeus que lhe succederam? Valentes muitos ou quasi todos, incansaveis no mar e na terra, os governadores da Índia foram extenuando em um século de guerra permanente as limitadas forças da nação, sem pensamento politico, sem plano definido, á tôa e á mercê d'um capricho, ou d'uma idéa a que o ciúme imbecil da côrte limitava constantemente os vôos. A primeira politica, a maritima, fôra abandonada com a queda de Francisco de Almeida; a segunda politica, a imperial, condemnada com a deposição e morte de Albuquerque. Faltava assim a condição essencial de um domínio estavel e seguro: uma tradição.

Esta falta, comtudo, provinha de causas mais intimas, umas nacionaes, outras chronologicas. O absurdo espirito da politica de Lisboa, e a já provada incapacidade dominadora dos portuguezes, estão na primeira categoria: na segunda estão os costumes e idéas de tempos relativamente barbaros. Os portuguezes, ao pôr pé na India, faziam o mesmo que os povos germanicos, ao descer dos Alpes sobre a Lombardia: cevavam-se. A historia de Affonso de Albuquerque em Hormuz (1507) demonstra bem quanto era impossivel impôr disciplina{pg. 271} e ordem em campanhas que tinham no saque o exclusivo motivo.

Fomos ao rio de Meca,
Pelejámos e roubámos
E muito risco passámos.

Estas palavras de Gil-Vicente resumem a historia da India; e com taes elementos era possivel saqueal-a, era impossivel dominal-a.

Por isso, n'esse seculo de 500 que a historia da India abrange, o conjuncto dos caracteres da occupação portugueza fórma dois systemas: o da rapina, contra o qual protesta e reage em vão a espada militar de Albuquerque; e depois o da simonia, contra o qual, em vão tambem, reage a vara justiceira de D. João de Castro.

Estudemos agora o primeiro, a seu tempo estudaremos o segundo. Todos os soldados de Antonio da Silveira, um capitão que andava pela costa, entre Chala e Daman, trouxeram fato, escravos e dinheiro, com que foram contentes; e assolaram tudo «em tanta maneira que se despovoaram todos os logares da fralda do mar, que pela terra dentro dez leguas não havia gente». Em Barava, destruida por Tristão da Cunha, os barbaros cortaram as mãos e as orelhas ás mulheres para furtarem as manilhas e brincos de ouro. A tomada de Mangaluru ficou celebre: «Foi entrada com muito valor, e dentro d'ella fizeram os nossos espantosas cruezas, não perdoando a sexo nem a idade, nem ainda ás alimarias». D. Paulo de Lima «deu na cidade de Johore (Jor)—escreve á esposa—e assolou-a *com o favor divino*». N'outro lugar os combatentes, empilhados contra os muros, pedem aos da frente que, *por amor de Deus*, lhes

deixem matar{pg. 272} um *mouro*. Á aproximação dos portugueses, despovoam-se as cidades e fogem todos com terror: assim aconteceu em Bintang. Albuquerque sustentou por tres annos, no mar da Arabia, a sua armada com as presas das náus de Meka. Quando os portugueses occuparam as terras de Bardez «fizeram mui grandes males de roubos, tyrannias, tirando as mulheres e filhas formosas a seus maridos, e outras corrompiam, e as furtavam e tornavam a vender». O de Hormuz queixava-se de que, em paz, lhe tiravam, a elle e aos seus, «parentas de que (os nossos) faziam uso, tornando-as christans a seu pesar». O roubo e a luxuria, aliados aos inimigos, davam lugar a interminaveis guerras: assim os capitães de Malaka originaram as de Johore e do Atchim (Achem); e nas Molucas a cidade de Bachian, despovoada e vasia, foi incendiada, indo-se os barbaros ás sepulturas dos reis furtar os ossos, na esperança de receber por elles, mais tarde, um grosso resgate. Roubando e pirateando á solta, o genio aventureiro dos portugueses larga as azas, e os exploradores vão até aos confins do mundo, fiados no seu atrevimento. Dois heroes das *Peregrinações* teem uma historia extravagante. Um, Antonio de Faria, vae á China roubar os sepulcros dos imperadores; outro, Diogo Soares de Albergaria, obtém o titulo de irmão do rei de Pégu, com duzentos mil cruzados de renda e o commando do exercito: é o rei, mas morre assassinado, por ter furtado uma rapariga. Nem se julgue que só pelos confins do mundo oriental portuguez, em Hormuz ou em Malaka, ou só pelas costas, nos seus navios, a furia dos portugueses se desmanda em ferocidades anarchicas. Na propria Gôa, capital, a vida é um combate. Pelas ruas ha batalhas e cadaveres insepultos. Um governador{pg. 273} prende certos salteadores portugueses, manda-os ferrar no rosto, junto á picota, e degredar para o Brazil: logo um pelotão de amigos se amotina em armas para os libertar, e, não podendo conseguil-o, vae a bandear-se para os mouros inimigos: o governador manda-os desorelhar e amarrar aos bancos das galés; fogem e fortificam-se, e é necessario tomar á força o reducto; prisioneiros, são, afinal, amarrados vivos a elephantes, e esquartejados. É conhecida a tragedia em que a amante de D. Paulo de Lima, precipitando-se das janellas do seu

palacio de Pangin, morreu, e o seductor, de espada e rodella, abriu caminho por entre a gente armada que acudia com o marido.

Até dentro das proprias egrejas havia rixas, a tiros: viam-se homens cair assassinados no confessionario, e nos degraus dos altares, á meza da communhão; e uma vez foi morto com um tiro o bispo quando levava a hostia, em procissão, pelas ruas.

Era uma anarchia barbara; e decerto os naturaes lamentavam a má-sorte que os condemnava a supportar tantas crueldades ferozes. Antes o mouro indolente e molle, e o antigo tempo que placidamente corria no seio de uma orgia podre mas calma, nos braços do luxo, da opulencia e dos prazeres! Como demonios vomitando fogo, negros nas suas armaduras, esses portuguezes eram enviados para os desgraçar, para os punir talvez! Eavas esfarrapadas de fugitivos, n'um côro unisono de lagrimas e afflicções, acompanhavam por toda a parte a visita dos terriveis forasteiros, que não sabiam fazer-se amar do indio, tão submisso, tão bem disposto para obedecer e servir.

Os *fumos* da India (como Albuquerque dizia) embriagavam os pobres portuguezes, limitados na{pg. 274} Europa á porção congrua do bragal e do aço, sujeitos a uma forçada sobriedade e a costumes mais presos. Na India o *fumo* desenfreava o animal, que se retouçava delirante nas sedas e nos perfumes, nas fructas e nas mulheres, coberto de diamantes, abarrotado de pardaus de oiro. Breve, porém, esse *fumo* se dispersou no ar; e a desolação universal trouxe a miseria, o luxo trouxe a fraqueza; e á violencia de barbaros, os portuguezes juntaram a mesquinhez de chatins.{pg. 275}

[93] «Ao que se achou presente Tristão Alvares, que era feitor do capitão-mór, que não consentiu que ninguém tomasse nada e com João Rodrigues Pereira que o ajudou levaram tudo ao capitão-mór, o qual logo tudo mandou qubrar e ameaçar e deu ao capitão e aos fidalgos da repartição primeira a cada um um quintal de prata e a Affonso de Albuquerque tres, porque nunca estes capitães e fidalgos se apartaram para ir roubar.» G. Correia, *Lendas*, I, 677.

[94] O xerafin (as hrafi) = 12 rupia = 1 cruzado. Duarte Barbosa da-lhe a equivalencia de 300 reis.

[95] V. *Raças humanas*, I, pp. LX-I.

[96] Não consentia o governador A. de A. que os portuguezes tratassem (negociassem), dizendo que onde tratassem haviam de querer ser poderosos e valorosos e não ser humildes como mercadores, do que se recreceriam males de os matarem e perderem suas fazendas... e tambem que, se os mouros vissem que lhes tomavamos seus tratos nos teriam mór odio, e mais, que os homens, andando tratando, andavam fóra do serviço de Deus e d'Elrey, de que elle daria muitas contas a Deus: pela qual razão não consentia que nenhum homem andasse fóra do serviço d'Elrey. Com esta pragmatica os portuguezes eram muito temidos por cavalleiros e não mercadores, e tão temidos e obedecidos que ainda que um só portuguez fosse em uma almadia, se o topassem naus de mouros, todas amainavam e lhe iam obedecer, mostrando-lhe seus cartazes que tinham para navegar, que todos eram assignados por A. de A.»—Gaspar Correia, *Lendas*, I, 518.

[97] V. *Systema dos mythos relig.*, p. 331.

[98] V. *Hist. da civil. iberica* (3.^a ed.) p. 243.

[99] V. *As raças humanas*, I, pp. 106-10.

[100] V. *Syst. dos mythos relig.*, p. 331.

[101] Ainda hoje os indios chamam *Affonso d'Albuquerque* a um certo peixe, do tamanho da corvina, e cujo nome zoologico não podemos apurar. Diz a lenda que o Leão do Mar não morreu: afundou-se, e revive n'esses animaes marinhos. A maxilla inferior do peixe, descarnada, tem o aspecto aproximado das figuras portuguezas do seculo XVI: o barrete, as barbas ponteagudas e longas, etc. Os indios pintam esses ossos, dando-lhes phisionomia humana e guardam os *Affonsos de Albuquerque*s como fetiches.

[102] V. *Inst. primit.*, p. 3.

[103] V. *Ibid.*, pag. 163.

III

D. João de Castro

Morto Albuquerque, as cousas da India voltam ao estado anterior; e abandonada a politica imperial, torna-se á politica maritima; ou antes o dominio fluctua ao acaso, indeciso entre os dois planos. Lopo Soares proseguir ainda as guerras de conquista, acabando de avassallar Ceylão e as Molucas. Vasco da Gama voltou pela terceira vez á India, como vice-rei, para vêr se podia pôr cobro ás desordens e á corrupção interna das colonias: foi com elle que se inaugurou o systema das successões, mandadas de Lisboa em cartas, que só se abriam por ordem numerica, na falta de cada vice-rei, para prevenir as frequentes desordens, a que dava lugar a transmissão do governo. O almirante morreu tres mezes depois de chegado, succedendo-lhe D. Henrique de Menezes; a este, Pero Mascarenhas, e o usurpador Lopo Vaz de Sampaio, tão celebre pelas suas perfidias.

Nuno da Cunha tomou posse do governo em 1528 em condições difficeis. As torpezas dos governos anteriores tinham sublevado contra nós os monarchas do Hindustan. O de Kambai, ao norte, com o de Kalikodu, inimigo antigo, ao sul, estavam desde tempo em guerra aberta comnosco, de mãos dadas com os *mouros*, nossos rivaes. O governador, em quem os dotes de guerreiro primavam,{pg. 276} decidiu reunir todas as suas forças para ir tomar Diu, na costa do Gujerât, castigando por um modo ruidoso a insubordinação do de Kambai.

Quem via a esquadra com que Nuno da Cunha se foi a Diu, podia avaliar a transformação que trinta annos apenas, ou menos ainda, tinham produzido no character dos portuguezes. Ninguém os tomaria já pelos descendentes de Pedralvares Cabral, envergonhados da sua pobreza em Kalikodu; nem sequer pelos piratas domesticados com a disciplina de Albuquerque: pareciam já mouros, na opulencia e nos costumes. A esquadra era das maiores, senão a maior de todas as que se tinham reunido na India: constava de quatrocentas velas, entre as quaes mais de quarenta vasos

maiores, e multidão de bergantins, galeças, fustas e catures. Apoz ella vinham os juncos malaios com mantimentos, e um cardume de zambucos e cotias de taverneiros, gente da terra, vendendo comestiveis e vinho. Capitães e soldados tinham-se preparado como para uma funcção, luxuosamente vestidos, carregados de pedras preciosas e ricas armas tauxiadas. As mulheres enxameavam a bordo, esposas e amantes da gente da guarnição; e além das mulheres os escravos eram numerosos. O governador tinha promettido premios de 1:000, 500 e 300 pardaus aos primeiros que successivamente subissem ás muralhas. Era uma expedição mercenaria, e não uma aventura de bandidos. Isto exprimia a transformação que já se tinha operado; e o governador, apesar dos seus meritos, nada podia contra ella.

Seguindo as boas tradições, a esquadra foi ao longo da costa deixando o seu rasto de carnificinas e investidas covardes, contra os pontos indefesos; e quando chegou em frente de Diu, rompeu{pg. 277} o bombardeio. Dentro da cidade era grande o susto. Os commerciantes mouros agitavam-se, escondendo os seus thesouros e preparando-se para a fuga. Os fakirs immundos, nús, e de rastos, estrebuxavam, e, erguendo-se como doidos, acutilavam os braços e as pernas, ou batiam com calhaus grossos na ossatura do peito, como a quererem matar-se n'um delirio de visões santas. E o brahmine, com os seus longos cabellos enlaçados em turbante no alto da cabeça coroada de flôres, perfumado de aloes e de agua de rosas, untado de sandalo branco e açafão, lançava-lhes uma esmola e palavras de paz, para não juntar á desgraça da guerra novas desgraças de suicidios! Os senhores de Diu, ricos do Gujerât, principes de Kambai, attonitos, vagueavam nas ruas com as mulheres, a procurar refugio contra as bombardas que estalavam por toda a parte. Com as caras rapadas á navalha e os longos bigodes negros caídos, arrastavam pressurosos as compridas camisas de algodão e de seda, calçados nos seus sapatos bicudos de cordovão lavrado: e os longos brincos de ouro cravejados de pedras balouçavam e tilintavam nas orelhas, em quanto corriam desafivelando, cansados, os cintos de ouro rutilantes de esmeraldas. Atraz d'elles as mulheres, de uma raça delicada e

formosa, com o rosto de um branco de leite, meio encoberto em mantos de seda com que vestiam o tronco nú, corriam descalças, mostrando nos dedos dos pés os ricos anéis, nas pernas as manilhas de ouro e prata, os braços nus carregados de pulseiras, as mãos rutilantes de pedras preciosas. Era um terror e uma agitação por toda a cidade, ao ouvirem o ribombar da artilheria, e ao verem no ar a trajetória de fogo das bombardas, que vinham sem piedade rebentar em estilhas no meio da gente, crivando{pg. 278} de lascas o corpo côm de perola das mulheres, e as carnes côm de barro dos fakires tismados pelo sol, cobertos de uma camada de lodo secco e de immundicies das estrebarias dos elephantes.

As tropas de Kambai, nos seus postos das muralhas, esperavam o assalto, para então se medirem com esses homens que, abrigados por detraz das suas peças, distribuíam assim impunemente a devastação e a morte. Tremiam comtudo; e os mouros, por entre os batalhões, lamentavam-se da falta dos artilheiros venezianos e das esquadras dos rumes. Esperavam, porém, muito da tropa de elephantes, que eram quinhentos com as prezas limadas e o pé triturador, com que haviam de fazer em pastas humidas de sangue a phalange portugueza.^[104] As balas dos mosquetes nada podiam contra a couraça da sua pelle, e esmagando com o peso, despedaçando com as prezas, acabariam a obra começada pelos besteiros e fundibularios de cima das torres. Mudos e immoveis, os quinhentos elephantes de Kambai estavam na planicie, como ancora da salvação de Diu; e os soldados olhavam para elles com amor. Além dos elephantes, tambem a cavallaria se achava formada, montando á bastarda os leves cavallos da Persia, abraçados os seus escudos pequenos e redondos forrados de seda, ao cinto duas espadas e uma adaga, ao hombro as settas e o arco. Uns vinham defendidos com armaduras e cotas de malha de aço, outros com laudeis, que eram mantos de algodão acolchoado, onde todos os golpes morriam perdidos. Os cavallos traziam testeiras de aço. Porém, apesar de toda a força reunida, a artilheria dos navios aterrorisava-os; e já por mais de uma vez alguma{pg. 279} bomba, caíndo no meio dos elephantes, dispersára as montanhas de carne, a correr em rugidos, com a

tromba erguida, como um mastro, entre as prezas de marfim. Na cidade havia também artilheria e mosquetes, mas que nada podiam contra os navios distantes: os pelouros disparados recochetavam na agua.

Parou afinal o bombardeio, e todos olhavam com ancia, porque esperavam assistir ao desembarque e contavam com a peleja. Viram, porém, com surpresa que as náus emmastreavam e as galés mudavam a prôa ao mar, afastando-se ao impulso dos remos. Fôra medo? fôra fraqueza? Decerto; e a esquadra, atulhada de escravos e mulheres, não tinha forças para uma batalha: apenas se arriscava a um canhoneio sem perigos. Já era fôra de duvida que os deixava. As velas desfraldadas impelliam os navios na volta do mar. A alegria e a assuada substituíram então o pavor e o silencio. Todos pulavam contentes, desde o fakir immundo, até ao grave e perfumado brahmine; desde os velhos e as creanças, até ás mulheres, envolvidas nos seus mantos de seda, com os braços e as pernas núas, a correr, agitando os longos brincos, preciosos, tão pesados que lhes rasgavam as orelhas. Os commerciantes mouros abriam os bazares e desenterravam os cofres; e todos vinham á praia vêr a armada que se afastava, despedindo-se d'ella com vaias e gritos de zombaria, tangendo musicas, disparando tiros de espingardas para o ar, e mandando, por cortezia, pelouros, a arranhar a superficie azul das ondas. Diu estava salva das ameaças do portuguez.

Porém quatro annos depois, intervindo nas questões internas dos sultões e rajahs da peninsula, Nuno da Cunha obteve a permissão de construir a{pg. 280} fortaleza de Diu, celebre depois pelo heroismo dos seus cercos. A politica do governador não desdenhava, comtudo, o assassinato; e o pobre sultão de Kambai, convidado a uma entrevista, foi trucidado, á maneira do que já succedera antes em Hormuz. D'ahi proveiu a guerra e o primeiro cerco de Diu, sobre-humanamente defendido por Antonio da Silveira.

As chronicas chamam a Nuno da Cunha vencedor de Kambai, heroe de Bassaim, de Kalikodu, e fundador de Diu. Basta esta

enumeração dos lugares para demonstrar que o dominio portuguez na India inclinava já, com trinta annos de vida apenas, á decadencia. Os erros politicos originavam guerras permanentes; e o poder dos invasores, que n'um relampago se alargára por todo o Oriente, não se consolidava: agitava-se desordenadamente, no meio de questões sempre renascentes, extenuando as forças defensivas, e corrompendo-se intimamente. Se Nuno da Cunha merece dos coevos o nome de heroe, não é pelo valor ou alcance dos meritos proprios, é pela absoluta incapacidade dos seus predecessores e dos que lhe succederam. D. Garcia de Noronha, que veio apoz elle, era um fidalgo pobre, sem merecimentos, além do da pobreza e das sympathias do rei, que o mandou á India enriquecer. «Honra, eu a tenho: não venho mais que a levar dinheiro», dizia mais de um governador. D. Estevam da Gama foi ninguem; e Martim Affonso de Souza prégou com o exemplo, francamente cynico, a abjecção em que a administração da India se tornára—agora que terminára o saque de todas as costas, e as náus de Meka, mais raras e já artilhadas e preparadas para rudos combates, não davam com que satisfazer a cubiça dos occupantes. {pg. 281}

A segunda epocha da historia da India, a da podridão, apparecia já desenvolvida e accentuada por tal fórma, que o governo de Lisboa reconheceu a necessidade de pôr cobro a tamanha desordem, e nomeou viso-rei D. João de Castro, leitor assiduo de Plutarcho e decidido, por opinião, a ser um modelo de virtude, e um typo de nobreza á antiga,—ou pelo menos á moda do que então se julgava terem sido certos dos antigos heroes.

Effectivamente o estado das cousas exigia remedios energicos. Martim Affonso de Souza deve abrir o rol, porque ninguem melhor e mais ingenuamente vivia no seio da podridão e o confessava, nas cartas que enviava para Lisboa, ao rei. A successão do governo de Vijajapur era debatida entre dois principes indigenas; e o governador «tardou em se determinar, porque estava esperando quem levava a melhor». Afinal decidiu-se pelo *Hidalcão*, que parecia ter mais

justiça e era *mais firme*, «ainda que vos certifico que da outra (parte) havia tantas razões e contrarios que foi necessario *soccorrer-me a missas e devoções*». Além das devoções, o vencedor deu-lhe 70:000 pardaus para el-rey, 20:000 para elle proprio governador, e uma joia para sua esposa. Deus, porém, não se contentando com ajudar o modo por que o governador vendia o seu apoio, matou o rival vencido. Tudo corria para o melhor, quando, para coroar o caso, vem um privado de Assud-Khan propôr-lhe a divisão do thesouro do fallecido: 500:000 pardaus: «Mando 300 a el-rey, mas d'estes tomei 30:000 para mi, que é o dizimo que lá mando a minha mulher: que em razão está que tenha alguma{pg. 282} parte d'isso, pois o podera ter todo, que eu podera ter tomado este dinheiro sem o ninguem saber». Esta pratica de vender o auxilio nas contendias indigenas não era, todavia, privilegio de Martim Affonso. Em Hormuz, sob a tutela dos portuguezes, D. Duarte de Menezes substitue a um governo amigo dos nossos, um outro que preferia o mouro, porque este lhe deu «cem mil pardaus em xerafins novos, e em conta ricas perolas e joias e aljofar». Gaspar Correia diz do governador, que gostava de «boas peças e dadivas e alvitres de apanhar dinheiro, e banquetes e prazeres, e com mulheres solteiras com que ia folgar no tanque de Tinoja, e em tudo era mui devasso».

Os capitães seguiam os exemplos dos governadores. De um de Hormuz, Diogo de Mello, queixa-se o *rei*, porque o alguazil o ferira e quizera matar por lhe não dar dinheiro e joias que exigia; pedindo soccorro, pois se lhe não acudissem, despovoava-se a cidade. E nem só as fortalezas, ao lado dos soberanos indigenas, eram rendosos meios de rapina: o mar produzia tambem muito. Ruy Vaz vae por sua conta a Bengala *às prezas*; e dois navios, mandados expressamente de Lisboa á India com instrucções e cartas, para decidir o pleito entre Pero de Mascarenhas e Lopo Vaz, fogem para Madagascar *às prezas*, e ahi se perdem. A pirataria dos portuguezes era tão productiva que excitava os estranhos; e de parceria, piratas francezes, guiados pelos nossos, dão a volta d'Africa, e vão explorar a India. Não era tampouco raro vêr nos mares do Oriente navios de arabes guarnecidos por portuguezes mercenarios; os *mouros* pagavam melhor do que o rei. A guarnição

da armada com que Lopo Vaz foi ás ilhas de Sunda incendeia os navios por falta de pagamento do soldo; e os naturaes{pg. 283} assaltam os portuguezes á pedrada, obrigando-os a pedir capitulação. Effectivamente a sorte dos soldados era tão dura, que se recusavam a embarcar em Goa, sem primeiro terem sido pagos. Os governadores eram obrigados a mandal-os caçar pelas ruas e casas, levando-os algemados ao tronco, e da prisão para a armada.

A vida do soldado da India e a organização militar eram com effeito singulares. Desembarcando sem dinheiro em Goa, depois das doenças da viagem, os que não tinham parentes ou amigos na capital da India, espalhavam-se pedindo esmola em bandos pelas ruas, dormindo esfarrapados e semi-nús debaixo dos alpendres das igrejas, ou nas galés e lanchas varadas na praia. Empenhavam o que traziam: a capa, a espada; ou preferiam roubar para viver, esperando o arrolamento da armada, que todos os annos ia varrer as costas do Malabar, inçadas de piratas arabes cujo rei era o Cutiale (Kuuat-Ali).^[105] Chegada a epocha, lançado o bando, nomeiavam-se os capitães dos navios—logo veremos porque artes e maneiras o capitão tratava de angariar a sua gente. A *chusma* da marinhagem compunha-se de negros captivos, agarrados a laço pelas ruas. Os soldados recrutavam-se nos bandos já amestrados na rapina e que, de volta das expedições, se pavoneavam nas ruas de Goa: era uma tropa de salteadores e adulteros, malsins e alcoviteiros, que enchiam a cidade de roubos e assassinatos nocturnos, occupando-se a beber nos lupanares e a matar por officio e dinheiro. Os *reinoes* bisonhos entravam só nas faltas, até que tivessem por seu turno aprendido como se era soldado{pg. 284} da India. O capitão dava dez xerafins a cada um dos soldados para se prepararem e armarem. Cada qual escolhia as armas que bem lhe agradavam, e muitos preferiam gastar o dinheiro em orgias, indo para bordo esfarrapados e sem mosquete, nem lança, nem rodella, nem espada: com as mãos vazias.

A mesma anarchia se usava no ataque; desembarcavam em *chusma*, e *davam-lhes de Santiago*, cada um conforme podia e sabia. Dispersavam-se todos com a mira no que podiam roubar,

porque esse era o verdadeiro soldo; os dez xerafins um preparo apenas. Geralmente a primeira investida era irresistível: e logo ao ataque se seguiam o incendio, o roubo, a matança—muitas vezes tambem a reacção dos inimigos. Dispersos, deixando as armas ás portas das casas para irem mais leves a roubar, os soldados eram mortos um a um: como succedera no grande desbarato de Kalikodu, onde morreu D. Fernando Coutinho; como succedia a cada passo, por toda a parte. Com tal systema, a guerra protrahia-se indefinidamente; mas era isso o que convinha a todos, porque d'ella tiravam o melhor dos seus proventos.

Os soldados roubavam, os capitães roubavam com elles, roubavam-nos a elles, cerceando-lhes as rações de arroz avariado e podre. E depois da façanha, em que muitos ficavam, depois de forçados a fugir em debandada, «os capitães-móres das armadas recolhem-se com os focinhos quebrados e com alguns navios perdidos. E ao entrar a barra de Goa, é tanta a bombardada que não ha quem se ouça, e ao sahir em terra tanta pluma e bisarrice, como se deixaram destruido o mundo.^[106]—E{pg. 285} não é bem, accrescenta outra testemunha, a facilidade com que os capitães da India entram em Gôa triumphando, esbombardeando, cheios de plumas e pontas de ouro, deixando muitos companheiros descabeçados nas praias de Calecut.»

Não é bem, decerto; mas não podia ser de outra fórma; e ainda assim a basofia, apesar de ser enorme, não era a peor das fraquezas dos capitães da India. Pedro não obedecia a Gonçalo por não ser tão fidalgo como elle: eram todos *pontinhos e biquinhos de honra*. Em tendo sido capitães de quatro fustas, não queriam mais saír fóra sem bandeira na quadra; «e alguns não teem mais noticia da guerra que passear ás damas.» O peor, o peor de tudo era que uma vergonhosa corrupção apagava todos os brios. Nuno da Cunha dizia que os homens da India eram como os doentes de colera, tinham os gostos damnados; e outro accrescentava que os viso-reis, ao passarem o cabo da Boa-Esperança, perdiam de todo o temor a Deus e ao rei, como perdem a memoria os que passam o Lethes.

Vimos ha pouco o modo por que se guarnecia uma armada; resta dizer que as capitánias do mar e as das fortalezas eram compradas por dinheiro aos viso-reis: um rapaz imberbe pagou uma d'essas por um serviço de mãos e um saleiro de prata; e duzentos pardaus eram *as ordinarias*, isto é, o preço usual de uma capitania. Providos no seu lugar, os capitães, que o tinham comprado, faziam-se mercadores e contrabandistas, conluindo-se com os empregados fiscaes, e associando-se com os mouros e judeus. Os capitães de Malaka tinham náus para irem de sua conta, á China, de um lado; a Diu, Chala, Daman, Bassaim, do outro. Os de Hormuz commerciavam por mar{pg. 286} com Bengala, com os portos da costa occidental da peninsula, e com o Zamgebar. Como negociantes, á imagem do rei, exigiam tambem em favor proprio um monopolio; e d'ahi vinham as desordens e violencias brutaes exercidas sobre os indigenas. «A guarda do *cartaz* (salvo-conducto que os navios *mouros* pagavam para navegar no mar da India) é o credito do nosso Estado», diziam os homens-bons do Oriente; mas por cima de tudo o mais, os capitães, para fazerem prezas, buscavam *bicos* no exame dos passaportes e roubavam os navios e as cargas. Os lucros do commercio não lhes bastavam, e o roubo vinha engrossar o rendimento das capitánias. Hormuz era, sobre todas, celebre n'esta especie. Arrolamentos de guarnições ficticias, matriculas de praças mortas, para embolsarem o soldo de suppostos soldados, eram casos ordinarios e communs a todas: só d'esta verba um capitão de Hormuz fazia 30:000 cruzados em tres annos. Com os navios succedia outro tanto: fundeados, a apodrecer nas aguas, ou varados na praia, custavam ao thesouro da India o preço de guarnições que só existiam no papel. E estes roubos eram tão vulgares que não havia pejo em os confessar. Um capitão de Hormuz declarava alto e bom som, que não perdoaria um real da somma que se tinha decidido a ganhar—300:000 cruzados.

Um certo Alvaro de Noronha, na mesma praça, accusado, responde que outro tanto fizera o seu antecessor, «que sendo *apenas um Lima* levára 140:000 pardaus: elle *como Noronha*, havia de levar mais». O brazão da sua casa ficaria manchado, seus avós

corariam, se gente menos nobre lhe passasse adiante em qualquer cousa—até no roubo.

E os crimes dos capitães não podiam ser punidos,{pg. 287} porque os visos-reis faziam outro tanto e mais: quando o exemplo vinha de cima, como se havia de condemnar a copia? O governador Lopo Vaz de Sampaio, que era pobre e tinha muitos parentes a proteger, foi a Hormuz *para fazer proveito*, com doze navios, cujos capitães eram todos seus proximos e afilhados. Diogo de Mello era seu cunhado, e isso o deixou impune dos roubos e males extraordinarios que tinha commettido. Nas deploraveis intrigas com que empolgou o governo a Pero de Mascarenhas, Lopo Vaz, para crear partidarios, usou de todos os meios. Pagaram-se todos os *alcances* por meio de folhas de suppostos soldos vencidos; e n'esta *agoa envôlta* muitos enriqueceram. A um certo Nuno Redondo, eximio em *falsar sinaes*, deveu o governador o alvará com que espoliou o seu émulo.

As principaes rendas dos governadores provinham de diversas especies de peculato: as *peitas*, ou luvas que recebiam por todos os empregos; as heranças jacentes que roubavam; os cabedaes do indio ou judeu queimado pela Inquisição de Goa; os conluios com os *contadores*, para extorquirem dinheiro aos funcionarios e litigantes; a falsificação da moda; o roubo do cofre dos orfãos; o fornecimento de material de guerra; as matriculas de soldados mortos ou nunca arrolados; a amortisação dos titulos de divida do governo, comprados no mercado por vil preço, e que nas contas iam mettidos pelo seu valor nominal.

A turbulencia e devassidão dos soldados provinham dos crimes dos commandantes, ficando por isso impunes; os roubos dos governadores authorisavam os dos capitães: mas se o governador fosse punido, não poderia acaso varrer-se o lodo e moralisar-se o dominio? Poderia; mas os governadores{pg. 288} tinham a favor da sua corrupção argumentos muito valiosos, e podiam contar com a impunidade. Em Lisboa, salvas momentaneas excepções, considerava-se a India como uma vasta seara a colher. «Cartas se

liam pelas portas, em ajuntamentos de cadeiras, que era uma vergonha os descritos que n'ellas vinham.» Desde o rei até ao mais infimo dos moços da chusma, todos eram commerciantes; e o commercio, cuja mira é o lucro apenas, tolera tudo, pactua com todas as devassidões. Contam que D. Manuel em pessoa achava graça ás manhas e expedientes vis, com que se explorava a India, quando os que de lá vinham justificavam as artes com a riqueza, augmentando a opulencia faustuosa da côrte. Bastante dinheiro e um pedaço de lisonja venciam tudo. Diogo de Mello, de quem já falamos como heroe, foi condemnado á morte pela Relação de Lisboa; mas *fiqou* em morte civil para S. Thomé; depois para Africa; e, por fim, com dar 500 cruzados para a Arca-da-Piedade, casando suas filhas com as muitas riquezas dos roubos que n'este mundo não pagou.

Pagal-os-hia no outro? Não era de crer; porque o jesuitismo tinha descoberto que a simonia não era peccado, sempre que se seguissem umas certas regras. O furto deixava de provocar escrupulos de consciencia, desde que os casuistas tinham averiguado ser licito cobrar por qualquer modo, o que se não póde haver por demanda, de pessoa poderosa. Ora quem mais poderoso do que o rei, dono do thesouro da India? Por isso, uma vez os conegos de Goa fecharam a sua egreja e suspenderam o culto, quando o viso-rei, distante em Katchi, deixou atrazar-se-lhes as pagas. E além d'esta justificação de todos os expedientes, os padres{pg. 289} confessores da *Companhia*, defendendo os que recebiam *luvas*, diziam que o nome de *peita* se entende só do que se toma da parte antes de a despachar, ou de concerto que se faça para o negocio^[107]. Mas se a parte fôr despachada, póde muito bem gratificar depois: é um agradecimento, e não uma peita.

Não deixaria, por certo, de valer para muitos esta boa paz em que se achavam com o céu; mas é fóra de duvida que os escrupulos religiosos não incommodavam a maxima parte, senão quando, na volta para o reino, os assaltavam os temporaes da costa d'Africa. A cumplicidade de Deus era muito; mas era melhor ainda a cumplicidade das justiças, que na terra podiam confiscar, prender e

matar. Um chronista erudito escrevia: «O imperio romano não se começou a perder, senão depois que se começaram a vender os magistrados; e assim eu dou a India por acabada». Não eram só venaes, eram também analphabetos, os juizes: fazia-se um desembargador com *dois debrums de latim*. As testemunhas custavam em Goa a pardau por cabeça «e se a um ladrão ou salteador, por conhecido que seja, não faltam 4 ou 6 testemunhas que o abonem, como faltarão a um viso-rei?» Além d'isso, de que valeriam rigores contra os «roubos, injurias, mortes, forças, adulterios com as casadas, viúvas, virgens, orfans... se dizem que elrey N. S. é tão cheio de misericordia, que por males que lhe façam, tudo perdoa e quita?» Gaspar Correia achava, entretanto, indispensavel que se mandasse cortar a cabeça de um viso-rei no caes de Goa.

A misericordia de S. A. não consentia isso, mas o povo esteve por um nada a fazel-o. Quando o{pg. 290} conde da Vidigueira, ex-governador, partia para o reino, as turbas derribaram da porta da cidade de Goa a estatua do bis avô (Vasco da Gama), enforcaram-no em effigie na verga de uma náó, e envenenaram ao neto o pasto dos animaes que levava de virtualha para a viagem^[108].

Mais graves e decisivos symptomas de desaggregação do ephemero imperio da India rebentavam constantemente, e por toda a parte. Ferviam as deserções; e grupos de soldados iam arrolar-se nas tropas indigenas, ou nos navios arabes, por miseria, por cubiça, por homizio, arrastados pela fome ou pelas *moraxas* infieis, espalhando-se em Kambai, no Balutchistân, no Afghanistân e na Persia, de um lado; em Bengala, do opposto; alastrando-se pelo Arakan, por Pegú, por Malaka, e Kamboja, até á China. Os que militavam debaixo das insignias dos reis e principes infieis eram tantos, «que sem muitas lagrimas não se poderá considerar, quanto mais escrever... e muitos se põem por soldados em navios de chatins, onde, posto que o soldo não seja tão honrado como o d'elrey, é mais proveitoso, por ser melhor pago». Em tempo d'elrey D. Sebastião havia na India 16:000 portuguezes, e não se poderam mandar 800 homens a soccorrer Malaka.

Já em Chala, no tempo de D. Francisco de Almeida, logo no começo da occupação da India, 50 marinheiros da armada do visorei, perante o inimigo, conspiravam para se passar aos *mouros*, que pagavam melhor. Estes phenomenos, pois, não provinham directamente da decadencia, manifesta agora; mas tinham causas intimas, e logo evidentes no começo da empreza.{pg. 291}

Além dos que desertavam, outros iam por conta propria estabelecer feitorias, ninhos de piratas «buscando pão para comer, por não haver armadas ou fortalezas em que lh'o deem». Assim em Tchitâgan, assim em Ugoli de Bengala, em Nagapatan na costa oriental da India, em Macau e em infinitos lugares.^[109]

Para engrenar esta roda de miserias, foi do reino enviado D. João de Castro. O quarto visorei da India^[110] era, havia muito, conhecido pela candida{pg. 292} nobreza do seu character, pela sua experiencia de navegador e guerreiro, e pela vastidão do seu saber, pelo seu amor ás boas lettras. Esse amor punha na sombra os dotes ingenuos do seu espirito; e esse asceta e amante mystico da natureza, qual o descobrimos nos seus escriptos, vestia a toga dos heroes antigos, para apparecer em publico na attitude classica do estylo dos seus papeis de Estado e do cortejo do seu triumpho em Goa. A preoccupação romana do xvi seculo em Portugal tinha em D. João de Castro um fervoroso sectario; e como o genio do visorei era de uma sinceridade candida, a affectação antiga tomava para elle as proporções de um culto. As suas phrases e gestos, copiados dos antigos heroes, não eram decerto uma mascara postica, embora a nós se affiguressem taes. Affonso de Albuquerque, porém, tinha no sangue a força de Alexandre; e a D. João de Castro só a imaginação fazia um Numa, e um Cincinnato. Mas a imaginação governava-o tanto, que lhe moldou o genio, tornando-o um exemplo vivo do poder que a educação moral é capaz de exercer sobre o temperamento. Esta construcção artificial do character produzia, comtudo, contradicções necessarias. O amor litterario da phrase, e o enthusiasmo da copia, arrastavam-no a cousas, senão ridiculas, extravagantes. Não ter em casa uma gallinha para{pg. 293} comer,

enfermo, e confessal-o com orgulho, era de certo misturar á honradez natural uma ponta de affectação. Quando pediu a Goa trinta mil pardaus para levantar a fortaleza de Diu, mandou os cabellos das barbas por penhor; mas, com o symbolo, era forçado a dar tambem uma provisão para o thesoureiro de Goa, adjudicando ao pagamento do emprestimo o rendimento dos cavallos. Todos os casos da sua vida sympathica demonstram a nobreza ingenita de um character, cunhado artificialmente pela educação litteraria.

Era este o homem capaz de engrenar a roda da decomposição do imperio oriental? Não, decerto. A sua propria grandeza na honra valia pouco, por ser affectada, embora não fosse fingida. Os homens positivos e corrompidos da India sorriam d'esse espectacular heroie; e, vendo ao mesmo tempo a ingenuidade candida e pura do seu espirito, confiavam descansados em que não lhes viria d'ahi mal algum para os seus interesses. A propria affectação *antiga* do visio-rei demonstrava a fraqueza do estadista; porque só uma alma ingenua podia ligar tamanho amor ás fórmulas, e a ingenuidade jámais venceu nos governos. Integro, forte, e piedoso no seu fôro intimo, D. João de Castro era um heroie e um santo; mas nem essa fórmula subjectiva do heroismo, nem a santidade, foram nunca os meios de travar o movimento de decomposição de uma sociedade, ou de a impellir no caminho do progresso. Para tanto, exigem-se as almas duras, os espiritos frios, sem escrupulos, de um João II, ou de um Pombal.

D. João de Castro não tinha em si os dotes de nenhum d'esses; e o seu governo ficou inutil como uma bella pagina de moral: á maneira do livro em que lhe escreveram a vida, e que é uma boa pagina{pg. 294} de rhetorica.^[111] Ficou, porém, como um sincero protesto: esse é o seu valor social-historico. Ficou como um exemplo de bravura temeraria, attestada nos cercos de Diu—quando o sultão da Turquia (Soliman II) mandou de reforço quatro mil janisaros, ou *rumes* sob o commando do pacha do Cairo, em auxilio de Khuajeh Safar (Cogeçofar), o ministro do rei do Gujerât—mas d'esses exemplos abundavam; ficou, por fim, como um typo, ao mesmo tempo nobre e interessante, do character de um santo e da

influencia da litteratura no genio dos individuos, ou antes nas suas acções.

Se é que alguém havia em Portugal capaz de governar a India, o governo de D. João III demonstrou cegueira, escolhendo-o; ainda que, por distinctos que fossem os dotes de qualquer outro, é também facto que a empresa de levantar da anarchia o imperio do Oriente excedia as forças humanas, porque os vicios d'elle eram congenitos da sua existencia.

Ao terminar este rapido esboço da vida politica de Portugal no Oriente, convém mencionar a opinião do quarto visorei e as suas observações, transmittidas para Lisboa, em cartas ao monarcha. «Cá está tudo, escrevia, em estado que não ha mouro que cuyde haveis de ser de ferro para o seu ouro, nem christão que o creio.» E passava a enumerar o estendal das miserias. As armadas ficavam podres, que se desfaziam com as mãos; e não escapariam ao inverno, sem irem ao fundo. Nenhum dos soberanos do Oriente confiaria nem uma palha a um portuguez: a tanto chegára o descredito. Fôra um milagre trazer do reino á India, a salvamento, a esquadra em que viera. Todos os dias havia em{pg. 295} Goa lançadas, revoltas e desafios, capazes de maravilhar até a propria Italia. Não havia soldado que não tivesse uma ou mais mancebas. Todos desobedeciam aos capitães, e cada qual se arvorava em chefe. Por causa das mancebas dos soldados havia revoltas e desastres em todas as náus. Nas Molucas, os nossos, depois de saquearem e roubarem as casas de um certo rei, pozeram-no a ferros e «forçaram suas mulheres com tamanhas desonestidades, que se não póde dizer a V. A.—Todos são ladrões, todos, sem excepção, chatins. As cobiças e vicios teem cobrado tamanha posse e authoridade, que nenhuma cousa já se póde fazer por feia e torpe, que dos homens seja estranha. E são mais as almas perdidas dos portuguezes que veem á India, do que se salvam as dos gentios que os pré-gadores religiosos convertem á nossa santa fé.»{pg. 296}

[104] V. *Hist. da republica romana*, I, pp. 161-2 e 275-6.

[105] V. na *Hist. da repub. romana*, I, pp. 188-95, a descrição da pirataria mediterranea: causas identicas produzem resultados eguaes.

[106] V. *Hist. da republica romana*, I, p. 274.

[107] *Hist. da rep. romana*, II, p. 187.

[108] V. *Hist. da rep. romana*, I, p. 356

[109] V. nas *Raças humanas*, a p. LX-I do vol. I, o estado actual dos restos da colonia portugueza de Malaka; tambem I, pp. 75 e segg.

[110] 1 D. Francisco d'Almeida 1505 1.º viso-rei

2 Affonso de Albuquerque 1509

3 Lopo Soares de Albergaria 1515

4 Diogo Lopes de Sequeira 1518

5 D. Duarte de Menezes 1521

6 Vasco da Gama 1524 2.º viso-rei

7 D. Henrique de Menezes 1524

8 Lopo Vaz de Sampaio 1526

9 Nuno da Cunha 1529

10 D. Garcia de Noronha 1539 3.º viso-rei

11 D. Estevam da Gama 1540

12 Martim Affonso de Sousa 1542

13 D. João de Castro 1545 4.º viso-rei

14 Garcia de Sá 1548

15 Jorge Cabral 1549

16 D. Affonso de Noronha 1550 5.º viso-rei

17 D. Pedro Mascarenhas 1554 6.º viso-rei

- 18 Francisco Barreto 1555
- 19 D. Constantino de Bragança 1558 7.º viso-rei
- 20 D. Francisco Coutinho 1561 8.º viso-rei
- 21 João de Mendonça 1564
- 22 D. Antão de Noronha 1564 9.º viso-rei
- 23 D. Luiz de Athayde 1569 10.º viso-rei
- 24 D. Antonio de Noronha 1571 11.º viso-rei
- 25 Antonio Moniz Barreto 1573
- 26 D. Diogo de Menezes 1576
- 27 D. Luiz de Athayde 1578 12.º viso-rei
- 28 Fernão Telles de Menezes 1581
- 29 D. Francisco Mascarenhas 1581 13.º viso-rei
- 30 D. Duarte de Menezes 1584 14.º viso-rei
- 31 Manuel de Sousa Coutinho 1588
- 32 Mathias de Albuquerque 1591 15.º viso-rei
- 33 D. Francisco da Gama 1597 16.º viso-rei

Pela constituição do vice reino da Índia o mandato dos governadores durava tres annos, findos os quaes podiam ser reconduzidos por novo triennio, conforme succedeu a muitos, e se vê do rol supra. Com a nomeação do vice-rei iam, em cartas fechadas e numeradas, as dos substitutos; e quando occorria a morte do governador abria-se a primeira *successão*, na falta do individuo ahi indicado, a segunda, etc. As datas acima inscriptas e a ausencia do titulo do viso-rei mostram quem governou por *successão*. O titulo de vice-rei, excepcional a principio, tornou-se inherente ao cargo de governador desde 1550.

[111] J. Freire de Andrade, *Vida de João de Castro*.

IV

Summario da derrota. Volta ao reino

Anarchicamente iniciada, a occupação da India foi, de principio a fim, uma exploração anarchica. A politica maritima e commercial de D. Francisco de Almeida, o imperio de Affonso de Albuquerque, o virtuoso reinado de D. João de Castro, provaram egualmente impotentes para organizar o dominio portuguez no Oriente, de um modo regular e duradouro. Nem a arte, nem a força, nem o santo exemplo, poderam disciplinar a turba dos invasores da India.

Causas intimas, a que de passagem temos alludido, o impedião. A Renascença, apresentando aos homens um sem numero de idéas e impressões novas, desorganizando os systemas, as crenças, as instituições e todo o organismo das sociedades medievas, abandonou o individuo aos impulsos desordenados da natureza, pondo ao mesmo tempo nos seus actos uma energia affirmativa até alli desconhecida. Heroismo pessoal e naturalista, uma grande explosão de força, a devassidão nos costumes e a anarchia nas idéas, eis ahi em que se resume, por este lado, a Renascença. A França, a Italia, a Hespanha, a Inglaterra e a Allemanha, isto é, a Europa inteira, offerecem ao observador caracteres de phisionomia bastantes para suppôr que, se a qualquer d'ellas tivesse cabido o destino de{pg. 297} occupar as Indias, o seu imperio não teria sido melhor nem peor do que foi o nosso.

Porventura, porém, ás nações protestantes que nos succederam com superior fortuna no Oriente poderia a rigidez fanatica ter cohibido um tanto, e o genio mercantil ter mostrado mais depressa os meios efficazes de explorar a India, sem a saquear. A nós faltavam-nos os dois requisitos. O catholicismo não era então—como o era a religião protestante—uma fé intima e absorvente: era uma convicção para uns, uma convenção para outros, uma conveniencia para muitos, e um desvairamento para os defensores

intolerantes da fé. Havia decerto uma affirmação religiosa unanime e violenta; mas desapparecera a unanimidade ingenua e espontanea da crença, que radica as religiões. O catholicismo atravessára uma crise, de que saíra malferido; e a violencia com que se impunha, estava denunciando que ficára sendo, antes uma expressão de authoridade, do que uma expansão de sentimento popular. Isto fazia com que o povo, sem renegar o catholicismo, fosse caíndo n'um relaxamento; e que, ficando com a religião, deixasse de lhe dar significação ou importancia moral. Muita devoção e muita devassidão; eis ahi a concomitancia resultante, e universalmente provada pelos costumes das nações catholicas depois da Renascença.

Apesar do catholicismo, podemos, pois, dizer que não havia no dominio da India uma religião capaz de moralisar o imperio, embora houvesse exemplos de uma santidade heroica como a de Antonio Galvão, o apostolo das Molucas. Mas taes exemplos eram excepções, e faltando o primeiro elemento de ordem, quando os motivos sociaes não se tinham definido ainda de um modo sufficiente, o individualismo naturalista do tempo arrastava os{pg. 298} homens a todas as desordens, precipitava-os em todos os crimes; e umas e outros cresciam tanto mais, quanto maior era a força intima, o arrojo, a temeridade dos guerreiros. Sobre isto, a influencia dissolvente do clima, do luxo, da sensualidade oriental, veio lançar a sua semente de corrupção; e o individuo, desarmado, sem crenças nem leis, vivendo ao bel-prazer dos seus instinctos e paixões, caíu n'um poço de ignominias, perdendo inteiramente a noção do proprio brio, da força, e tornando-se, de um pirata, em um chatim.

A estas causas geraes é necessario addicionar as causas particulares, provenientes da incapacidade fortuita dos governos em Lisboa; e porventura, se a India se tivesse descoberto meio seculo mais cedo, o genio politico de D. João II teria desde o começo evitado graves transtornos. D. Manoel e os seus conselheiros tinham para a India um plano só: exploral-a, e arrastar a Lisboa, por quaesquer meios, as riquezas do Oriente. Systema e programma de

governo foram cousas desconhecidas; e assim vemos que a occupação muda de character com os successivos governadores, e ao sabor das idéas ou das inclinações de cada um d'elles. A India soffre de todos os inconvenientes dos governos electivos e temporarios, sem gozar das vantagens dos governos hereditarios; e é n'isso que se fundará sempre a accusação de incapacidade que a historia formula contra o nosso dominio.

Porém essa incapacidade trazia raizes de mais fundo. Explorar o Oriente commercialmente á hollandeza, era cousa para que o nosso genio nos não chamava. Nos estadistas não houve a perspicacia bastante para medirem as differenças que distinguiam Portugal de Veneza, e as condições do commercio anterior do Oriente das condições em que{pg. 299} elle ia achar-se, desde que nós chegámos por mar, armados, á India. A geographia dera aos arabes o dominio indisputado dos mares das Indias; e era ella tambem que fazia dos venezianos os alliados do Turco, e de Veneza o emporio do commercio oriental. Para nos substituírmos na India aos arabes, na Europa a Veneza, tínhamos contra nós, não só a geographia, mas ainda e principalmente outra circumstancia. Indo despojar os arabes da sua preza, devíamos commerciar de armas na mão, manter poderosas esquadras n'esses mares longinquos outr'ora avassallados pacificamente por visinhos.

Estas causas naturaes, alliadas ás causas igualmente naturaes da falta de tirocinio commercial, produziram um genero de exploração, até certo ponto novo na historia; porque não é propriamente uma *razzia*, como as conquistas dos antigos persas ou assyrios, pois pretende ser um commercio; mas, como o commercio só póde fazer-se á sombra da fortaleza ou á vista da esquadra, as transacções andam sempre misturadas com pilhagens e mortes, com roubos e violencias. Isto dá aos nossos capitães da India uma phisionomia original na sua dualidade. Vê-se de um lado um mercador, como foram outr'ora os carthaginezes ou phenicios; mas vê-se no mesmo homem um soldado, como os de Cyro, ou Assurbanipal.^[112]

Uma tal confusão de cousas, um tão grande cahos de elementos oppostos e idéas contradictorias, bastavam para arruinar breve e necessariamente o imperio; ainda quando, por sobre tudo isto, o character do portuguez, pouco vivo na sua audacia, bronco, cheio de orgulho ingenuo, mais temerario{pg. 300} ainda que valente, presumpçoso e fanfarrão, não viesse accrescentar difficuldades; ainda quando o ar inebriante, os venenos adormentadores, as seducções perigosas, os vícios extenuantes do encantado Oriente, não viessem entorpecer os braços e perverter o espirito dos occupadores.

O padre Manuel Godinho, que estava na India pelo meiado do xvii seculo, dividia em quatro epochas a historia do nosso dominio oriental. A primeira eram os 24 annos do reinado de D. Manuel; a segunda os 35 do de D. João III; a terceira vinha do 1557 a 1600; e a quarta, finalmente, até á epocha em que elle viajava no Oriente.

Logo na primeira, o dominio portuguez conseguira alargar-se por todas as costas e ilhas, desde Sofala até Malaka; isto é, pela Africa Oriental, pela Persia, por todo o Hindustan, do Indo ao Ganges, e pela Indo-China. Algumas, poucas, cidades propriamente portuguezas, feitorias e fortalezas espalhadas por toda a parte, e a vassallagem dos soberanos em cujos Estados assentavam: eis ahi a fórma do nosso dominio. Goa e Malaka eram nossas; e tributarios da corôa portugueza os soberanos (independentes ou subalternos, porque o regime politico indigena era feudal)—o de Hormuz, na Persia; o de Tidore, nas Molucas;^[113] o de Simhala; o das ilhas Malajas; o de Batukala (Batecalá), no Kanará; o de Kollan, em Karnataka, na extremidade austral da peninsula da India; e na costa de Africa, os de Malinda e de Quilua. Além d'estas suzeranias, algumas dellas consignadas apenas nos{pg. 301} tratados, varias fortalezas garantiam a vassallagem de outros territorios. A de Sofala era a primeira, para quem vinha do reino pelo Cabo; depois a de Sokotra na ilha d'esse nome, junto ao Jar-Hafun, dominando a embocadura do mar Vermelho; d'ahi Hormuz, na garganta do golpho persico; depois, na costa occidental da India, descendo para o sul,

Chala, Anjediva, fronteira a Goa; Kananor, Kalikodu, onde Vasco da Gama primeiro aportou; Kadunguluru (Cranganor); Katchi, teatro das façanhas de Duarte Pacheco; e Kollam (Coulão), proximo do cabo Kumâri. Sobre as ilhas do oceano indico havia a fortaleza de Malaia (Maldiva), e a de Kola-ambu (Colombo) em Ceylão; e finalmente, lá para os confins orientaes, Persaim (Pacem) no Pégu, ^[114] e Ternate nas Molucas.

Os annos do segundo periodo viram consolidar-se estes dilatados dominios por meio de numerosas fortalezas que, completando o systema esboçado pelas antigas, bordavam de feitorias todas as costas. Na oriental da peninsula hindustanica, ou de Cholanmandalam (Coromandel), levantaram-se os presidios de Nagapatan e de Mahabalipurum (Meliapor, S. Thomé). Completou-se a occupação da ilha de Ceylão por meio de fortalezas e colonias-feitorias^[115] de Jafanapatan, de Negombo, de Kalitura (Calaturé) e de Galla, na costa occidental; e de Pattikalo (Baticaloa) e Trinkonomali (Triquimalé), na oriental. Bassaim, Daman e Diu, além de outros pontos fortificados, asseguraram a costa de Kambai. Incessantes guerras, bem succedidas, abateram as revoltas, consolidaram dominios antigos, ou alargaram o imperio portuguez. Assim, a{pg. 302} derrota final do Samudri de Kalikodu, do sultão de Kambai, do Shah de Vijajapur (Hidalcão), do Nizam de Ahmednagar (Melique, Isamaluco, Nisamaluco, ou Nisamoxá), garantiram a posse pacifica de toda a costa occidental da India, no Gujerât, em Kontana, no Kanará. As guerras da Indo-China firmaram o poder portuguez em Jadithani (Ujantama), no reino de Annam, e em Johor: em Bintang (Bintão), na ponta extrema da peninsula de Malaka; em Atchim (Achem), na ilha de Sumatra; e a submissão de todo o archipelago de Sunda até ás Molucas completou, por oriente, o imperio colonial portuguez, reproducção do velho typo grego e liby-phenicio.^[116] Por occidente, os resultados eram menos decisivos; e se as duas costas que levam ao estreito de Bab-el-Mandeb se confessavam tributarias de Portugal, nem em Aden ao norte, nem ao sul, na costa de Adal, o nosso dominio era positivo. O musulmano guardava com ciume a porta do mar santo de Meka; e os mercadores arabes sabiam que, mais ou menos embaraçados,

jámais seriam de todo expulsos do commercio da India, enquanto possuissem o mar Vermelho, onde os inimigos iam, sim, mas não conseguiam fixar-se. De arma ao hombro, na sua ilha de Sokotra, e a bordo das armadas que cruzavam no golpho do mar da Arabia, o portuguez espiava o armamento das esquadras de rumes e os comboys das náus de Meka; mas não faltavam oportunidades para que umas e outras, astuta ou violentamente, conseguissem atravessar o estreito, entrando ou saíndo para mercadejar ou combater.

No terceiro periodo conserva-se, não se alarga o dominio da corôa; ainda que na Africa oriental e{pg. 303} na costa do Malabar apparecem novos presidios. São, no Kanará, Barkuluru (Barcelor), Mangaluru (Mangalor), e Hanavare (Onor). Na Africa, pela derrota e morte do *rei* de Laum, a fortaleza de Patta; mais ao sul a de Mombas, e a da ilha de Pemba; e além do Zamgebar, já avassallado, Monomotapa, na costa de Moçambique. Afóra isto, funda-se ainda Sirian, no Pégu; e Hugli (Golim), em Bengala, sobre o delta do Ganges.

Porém o acontecimento mais grave d'este periodo foi a guerra simultanea do Adil-Shah contra Goa, do de Ahmednagar contra Chala, do Samudri contra Kalikodu. Os principes indigenas da India Occidental, collocados contra o portuguez, foram porém batidos; ao mesmo tempo que o era o de Atchin (Achem) atacando Malaka; e que um pirata incommodo e celebre nos mares da India, o *Cunhalle* (Kunji-Ali-Markar), era degollado em Goa depois de tomado o seu forte de Pudepatan, d'onde saía ás prezas.

Apesar dos symptomas de decomposição, o imperio commercial portuguez attingia, no fim do xvi seculo, o seu apogeu. As frotas singravam, carregadas de preciosidades, até aos mares do Japão e da China, d'onde traziam a prata e o ouro, sedas e almiscar. Das Molucas vinha o cravo, de Sunda a massa e a noz, de Bengala toda a sorte de finissimos tecidos, do Pégu os rubis, de Ceylão a canella, de Mausalipatam os diamantes. Na pequena ilha de Manaar, junto a Ceylão, carregavam-se as perolas e aljofares; em Atchin, na

Sumatra, o benjoim; das ilhas Malajas trazia-se o ambar; e Ceylão exportava elephantes, por Jafanapatan. Katchi contribuia com os angelins, tekas e couramas; toda a costa com a pimenta, e com o gengibre o Kanará. Nas ilhas de Sunda, Madurá fornecia o salitre, {pg. 304} Solor o pau, e Bornéo dava a camphora. De Kambai vinham o anil, o lacar, os tecidos; e Chala era celebre pelas suas baetas. Hormuz vendia os cavallos da Arabia, e as sedas e alcatifas da Persia: e, do outro lado do mar da India, a Africa dava em Sokotra o azebre, em Sofala o ouro, em Moçambique o marfim, o ebano e o ambar. Além dos preciosos carregamentos, além dos lastros de arroz do Kanará para mantimentos, e de pimenta que era um estanco régio, as náus da corôa levavam, de Diu, de Hormuz e de Malaka, as grossas quantias de dinheiro que n'esses tres pontos estrategicos se cobravam, pelos *cartazes* que ahi compravam os navios mercantes.

As causas de decadencia, tão antigas como a descoberta, mas avolumadas todos os dias, precipitaram porém a queda, logo que, pela união a Castella, Portugal se achou envolvido nas guerras com a Inglaterra e a Hollanda. Mais tarde ou mais cedo, de um ou de outro lado, é, porém, fóra de duvida que o dominio portuguez na India, corroído de tão grandes lepras, cairia, desde que os protestantes, maritimos e mercadores, seguissem caminho do Oriente, pelo cabo da Boa-Esperança, na esteira das náus portuguezas. Já por vezes piratas francezes tinham ido por ahi á India; e se, com o inglez, nem o hollandez lá fôra ainda, era porque lh'o impediam as condições e embaraços que, a religião para um, para o outro a independencia, levantavam na Europa. Batida a Hespanha pela Inglaterra protestante e pelas Provincias-unidas independentes, ambas estas nações, alliadas, iam batel-a na India, com a facilidade com que se vence um inimigo doente, mal apercebido, cheio de vicios e molestias.

Os que no meiado do xvii seculo observavam o {pg. 305} imperio portuguez, diziam no estylo pretencioso do tempo: «Está o estado da India tão velho que só o temos *por estado*. Se foi gigante é pigmeu. Se foi muito, não é já nada.» Era apenas Goa e Macau,

Bassaim, Daman, Diu, Moçambique e Mombas. Já não havia armadas nos mares; e os holandeses e ingleses, fomentando a rebelião dos nativos, e auxiliando-os, substituíam-nos, como nós tínhamos substituído os árabes—mas com outra arte e muito juízo.

Uns preferiram a Índia-China, outros as partes occidentaes; e em cinquenta annos varreram das costas e ilhas os presidios e feitorias portuguezas. O inglez combateu ao lado do persa em Hormuz para nos expulsar, e o exito levantou todos os nativos. O soberano do Arakan lança-nos fóra do Pégu, o de Bengala despede-nos de Hugli, perdemos assim Mahabalipuram e na contra-costa, Mangaluru, Barkuru, Hanavare, Chala, Kalikodu. A perda de Hormuz arrastou consigo Maskat, com a qual se foram todos os estabelecimentos no litoral da Arabia até ao mar Vermelho; e desguarnecida a costa do norte, inutil era conservar Sokotra e os pontos fronteiros no Adal, que foram abandonados com Quilua em Africa, as ilhas de Malaja e Anjediva, e Passir (Pacem) em Sumatra.

Os holandeses herdavam, do nosso imperio do extremo Oriente, tudo o que não voltava a cair no poder dos nativos. Outro tanto succedia na India. Da Africa, Arabia, e Persia, isto é, das fronteiras occidentaes, ficavam-nos Mombas e Moçambique;^[117] das fronteiras orientaes, o ponto isolado de Macau, já na China, e Solor; do centro, restavam apenas uma cidade e quatro fortes—memoria, mais do{pg. 306} que dominio, em frente d'esses mares, onde já se não via tremular a bandeira portugueza em poderosas esquadras como as de outro tempo.

Ambon, Tidor, Ternate nas Molucas, Malaka na sua península, Madura e toda a Sunda, eram holandezas; os nossos antigos pontos de Ceylão—Kola-ambu e Kalitura, Negombo e Battikalo, Trinkonomali, Galla e Jafnapatan, com a ilha de Manaar visinha—pertenciam-lhe tambem; e nas duas costas da península hindustanica tinham-nos tomado igualmente Negapatan de um lado, Kollam, Kadunguluru, Kananor, e Katchi, do outro. Abertamente se proclamava a queda do imperio portuguez, e até os mais infimos blasonavam. Um regulo do Arrakan escrevia nos seus

estandartes: «Fatekan, senhor de Sundiva, derramador do sangue dos christãos e destruidor da nação portugueza!»

Tudo estava perdido, e a viagem terminada. Não havia outra cousa a fazer, senão voltar a casa: embarcar para o reino, com o producto das rapinas, dando a pôpa a esse mundo, onde a nossa missão terminára.

Cada capitão que, nos bons tempos, regressava da India, fazia outro tanto: cerrava as arcas atulhadas de ouro e pedrarias, arrumava a bagagem no porão, e largava as velas á náu, dizendo adeus para sempre ao Oriente!

Assim aconteceu em 1589 a D. Paulo de Lima, o que assolára Johor, na Malasia.^[118] Foi em janeiro d'esse anno funesto que embarcou em Goa. Vinha rico; e a náu gemia com o peso do carregamento,{pg. 307} abarrotada com um lastro de pimenta a granel, o convez atulhado de arcas, fardos e escravos. O capitão trazia comsigo a esposa e domesticos; e embarcaram com elle, de passageiros, numerosas pessoas: soldados de retorno, frades, clerigos e mulheres.

Como na India não havia estaleiros onde os navios podessem vêr o fundo e passar o calafeto, a náu, já velha e demasiadamente grande, voltava em mau estado. Ao embarque benziam-se todos e imploravam a protecção dos frades, lembrando-se dos muitos naufragios que o tamanho e má condição das náus multiplicava todos os dias. Este contava que da esquadra de Kalikodu, no anno anterior, tinham desaparecido quatro náus com toda a gente, vindo um mastro com a cordoalha da enxarcia entrar pelo rio de Daman. Aquelle, que já tres vezes fôra á India, narrava o naufragio celebre da *Flamenga*, e chamava ás náus sepultura de homens, e vasos de desastres: e um, persignando-se, contrito, dizia que as náus iam e vinham tão alastradas de peccados, que nas tormentas se ouviam falar os demonios claramente. Os religiosos não declaravam que fosse impossivel, mas recommendavam resignação e esperança no

auxilio divino; intercalando nos seus discursos phrases breves, n'um latim sagrado.^[119]

Entretanto a viagem seguia feliz com um mar bonançoso. Todos confiavam em que Deus não deixaria de proteger um capitão piedoso como era D. Paulo de Lima. Isto, porém, não impedia que fossem commentando as tristes cousas do mar; e com tanta maior liberdade, que começavam a crer-se{pg. 308} salvos d'esses perigos, á medida que viam irem-se approximando do terrivel cabo da Africa. Asseguravam que nem um terço dos que embarcavam em Lisboa chegavam á India, e isto ninguem impugnava, por ser verdade reconhecida; e que a volta ao reino acabava os que as doenças da terra, a miseria e a guerra tinham poupado no Oriente. Era um sorvedouro de homens, era... De 700 a 800 que cada náu levava, só metade vinha a servir. Depois, queixavam-se dos calafates que lançavam os navios ao mar, mal feitos e mal vedados; e referiam os numerosos casos de agua-aberta, dentro do Tejo, em navios novos. Outros accusavam o modo deshumano com que se arrumava a bordo muita mais gente do que a lotação permittia: iam como carneiros, a monte, nas toldas, expostos ao sereno mortifero das noutes, sem camas nem para os enfermos, respirando o ar podre das cobertas: por estas causas havia o escrobuto, as febres podres, as dysenterias... como se não bastassem os perigos do mar e dos ventos! Na náu em que fôra á India D. Antonio de Noronha iam 900 pessoas: metade morreu na viagem. Além d'isso os capitães—era sabido—roubavam nos mantimentos, e para poupar, escolhiam generos da peor especie. Tudo ia avariado e podre, a agua corrompida. N'uma viagem de seis mezes, como a da India, abasteciam-se para cinco apenas: d'ahi resultavam fomes.

Estas conversas exaltavam muitas vezes os animos. Como punham nos crimes o nome dos réus, levantavam-se os partidos; e mais de uma vez houve rixas tão bravas, que o capitão se viu forçado a leval-os de roldão, para debaixo do castello de prôa; e os frades, atraz, de crucifixos nas mãos, pré-gavam paz e amor, com orações pausadas em latim.{pg. 309}

Os fidalgos e religiosos, no chapiteu da pôpa, commentavam as queixas dos soldados, reconhecendo que, em verdade, tinham razão; e como eram mais letrados, ligavam os efeitos ás causas.

A abundancia da pimenta e uma economia mal entendida tinham exagerado as dimensões dos navios, ainda por cima agravada pelo excesso das cargas. Era funesta uma cubiça, causa de tantas victimas; mas o mal vinha de longe, desde o reinado de D. João III. Os navios, mal desenhados, de muito porão, e, por cima de tudo, abarrotados, não obedeciam ao leme, e eram ronceiros... Verdade seja dita, os antigos não tinham podido admirar as monstruosas carracas de sete e oito cobertas, com alojamento para dois mil homens e porões para mil tonelladas de carga. Cada um d'esses navios parecia um reino! Armavam peças de vinte tonelladas de peso e calavam mais de dez braças. O costado media cincoenta palmos acima do lume de agua á meia náu, e chegava a oitenta nos castellos á pôpa e á prôa. Os baileus, que os ligavam, tinham dois andares: e nos cestos de gavea cabiam dez ou doze homens, para manobrar os canhões pequenos: berços e sacres. Mas as carracas, observavam tambem, eram pessimas no mar: boiavam, não andavam. E um dos fidalgos velhos contava como era o *S. João*, o *Botafogo* em que fôra, em 1535, com a divisão portugueza, a Tunis, na expedição de Carlos v.

E por fim, esquecidos de males distantes, todos concordavam em admirar a grandeza de Portugal, onde havia sempre para mais de 400 navios de alto-bordo, além de perto de 2:000 caravelas e vasos menores... porque o tempo ia bonança, e o vento fresco levava-os rapidamente, pelo canal de Moçambique, direito ao Cabo.

{pg. 310}

Estavam em 26° quando, porém, quasi á vista da ponta austral de S. Lourenço (Madagascar), deram por uma agua que a náu fazia. Tudo correu aos porões, clamando contra os calafates, por cuja causa as náus se perdiam, andando pelo mar a Deus misericordia, por pouparem quatro cruzados. Afastando a carga, viram que a agua era na prôa, abaixo das escôas, ás primeiras picas: cuspiam as

estopas e as pastas de chumbo do fôrro, jorrando no porão, d'um torno tamanho que por elle cabia um punho. Mas, como o tempo estava bonança, não se affligiram demasiado, depois de terem vedado o rombo com saccas de arroz; e foram rumando para o sul, até 32°, a oitenta leguas da terra do Natal. Já levavam tres mezes de viagem.

Foi então que o vento rondou a sudoeste, o que os forçou a fazerem-se na volta do norte. O mar crescia, e com o quebrar das vagas a náu desconjuntava-se, e o torno da prôa, vedado com arroz, cedeu. Agua aberta e temporal desfeito: era um dia de juizo! Começaram a ouvir-se os demonios, e as mulheres a gritar em ais. Cada qual implorava o seu santo, a sua Nossa-Senhora, com uma fé simples e espontanea, beijando os relicarios e bentinhos, resando em voz alta, confessando em grita os seus peccados, arrePELLando os cabellos, estorcendo-se nas ancias do medo da morte e do inferno. Decorriam os expedientes devotos e pediam-se milagres. O capitão levava a bordo uma cruz de ouro com uma particula do Santo-Lenho engastada: reliquia, fetiche, em que todos punham as maiores esperanças. Amarraram-na com um fio de retroz, ataram-na piedosamente a uma espia, lançaram-na pela pôpa, a vêr se moderavam a sanha do mar. A náu rolava com as ondas, o Santo-Lenho, seguro na pôpa, com um prégo para o afundar, seguia{pg. 311} os balanços do navio. Milagre! milagre! exclamaram quando o céu aclarou, amainando o vento, parecendo socegar as ondas. Os homens—fidalgos, soldados e escravos, brancos, pretos, mulatos e amarellos, pozeram mãos á obra, confiando ainda na salvação. Havia seis palmos de agua no porão; mas apesar da ancia, revezando-se nos aldroles das bombas, não conseguiam vencel-a. Alijaram ao mar toda a carga do convez, para libertar as escotilhas e alliviar a náu que vinha abarrotada. Nos porões a carga nadava, e as pranchas de brazil, as pipas da aguada, e mais volumes, boiando, eram lançados pelos balanços do mar contra o costado, batido por fôra com violencia pelas ondas. O temporal recrescia; o Santo-Lenho não queria protegel-os! Era um inferno e um desespero de estrondos, com o assobiar sinistro do sudoeste na cordoalha das enxarcias. Como as bombas não vasavam os porões,

estabeleceram forcas nas escotilhas, e por ahi tiravam a agua em barris, como de um poço. D. Paulo de Lima não fugia ao trabalho, puxando á corda como os escravos. Nem comer podiam; e os frades iam de uns a outros, com agua e biscoitos, matando-lhes a fome e a sede, combatendo o cansaço com exhortações, e recommendando contra a desesperança que confiassem na providencia de Deus...

Tres dias, desde 12 a 14 de março, conservaram a fé e os brios. Ao quarto viram que trabalhavam debalde. A agua já inundava a coberta, e só no convez se podia estar. As bombas não trabalhavam, entupidas com a pimenta a granel do porão; e só á custa do muito que iam alijando—todo o fructo das rapinas da India! —conseguiam que o navio não sossobrasse. Já tinham resolvido varar na terra; mas o temporal crescia sempre, e no{pg. 312} meio da cerração plumbea, não podiam governar-se. Para mais, uma vaga partiu o leme. O vento sudoeste vinha batido em salseiros rijos, que despedaçavam o panno. A pobre náu era um destroço, com que as ondas brincavam na sua furia. Assim estiveram, perdidos e já sem esperança, duas noites e um dia. De 14 para 16, os transees foram medonhos. Em montes, estendidos no convez, os homens, ou blasphemavam, ou se confessavam em voz alta, accusando todos os seus crimes, os roubos, as violencias, os estupros, as matanças da India, e pedindo em lagrimas, aos clerigos, que os salvassem das penas do inferno! As mulheres, pranteando-se, levantavam um choro de resas, lembravam-se dos seus santos favoritos, as *nossa-senhora*s particulares da sua devoção, fazendo votos e promessas. Os frades ouviam as confissões, absolviam, deixando semi-mortos, na confiança do perdão, os que antes clamavam em desespero, movidos pelo terror. E por sobre tudo isto os salseiros rijos do vento assobiavam nas cordas, bradando: morte! morte! «D. Paulo havia que aquelle castigo era por seus peccados.»

No dia 16 o tempo clareou um pouco: e no rumo de nor-nordeste que levavam, descobriram terra á prôa. A noute de 17 passou-se em afflicções e esperanças; mas quando amanheceu, e os olhos ávidos

não poderam tornar a vêr a costa, decidiram formalmente deitar o batel ao mar. Logo todos se precipitaram no barco, ainda suspenso nos aparelhos. A ancia de viver enlouquecia-os; e D. Paulo em pé sobre o batel, com a espada e a adaga em punho, defendia-o, acutilando os invasores, como n'uma abordagem. O seu abatimento, a sua fraqueza, a sua desesperança, apagavam-se, varridos pela aurora derradeira. Repellidos os homens, o batel desceu e{pg. 313} poisou no mar. Depois veio remando, pela pôpa da náu, para receber pela varanda os fidalgos, suas mulheres, e os frades: o commum dos infelizes tinha a bordo um tumulto feito. Com os balanços da náu e o impulso da vaga, o batel ameaçava despedaçar-se a cada momento contra o costado; e as mulheres desciam, penduradas em cordas de lançoes e pannos, até ao mar, onde as apanhavam.

Os do batel gritavam, desesperados por partir, porque a gente era demais e o barco afogava-se; os da náu gesticulavam, bradando em furia para que os salvassem. Uma escrava, com o filho da senhora nos braços, mostrava-o de bordo á mãe que lh'o pedia, exigindo que a salvassem, se queriam salvar da morte a creança. E os marinheiros condemnavam, em altos gritos e phrases insultuosas e obscenas, D. Paulo e os fidalgos, pelos abandonarem cruamente a uma morte miseravel. Mais difficil fôra o naufragio da nau *Santiago*, no baixo da India, e tinham-se salvado todos em jangadas. Não abandonassem os infelizes, lembrando-se apenas de si, os fidalgos malditos! Havia tempo para formar uma jangada, onde todos iriam, guiados pelo batel.

N'este desespero infernal e no meio da explosão de egoismo feroz houve um unico heroe: um frade que não saiu de bordo, sem ter confessado todos os condemnados. Absolvidos, lançou-se ao mar, e foi a nado agarrar-se ao batel que se afastava pesadamente: o habito salvou-o, porque os do barco não ousavam repellar o sacerdote, como repelliam a golpes os mais que vinham a nado. Na imminencia da morte, escrupulisavam de matar um padre.

Por toda essa noute de angustias, o batel vogou nas aguas da náu: os remos não podiam vencer a força das ondas, e o vento arrojava-o para o mar. A carga era demasisada, e reconhecendo isto, deitaram{pg. 314} fóra seis homens; depois mais seis, ficando de 110, em 98, ao todo. A bordo da náu havia mais de outro tanto.

Condemnados a uma morte inevitavel, já confessados e absolvidos, estavam resignados. Ainda tinham formado duas jangadas, que o mar logo devorou: e depois d'isso unanimemente resolveram morrer, a bem com Deus. Os do batel viam no escuro da noute as luzes das velas accesas ao retabulo da *nossa-senhora* do castello da pôpa,^[120] diante do qual, prostradas de rastos, com os cabellos desgrenhados, chorando, as escravas resavam. Os homens faziam procissões sobre o convez, cantando ladainhas e hymnos. Pela manhã viram o batel tão perto que chegaram á fala; e pediam ainda que os salvassem com vozes tão profundas e piedosas, que mettiam medo e terror.

Finalmente, n'um clamor de gritos e n'uma columna de fumo, espadanando a agua, a náu sossobrou: no alto do capitel da pôpa a escrava, com a creança nos braços, mostrava-a á mãe, desolada no batel. A náu sossobrou, enterrando comsigo os homens, as mulheres e «as cousas da India, adquiridas pelos meios que Deus sabe».

A viagem da India não terminou aqui. O imperio submergiu-se, mas os salvados foram arrastando ainda, pela arenosa costa, uma vida de miseria e perdição...

O batel foi dar á terra em 27°20' sul, na terra dos *fumos*, a que os cafres chamam Macomata, a Zuluandia. Desembarcaram, os restos da náu da{pg. 315} India; e achou-se que tinham 5 espingardas, 5 espadas e um barril de polvora. Eram ao todo 98. Dos remos fizeram contos de lanças, e ferros das verrumas dos carpinteiros. Formaram em columna, seguindo costa em fóra, em demanda de Lourenço Marques.

Á frente ia um frade com a cruz alçada; depois D. Pedro de Lima com metade da gente e das armas, na cauda o capitão da náu com o resto; e, entre ambos, as mulheres, umas de pé, outras em andores levados por marinheiros e grumetes, e feitos com os remos e velas do batel. Seguiam a columna bandos de cafres, com quem por vezes tinham de pelejar, e que fugiam rebolando-se no chão e em gatinhas, como bogios aos saltos. Dormiam na areia ao relento; comiam alguma cousa que apanhavam, principalmente os caranguejos da praia; levavam os pés empolados e em chagas... Em tamanha miseria se tornára o antigo imperio com que tinham andado pela India, pela Arabia e por Johor, em Malaka!

Na altura de 26°30' depararam com os restos das jangadas da náu *Santiago*; uma sorte commum esperava, no regresso, todos os que vinham da India; e esses desastres eram os da nação, que em massa embarcára, e agora em massa tambem naufragava. «Estas desventuras e outras, diz o chronista, que cada dia se vêem por esta carreira da India poderam servir de balizas aos homens, principalmente aos capitães de fortalezas, para n'ellas se moderarem com o que Deus á boa mente lhes dá, e deixarem viver os pobres».

Os naufragos, miseraveis e famintos, internaram-se em Manhica, achando nos cafres a protecção e carinho que negavam no Oriente aos naturaes. Dispersaram-se em varias direcções, indo uns por{pg. 316} mar a Inhambane; e na ilha de Inhaca, D. Paulo «caído em cama, ou para melhor dizer, no chão», e morreu...

Não eram, porém, sómente as ondas que, punindo a desordem e a avidez, tragavam os navios podres e abarrotados; eram tambem os nossos inimigos, cruzando nos mares da India, que apresavam as náus portuguezas, como outr'ora nós tínhamos apresado as dos arabes e egypcios.

Cornelio Honteman, perseguido pela Inquisição de Portugal, fôra para Amsterdam, e publicára o que sabia das viagens da India, incitando os hollandezes com as perspectivas de grossos lucros. Em 1595 partiu de Texel a primeira frota hollandeza que dobrou o cabo

da Boa-Esperança; e já em 1591 os ingleses tinham feito uma viagem á India. Em 1602 fundou-se a companhia hollandeza das Indias orientaes: foi no primeiro quartel do xvii seculo que o imperio portuguez caíu.

Tudo se desmoronava de um modo simples e rapido. As esquadras perdiam-se inteiras; e tantas desgraças abatiam os animos antigos, a ponto de tornarem a covardia tão vulgar, como eram de antes a audacia e a bravura. Entre outros casos, conta-se o de um philippebote hollandez tomando um galeão que montava dobrada artilheria e guarnição. Em 1591 e 92, de 22 navios de alto bordo saídos da India, só duas náus chegaram ao Tejo, porque vinham vasias por velhas. Quer á ida, quer á volta, os cruzeiros inimigos caçavam as nossas frotas; e a destruição do poder maritimo portuguez garantiu para todo o sempre a destruição consummada do imperio do Oriente.

Essa louca viagem, sem pilotos habéis, terminava por um breve naufragio; e os mares que, no seculo xv nós vencemos com tamanha audacia, vingavam-se,{pg. 317} no xvi, do nosso atrevimento. Rasgáramos as nuvens do Mar Tenebroso; mas, para além dos seus confins, fomos perder-nos no seio dos nevoeiros prognosticados pelos geographos arabes, no meio das trevas da nossa perversidade. A natureza offendida punia-nos com a morte; e o destino implacavel retribuia-nos todos os males com que tinhamos flagellado o proximo.

[112] V. *Raças humanas*, II, pp. 185-91, e *Taboas de Chronol.*, pp. 45-9.

[113] V. ácerca dos costumes dos indigenas. *Quadro das instit. primit.*, pp. 14-5, 158, 160-1, 174; e *Regime das riquezas*, pp. 56, 65, 85, 109.

[114] V. *Regime das riquezas*, p. 109.

[115] V. *O Brazil e as col. port.*, L. IV, 3.

[116] V. *Hist. da rep. romana*, I, pp. 183-91.

[117] V. *O Brazil e as colon. Port.* (2.^a ed.), p. 36.

[118] V. *Hist. da republica romana*, II, p. 185.

[119] V. a estatistica dos naufragios no *Brazil e as colonias port.* (2.^a ed.), p. 34, *nota*.

[120] V. *Hist. da republ. romana*, I. pag. 194.

FIM DO TOMO PRIMEIRO

{pg. 318}

{pg. 319}

INDICE

DO

TOMO PRIMEIRO

ADVERTENCIA

LIVRO PRIMEIRO

Descripção de Portugal

- I. Os lusitanos
- II. Fundamentos da nacionalidade
- III. Geographia portugueza
- IV. A terra e o homem
- V. A historia nacional

LIVRO SEGUNDO

HISTORIA DA INDEPENDENCIA

(DYNASTIA DE BORGONHA: 1109-1385)

- I. A separação de Portugal

II. A conquista do Al-Gharb

III. A monarquia e a justiça

IV. A crise

LIVRO TERCEIRO

A conquista do Mar Tenebroso

(DYNASTIA DE AVIZ: 1385-1500)

I. O Infante D. Henrique

II. Portugal em Africa

III. O principe perfeito

IV. Em demanda do Preste-Joham das Indias

LIVRO QUARTO

A viagem da India

(1500-1640)

I. D. Francisco d'Almeida

II. Affonso de Albuquerque

III. D. João de Castro

IV. Summario da derrota. Volta ao reino

*** END OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK HISTORIA DE PORTUGAL: TOMO I ***

Updated editions will replace the previous one—the old editions will be renamed.

Creating the works from print editions not protected by U.S. copyright law means that no one owns a United States copyright in these works, so the Foundation (and you!) can copy and distribute it in the United States without permission and without paying copyright royalties. Special rules, set forth in the General Terms of Use part of this license, apply to copying and distributing Project Gutenberg™ electronic works to protect the PROJECT GUTENBERG™ concept and trademark. Project Gutenberg is a registered trademark, and may not be used if you charge for an eBook, except by following the terms of the trademark license, including paying royalties for use of the Project Gutenberg trademark. If you do not charge anything for copies of this eBook, complying with the trademark license is very easy. You may use this eBook for nearly any purpose such as creation of derivative works, reports, performances and research. Project Gutenberg eBooks may be modified and printed and given away—you may do practically ANYTHING in the United States with eBooks not protected by U.S. copyright law. Redistribution is subject to the trademark license, especially commercial redistribution.

START: FULL LICENSE

THE FULL PROJECT GUTENBERG LICENSE

PLEASE READ THIS BEFORE YOU DISTRIBUTE OR USE THIS WORK

To protect the Project Gutenberg™ mission of promoting the free distribution of electronic works, by using or distributing this work (or any other work associated in any way with the phrase “Project Gutenberg”), you agree to comply with all the terms of the Full Project Gutenberg™ License available with this file or online at www.gutenberg.org/license.

Section 1. General Terms of Use and Redistributing Project Gutenberg™ electronic works

1.A. By reading or using any part of this Project Gutenberg™ electronic work, you indicate that you have read, understand, agree to and accept all the terms of this license and intellectual property (trademark/copyright) agreement. If you do not agree to abide by all the terms of this agreement, you must cease using and return or destroy all copies of Project Gutenberg™ electronic works in your possession. If you paid a fee for obtaining a copy of or access to a Project Gutenberg™ electronic work and you do not agree to be bound by the terms of this agreement, you may obtain a refund from the person or entity to whom you paid the fee as set forth in paragraph 1.E.8.

1.B. “Project Gutenberg” is a registered trademark. It may only be used on or associated in any way with an electronic work by people who agree to be bound by the terms of this agreement. There are a few things that you can do with most Project Gutenberg™ electronic works even without complying with the full terms of this agreement.

See paragraph 1.C below. There are a lot of things you can do with Project Gutenberg™ electronic works if you follow the terms of this agreement and help preserve free future access to Project Gutenberg™ electronic works. See paragraph 1.E below.

1.C. The Project Gutenberg Literary Archive Foundation (“the Foundation” or PGLAF), owns a compilation copyright in the collection of Project Gutenberg™ electronic works. Nearly all the individual works in the collection are in the public domain in the United States. If an individual work is unprotected by copyright law in the United States and you are located in the United States, we do not claim a right to prevent you from copying, distributing, performing, displaying or creating derivative works based on the work as long as all references to Project Gutenberg are removed. Of course, we hope that you will support the Project Gutenberg™ mission of promoting free access to electronic works by freely sharing Project Gutenberg™ works in compliance with the terms of this agreement for keeping the Project Gutenberg™ name associated with the work. You can easily comply with the terms of this agreement by keeping this work in the same format with its attached full Project Gutenberg™ License when you share it without charge with others.

1.D. The copyright laws of the place where you are located also govern what you can do with this work. Copyright laws in most countries are in a constant state of change. If you are outside the United States, check the laws of your country in addition to the terms of this agreement before downloading, copying, displaying, performing, distributing or creating derivative works based on this work or any other Project Gutenberg™ work. The Foundation makes no representations concerning the copyright status of any work in any country other than the United States.

1.E. Unless you have removed all references to Project Gutenberg:

1.E.1. The following sentence, with active links to, or other immediate access to, the full Project Gutenberg™ License must appear prominently whenever any copy of a Project Gutenberg™ work (any work on which the phrase “Project Gutenberg” appears, or with which the phrase “Project Gutenberg” is associated) is accessed, displayed, performed, viewed, copied or distributed:

This eBook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this eBook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

1.E.2. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is derived from texts not protected by U.S. copyright law (does not contain a notice indicating that it is posted with permission of the copyright holder), the work can be copied and distributed to anyone in the United States without paying any fees or charges. If you are redistributing or providing access to a work with the phrase “Project Gutenberg” associated with or appearing on the work, you must comply either with the requirements of paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 or obtain permission for the use of the work and the Project Gutenberg™ trademark as set forth in paragraphs 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.3. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is posted with the permission of the copyright holder, your use and distribution must comply with both paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 and any additional terms imposed by the copyright holder. Additional terms will be linked to the Project Gutenberg™ License for all works posted with the permission of the copyright holder found at the beginning of this work.

1.E.4. Do not unlink or detach or remove the full Project Gutenberg™ License terms from this work, or any files containing a part of this work or any other work associated with Project Gutenberg™.

1.E.5. Do not copy, display, perform, distribute or redistribute this electronic work, or any part of this electronic work, without prominently displaying the sentence set forth in paragraph 1.E.1 with active links or immediate access to the full terms of the Project Gutenberg™ License.

1.E.6. You may convert to and distribute this work in any binary, compressed, marked up, nonproprietary or proprietary form, including any word processing or hypertext form. However, if you provide access to or distribute copies of a Project Gutenberg™ work

in a format other than “Plain Vanilla ASCII” or other format used in the official version posted on the official Project Gutenberg™ website (www.gutenberg.org), you must, at no additional cost, fee or expense to the user, provide a copy, a means of exporting a copy, or a means of obtaining a copy upon request, of the work in its original “Plain Vanilla ASCII” or other form. Any alternate format must include the full Project Gutenberg™ License as specified in paragraph 1.E.1.

1.E.7. Do not charge a fee for access to, viewing, displaying, performing, copying or distributing any Project Gutenberg™ works unless you comply with paragraph 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.8. You may charge a reasonable fee for copies of or providing access to or distributing Project Gutenberg™ electronic works provided that:

- You pay a royalty fee of 20% of the gross profits you derive from the use of Project Gutenberg™ works calculated using the method you already use to calculate your applicable taxes. The fee is owed to the owner of the Project Gutenberg™ trademark, but he has agreed to donate royalties under this paragraph to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation. Royalty payments must be paid within 60 days following each date on which you prepare (or are legally required to prepare) your periodic tax returns. Royalty payments should be clearly marked as such and sent to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation at the address specified in Section 4, “Information about donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation.”
- You provide a full refund of any money paid by a user who notifies you in writing (or by e-mail) within 30 days of receipt that s/he does not agree to the terms of the full Project Gutenberg™ License. You must require such a user to return or destroy all copies of the works possessed in a physical medium and discontinue all use of and all access to other copies of Project Gutenberg™ works.
- You provide, in accordance with paragraph 1.F.3, a full refund of any money paid for a work or a replacement copy, if a defect

in the electronic work is discovered and reported to you within 90 days of receipt of the work.

- • You comply with all other terms of this agreement for free distribution of Project Gutenberg™ works.

1.E.9. If you wish to charge a fee or distribute a Project Gutenberg™ electronic work or group of works on different terms than are set forth in this agreement, you must obtain permission in writing from the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the manager of the Project Gutenberg™ trademark. Contact the Foundation as set forth in Section 3 below.

1.F.

1.F.1. Project Gutenberg volunteers and employees expend considerable effort to identify, do copyright research on, transcribe and proofread works not protected by U.S. copyright law in creating the Project Gutenberg™ collection. Despite these efforts, Project Gutenberg™ electronic works, and the medium on which they may be stored, may contain “Defects,” such as, but not limited to, incomplete, inaccurate or corrupt data, transcription errors, a copyright or other intellectual property infringement, a defective or damaged disk or other medium, a computer virus, or computer codes that damage or cannot be read by your equipment.

1.F.2. LIMITED WARRANTY, DISCLAIMER OF DAMAGES - Except for the “Right of Replacement or Refund” described in paragraph 1.F.3, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the owner of the Project Gutenberg™ trademark, and any other party distributing a Project Gutenberg™ electronic work under this agreement, disclaim all liability to you for damages, costs and expenses, including legal fees. YOU AGREE THAT YOU HAVE NO REMEDIES FOR NEGLIGENCE, STRICT LIABILITY, BREACH OF WARRANTY OR BREACH OF CONTRACT EXCEPT THOSE PROVIDED IN PARAGRAPH 1.F.3. YOU AGREE THAT THE FOUNDATION, THE TRADEMARK OWNER, AND ANY DISTRIBUTOR UNDER THIS AGREEMENT WILL NOT BE LIABLE TO YOU FOR ACTUAL, DIRECT, INDIRECT, CONSEQUENTIAL, PUNITIVE OR INCIDENTAL DAMAGES EVEN IF YOU GIVE NOTICE OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGE.

1.F.3. LIMITED RIGHT OF REPLACEMENT OR REFUND - If you discover a defect in this electronic work within 90 days of receiving it, you can receive a refund of the money (if any) you paid for it by sending a written explanation to the person you received the work from. If you received the work on a physical medium, you must return the medium with your written explanation. The person or entity that provided you with the defective work may elect to provide a replacement copy in lieu of a refund. If you received the work electronically, the person or entity providing it to you may choose to give you a second opportunity to receive the work electronically in lieu of a refund. If the second copy is also defective, you may demand a refund in writing without further opportunities to fix the problem.

1.F.4. Except for the limited right of replacement or refund set forth in paragraph 1.F.3, this work is provided to you 'AS-IS', WITH NO OTHER WARRANTIES OF ANY KIND, EXPRESS OR IMPLIED, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PURPOSE.

1.F.5. Some states do not allow disclaimers of certain implied warranties or the exclusion or limitation of certain types of damages. If any disclaimer or limitation set forth in this agreement violates the law of the state applicable to this agreement, the agreement shall be interpreted to make the maximum disclaimer or limitation permitted by the applicable state law. The invalidity or unenforceability of any provision of this agreement shall not void the remaining provisions.

1.F.6. INDEMNITY - You agree to indemnify and hold the Foundation, the trademark owner, any agent or employee of the Foundation, anyone providing copies of Project Gutenberg™ electronic works in accordance with this agreement, and any volunteers associated with the production, promotion and distribution of Project Gutenberg™ electronic works, harmless from all liability, costs and expenses, including legal fees, that arise directly or indirectly from any of the following which you do or cause to occur: (a) distribution of this or any Project Gutenberg™ work, (b) alteration, modification, or additions or deletions to any Project Gutenberg™ work, and (c) any Defect you cause.

Section 2. Information about the Mission of Project Gutenberg™

Project Gutenberg™ is synonymous with the free distribution of electronic works in formats readable by the widest variety of computers including obsolete, old, middle-aged and new computers. It exists because of the efforts of hundreds of volunteers and donations from people in all walks of life.

Volunteers and financial support to provide volunteers with the assistance they need are critical to reaching Project Gutenberg™'s goals and ensuring that the Project Gutenberg™ collection will remain freely available for generations to come. In 2001, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation was created to provide a secure and permanent future for Project Gutenberg™ and future generations. To learn more about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation and how your efforts and donations can help, see Sections 3 and 4 and the Foundation information page at www.gutenberg.org.

Section 3. Information about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

The Project Gutenberg Literary Archive Foundation is a non-profit 501(c)(3) educational corporation organized under the laws of the state of Mississippi and granted tax exempt status by the Internal Revenue Service. The Foundation's EIN or federal tax identification number is 64-6221541. Contributions to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation are tax deductible to the full extent permitted by U.S. federal laws and your state's laws.

The Foundation's business office is located at 809 North 1500 West, Salt Lake City, UT 84116, (801) 596-1887. Email contact links and up to date contact information can be found at the Foundation's website and official page at www.gutenberg.org/contact

Section 4. Information about Donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

Project Gutenberg™ depends upon and cannot survive without widespread public support and donations to carry out its mission of increasing the number of public domain and licensed works that can be freely distributed in machine-readable form accessible by the widest array of equipment including outdated equipment. Many small donations (\$1 to \$5,000) are particularly important to maintaining tax exempt status with the IRS.

The Foundation is committed to complying with the laws regulating charities and charitable donations in all 50 states of the United States. Compliance requirements are not uniform and it takes a considerable effort, much paperwork and many fees to meet and keep up with these requirements. We do not solicit donations in locations where we have not received written confirmation of compliance. To SEND DONATIONS or determine the status of compliance for any particular state visit www.gutenberg.org/donate. While we cannot and do not solicit contributions from states where we have not met the solicitation requirements, we know of no prohibition against accepting unsolicited donations from donors in such states who approach us with offers to donate.

International donations are gratefully accepted, but we cannot make any statements concerning tax treatment of donations received from outside the United States. U.S. laws alone swamp our small staff. Please check the Project Gutenberg web pages for current donation methods and addresses. Donations are accepted in a number of other ways including checks, online payments and credit card donations. To donate, please visit: www.gutenberg.org/donate.

Section 5. General Information About Project Gutenberg™ electronic works

Professor Michael S. Hart was the originator of the Project Gutenberg™ concept of a library of electronic works that could be freely shared with anyone. For forty years, he produced and distributed Project Gutenberg™ eBooks with only a loose network of volunteer support.

Project Gutenberg™ eBooks are often created from several printed editions, all of which are confirmed as not protected by copyright in the U.S. unless a copyright notice is included. Thus, we do not necessarily keep eBooks in compliance with any particular paper edition.

Most people start at our website which has the main PG search facility: www.gutenberg.org.

This website includes information about Project Gutenberg™, including how to make donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, how to help produce our new eBooks, and how to subscribe to our email newsletter to hear about new eBooks.